

Leonardo Gomes de Deus

Reconstrução categorial de
***O Capital* à luz de seus esboços:**
a instauração da crítica da economia política
(1857, 1863)

Belo Horizonte

CEDEPLAR/FACE/UFMG

2010

Leonardo Gomes de Deus

**Reconstrução categorial de
O Capital à luz de seus esboços:
a instauração da crítica da economia política
(1857, 1863)**

Tese apresentada ao curso de Pós-graduação em Economia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do Título de Doutor em Economia.

Orientador: Prof. Dr. João Antônio de Paula

Belo Horizonte
CEDEPLAR/FACE/UFMG
2010

folha de aprovação

Neide,
Rodrigo,
Elaine,
O.D.C.

AGRADECIMENTO

Prof. João Antônio de Paula, que orientou e encorajou, pelo convívio estimulante, pela generosidade e otimismo com que compartilhou sua paixão pela verdade, pela cultura, por todos os livros do mundo, por Belo Horizonte e sua gente, pela UFMG e seu espírito.

Profa. Ester Vaisman, que apoiou este trabalho antes mesmo de seu início, pela redescoberta de Lukács, pelas discussões sobre vários temas desta tese e pela participação na banca de qualificação. Agradeço aos seus orientandos, com quem tive o prazer de dialogar e conviver.

Prof. Hugo da Gama Cerqueira, que participou da banca de qualificação, e Prof. Eduardo Albuquerque, ambos pelas reuniões do Grupo de Economia Política Contemporânea, por várias terças, por cerca de dois anos, troca desigual onde se acumularam as idéias concretizadas aqui. Prof Alexandre Mendes Cunha e o colega Marco Cavallieri, pelo bom humor de cada dia, pela boa ciência de sempre.

Prof. Mário Duayer, que participou do exame de qualificação, por ter interrogado tanto o trabalho quanto seu autor, mudando assim o rumo desta prosa.

Ao CEDEPLAR e à FACE, que me acolheram, pela esperança que se renovou na Universidade brasileira. Aos professores, pela aposta intransigente no diálogo rigoroso de todas as correntes de pensamento. Aos funcionários,

exemplo de dedicação e eficiência, sem jamais terem perdido a ternura e a paciência. Aos colegas, cuja amizade tornou os anos mais leves, especialmente a turma ecn2005, que fez os sábados, domingos e feriados econométricos valerem a pena.

Ao CNPq, que financiou o trabalho.

Agradeço pessoalmente a Neide Gomes de Deus, Carlos Alberto de Deus Jr., Rodrigo Moterani, Elaine da Rocha, Letícia Penna, companheiros de viagem. Imprescindíveis.

Meus irmãos camaradas, Jaime França Telles Jr., Josué Azevedo dos Santos, Ramon Maia, Rubens Enderle, e todos os amigos de fé, condição objetiva de produção da tese e de seu autor.

Mônica Hallak, um anjo em minha vida, por tudo. As amazonas Vânia Assunção, Lúcia Valadares e Ângela Maria Souza, exemplo de coragem e carinho, que sempre me fazem sentir em casa na Paulicéia. E Maria Luísa, que um dia resolveu desligar o sol para poder dormir.

Heitor Mascarenhas e seus amigos, Vânia Pereira e sua equipe, Daisy D'Aquino e sua família, Silvana Maia e Tereza, pelo apoio naquelas horas, pelo desafio de ser melhor.

Heitor, Filomena, sempre em meu coração, Nina, Frida, Walt, para sempre na memória, a vida não é só isso que se vê, é muito mais.

Ao Flamengo, que reinventou a alegria de ser rubro-negro entre 2006 e 2009.

No meio do caminho tinha a mercadoria.

Resumo: A tese analisa os diversos manuscritos redigidos por Karl Marx entre 1857 e 1863, em especial os *Grundrisse* e o *Manuscrito de 1861-1863*. A partir da exposição das diversas categorias desenvolvidas nessas obras, é demonstrado como a crítica da economia política marxiana ganha seu contorno mais significativo e sua especificidade durante esse período.

Abstract: This work studies some of the manuscripts written by Karl Marx from 1857 until 1863, especially the *Grundrisse* and the *Economic Manuscript of 1861-1863*. By the presentation of the most important categories developed in those works, it demonstrates that marxian critique of political economy acquired its main features and its own specificity during the period.

Sumário

Introdução	1
1 – Antecedentes da crítica da economia política	7
2 – A crítica da economia política como crítica da especulação	18
1 – Engels e o primeiro esboço da crítica da economia política (1844)	18
2 – Os escritos de Paris: da propriedade privada ao trabalho alienado	27
3 – Valor, forças produtivas e gênese histórica: <i>Miséria da Filosofia</i>	54
4 – <i>Trabalho assalariado e capital</i>	71
3 – A derrota na vitória: <i>Grundrisse</i>, primeiro esboço do <i>Capital</i>	80
1 – O novo ciclo de estudos	82
2 – 1857: da crise econômica à crise metodológica	100
2.1 – Dinheiro, mercadoria e valor	102
2.2 – O dinheiro como capital: a descoberta do mais-valor	116
2.3 – A circulação do capital e as barreiras do sistema	136
2.4 – Forma de exposição: a questão de método	143
2.5 – <i>Grundrisse</i> como exemplo do itinerário da marxologia	151
4 – A instauração da crítica da economia política, o segundo esboço do <i>Capital</i> (1861/63)	158
1 – <i>Para a Crítica da Economia Política</i> : a revolução metodológica	159
2 – O segundo esboço: do capital em geral à crítica da economia política	170
2.1 – O processo de produção do capital	175
2.2 – Mais-valor absoluto e trabalho produtivo	193
2.3 – Mais-valor relativo e suas formas	197
2.4 – Plano de redação e lógica categorial: o fetichismo, ponto de partida e ponto de chegada	229
Conclusão	246
Referências	254
Apêndice	260

Introdução

O pensamento marxiano vive momento paradoxal: as edições de suas obras completas avançam, estando praticamente completa a obra econômica, ao mesmo tempo em que Marx não participa mais do debate econômico propriamente. Com efeito, ao longo da crise de 2008, foi evocado por vários autores, mas a perspectiva marxiana não influencia mais a vida social, nem científica. Esse fato tem, ao menos, a vantagem de que se pode voltar a Marx sem os preconceitos da moda, sem os dogmas que, em outros tempos, contaminaram a abordagem.

Esta tese se beneficia disso, propondo refazer um percurso já tantas vezes estudado e bastante conhecido. O objetivo original é reconstruir um texto que pouco tem sido estudado, o *Manuscrito de 1861-1863*. Pensado por Marx como a continuação de *Para a Crítica da Economia Política*, ele sistematiza as conquistas dos *Grundrisse* e avança em temas novos. O texto foi publicado parcialmente, em 1905, por Kautsky, que subtraiu todas as partes que coincidiam, do ponto de vista temático, com *O Capital*. Esse procedimento marca precisamente a primeira fase de discussões sobre o legado marxiano: a partir da morte de Marx, Engels buscou publicar a obra econômica, mas também todo um conjunto de textos que constituíram o cânone marxiano por mais de vinte anos. Engels acabou por determinar a visão que se tinha da obra marxiana, tendo as edições sido feitas exclusivamente para fomentar, estimular o movimento revolucionário.

Somente com a Revolução Russa o panorama foi modificado, exatamente por questões políticas. Os bolcheviques tinham interesse na publicação das obras completas de Marx como forma de se contraporem à II Internacional, além de terem o objetivo de intervir e fomentar o movimento revolucionário internacional a partir de sua própria perspectiva. Coube a Riazanov, criador da “marxologia” e primeiro marxólogo, estabelecer métodos e procedimentos editoriais que chegam até a atualidade. Seu esforço, naturalmente, foi abortado com o stalinismo e a Segunda Guerra Mundial e somente anos depois, novamente por motivos políticos, esforços editoriais foram retomados, desta feita como forma de contraposição ao oficialismo e ao proselitismo stalinistas, do que resultou a publicação da *Werke*, que, por sua vez, teria reflexos afinal na proposta de publicação da MEGA, a partir da década de 1970. A partir daí, até os dias de hoje, a publicação da obra econômica de Marx está praticamente completa, inclusive os quatro esboços de *O Capital*, alguns deles publicados pela primeira vez.

O primeiro esboço é bastante conhecido, os *Grundrisse*, que aqui se analisarão brevemente. Redigidos entre 1857 e 1858, marcam a consolidação da teoria marxiana do valor e do dinheiro e, pela primeira vez, a determinação do mais-valor. O segundo esboço é o *Manuscrito 1861-1863*, que conclui a análise sobre o processo de produção do capital e contém ainda as *Teorias do Mais-Valor*. O terceiro esboço, de 1863 a 1865, encerra os livros segundo e terceiro de *O Capital*, período em que Marx também escreveu outra versão do livro primeiro, que se

perdeu, salvo o “Capítulo VI, inédito”. O quarto esboço contempla todos os textos escritos a partir de então, até a morte de Marx, um conjunto do qual Engels se valeu, juntamente com o terceiro esboço, para publicar os livros segundo e terceiro.

Esta tese pretende examinar os dois primeiros esboços, para demonstrar o momento em que se instaura a crítica da economia política: momento em que Marx abandona e supera, conservando-lhe certos elementos, a economia política. A tese não é absolutamente original, mas pretende ser nova no modo de recompor as categorias, “as formas de existência” da sociabilidade do capital. Ao contrário de Rosdolsky, por exemplo, os textos são convidados a falar, são expostos em seus próprios nexos para que surja o conjunto de categorias e a temática que, efetivamente, marca a ruptura de Marx com a economia política. Embora o *Manuscrito de 1861-1863* encerre as *Teorias do Mais-Valor* e os próprios *Grundrisse* se proponham, em certas seções, a também analisar a economia política, a tarefa merece trabalho específico. Aqui, considera-se a crítica da economia política em seu primeiro passo, qual seja, a elucidação do modo de ser da sociabilidade capitalista, pressuposto com o qual Marx se contrapõe à economia política, já que sua crítica não é de feitio epistemológico, mas antes ontológico, ou seja, fornece a gênese do ser para compreender e criticar uma forma de pensamento. Será demonstrado como esse procedimento foi engendrado no período de juventude, na crítica a Hegel, obra que Marx aponta como decisivo para que se pusesse a estudar a economia

política. Assim, o material das *Teorias do Mais-Valor* será utilizado de forma subsidiária, somente naquilo que possui de significativo na construção do próprio pensamento marxiano.

Além da introdução e da conclusão, a tese contém quatro capítulos. O primeiro capítulo trata do período de instauração do pensamento marxiano propriamente dito. A partir da crítica a Hegel, Marx estabelece um novo procedimento analítico e, sobretudo, elabora questões que não responde de imediato e que o conduzirão à economia política.

O segundo capítulo trata dos textos que antecedem os *Grundrisse*, em especial os *Manuscritos de 1844*. Mostra-se todo o progresso de Marx nesses anos, mas a insuficiência de sua tematização na constituição de sua crítica da economia política. Trata-se de crítica antes contra a especulação nela presente, embora certas determinações e certos temas sejam importantes. O percurso servirá para abordar, indicativamente, na conclusão, a questão do “jovem Marx”.

O terceiro capítulo expõe o momento privilegiado que constitui a redação dos *Grundrisse*. Para a exposição, utilizam-se diversos cadernos de anotações de Marx publicados recentemente. Ainda que não esteja integralmente publicado, tal material fornece uma visão importante sobre os anos de pesquisa de Marx, sobre as questões que o conduziram a redigir os *Grundrisse* do modo como fez. A riqueza da obra, toda a sua temática, não se analisa aqui, mas apenas os

elementos que orientam e conformam a teoria marxiana, em especial aqueles ligados ao dinheiro e ao mais-valor.

Finalmente, o quarto capítulo analisa o *Manuscrito 1861-1863*, partindo-se de *Para a Crítica da Economia Política*, obra cuja importância aqui se reitera para a instauração do pensamento científico de Marx. Na análise exaustiva que se faz aqui dos cadernos iniciais do *Manuscrito 1861-1863*, além de partes da obra em seu conjunto, trata-se de encontrar as categorias que ali se faziam as mais importantes e que efetivamente articularam-se na obra econômica marxiana.

Ao final, o apêndice apresenta a tradução de trechos selecionados do *Manuscrito 1861-1863*. Foram escolhidos alguns dos trechos mais consistentes da obra que são comparáveis, do ponto de vista temático, com os *Grundrisse* e com os textos produzidos depois de 1863. É bem verdade que o capítulo sobre o mais-valor também poderia ser trazido à colação, mas serão explicitadas aqui precisamente as aquisições e modificações entre a obra de 1857 e a de 1861. Assim, são apresentados a parte inicial da “transformação do dinheiro em capital”, a suas subseções “Processo de trabalho”, “Processo de valorização” e “Unidade do processo de trabalho e do processo de valorização”. Marx ainda está longe da forma perfeita de exposição e *O Capital*, mas é nítida a compreensão e domínio do tema nesse material.

Cabe dizer ainda que esta tese adota a posição mais recente, ainda minoritária, quanto à tradução do termo *Mehrwert*: “mais-valor” e não “mais-valia”, como se consagrou entre nós. “Mais-valor” representa,

com efeito, termo mais rigoroso e segue a lógica da exposição marxiana, *valor*, *valor de uso*, *valor de troca*, *mais-valor*. Embora se trate de termo consagrado e até dicionarizado, “mais-valia” não parece ser o mais adequado na língua portuguesa: “valia”, conquanto seja sinônimo de “valor”, em certo sentido, não possui a mesma força compreensiva dessa última palavra e muito menos se concatena com as demais categorias da teoria marxiana. Em verdade, nada quer dizer para os ouvidos estranhos à tematização marxiana, enquanto *mais-valor* possui sentido imediato.

Além disso, no que se refere à evolução dos termos marxianos, a exposição adota o termo que é utilizado no texto em questão. Por exemplo, nas obras que se analisam, ainda não é rigorosa a distinção entre valor e valor de troca, havendo a predominância desse último, refletida no texto da tese. Categorias como “capacidade de trabalho”, que cederá lugar a “força de trabalho”, em *O Capital*, são utilizadas do modo como aparecem nos textos.

Finalmente, as obras completas de Marx são citadas com as seguintes abreviaturas: MEGA, para *Marx-Engels Gesamtausgabe*, o número romano indicando a seção, o número arábico o volume; MEW, para *Marx-Engels Werke* e CW, para *Collected Works*, as duas últimas seguidas de seus respectivos volumes em número arábico.

1 – Antecedentes da crítica da economia política

A trajetória que resulta na publicação do livro I de *O Capital* em 1867 tem início em 1843, com a revisão do pensamento hegeliano, em especial de sua *Filosofia do Direito*. Marx sempre considerou significativo esse momento, referindo-o em duas passagens de sua obra de maturidade, no prefácio de *Para a Crítica da Economia Política*, em 1859, e no posfácio da 2ª edição de *O Capital*, em 1872. Na primeira passagem, Marx situa em 1843 o nascimento de seus estudos de economia política e, é lícito dizer, as origens da crítica da economia política. Ele diz:

“O primeiro trabalho empreendido para a solução da dúvida que me assediava foi uma revisão crítica da *Filosofia do Direito* hegeliana, um trabalho cuja introdução apareceu nos *Anais Franco-Alemães* publicados em Paris, em 1844. Minha investigação desembocou no resultado de que as relações jurídicas, assim como as formas de Estado não se compreendem a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento universal do espírito humano, mas antes se enraízam nas relações materiais de vida, cuja totalidade foi resumida por Hegel sob o nome de ‘sociedade civil’, segundo o exemplo dos ingleses e franceses do século XVIII, mas que a anatomia da sociedade civil deve ser procurada na economia política.” (MEGA II/2, 100)

A passagem bastante conhecida já se prestou a diversas interpretações, tendo sido utilizada na maioria das vezes como súpula da concepção marxiana do materialismo. Raras vezes, no entanto, foi empregada na própria exegese do pensamento marxiano, em poucos momentos, tratou-se de explicitar o que é dito ali a respeito da relação

da “revisão crítica” do pensamento hegeliano com a obra econômica propriamente dita, ou melhor, onde estariam naquele texto as questões que efetivamente deslocaram o curso da reflexão, da filosofia para a economia política. Com efeito, autores como Althusser (1965) e Giannotti (1966) sempre trataram de rejeitar o percurso até *A Ideologia Alemã* como significativo para a formação do pensamento marxiano propriamente dito¹. Tanto essa tematização quanto outras no interior da própria ciência econômica lograram estabelecer uma cisão dentro do pensamento marxiano, entre o filósofo e o economista e, de modo semelhante, entre o “jovem Marx” e o “Marx maduro”. Contemporaneamente, tem-se exaltado com freqüência o filósofo em detrimento do economista, especialmente dentro do próprio debate econômico, talvez como modo de fazer letra morta do pensamento econômico de Marx face à ciência atual.

A instauração da crítica da economia política, ao contrário, não pode ser considerada fato *ex nihilo*, que teria feito tábua rasa de toda a trajetória anterior. Embora suponha uma série de novidades no pensamento marxiano, quando de seu desenvolvimento, cabe demonstrar como ela é a consecução e derivação de plano urdido ainda no período que vai da crítica a Hegel de 1843, até a publicação dos *Anais Franco-Alemães* em 1844, com a subseqüente redação dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Em outro trabalho, demonstrou-se

¹ Por sua vez, Abensour (1998) considera equivocadas as leituras feitas pelo próprio Marx em 1859 e 1872 e trata de conferir outra interpretação aos dois momentos de sua obra, exaltando o Marx político contra o economista e cientista social. Ao longo do texto, distorce algumas passagens da obra de 1843 para comprovar sua tese.

exaustivamente o significado da *Crítica de 43* para a conformação do pensamento político de Marx², seguindo as indicações originais a respeito contidas em Chasin (2009) e alguns poucos autores, como Rossi, Della Volpe e Cornu. Com isso, aqui se tratará antes de detectar como o exercício da dúvida, em 1843, influenciou a investigação marxiana que se seguiu e, em especial, como os primeiros esboços da crítica da economia política lançaram as bases dos escritos da maturidade e em que medida foram superados. Para tanto, bastará um exame sucinto das aquisições mais expressivas do período.

Ao fazer a revisão crítica da *Filosofia do Direito* de Hegel, Marx parece, no início da obra, executar um projeto já estabelecido, de talhe eminentemente feuerbachiano, embora a preocupação política ultrapasse sobremaneira este autor. Com efeito, as primeiras páginas da *Crítica* efetuam o descarte da especulação hegeliana de modo bastante conseqüente. Marx critica Hegel por pensar a questão do Estado a partir de uma lógica previamente acabada, por subsumir a lógica do Estado às categorias da lógica pura. Tal procedimento seria corolário da questão fundamental, a saber, em Hegel, a lógica específica do objeto específico seria dada pela lógica *a priori*. E, mais ainda, as categorias específicas do ser seriam subordinadas, explicadas pelas categorias abstratas da lógica abstrata. De acordo com Marx, essa inversão ontológica permitiu a Hegel afirmar a precedência lógica e ontológica do Estado sobre os verdadeiros agentes, a sociedade civil

² De Deus (2001).

e, também, a família. Em síntese, na primeira parte do manuscrito, Marx critica a especulação hegeliana por representar verdadeira incompreensão do fenômeno tratado, razão pela qual defendeu a monarquia em detrimento da democracia, única forma, para o Marx de 1843, de realização autêntica do verdadeiro soberano, o povo, a sociedade civil.

Na segunda parte do manuscrito, porém, notadamente em seu final, quando analisa a seção do poder legislativo na obra hegeliana, a tematização marxiana se torna mais complexa e, cabe dizer, mais aberta, dadas as dificuldades que apresenta a questão que passa a examinar. Embora descreva o poder legislativo de modo peculiar, síntese de câmara alta hereditária com estamentos sociais medievais dotados de representação política, Hegel lhe confere caracterização moderna ao considerá-lo o termo médio de um silogismo que relaciona o monarca e a sociedade civil. Em razão de sua natureza dúplice – nobreza hereditária e representantes eleitos –, esse poder seria o elo entre Estado e sociedade civil. Tal arcabouço apresenta dois problemas para Marx. O primeiro constitui a questão fundamental de sua *Crítica*, a saber, a cisão entre Estado e sociedade civil na vida moderna, entre a representação abstrata da política e a vida social concreta. O Estado não representaria a efetiva vida social, mas existiria exatamente por abstração dessa vida. Com isso, para ser cidadão, o indivíduo teria de se alienar de sua condição social. Em segundo lugar, a solução apresentada por Hegel, em última análise, depende fortemente da

propriedade privada, já que a nobreza hereditária, para exercer o papel de mediadora entre o monarca (o elemento biológico) e a sociedade civil (o fato de ser proprietária fundiária), depende do morgadio para preservar seu status. Com isso, a suprema síntese do Estado hegeliano seria a propriedade privada, como fundamento último de sua *Filosofia do Direito*, aparecem a propriedade privada, o interesse privado, apartado da vida social.

Neste momento, Marx ainda não vislumbra a relação íntima entre alienação social e alienação política. Contenta-se apenas em defender o sufrágio universal, a participação efetiva dos membros da sociedade civil, todos eles, na vida política, tornaria possível a superação da cisão, a transformação da sociedade civil, imediatamente, em sociedade política. Apesar da solução de difícil sustentação, calcada em Rousseau dentre outros, abandonada pouco depois, bem como a visão ainda limitada da propriedade privada, importa ressaltar o dilema que se impôs no momento da redação e, especialmente, o modo como a obra hegeliana é avaliada. Com efeito, a tematização de Hegel emerge, ao final, não apenas como especulativa, mas, sobretudo, como expressão acabada de um período, tentativa de síntese e conciliação de pólos irreconciliáveis, a vida política e a sociedade civil, busca de superação de condição e predicado da modernidade, a alienação política. Por outro lado, como tentativa de subsunção da propriedade privada, do interesse particular, à vida universal do Estado. Portanto, Marx conclui o manuscrito com uma visão mais complexa da obra hegeliana, dotada,

naturalmente, de um caráter especulativo significativo, mas capaz, ao mesmo tempo, de compreender, ou melhor, captar fenômenos importantes da história e da vida social de seu tempo, razão pela qual, em 1872, fará uma defesa da obra de Hegel diante de seus críticos de ocasião e, pelo mesmo motivo, sempre distinguirá a probidade intelectual de autores como Smith e Ricardo diante de vários economistas que os sucederam.

Além disso, o que resta de positivo e instaurador no confronto com Hegel é a formulação marxiana do procedimento a ser seguido pela “verdadeira crítica filosófica”. Com efeito, Marx critica Hegel por muitas vezes fornecer apenas uma descrição empírica, na qual a realidade comparece apenas como desenvolvimento do momento especulativo: “A demonstração de Hegel é convincente se se parte dos pressupostos constitucionais; mas Hegel não demonstrou este pressuposto que ele *analisa* em sua noção fundamental. *Nesta confusão reside a total ausência de crítica* da filosofia do direito hegeliana.” (MEGA I/2, 38). Diante dessa ausência de crítica, nas *Glosas de 43*, emerge a propositura marxiana de uma “verdadeira crítica”, que seja capaz de apreender a “lógica da coisa”. Na glosa ao parágrafo 304, ao discutir novamente o caráter acrítico da tematização hegeliana, Marx o compara com o que denomina “crítica vulgar”. Aborda ali a argumentação hegeliana acerca da mediação promovida pela câmara alta. De acordo com Marx, Hegel desenvolveu apenas um “simulacro de mediação”, ou seja, mascarou uma contradição: “O erro principal de Hegel consiste em

que ele toma *a contradição do fenômeno* como *unidade na Idéia*, no ser, enquanto ela, certamente, tem por sua essência algo mais profundo, ou seja, uma *contradição essencial*.” (MEGA I/2, 100).

Contraposta a esse encobrimento da contradição, a “crítica vulgar cai no erro dogmático oposto”. De acordo com Marx, ela se revela uma “crítica dogmática, que luta com seu objeto”, sem investigar a sua gênese³. Quando, por exemplo, critica a constituição e percebe a colisão entre os poderes, ela encontra contradições por toda parte, mas se satisfaz com a tarefa de apontá-las. Marx se refere, aqui, a diversos socialistas e comunistas como Cabet, Dézamy, Weitling, Fourier e Proudhon, o que pode ser afirmado com base em sua carta a Ruge de setembro de 1843⁴. Ali, ele afirma que as doutrinas desse teóricos são uma “abstração dogmática”, “uma manifestação particular do princípio humanista, infectada por seu oposto, a propriedade privada”⁵. Contrapondo-se a essas correntes, Marx clarifica sua posição:

“No entanto, isso é precisamente a vantagem da nova tendência, nós não antecipamos o mundo dogmaticamente, mas queremos descobrir o mundo novo apenas a partir da crítica do mundo antigo. (...) Se nossa causa não é a construção do futuro e o seu acabamento por todos os tempos, não é menos certo o que nós temos que realizar no presente, quero dizer, a *crítica impiedosa de toda a ordem existente*, impiedosa no sentido de que ela não teme seus resultados e muito menos o conflitos com as forças existentes.” (MEGA I/2, 486, 487).

Essa posição é defendida na *Crítica de 43*, onde Marx se coloca noutro patamar de racionalidade em relação tanto à tematização

³ *Ibidem*.

⁴ Cf. ENDERLE (2000).

⁵ MARX, K et al. *Ein Briefwechsel von 1843*. In: MEGA I/2, p. 487.

hegeliana, quanto à “crítica vulgar”. Afinal, perceber uma contradição e tentar mascará-la ou lutar meramente com ela sem descobrir sua origem constitui dogmatismo que não representa qualquer avanço. Para além disso, Marx propugna a “verdadeira crítica filosófica da constituição”:

“Assim, a verdadeira crítica filosófica da constituição não mostra apenas contradições como existentes, ela as *esclarece*, ela capta sua gênese, sua necessidade. Ela as apreende em sua significação particular. Mas tal *compreensão* não consiste, como pretende Hegel, em reconhecer em toda parte as determinações do Conceito lógico, mas sim em compreender a lógica específica do objeto específico.” (MEGA I/2, 101).

Diante disso, é possível vislumbrar o que a crítica marxiana da especulação encerra de afirmativo, a saber, a defesa de uma reflexão filosófica capaz de compreender a gênese de seu objeto, a sua “lógica específica”. Tal procedimento, é lícito dizer, marca todo o exame crítico da economia política que Marx tratará de efetuar nas obras posteriores.

No que diz respeito ao mérito, porém, conforme se disse, a questão política permanece em aberto na *Crítica de 43*. Os dilemas postos então são analisados propriamente nos textos seguintes, quando novas questões emergirão para Marx, ou melhor, as mesmas questões receberão nova e melhor resolução. De fato, depois da *Crítica de 43*, Marx redige dois textos para os *Anais Franco-Alemães*, a ser publicados em 1844: *Sobre a Questão Judaica*, a partir de dois textos de Bruno Bauer, redigido ainda em Kreuznach, e *Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, redigido já em Paris, em dezembro. O primeiro texto, em especial, é consequência direta da reflexão iniciada no

embate com Hegel e constitui passo analítico fundamental no pensamento marxiano. Nessa obra, opõem-se “emancipação política” e “emancipação humana”. O teor da argumentação remete em grande medida ao texto de Kreuznach, como se depreende da passagem a seguir:

“O Estado político acabado, segundo sua essência, é a *vida genérica* do homem em *contradição* com sua vida material. Todos os pressupostos dessa vida egoísta permanecem *fora* da esfera do Estado, existem na *sociedade civil*, mas como qualidades da sociedade civil. Onde o Estado político atingiu sua verdadeira configuração, o homem leva, não apenas no pensamento, na consciência, mas na *realidade*, na *vida*, uma vida dupla, uma celestial e uma terrena, a vida na *comunidade política*, onde ele vale como *ser da comunidade*⁶, e a vida na *sociedade civil*, onde ele age como *homem privado*, toma os outros homens como meio, rebaixa-se também como meio e se torna joguete de potências estranhas. O Estado político se relaciona com a sociedade civil tão espiritualmente quanto o céu com a terra.” (MEGA I/2, 148)

A emancipação política realizada, que Marx considera um “grande progresso” (p. 150), não se identifica com a “última forma da emancipação humana em geral”, mas é apenas a “última forma da emancipação humana *no interior* da ordem do mundo até agora”. Emancipação humana deve ser compreendida como “emancipação real, prática” (p. 150), numa caracterização sucinta e enfática da expressão. A emancipação política, para Marx, conquanto seja um avanço, constitui forma limitada, já que não pode ir além de suas condições práticas, dos limites da sociedade civil. Tais limites são precisamente a própria sociedade burguesa, motor e causa da promulgação e efetivação dos

⁶ *Gemeinwesen*.

direitos do homem e do cidadão a partir do século XVIII. A liberdade, *v. g.*, é definida nas constituições burguesas como *neminem laedere*, ou seja, um direito do indivíduo tomado como mônada isolada, que tem no outro um limite e não uma condição de possibilidade, a vida em sociedade consiste na guerra de todos contra todos. Com isso, Marx constata que o Estado político acabado, a emancipação política realizada são apenas meios de consecução dos interesses privados, burgueses, fato já expresso, ainda que por vias equívocas, na *Filosofia do Direito* de Hegel. Diante desse momento estreito, Marx caracteriza a “emancipação humana”, de modo incontestado em sua obra de maturidade. Ele diz:

“Toda emancipação é a *recondução* do mundo humano, das relações, ao *próprio* homem.

A emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade civil, ao indivíduo *egoísta, independente*, por outro, ao *cidadão*, à pessoa moral.

Somente quando o homem individual, real se reapropriar em si mesmo do cidadão abstrato, quando tiver se tornado *ser social* como homem individual em sua vida empírica, em seu trabalho individual, em suas relações individuais, somente quando o homem tiver reconhecido e organizado suas ‘*forces propres*’ como forças *sociais* e, com isso, não mais tiver separado de si a força social na forma da força *política*, somente então a emancipação humana está realizada.” (MEGA I/2, 163).

A emancipação humana, a superação da alienação não pode se dar no terreno da política, mas tão somente no terreno das relações sociais, origem e causa da própria alienação que contamina o Estado e a política modernos. Assim, se na *Crítica de 43* a superação da alienação era vislumbrada na forma da política, da realização do

sufrágio universal e da democracia, na obra em questão a alienação política não é problema em si, mas sintoma da alienação social, da qual decorre a exigência de apropriação pelos indivíduos de suas “forças sociais”. Tal impossibilidade de origem da luta política e o imperativo da revolução social se tornarão centrais em toda a análise marxiana a partir de então, evidenciando-se, por exemplo, nos textos que dedica à Comuna de Paris, décadas à frente. Cabe dizer, finalmente, que o segundo texto dos *Anais* será o primeiro em que Marx identificará no trabalho, especificamente no proletariado, o agente da “emancipação real”⁷.

Com isso, resta evidente, sem maiores referências a esse texto e às *Glosas de 1844*⁸, o deslocamento da questão e, sobretudo, a explicação da revisão de 1859. A questão social, os “males sociais”, para utilizar uma expressão das *Glosas de 1844*⁹, têm sua explicação na vida social alienada e sua solução não pode ser dada pelo Estado, pela vontade política, por mais desenvolvidos que sejam na modernidade. A solução para os “males sociais” está na própria sociedade, a emancipação humana só é possível a partir da apropriação das próprias forças sociais pelo homem. E a anatomia dessas questões não é dada pela filosofia, pela jurisprudência, mas pela economia política.

⁷ “A emancipação do alemão é a emancipação do homem. A cabeça dessa emancipação é a filosofia, seu coração é o proletariado.” (MEGA I/2, 182).

⁸ *Glosas Críticas ao Artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social. Por um Prussiano”*.

⁹ MEGA I/2, 457.

2 – A crítica da economia política como crítica da especulação

1 – Engels e o primeiro esboço da crítica da economia política (1844)

O primeiro esforço intelectual de crítica da economia política, a despeito da trajetória descrita anteriormente, não foi empreendido pelo próprio Marx, mas por Engels, em 1844, no *Esboço para uma crítica da economia política*, também publicado nos *Anais Franco-Alemães*.¹⁰ A motivação de Engels e o contexto da redação diferem sobremaneira daqueles que conduziram Marx ao estudo da economia política, embora não se possa negar a influência que essa obra e a preocupação de Engels com o tema tiveram na obra marxiana¹¹.

O ponto de partida do *Esboço* é a constatação da antítese entre as promessas da nascente economia política – vinculadas àquelas do Iluminismo – livre comércio, internacionalismo, cosmopolitismo, liberdade individual etc. e o sistema da propriedade privada que efetivamente teve de defender no século XIX, baseado na selvagem indústria de então e até mesmo na escravidão. Engels o classifica de imoral e a economia política, por conseguinte, de hipócrita. Se poderiam ser perdoados seus autores clássicos, como Smith e mesmo Ricardo, dado que o sistema não estava completamente acabado, os economistas posteriores deveriam ser criticados justamente por

¹⁰ Como editor dos *Anais*, Marx tomou conhecimento do texto em 1843. No verão de 1844, redigiu duas páginas de excertos sobre ele, depois de estudar os autores citados por Engels. Cf. MEGA IV/2, 486.

¹¹ A obra é relativamente das mais citadas em *O Capital*, assim como em seus esboços.

tentarem encobrir a realidade contraditória e imoral que tinham diante de si. Ele afirma que “*Ricardo* é mais culpado que *Adam Smith* e *MacCulloch* e *Mill* são mais culpados que *Ricardo*” (MEW 1, 501)¹².

A crítica de Engels se reveste precisamente de um componente moral e concentra suas forças no sistema da propriedade privada, desenvolvendo, nesse quesito, argumentação semelhante àquela encontrada nos textos marxianos já referidos. O primeiro argumento é a crítica da expressão “riqueza nacional”, uma vez que seu aumento não implica o enriquecimento de todos os nacionais, sendo a Inglaterra o melhor exemplo. Ou seja, os “vícios privados e benefícios públicos” não corresponderam à expectativa de seus defensores, já que, embora tenha havido enriquecimento nacional, ele se deu à custa do empobrecimento de grande parte da população. Além disso, para Engels, o comércio depende, na modernidade, da propriedade privada e, por isso, estaria evitado de todas as práticas danosas do tempo do mercantilismo, com o mesmo objetivo de enriquecimento¹³. Todo o avanço civilizatório promovido pelo livre-comércio acabou por servir, contraditoriamente, aos interesses da propriedade privada, levando a sociedade de um conjunto de pequenos monopólios nacionais ao monopólio de um único sistema, a propriedade privada. Assim Engels afirma, bem ao contrário do *Manifesto Comunista*, que os avanços do

¹² Semelhante passagem das aspirações legítimas do Iluminismo à pura defesa do existente se detecta em Goethe, no Hegel da *Fenomenologia* comparado com aquele da *Filosofia do Direito* e até mesmo na música, desde Mozart até o último Beethoven. Expressões do período que vai da Revolução Francesa à Restauração, da luta burguesa por sua afirmação até a luta pela preservação do status alcançado. Cf. Ibaney Chasin (1999).

¹³ Ironicamente, o autor ainda considera o enriquecimento, aqui, como tendo a mesma origem dos tempos do mercantilismo, venda acima do preço de compra.

“sistema de livre-comércio”, como internacionalização, paz mais duradoura, serviram apenas à avareza da propriedade privada. E, tal como na *Crítica de 43*, aponta que, em todo lugar, a universalidade se revela impregnada pelo particularismo da propriedade privada, a dissolução na liberdade universal apenas afirmou o interesse egoísta. Engels arremata, porém, que os economistas acabam por servir a uma causa que desconhecem, àquela da “grande transformação para a qual o século se dirige, a reconciliação da humanidade com a natureza e consigo mesma” (*MEW 1*, 505).

A “categoria seguinte condicionada pelo comércio é o *valor*”, diz Engels na abertura da seção seguinte. Trata-se da seção mais fraca da obra, como sua abertura já indica¹⁴. Com efeito, Engels revela uma total incompreensão da questão do valor, tanto nas obras clássicas quanto nas posteriores. Em primeiro lugar, partindo da distinção entre valor real, ou abstrato, e valor de troca, situa o debate quanto à essência do valor real entre o ponto de vista inglês, que vincularia o valor aos custos de produção, e o francês, que vincularia o valor à utilidade. Para Engels, as duas escolas acabam por confundir valor real com valor de troca e, em verdade, ele diz, “O valor de uma coisa inclui os dois fatores, que são separados arbitrariamente pelas partes em contenda e, como vimos, sem sucesso. O valor é a relação dos custos de produção com a utilidade” (*MEW 1*, 505). Sendo os custos de produção de duas coisas iguais, a utilidade seria determinante para a decisão de sua produção.

¹⁴ Essa é também a visão de Mandel (1972), p. 15. Para ele, a seção sobre o valor indica “que Engels nem compreendeu, nem aprofundou Ricardo no momento de redigir esse trabalho”.

Ademais, em qualquer dos casos, o valor real parece ser determinado pela troca, pelo ato de troca. Para a equalização de utilidades ou do próprio valor, na troca, é necessária a introdução da competição e, conseqüentemente, o preço seria o valor real a ela submetido. Uma vez mais, Engels vê na economia política uma apologia do comércio e, por conseguinte, do sistema da propriedade privada. Face ao comércio e à troca, a teoria do valor perderia interesse, reduzida apenas às decisões de produção.

Prosseguindo sua argumentação, Engels analisa a tripartição do valor em renda da terra, lucro do capital e salário do trabalho. Afirma que, como o capital é “trabalho acumulado”, de acordo com os economistas, trabalho e capital seriam idênticos e haveria apenas dois fatores em verdade, terra e trabalho. E, mais ainda, apenas o homem e a natureza, o lado subjetivo e o lado objetivo da produção, incluindo-se no lado subjetivo a inventividade, o esforço mental despendido para aprimorar a produção, algo que escapa a muitos economistas¹⁵. No caso da terra, a renda seria decorrência do monopólio e da concorrência por um bem escasso, e não das diferentes produtividades de terrenos empregados, conforme afirma a teoria ricardiana. Porém, para uma definição correta da renda, uma vez mais, há que se combinar as duas teorias e, com isso, a renda se define como a “relação entre a produtividade do solo, o lado natural (que, por sua vez, consiste na condição *natural* e no cultivo *humano*, no trabalho empregado na

¹⁵ Essa passagem mostra a influência de Feuerbach também em Engels naquele momento. A tematização marxiana, nos *Manuscritos de 1844* já se revela bastante diferente, conforme está demonstrado em Hallak (1999).

melhoria) – e o lado humano, a concorrência” (*MEW 1*, 510). Em última análise, a escassez da terra, condicionada por sua produtividade, acaba por determinar a renda, que, portanto, acaba por se reduzir ao roubo, já que o proprietário da terra não tem qualquer interesse em prover alimentos para a população, mas apenas em obter a maior renda possível. Assim, enigma revelado da renda fundiária, para Engels, também é a propriedade privada.¹⁶

Do mesmo modo, o capital tem sua origem na propriedade privada, “trabalho acumulado” que se torna substrato do próprio trabalho. E, uma vez separados, o capital também se divide novamente para originar o lucro. Por sua vez, o lucro se divide em lucro propriamente e juros. E todas essas divisões são consequência da divisão da humanidade entre trabalhadores e capitalistas. As divisões entre terra e capital, entre capital e trabalho, entre renda, lucro e salário, portanto, são divisões originadas pela propriedade privada. Possuem, no entanto, uma fonte comum, um denominador comum que Engels trata de explicitar:

“Se abandonamos a propriedade privada, então todas essas divisões não-naturais desaparecem. A diferença entre renda e lucro desaparece; capital nada é sem trabalho, sem movimento. O lucro, seu significado se reduz ao peso que o capital coloca na determinação dos custos de produção e, assim, permanece inerente ao capital, assim como ele mesmo reverte à sua unidade original com o trabalho.” (*MEW 1*, 512)

Abolida a propriedade privada, o “principal fator de produção”, a “fonte da riqueza”, o trabalho, emerge em seu significado verdadeiro e tem assim sua própria e verdadeira remuneração. Submetido à

¹⁶ Todo o texto revela também a influência de Proudhon.

concorrência, não pode o trabalho ter sua exata participação – salário – na produção. Abolida a separação entre o trabalho e o salário então alienado (*veräussertes Arbeitslohn*), pode-se determinar “o significado do trabalho para a determinação dos custos de produção para uma coisa” (*MEW 1*, 510).

Tendo situado a concorrência como principal consequência do sistema da propriedade privada a partir do liberalismo, que opõe a natureza ao homem, a terra ao trabalho, o capital à terra e, finalmente, o trabalho ao capital, Engels arremata com mais uma contradição: a concorrência defendida pelos economistas clássicos acaba por levar ao monopólio, a luta pelo interesse egoísta leva supõe, por definição, a busca pelo monopólio.

Da concorrência segue também que oferta e demanda sempre tendem ao equilíbrio, com esforço, mas nunca o atingem e, ao contrário do que supõem os economistas, as crises periódicas revelam exatamente o desequilíbrio de um sistema em que os agentes não controlam nem oferta nem demanda. Com isso, os preços oscilam além ou aquém do valor e, portanto, a própria teoria do valor defendida pelos economistas se revela inútil. E, sobretudo, o desequilíbrio gerado pela concorrência entre capitais, entre capital e trabalho e entre trabalhadores leva necessariamente à produção de bens supérfluos, às crises e, finalmente ao empobrecimento. Tais circunstâncias, segundo Engels, não podem ser explicadas pela economia política. Simplesmente, porque a defesa da concorrência, tão virtuosa ainda

entre os fisiocratas, Smith ou Ricardo, tornou-se dogma para os economistas posteriores, incapazes de constatar seus efeitos danosos.

A solução encontrada pelos economistas para dar conta desse problema foi a “teoria da população”, tal qual formulada por Malthus, que Engels trata de criticar tomando por base Archibald Alison, na melhor parte do artigo. Seu ponto de partida é o fato de que a força produtiva humana é infinita, uma vez que a população pode crescer constantemente, levando ao aumento também do “trabalho acumulado”, ou seja, não se deve considerar a produtividade do solo, mas a produtividade da sociedade como um todo.¹⁷ Além disso, a produtividade do solo também pode ser constantemente aprimorada com mais capital, trabalho e ciência. De acordo com Engels, as pressões que a população exerce sobre o volume produzido decorrem das já citadas separações entre o homem e a natureza, entre capital e trabalho etc. Com efeito, o aumento populacional sempre supõe o aumento da capacidade produtiva, uma vez que cada trabalhador sempre é capaz de produzir um excedente em relação a seu próprio consumo. O emprego dos fatores, porém, é condicionado pela concorrência e, com isso, há desequilíbrio entre oferta e demanda, crises, empobrecimento.

A competição faz com que os três fatores da produção se defrontem uns com os outros e em seu próprio interior. Para Engels, o trabalho é o elo mais fraco dessa luta, condenado que está a lutar pela

¹⁷ A crítica de Engels e também a marxiana antecedem em mais de século todo o debate sobre “recursos escassos” e pleno emprego na ciência econômica.

sobrevivência, enquanto capital e terra se apropriam da maior parcela da produção. No limite, o processo de concorrência levará a um aumento do número de pobres e ao desaparecimento da classe média. A concorrência levará necessariamente à degradação moral, sendo uma consequência do sistema de fábrica o aumento da criminalidade, incidindo o maior número de prisões entre os pobres. O trabalho sempre perde a luta.

Engels conclui seu escrito com uma observação sobre ciência e maquinaria:

“Na luta de capital e terra contra o trabalho, os dois primeiros elementos têm ainda uma vantagem particular sobre o trabalho – o auxílio da ciência, pois ela também, nas atuais circunstâncias, está direcionada contra o trabalho. Quase todas as invenções mecânicas, por exemplo, foram ocasionadas pela falta de força de trabalho, em particular, as máquinas de fiar de Hargreaves, Crompton e Arkwright. Nunca foi demandado tanto trabalho sem que disso não resultasse uma invenção que aumentasse significativamente a força de trabalho, portanto, que desviasse a demanda do trabalho humano.” (*MEW 1*, 524)

Diante desse quadro, Engels trata brevemente sobre expulsão e absorção de trabalhadores em razão do avanço técnico. Para ele, a concorrência faz com que sempre haja mais trabalhadores em luta pelos empregos do que antes, situação agravada pela contínua introdução de inovações, ou seja, a taxa de expulsão seria maior do que a de reabsorção. A relação entre maquinaria e trabalho, naturalmente, se materializa no sistema da fábrica, cuja imoralidade Engels promete

tratar em outro escrito, juntamente com a visão da economia política a respeito¹⁸.

Conforme se disse acima, esse texto chegou às mãos de Marx no final de 1843 e é citado em um de seus cadernos de excertos do verão de 1844, período em que se tornou amigo de Engels. Ressente-se da falta de rigor para com os autores tratados e, sobretudo, para com as questões discutidas. No caso do valor e da lei da oferta e da procura, vê-se claramente como não há níveis de abstração no texto, Engels não consegue tratar de essência e aparência dos fenômenos, insurgindo-se sempre que essas duas instâncias parecem se contradizer. Assim como na *Crítica de 43*, a propriedade privada é o alvo principal da crítica, o que parece ser influência direta de Proudhon¹⁹. A concorrência é vista como a causa principal da miséria do trabalhador, agravada pelo sistema de fábrica e pela maquinaria. Em síntese, a ausência de uma teoria do valor consistente impede que todas as questões sejam subsumidas a certa ordem, recaindo toda a crítica na análise moralista da realidade que não corresponde à teoria. No entanto, este é o ponto de partida da crítica da economia política. Assim como fizera com Hegel, novamente Marx convidará o ser a parametrar criticamente o conhecer, para usar expressão de Chasin (2009). A situação a partir da década de 1830 frustrou todas as promessas da economia política, reduzida então à justificação da realidade. Será sob essa perspectiva que Marx iniciará seus estudos de economia política.

¹⁸ *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, de 1845.

¹⁹ A crítica de Proudhon à propriedade privada seria saudada por Marx e Engels como uma verdadeira revolução científica na economia política, conforme se lê em *A Sagrada Família*.

2 – Os escritos de Paris: da propriedade privada ao trabalho alienado

Além de delimitar certa temática da crítica inicial da economia política, o *Esboço* também se presta a comparação com o desenvolvimento do pensamento de Marx, havido no espaço de um ano, desde o texto de Engels até os *Manuscritos de 1844*²⁰. Entre uma e outra data, Marx empreende um estudo de economia política que cobre toda a bibliografia que Engels consulta para redigir o *Esboço*, além de muitos outros textos. Todo o seu percurso ficou registrado numa série de cadernos em que toma notas de Say, Skarbek, Smith, Xenofonte, Ricardo, James Mill, MacCulloch, Prevost, Destutt de Tracy, Schüz, List, H. F. Osiander, Buret, além de algumas passagens da *Fenomenologia do Espírito*²¹. Foi durante o exame desses autores que redigiu também os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* e o espírito desse texto, naturalmente, remete-se aos estudos empreendidos então.

O primeiro autor analisado nos excertos é Jean-Baptiste Say e as anotações feitas por Marx cobrem, sobretudo, os temas de produção e distribuição da riqueza. Uma das passagens mais interessantes de suas anotações são os comentários sobre os epítomes que Say acrescentou ao seu *Tratado*. Para Say, a propriedade privada é um fato reconhecido que a economia política deve supor, sem considerar seu fundamento ou

²⁰ Para além da análise hermenêutica, o período parisiense de Marx pode contribuir para o debate do “problema” Marx-Engels, quando muitas vezes se defende a identidade e complementaridade entre os dois pensadores. É o caso de Krätke (2006). O último Lukács (1984) é rigorosamente contrário a essa interpretação.

²¹ Esses cadernos compõem o volume MEGA IV/2.

suas conseqüências. Say afirma que “não pode haver *riquezas* criadas, distribuídas e consumidas sem propriedade”. Ao que Marx diz: “Não há *riquezas* sem propriedade privada e a economia política, segundo sua essência, é a *ciência do enriquecimento*. Portanto, não existe economia política sem a propriedade privada. Toda a economia política, portanto, repousa num fato sem necessidade.” (MEGA IV/2, 318). A propriedade privada emerge, uma vez mais, como fundamento sem gênese da economia política, tal qual aparecia ao final da *Filosofia do Direito* de Hegel.

Também é importante a intuição a respeito da discussão da economia política sobre a riqueza. Marx diz:

“*Riqueza*. Aqui já é suposto o conceito de *valor*, que ainda não foi desenvolvido; pois a riqueza é definida como ‘soma de valores’, ‘soma de coisas valiosas’, que se possuem. – Na medida em que a riqueza relativa é determinada pela comparação do valor das coisas que se possuem necessariamente com o valor daquelas que se pode dar em troca – *en échange* – então, do início ao fim, a ‘troca’ se torna elemento essencial da riqueza. A riqueza consiste nas coisas que se têm ‘não por necessidade’, que não são obtidas para ‘necessidades pessoais’.” (MEGA IV/2, 319)

A definição de riqueza a partir de uma categoria da troca, a partir do valor de troca, e o pressuposto da propriedade privada *tout court* são alguns dos sintomas do modo de operar da economia política que, desde já, são objeto da crítica de Marx. Chama-lhe a atenção definir a riqueza de uma sociedade a partir de algo extrínseco à própria riqueza acumulada da sociedade e, principalmente, uma vez mais, condicionar a riqueza à propriedade privada. A conformação da lógica da crítica da economia política se faz justamente por meio de uma nova ordenação

do material, dos níveis de abstração que a própria economia política se revela incapaz de realizar.²² De fato, um dos temas centrais da economia política foi justamente a própria riqueza e, de Smith a Say, pode-se notar um deslocamento do tema, da riqueza material para a riqueza monetária, questão que não escapa a Marx. Um dos aspectos mais importantes de sua definição de riqueza será justamente ultrapassar, suprassumir a separação entre matéria e valor, dualidade fundamental para o próprio desenvolvimento do conceito de capital, como se verá na análise do *Manuscrito de 1861-1863*.

Nos cadernos parisienses, Marx se preocupa bastante com as diversas concepções de valor desenvolvidas pela economia política. Nesse caso, segue muito a discussão feita por Engels, ao observar o papel que a concorrência desempenha nas teorias do valor analisadas, em especial em Ricardo e Say. Ele diz:

“Ao contrário [de Ricardo – LGD], Say faz valer a *utilidade*. Essa utilidade é representada por ele pela *demanda*, portanto, pela concorrência dos consumidores. Os custos de produção são representados pela extensão, pela quantidade da *oferta*.

Na determinação do valor, Ricardo retém apenas os custos de produção, Say, a utilidade. Em Say, a concorrência representa os custos de produção. De acordo com o próprio Say, a utilidade depende, com isso, de moda, caprichos, por meio da pura concorrência. (MEGA IV/2, 392).

Assim como no *Esboço*, o papel da concorrência na determinação dos preços revela a contradição do sistema da economia política, já que as

²² Outro exemplo é a crítica que Marx dirige à tematização smithiana da divisão do trabalho: “Muito engraçado como é o círculo que Smith faz na demonstração. Para explicar a divisão do trabalho, ele supõe a troca. Porém, para que a troca seja possível, ela já deve pressupor a divisão do trabalho, a diferença de atividades humanas. Como ele situou mal o problema na condição original, ele não se livra dele.” (MEGA IV/2, 336).

mercadorias teriam seu valor determinado antes da troca, mas, por outro lado, apenas com a dinâmica da concorrência teriam seu preço real determinado. Smith e Ricardo, com efeito, não lograram estabelecer a causalidade correta em relação ao valor, já que a renda entra em sua determinação *a priori* e, ao mesmo tempo, o preço é determinado posteriormente, pela concorrência. Antecipando sua tematização sobre a origem do lucro, Marx afirma:

“Segundo Smith, o *prix naturel* consiste em salário, renda e lucro. A *renda* não é parte dos custos de produção necessários, embora a terra seja necessária para a produção. O lucro também não é parte dos custos de produção. A necessidade da terra e do capital para a produção só deve ser estimada nos custos na medida em que pertença à manutenção de capital e terra, trabalho etc. Seus custos de reprodução. Porém, o *plus*, o mais do que eles constitui juros e lucro, aluguel e renda da terra. Portanto, o preço de todas as coisas é muito *caro*, como Proudhon já desenvolveu. Além disso: a *taux naturel* de salário, renda e lucro é totalmente dependente do costume ou do monopólio, em última instância, da concorrência e não é desenvolvida a partir da natureza da terra, do capital e do trabalho. Os próprios custos de produção são determinados, portanto, pela concorrência e não pela produção.” (MEGA, IV/2, 404).

Os economistas políticos, portanto, conquanto ensaiem desenvolver uma teoria do valor, acabam por confundir as instâncias determinativas, confundindo aparência com essência, acidente e predicado com o sujeito. Nota-se bem como a crítica à especulação não se encerra com a crítica da economia política, mas a potencializa. Por exemplo, os rendimentos não têm sua fonte e origem explicitadas, mas são submetidos às leis mais aparentes de oferta e demanda, da concorrência, o que permite Marx arrematar: “A economia política, para fornecer às suas leis certa consistência e determinidade, deve supor a

realidade como acidental e a abstração como real.” (MEGA IV/2, 405). Esse procedimento, em especial em Say, não permite a ele e nem a outros economistas explicar fatos da realidade que já naquela época contradiziam a própria teoria, a saber, as crises econômicas e a instabilidade do sistema à luz do equilíbrio e da plena alocação de capitais pela concorrência. Como, pergunta-se Marx, os indivíduos dotados de completa sabedoria, capazes de perseguir seus interesses egoístas, podem causar “a ruína dos outros e a de si próprios, se existe para cada capital um emprego com ganho calculado, não ocupado?” (MEGA IV/2, 417). Em termos contemporâneos, como a alocação plena de recursos, garantida pela concorrência, pode levar a uma crise comercial ou de superprodução.

Os elementos mais importantes da reflexão marxiana do período se encontram nas anotações sobre James Mill, redigidas depois dos *Manuscritos de 1844*. Algumas das questões tratadas nesse texto são retomadas e ganham precisão e merecem atenção para a análise dos próprios manuscritos. O confronto com Mill merece particular atenção porque esse autor, assim como os demais da escola ricardiana, representa uma ruptura com a economia política clássica e, em certa medida, seu procedimento iniciaria um modo de pensar a economia que se tornaria preponderante no tempo de Marx. Se Smith e Ricardo serão saudados por Marx por sua tentativa rigorosa de compreensão da realidade, a partir deles os economistas tentarão formular leis as mais abstratas e que, em geral, pouco explicam o objeto concreto. Assim, ao

tratar de dinheiro e valor do metal, Mill “comete o erro – assim como, em geral, a escola de Ricardo – de enunciar a *lei abstrata* sem a mudança ou constante supressão [*Aufhebung*] dessa lei – por meio da qual apenas ela se torna lei” (MEGA IV/2, 447). No caso da determinação do preço pelos custos de produção e pelo equilíbrio entre oferta e demanda, fato efetivamente fortuito, a *lei constante* só pode ser enunciada tornando o movimento real um acidente: “A lei na economia política é determinada por seu oposto, a ausência de lei. A verdadeira lei da economia política é o *acaso*, de cujo movimento nós, os cientistas, fixamos arbitrariamente alguns momentos na forma de leis.” (MEGA IV/2, 447).

Nas observações sobre o dinheiro, Marx se refere à questão da alienação e, para tanto, faz alusão à tematização feuerbachiana sobre a alienação religiosa. A necessidade do dinheiro, no sistema da propriedade privada, decorre justamente da exigência do intercâmbio, da troca. Porém, o dinheiro não serve às relações humanas, mas às relações da propriedade privada consigo mesma, é a expressão material do valor que, por sua vez, é apenas a expressão abstrata dessa relação. O processo de troca mediado pelo dinheiro, “o mediador estranho [*fremden*]”, não constitui relação humana, mas está antes estranhado do homem, que se aliena numa coisa material exterior e “vê sua vontade, sua atividade, sua relação com outros como uma potência independente dele e dos demais” (MEGA IV/2, 448). Por isso, a oposição dos economistas ao mercantilismo (*système monétaire*) não

representa uma ruptura muito grande, nem verdadeira vitória, pois, ao atribuir ao dinheiro o caráter de uma mercadoria qualquer, acabaram apenas por generalizar aquilo que no mercantilismo era específico, a saber, o valor dos metais. Na sociedade burguesa, todas as mercadorias são conversíveis em dinheiro, justamente porque ele é uma mercadoria também, submetida às leis do valor, custos de produção, oferta e demanda. Para Marx, a generalização do processo de troca leva o dinheiro a se tornar a expressão mais abstrata das relações da propriedade privada, fato percebido pelos economistas, que deslocam a essência do dinheiro dos metais preciosos apenas para o conjunto das mercadorias. A existência material do dinheiro como mercadoria, portanto, é apenas expressão sensível de sua alma imaterial, que se encontra em todas as atividades e relações da sociedade. Quanto mais desenvolvido o “modo de existência pessoal do dinheiro” corresponde mais à essência do dinheiro quanto menos corresponda ao mundo das mercadorias, quanto mais deslocado esteja de seu próprio valor de troca, o que faz Marx concluir que o papel-moeda e seus representantes sejam “a existência *acabada do dinheiro como dinheiro* e um momento necessário no progresso do desenvolvimento do sistema do dinheiro” (MEGA IV/2, 450). Diante disso, Marx descarta a visão dos saint-simonistas de um sistema de crédito como capaz de superar a alienação, quando, em verdade, seria exatamente o seu aprofundamento, já que libertaria o homem dos vínculos materiais, monetários, mas não o libertaria de alienar a própria

esfera de sua moralidade, a sua própria vida social estaria alienada. Ele diz:

“No interior da relação de crédito – o dinheiro não foi suprimido no homem, mas o próprio homem se transformou em *dinheiro* ou o dinheiro é nele *incorporado*. A *individualidade humana*, a *moral* humana se torna ela própria tanto uma mercadoria quanto um *material* em que o dinheiro existe. Em lugar de dinheiro, papel, minha própria existência pessoal, minha carne e meu sangue, minha virtude social e minha importância são o corpo do *espírito do dinheiro*.” (MEGA IV/2, 451).

Na sociabilidade do dinheiro, a troca se torna a própria atividade genérica, a fruição genérica, “cuja verdadeira existência real, consciente é a atividade *social* e a fruição *social*” (MEGA IV/2, 452). A realização social do homem, portanto, encontra-se submetida à troca e ao dinheiro, nulificando a própria construção social do homem. Marx diz:

“Como a essência *humana* [*menschliche Wesen*] é a *verdadeira comunidade* [*Gemeinwesen*] do homem, então os homens *criam*, produzem, por meio da atividade de seu *ser*, a *comunidade humana*, o *ser* social, que não é nenhuma potência abstrato-universal contraposta ao indivíduo singular, mas a essência de cada indivíduo, apenas a própria atividade de sua própria vida, sua própria fruição, sua própria riqueza. Por isso, tal *comunidade verdadeira* não é gerada por meio de reflexão, ela aparece, por isso, por meio da *necessidade* e do *egoísmo* dos indivíduos, isto é, é produzida imediatamente por meio da atividade de seu próprio ser. Não depende do homem que essa comunidade seja ou não; mas na medida em que o homem não se reconhece como homem e, com isso, não organizou o mundo humanamente, essa *comunidade* aparece sob a forma de *estranhamento*. Porque seu *sujeito*, o homem, é um ser estranho a si mesmo. Portanto, é uma frase idêntica dizer que o *homem* esteja estranhado de si mesmo e que a *sociedade* desses homens estranhados seja a caricatura de sua *comunidade real*, de sua verdadeira vida genérica. portanto, que sua atividade apareça como tormento, sua própria criação lhe apareça como potência estranha, sua riqueza como pobreza, o *vínculo essencial* que o une aos outros homens apareça como um vínculo inessencial e antes como a separação dos outros homens como sua

verdadeira existência, que sua vida apareça como sacrifício de sua vida, que a realização de seu ser apareça como irrealização de sua vida, que sua produção apareça como produção de sua nulificação, que sua potência sobre o objeto apareça como potência do objeto sobre ele, que ele, o senhor de sua criação, apareça como o escravo de sua criação.” (MEGA IV/2, 452)

A economia política emerge precisamente como expressão ideal desse fenômeno, ao conceber a vida genérica do homem, a comunidade dos homens sob a forma da troca e do comércio, a “sociedade comercial” de Adam Smith. Para Marx, porém, seu erro consiste em fixar esse caráter como “essencial e original”. O pressuposto fundamental economia política seria considerar o homem como proprietário, ou seja, parte-se sempre da própria propriedade privada, o ponto de partida da economia política não é o próprio homem, mas o proprietário, o homem que se afirma por meio da propriedade privada, em última análise, o homem alienado, que existe somente em razão e por meio da propriedade privada.²³ Assim, o vínculo que une os homens, como proprietários, é a própria alienação. A existência dessa alienação, por sua vez, depende da validade social, da troca para se realizar, razão pela qual a própria alienação da propriedade privada se abstrai na forma do equivalente, do valor e do valor de troca, sua forma alienada. A propriedade privada se afirma, enfim, por meio da “alienação e estranhamento recíprocos” de si mesma, da troca de equivalentes.

²³ Essas observações sobre alienação guardam certa semelhança com a tematização hegeliana sobre posse e propriedade na primeira parte da *Filosofia do Direito*.

Outra conseqüência imediata da relação de troca é a transformação do trabalho em emprego imediato, emprego para a subsistência (*unmittelbare Erwerbsarbeit*): o produtor não produz mais para consumir, mas apenas para trocar, portanto, seu trabalho não guarda relação direta com suas necessidades, mas apenas serve para que tenha acesso a outras mercadorias. Ele produz apenas para trocar, ou seja, o produto é produzido “como *valor*, como *valor de troca*, como *equivalente*, não mais devido à sua relação imediata, pessoal com o produtor” (MEGA IV/2, 455). Quanto mais complexas se tornam a produção e as necessidades humanas, mais inessencial e acidental se torna o trabalho para o produtor, até se tornar sempre e tão somente um emprego para a subsistência. Esse gênero de trabalho envolve:

“1) O estranhamento e a casualidade do trabalho em relação ao sujeito que trabalha; 2) o estranhamento e a casualidade do trabalho em relação a seu objeto; 3) a determinação do trabalhador pelas necessidades sociais que, porém, lhe são estranhas e são uma coerção à qual ele se submete devido à necessidade egoísta e ao carecimento e que apenas têm para ele o significado de uma fonte de satisfação de sua necessidade natural, assim como ele existe para elas apenas como um escravo de suas necessidades; 4) que, para o trabalhador, a manutenção de sua existência individual apareça como *finalidade* de sua atividade e que sua atividade real valha para ele apenas como meio; que ele ative sua vida somente para ganhar os meios de *subsistência*.” (MEGA IV/2, 455)

O resultado imediato da produção complexa de valores de troca é o aumento do egoísmo e do estranhamento entre os indivíduos. A divisão do trabalho, portanto, ao mesmo tempo em que corresponde a um avanço da civilização e da vida social do homem, representa também o estranhamento do homem frente a seu ser social. O dinheiro representa

o ponto culminante desse processo de estranhamento, já que representa a completa dominação da propriedade privada sobre o homem, de uma coisa estranha sobre o homem, fato pressuposto em toda a economia política. Com efeito, todas as separações categoriais que efetua, entre trabalho, capital e terra, entre produção, distribuição e consumo são meras expressões do estranhamento fundamental promovido pela propriedade privada no interior da sociedade.

Páginas adiante, Marx tece novos comentários sobre a tematização de James Mill a respeito do comércio, da troca e da produção para a troca, passagens em que Mill reitera e sustenta a busca do interesse egoísta pelo homem. Nesse ponto, Marx aborda alienação e estranhamento, ao considerar que a vigência do valor para a troca de produtos acaba por ser a desvalorização humana: “Nosso *valor recíproco* é para nós o *valor* de nossos objetos recíprocos. Portanto, o homem mesmo é, para nós, reciprocamente *sem valor*.” (MEGA IV/2, 465). Do mesmo modo, o trabalho deixa de ser manifestação de vida para ser alienação: “Meu trabalho seria *livre exteriorização de vida [Lebensäusserung]*, por isso, *fruição da vida*. Sob o pressuposto da propriedade privada, é *alienação de vida [Lebentäusserung]*, pois eu trabalho *para viver*, para me proporcionar um *meio* de vida. Meu trabalho *não é vida*.” (MEGA IV/2, 466). Para o indivíduo, portanto, o trabalho não aparece como manifestação de sua própria vida, mas justamente como tormento, coação externa, necessidade extrínseca. E

o produto, o objeto produzido é apenas a expressão sensível, objetiva da perda de si, da impotência do indivíduo.

A análise dessas poucas páginas em que Marx formula uma reflexão própria sobre o tema dá a medida do ponto de partida da crítica da economia política. Conforme já se ressaltou, a propriedade privada e sua predominância na vida social é o ponto central da crítica marxiana nesse momento, como foi a partir da crítica a Hegel. Do mesmo modo, o dinheiro aparece como expressão mais geral desse domínio, sendo o valor a forma abstrata da desvalorização humana. Tais quesitos são apreendidos pela economia política como essenciais, inarredáveis de qualquer sociedade, divisão do trabalho, troca, dinheiro e propriedade privada são essenciais para a plena realização humana. Essas questões são elaboradas por Marx, além dos textos referidos, nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Neles se revela certo deslocamento de eixo, da propriedade privada *tout court* para o trabalho alienado, origem e causa da primeira. Ao apontarmos certo caráter feuerbachiano da tematização engelsiana sobre o intercâmbio homem e natureza, no Marx de 1844 já se percebe a subsunção desse intercâmbio à atividade sensível, passo analítico, como se disse, diferenciador dos dois autores sobre o tema.

Na leitura dos *Manuscritos*, o primeiro ponto a ressaltar é a concentração do objeto de reflexão, que Marx trata de explicitar, apontando as dificuldades de abranger toda a ciência política e jurídica numa mesma obra, como prometera na *Crítica da Filosofia do Direito de*

Hegel – Introdução. A solução encontrada seria a redação de diversas brochuras autônomas, com a crítica do direito, da moral, do Estado, da vida civil e, naturalmente, da economia política. O mais importante, porém, seria o arremate da obra, “um trabalho particular em que buscarei restabelecer a coesão do todo, a relação das partes singulares, finalmente a crítica da elaboração especulativa de tais materiais” (MEGA I/2, 325). Vê-se, pois, que a crítica de economia política constituía, para Marx, tarefa particular em quadro maior, subsumido à crítica das formações ideais, em que a filosofia seria a última instância. Assim, o abandono da filosofia em benefício da “atividade científica”, da economia, não corresponde à percepção que Marx tinha de sua própria obra, embora o projeto tenha restado inconcluso. Essa é a visão de Lukács (1984: 108), para quem a mudança de orientação havida no pensamento marxiano entre 1843 e 1844 se deveu em grande medida a uma contingência histórica, ou melhor, a uma urgência do momento em que Marx atuou. Segundo esse autor, há uma continuidade filosófica explícita nos dois momentos, entre os escritos de juventude e aqueles da maturidade, sendo descabida a distinção entre o Marx “filósofo” e o Marx “economista”: sem as conquistas fundamentais da década de 1840, seria impossível toda a reflexão que se seguiu. Para Lukács, a ênfase conferida por Marx à tematização de talhe econômico atendeu a uma forma de expressão

imposta pela atividade política, longe de constituir uma mudança de cunho metodológico ou filosófico²⁴.

De fato, até onde se pode falar em método marxiano, os *Manuscritos* guardam íntima relação com seu procedimento em outros textos, notadamente com a crítica a Hegel. Marx faz com que a economia política fale por seus próprios termos, aceita algumas de suas premissas para desenvolver sua argumentação. À semelhança de Engels, toma a teoria do valor dos clássicos e muitos outros pressupostos como dados e os confronta simplesmente com a realidade. Indo além de Engels, porém, leva-os até as últimas conseqüências: a condição do trabalho na ordem da propriedade privada, algo que Engels apenas anuncia em seu *Esboço* e que apenas realiza sob perspectiva empírica no trabalho de 1845. Marx pretende expor os próprios limites da teoria, ou seja, uma autêntica crítica da atividade especulativa no seio da economia política, sendo esse um dos aspectos centrais de toda a crítica da economia política, a universalização de categorias de certas formações sócio-econômicas historicamente localizadas, sobretudo, o capitalismo. Em todo o texto, Marx detecta a tensão, a contradição não resolvida pela economia política, em especial por Smith e Ricardo, em suas teorias do valor, em que subjaz a luta de classes na apropriação do excedente.

O argumento marxiano é desenvolvido a partir da divisão feita pela economia política clássica entre capital, terra e trabalho, lucro, renda e

²⁴ Esse fato será avaliado em seguida, com o exame dos diversos esboços de *O Capital*, notadamente os *Grundrisse* e o *Manuscrito de 1861 – 1863*, que, apresentam grande conexão entre questões ontológicas e econômicas, devidamente condensadas no texto de 1867.

salário. Marx, porém, rejeita a redução dos três fatores ao trabalho, já que o trabalhador é o único que tem de vender a si mesmo para se manter, tem de vender sua própria qualidade de homem. Além disso, embora todos os valores se reduzam a trabalho, Marx afirma que o próprio trabalho tem seu valor constantemente reduzido (MEGA I/2, 332). Do mesmo modo, a divisão do trabalho, como é afirmado nas notas sobre Mill, ao mesmo tempo em que constitui avanço da sociedade, reduz o trabalhador mais e mais à condição de máquina. Marx descreve, assim, alguns dos diversos estágios de um ciclo econômico, tal qual fizera Smith, para mostrar que, em todos eles, a condição do trabalhador, expressa em seu salário e em sua manutenção, sempre é prejudicada diante dos ganhos do capital e da terra, seja na situação de progresso material, seja na de penúria. Para Marx, pouco importa o progresso relativo do trabalhador, pois está sempre reduzido ao nível de subsistência graças à concorrência e ao aumento populacional. Tal quadro é descrito pela economia política ao conceber todo o trabalhador como aquele desprovido de capital e terra e que, por isso, deve trabalhar para se manter, a própria economia política, para Marx, parte precisamente do trabalhador como desprovido de qualquer posse ou propriedade. Assim, para a economia política, o trabalho aparece apenas sob a forma da já referida *atividade de subsistência (Erwerbsthätigkeit)* e a redução moderna de todo o trabalho e de parcela significativa da humanidade ao trabalho abstrato tem o efeito de reduzir o próprio trabalho a essa atividade e o

trabalhador à condição de gado reduzido às necessidades vitais mais estritas (MEGA I/2, 334). Portanto, propor um aumento salarial ou até mesmo a igualdade de salários para todos, como Proudhon, significa apenas manter intactos os termos da economia política, estender a toda a humanidade a miséria do trabalho em sua forma mais precária. Em suma, ao analisar o trabalho e o salário, Marx capta um dos aspectos fundamentais da perspectiva da economia política, a saber, o conflito na distribuição dos rendimentos: “Segundo o conceito, renda da terra e ganho do capital são *deduções* que sofre o salário. Porém, na realidade, o salário é uma dedução que terra e capital proporcionam ao trabalhador, uma concessão do produto do trabalho ao trabalhador, ao trabalho.” (MEGA I/2, 332). Com uma análise pouco profunda de produção e distribuição, a conclusão de Marx é que o trabalho produz toda a riqueza da sociedade e a simultânea miséria do trabalho.

Prosseguindo em sua análise, Marx passa ao capital e ao ganho do capital, acompanhando o desenvolvimento de Smith, o capital é “trabalho acumulado”. A tripartição do valor entre lucro, renda e salário faz Marx afirmar que o ganho do capital será maior quanto menor for o salário, uma vez mais, o processo de distribuição encontra-se permeado pelo conflito entre capital e trabalho, com perda necessária para o último. O ponto mais interessante da leitura que Marx faz de Smith diz respeito aos métodos empregados pelo capitalista para aumentar seu ganho, redução da concorrência, segredo comercial, que permitem ao capitalista manter um preço superior ao preço natural. Além disso, a

divisão do trabalho e a melhoria da força produtiva geral, em suma, os métodos de redução do tempo de trabalho: “Ele [o capitalista – LGD] ganha duplamente, primeiro, com a divisão do trabalho, segundo, com o progresso em geral, que o trabalho humano realiza sobre o produto natural.” (MEGA I/2, 341). A partir das observações de Smith sobre as ações combinadas dos capitalistas para elevar os preços ou reduzir salários, Marx afirma que o interesse deles é oposto ao da sociedade, fato em geral reconhecido pela economia política. Esse fato se agrava com a busca permanente de concentração de capitais, que viciosamente gera mais concentração, graças à acumulação mais rápida que um capital maior experimenta face aos capitais menores²⁵.

Finalmente, em sua análise da renda da terra, Marx parece acompanhar Ricardo em grande medida. Porém, ao analisar a teoria tanto de Smith quanto de Ricardo, para quem a renda depende da fertilidade do solo e da localização, Marx se mostra extremamente crítico dessa teoria, detectando o procedimento geral da economia política. Ele diz: “Essas frases de Smith são importantes, porque reduzem a renda da terra à maior ou menor fertilidade do solo, sob custos de produção iguais e igual extensão; portanto, evidentemente, mostram a inversão de conceitos na economia política, que transforma fertilidade do solo numa propriedade do proprietário da terra.” (MEGA I/2, 352). Para Marx, a renda da terra “é fixada pela *luta entre arrendatário e proprietário da terra*. Em toda parte na economia política,

²⁵ Nessa altura do texto, Marx acompanha Smith em sua distinção de entre capital fixo e capital circulante. Dada a necessidade de investimento em capital fixo, um pequeno capitalista não poderá fazer frente a um grande.

encontramos a oposição hostil de interesses, a luta, a guerra, reconhecidas como base da organização social.” (MEGA I/2, 353).

Isso posto, Marx acompanha Smith e Say para descrever como os interesses do proprietário da terra acompanham os da sociedade, uma vez que, enquanto salários e lucros influenciam a alta dos preços dos alimentos diretamente, a alta da renda, por sua vez, é consequência dessa alta. Ou seja, um estado de progresso da sociedade acaba por aumentar a renda da terra, o que faz Smith concluir que os interesses do proprietário da terra são idênticos aos da sociedade, constatação que Marx critica, afirmando que, “na economia política, sob o domínio da propriedade privada, o interesse que alguém possui em relação à sociedade está exatamente em proporção inversa em relação ao interesse da sociedade em relação a ele, assim como o interesse do usurário no pródigo não é em absoluto idêntico ao interesse do pródigo nele.” (MEGA I/2, 356). Marx demonstra como a renda da terra aumenta exatamente com a miséria generalizada, isto é, com a baixa dos salários, com a diminuição dos lucros, além dos interesses de arrendatários, ou seja, o interesse do proprietário da terra é, na verdade, oposto ao do conjunto da sociedade.

Descreve também como a concorrência entre grandes e pequenos proprietários acaba por gerar maior concentração de terras, vez que o pequeno proprietário, numa situação análoga à do artesão face ao capitalista, não tem condições de investir pequeno capital em melhorias no solo, pequena quantidade de moeda corrente para investir na

produção etc. Ademais, dada a diferença entre taxa de juros e renda da terra, se ela for muito elevada, o preço da terra acaba por cair e as terras se concentram em poucas mãos. Marx diz, em suma, que a propriedade da terra, inevitavelmente, se converte em mercadoria e a produção agrícola, em capitalista. E afirma que a propriedade privada original, a terra, deve ser despojada de traços antigos, românticos e políticos. Para tanto, ele diz

“É necessário que essa aparência seja suprimida, que a propriedade da terra, a raiz da propriedade privada, seja totalmente envolvida no movimento da propriedade privada e se torne mercadoria, que o domínio do proprietário apareça como o domínio puro da propriedade privada, do capital, despojado de toda tintura política, que a relação entre proprietário e trabalhador se reduza à relação econômica entre explorador e explorado, que cesse a relação pessoal do proprietário com sua propriedade, e que essa propriedade se torne apenas riqueza material objetiva (*sachlichen*), que o casamento de interesse tome o lugar do casamento de honra com a terra, e que a terra se degenere em valor comercial assim como o homem.”
(MEGA I/2, 360)

Nessa passagem, pela primeira vez, Marx situa o domínio da propriedade privada na esfera do capital, agente da sociabilidade que domina tanto os explorados, quanto os exploradores. Para sintetizar o domínio da materialidade sobre os homens, cita a expressão “*l’argent n’a pas de maître*”.

E assim Marx conclui a primeira parte de sua incursão pela economia política. Sobre esta base ainda provisória, lança a pedra fundamental de sua crítica da economia política: o trabalho alienado. Para utilizar uma expressão que repetiu várias vezes nos textos de juventude, o trabalho alienado constitui o enigma revelado da economia

política, a verdade subjacente a seus conceitos invertidos. É sintomático que, ao final dos *Manuscritos*, Marx tenha exposto uma crítica a Hegel, anunciada já no prefácio. Nessa altura da análise, as duas formas de pensamento aparecem para ele como duas formações ideais muito semelhantes, que apreendem o movimento real, reconhecem suas contradições e seu desenvolvimento, mas acabam por ser insuficientes para fornecer a gênese completa do ser sobre o qual se debruçam. Tanto Hegel quanto a economia política, ao menos em sua origem, guardam esse traço comum, que cabe criticar.

Assim, trabalho alienado é a conclusão lógica do desenvolvimento categorial da própria economia política e, antes, está pressuposto à sua tematização do valor e de sua distribuição. Conforme afirma Marx, ele partiu das categorias e leis da economia política, raciocinou sob seus termos e premissas, para concluir:

“A partir da própria economia política, com suas próprias palavras, mostramos que o trabalhador desce ao nível de mercadoria e mercadoria miserabilíssima, que a miséria do trabalhador está em proporção inversa com a potência e grandeza de sua produção, que o resultado necessário da concorrência é a acumulação do capital em poucas mãos, portanto, a restauração ainda mais terrível do monopólio, finalmente, que desaparece a distinção entre capitalista e proprietário da terra, assim como entre camponês e trabalhador da manufatura e toda a sociedade tem de se decompor em *proprietários* e *trabalhadores* não-proprietários.” (MEGA I/2, 363).

Esse o pórtico da crítica da economia política. Embora esteja longe de sua maturidade, o pensamento marxiano opera, nessa altura, um deslocamento analítico fundamental, ainda que estivesse suposto em

tematizações que o precederam: o enigma revelado da propriedade privada é o trabalho alienado e a origem da riqueza da sociedade capitalista é a miséria do trabalhador, despojado de qualquer propriedade e transformado em mercadoria. Ao contrário da economia política, Marx não rejeita a propriedade privada considerada como fato jurídico *a priori*, mas situa sua gênese no próprio trabalho. Do mesmo modo, divisão do trabalho, concorrência, interesses privados são considerados predicados essenciais da vida social, em qualquer tempo histórico. Marx, ao contrário, postula a explicação da vida social sob a propriedade privada no trabalho, na forma de produção da própria vida social: “Temos de compreender agora o nexos essencial entre a propriedade privada, a ganância, a divisão do trabalho, capital e propriedade da terra, de troca e concorrência, de valor e desvalorização do homem, de monopólio e concorrência etc., de todo esse estranhamento [*Entfremdung*] com o sistema do dinheiro.” (MEGA I/2, 364). Uma vez mais, ganha contornos mais nítidos a determinação da natureza da propriedade privada sobre a qual se fala na economia política, o sistema do dinheiro, riqueza monetária. Além disso, a riqueza material é expressão da pobreza do trabalho. Fundamental que essa miséria, para Marx, não consiste na miséria de uma parcela da vida econômica da sociedade, ela é a própria vida social miserável. Com efeito, a economia política parte de indivíduos isolados com interesses conflitantes, um *compositum* de individualidades que se valem de interações, contratos, para fazer valer seu interesse egoísta. Para Marx

ao contrário, a sociedade não é meio de realização, mas condição imediata de possibilidade da individualidade. A produção da objetividade humana se dá num nível genérico, social: “O homem é um ser social, não apenas enquanto faz do gênero, na prática e teoricamente, tanto do seu próprio quanto das demais coisas, seu objeto, mas – e isso é apenas outra expressão da mesma coisa – mas também enquanto se comporta em relação a si mesmo como o gênero vivo, atual, enquanto ele se comporta em relação a si mesmo como um ser *universal*, portanto, livre.” (MEGA I/2, 368). Assim, a vida humana, que aparece imediatamente como natural, reveste-se de seu caráter genérico, já que só se afirma na prática por meio da atividade consciente, o homem não se identifica imediatamente com seu traço natural, mas o conforma e transforma, tomando a natureza como seu “corpo inorgânico” por meio de sua atividade, ou seja, o homem só se afirma em sua atividade como ser genérico. O trabalho alienado, com isso, além de ser a alienação do homem e do indivíduo frente aos objetos do trabalho e à própria produção engendra o estranhamento do homem face ao gênero, convertido em mera condição de subsistência do trabalho. Em lugar de confirmar, a atividade genérica se torna negação de seu ser genérico, a tal ponto que os indivíduos se tornam, todos, apenas meio de realização de individualidade mesquinha e estranha, ponto de partida da economia política²⁶.

²⁶ Páginas à frente, no fragmento sobre a divisão do trabalho, Marx diz: “A *sociedade* – tal qual aparece para a economia política – é a *sociedade burguesa*, onde cada indivíduo é um todo de necessidades e o é somente para o outro, como o outro está lá para ele na medida em que eles se tornam reciprocamente meio um para o outro. O economista – tanto quanto a política

Esse vínculo do trabalhador com sua objetividade, com suas condições de produção e com seu próprio trabalho é a origem da propriedade privada. O fato de o capital ser trabalho acumulado diz muito pouco sobre sua origem, em verdade, oculta sua gênese, situada na alienação do trabalho face à objetividade, o que leva Marx a dizer: “Certamente, obtivemos o conceito de *trabalho alienado* (de *vida alienada*) a partir da economia política, como resultado do *movimento da propriedade privada*. Porém, mostra-se com a análise desse conceito que, se a propriedade privada aparece como fundamento, como causa do trabalho alienado, ela é antes sua conseqüência, como também os deuses não são *originalmente* a causa, mas o efeito da aberração do entendimento humano. Mais tarde, essa relação se torna ação recíproca.” (MEGA I/2, 372). Assim, a propriedade privada é a conseqüência do trabalho alienado e, uma vez estabelecida, meio de realização e afirmação dessa alienação. Por sua vez, o caráter contraditório dessa relação é captado pela economia política, que afirma constantemente a importância do trabalho, mas nada lhe dá, expressão ideal da própria situação do trabalho alienado, que tudo produz e nada recebe, o trabalho tudo produz, mas apenas recebe da propriedade privada meios de sua subsistência, reiterando permanentemente sua condição subordinada à própria propriedade privada. Por isso, ao criticar os defensores do aumento de salários, como Proudhon, Marx os

em seus *direitos do homem* – reduz tudo ao homem, isto é, ao indivíduo, de quem ele despoja de toda determinação, para fixá-lo como capitalista ou trabalhador.” (MEGA I/2, 429). Esse fragmento apresenta notas sobre Smith, Skarbek e James Mill e Marx apresenta alguns comentários sobre divisão do trabalho e alienação.

condena por preservar, em essência, as relações alienadas da propriedade privada, poderia dizer que apenas estariam construindo as correntes de ouro da escravidão dos trabalhadores. Além disso, a emancipação dos trabalhadores, segundo Marx, não significa a emancipação de uma parcela da humanidade, mas a emancipação da própria humanidade, a integração de posse em sua própria vida ativa e genérica tornada alienada com o trabalho alienado.

Páginas à frente, no terceiro manuscrito, Marx retoma a tematização sobre a propriedade privada e ressalta o caráter positivo da economia política frente ao mercantilismo, de afirmar o trabalho como fonte da riqueza humana, ainda que sob a determinação da propriedade privada. Marx diz: “Sob a aparência dum reconhecimento do homem, a economia política, cujo princípio é o trabalho, é antes e somente a realização conseqüente da negação do homem, enquanto ele mesmo se encontra mais numa tensão exterior com a essência externa da propriedade privada, mas ele mesmo se tornou essa essência tensionada da propriedade privada.” (MEGA I/2, 384). Marx situa a economia política na energia liberada pela indústria, seria sua consciência cínica, que despoja o homem de todos os atributos particulares, locais, políticos, para se concentrar apenas em sua essência última, o trabalho produtor de riquezas. Com isso, de Smith até Mill, passando por Say e Ricardo, a economia política adquire mais e mais força e verdade porque reitera, desvela toda a contradição do

homem posto em sua alienação última, a economia política é a expressão do dilaceramento efetuado pela indústria na sociedade²⁷.

Para concluir esta exposição sobre os *Manuscritos*, longe de captar toda sua riqueza, cabe comentar a tematização marxiana sobre dinheiro nessa obra. O dinheiro, para o Marx de 1844, por possuir a qualidade de tudo comprar, de se apropriar de todos os objetos, “é o *objeto* em posse eminente. A universalidade de sua *qualidade* é a onipotência de sua essência; por isso, ele vale como essência onipotente.” (MEGA I/2, 435). Ele se torna, assim, meio termo entre os homens e a objetividade, entre eles e suas vidas, entre os próprios homens, o dinheiro é o “vínculo de todos os vínculos” (MEGA I/2, 436). A potência do dinheiro sobre todos os vínculos sociais perverte a relação do homem com suas forças essenciais, perverte a individualidade, transformando em seu contrário as suas qualidades próprias. Todas as coisas são abstraídas de suas reais qualidades, subsumidas ao “conceito existente e atuante do valor”, o dinheiro. Esse raciocínio também é desenvolvido nas anotações sobre J. Mill, conforme referido acima. As relações sociais, as relações do homem com suas próprias forças essenciais, portanto, com o mundo objetivo sobre o qual atua, transformam-se, pervertem-se em relações abstratas, monetariamente apreciáveis. O vínculo essencial é o dinheiro, o conceito de valor atualizado nas relações sociais. Ora, essa tematização receberá novo contorno, mas reaparecerá vários anos

²⁷ Antecipando a tematização de 1861-1863, Marx considera os fisiocratas os primeiros economistas políticos, pois reconhecem a riqueza industrialmente produzida, mas não a despojam completamente da determinação natural, da terra. O passo analítico, porém, está anunciado, do trabalho em geral, universal, como fonte de toda a riqueza. (MEGA I/2, 385)

depois nos *Grundrisse* e em *O Capital*. O fetichismo do dinheiro, extremo dramático do fetichismo da mercadoria, aparece já em 1844. Essa a opinião, v.g., de Rosdolsky (2001: 117), que, no entanto, avalia essas e outras passagens de 1844 como revestidas de “roupagem filosófica”.

Essa interpretação e outras várias serviram para certo descrédito dos *Manuscritos de 1844* ao longo dos anos, ou para que estivessem circunscritos à temática filosófica. Até nesse quesito, como já foi referido, foram várias vezes considerados obra imatura, superada pela *Ideologia Alemã*. Entre nós, Giannotti (1966) foi responsável pelo descrédito do texto até mesmo no nível filosófico, durante muitos anos²⁸. Mészáros (1981: 201 e ss.), por sua vez, defende ponto de vista exatamente contrário, de que o texto de 1844 tem repercussão temática e conceitual na obra posterior de Marx. Embora esta tese não tenha interesse na divisão arbitrária e inútil entre filosofia e ciência econômica em Marx, o efeito das obras de 1844 em Marx será explicitado na análise dos esboços de *O Capital*. Interessa agora, apenas, reiterar certos pontos do período parisiense de Marx que parecem marcar a plataforma de lançamento da economia política, seu ponto de partida a orientar a pesquisa e a reflexão marxianas nos anos seguintes, por contradição ou afirmação. Com efeito, a economia política é criticada por Marx ao mesmo tempo em que ele trata de apontar sua virtude, produto consciente da energia industrial, esforço de compreensão pelo

²⁸ A demonstração cabal do equívoco dessa argumentação se encontra em Costa (1999), onde se demonstra como Giannotti deformou a letra do texto marxiano para encontrar uma essência *a priori*, feuerbachiana, que estaria perdida com a alienação.

pensamento de novas determinações da vida social. Assim, o que emerge em primeiro lugar é a interação contraditória entre as classes, não só entre trabalhador e capitalista, mas também proprietários de terra em evanescente condição. A economia política retém a preponderância do trabalho e, sem o saber, porque não poderia saber, relega o trabalho à condição de subordinado ao capital, *le mort saisit le vif*. Caberá, pois, investigar as condições do trabalho não tomadas abstratamente, mas na forma do trabalho alienado, a qualidade onipotente que, quanto mais se afirma, mais tem suas possibilidades negadas. O trabalho, como fonte do capital e da propriedade privada, passa a ser, pois, o motor da investigação. Em segundo lugar, essa sociabilidade do trabalho alienado é mediada e se realiza por meio do dinheiro, conceito atuante do valor, nexos de todos os nexos sociais. Finalmente, Marx enuncia, em 1844, num fragmento, sua intenção de pesquisar a questão da divisão do trabalho e da troca, manifestações do interesse egoísta no seio das relações sociais, fato percebido pela economia política, mas que também não é explicado por ela.

Os anos de 1843 e 1844 marcam uma verdadeira revolução do pensamento marxiano. Se ainda não está pronto ao final desse período, seus elementos fundamentais e seu caráter distintivo estão prontos. Os anos seguintes serão, de fato, aprofundamento das aquisições de Kreuznach e Paris, quando a realidade em sua objetividade será convidada a criticar a economia política, formação ideal central na compreensão do mundo que Marx pretendia transformar.

3 – Valor, forças produtivas e gênese histórica: *Miséria da Filosofia*

A crítica da economia política foi um legado contingente dentro da obra marxiana, tal qual planejada por seu autor. Com efeito, sua obra foi pensada como uma crítica de todas as ciências humanas e da filosofia, tendo a ênfase recaído na economia política, sobretudo, por uma questão prática. A própria crítica da economia política, porém, viu-se premida pelas vicissitudes da atuação política de Marx. Entre 1844 e 1857, vários acontecimentos exigiram a atenção e os esforços intelectuais de Marx. Além disso, a gestação da crítica da economia política demandou de seu autor um enorme esforço de leitura e estudos, possíveis apenas a partir de 1849, quando cessa a vaga revolucionária e ele se estabelece em Londres. Assim, o ponto de partida da obra madura de Marx, os *Grundrisse*, constituirá certamente o ponto de confluência de todo um esforço de mais de década, quando Marx afinal se sente apto a redigir sua obra, embora essa redação ainda lhe consumisse mais uma década até o livro primeiro, e sua vida inteira, para repensá-lo e redigir os demais livros.

Nesse período entre os *Manuscritos de 1844* e os *Grundrisse*, importa ressaltar, portanto, como as idéias se construíram, tarefa factível com a publicação, ainda incompleta até o momento, dos cadernos de anotações do período, que indicam os caminhos e descaminhos percorridos para a construção de uma série de conceitos

e categorias, até que estivessem efetivamente conformados e pudessem ser sistematizados. Antes de expor, pois, de modo sucinto, a já reconhecida contribuição dos *Grundrisse* para o pensamento marxiano, cabe indicar alguns aspectos que o antecederam, de modo a explicitar então como *O Capital* é esboçado.

Ainda em Paris e durante sua estadia em Bruxelas, Marx continuou seus estudos de economia política, tendo assinado um contrato para a publicação de um livro em 1845, do qual possivelmente os *Manuscritos de 1844* constituíram um esboço e cujo prefácio indica o feitiço da obra a ser escrita. Com a redação de *A Sagrada Família*, o projeto sofreu atrasos permanentes. De todo modo, Marx preencheu vários cadernos, nos anos seguintes, com anotações de autores de economia política. Alguns dos primeiros autores que leu em Bruxelas foram Blanqui e MacCulloch, interessava-lhe inicialmente a história da teoria, meio pelo qual planejava construir um segundo volume de sua obra crítica²⁹. Em seus cadernos de Bruxelas, também, emerge a questão de valor e preço, as diversas concepções, conceitos, sobre os quais toma notas extensivas, além de questões conexas, como origem da riqueza, dinheiro e crédito. Várias anotações do período também fazem remissão às questões históricas, concretas, buscando na realidade explicitação em relação aos teóricos que estuda. Ao contrário dos

²⁹ Em carta ao editor Leske, de agosto de 1846, Marx sustenta a necessidade de um livro prévio, de polêmica contra a filosofia e o socialismo alemães, para preparar o público alemão para seu ponto de vista sobre a economia, contido no livro prometido. Desse período, datam as *Teses Ad Feuerbach*, *A Sagrada Família* e *A Ideologia Alemã*. Além disso, Marx planejava um segundo volume, de natureza “mais histórica”, sobre o desenvolvimento da teoria. (MEGA III/2, 23).

cadernos parisienses, porém, Marx não emite comentários sobre os autores, salvo uma ou outra passagem, como no comentário sobre Sismondi: “Atualmente, a frase de Sismondi é correta: ‘a economia dos custos de produção não pode ser então outra coisa senão a economia na *quantidade de trabalho empregada* para produzir, *ou a economia sobre a recompensa do trabalho*’.” (MEGA IV/3, 123). Uma das preocupações centrais de Marx, em Bruxelas, são os métodos de redução do tempo de trabalho, como a maquinaria e seus efeitos sobre os trabalhadores, tomando, para tanto, extensas notas sobre o *Traité* de Babbage, além de Ure, autores que aparecerão nos escritos de maturidade sobre maquinaria.

Além desses cadernos, também são de especial importância os cadernos redigidos por Marx em Manchester, em 1845, onde compilou uma série de livros e ampliou sua lista de livros a ser estudados nos anos seguintes. Em Manchester, porém, Marx toma notas sobre dois autores da escola ricardiana, MacCulloch³⁰ e John Stuart Mill³¹, marcando seus estudos sobre a questão do valor e formando sua concepção nos anos seguintes³². Conforme se viu no capítulo anterior, Marx criticava as soluções apresentadas pelos autores que lera sobre a

³⁰ Marx anota, por exemplo, trechos em que MacCulloch decompõe o valor em dois aspectos, o valor de troca ou valor relativo, numa mercadoria frente às demais, e valor em relação à quantidade de trabalho empregada. No primeiro caso, em razão das flutuações de oferta e demanda, o valor de troca pode sofrer variações freqüentes. Assim, o preço de mercado e os custos de produção numa mercadoria podem ser divergentes durante certo período, embora exista a tendência à sua equiparação (MEGA IV/4, 276).

³¹ Interessa a Marx a resolução de Mill para o problema da taxa de lucro, que dependeria da diferença entre preço de trabalho e maquinaria e preço do produto.

³² Além desse estudo, Marx também toma várias notas sobre crises de sobreprodução.

flutuação dos preços em torno dos valores, a contradição entre essência e aparência na teoria.

A primeira obra gerada nesse período foi *Miséria da Filosofia*, de 1847, fiel aos princípios propostos ao editor um ano antes, de criticar as idéias filosóficas ao mesmo tempo em que se apresentam as novas concepções econômicas. Proudhon se prestava a isso, já que, de acordo com Marx, era mau filósofo e mau economista, dos mais influentes no movimento socialista.

A questão inicial sobre a qual Marx se debruça é a contradição apontada por Proudhon entre valor de troca e valor de uso. Para Proudhon, o valor de uso, a utilidade, se torna valor de troca a partir das necessidades a ser satisfeitas pelo mercado e, por conseguinte, pela divisão do trabalho. Marx diz: “Então, eu, eu tenho colaboradores, eles todos têm funções diversas, sem que para isso eu e todos os outros, sempre segundo a suposição do sr. Proudhon, tenhamos saído da posição solitária e pouco social dos Robinsons. Os colaboradores e as funções diversas, a divisão do trabalho, e a troca que ela implica, estão todos disponíveis.” (*Œuvres, Économie I*, 10). Tal como qualquer economista vulgar, Proudhon parte de uma “robinsonada”, em que os indivíduos interagem para reciprocamente suprirem suas demandas. O individualismo metodológico de Proudhon será extremamente criticado por Marx, tematização inferior aos próprios economistas que pretende criticar ou até que desconsidera em sua pretensão de originalidade.

De fato, um dos aspectos centrais da *Miséria* é demonstrar a falta de originalidade das pretensões distorcidas de Proudhon. Assim, ao apontar as contradições da teoria do valor, notadamente entre valor de uso e valor de troca, Marx cita Sismondi e Lauderdale para demonstrar como a questão já havia sido tratada várias vezes antes. Para o primeiro, o aumento da produção, do valor de uso, implica diminuição da renda, do valor de troca acumulado. Para Lauderdale, o valor de troca diminui com o aumento da produção do valor de uso; em suma, para Marx, Proudhon acabava de descobrir a lei da oferta e da procura e ainda criticava os economistas por a terem desconsiderado. Proudhon, além disso, identifica valor de uso com oferta e valor de troca com demanda, ou seja, desenvolve uma lei unilateral, em que as interações entre produção e consumo são absolutamente desconsideradas. Para Marx, ao contrário, “A luta não se estabelece entre utilidade e opinião: ela se estabelece entre o valor venal que demanda o ofertante e o valor venal que oferta o demandante. O valor de troca do produto é, a cada vez, a resultante dessas apreciações contraditórias”. (*Œuvres, Économie I*, 17). Ademais, essa estimativa, segundo Marx, não é em absoluto livre, um produtor se encontra imerso numa cadeia produtiva da qual obtém seus meios de produção e o consumo de um trabalhador, *v.g.*, está longe de ser abstratamente determinado por sua própria vontade³³. Interessante notar que Marx

³³ Na carta a Annenkov de vinte e oito de dezembro de 1846, em que tece uma longa crítica a Proudhon, Marx afirma que “os homens não são árbitros livres de *suas forças produtivas* – que são a base de toda a sua história – porque toda força produtiva é uma força adquirida, o produto duma atividade anterior” (MEGA III/2, 71).

critica Proudhon por agregar consumidores e produtores em tipos ideais, “personagens quiméricos” que atuam como indivíduos.

A segunda questão tratada por Marx diz respeito ao “valor constituído” ou sintético, descoberta de Proudhon e que constitui, segundo ele próprio, “a pedra angular do sistema de contradições econômicas” (*Œuvres, Économie I*, 20). Nessa seção, Marx defenderá a teoria do valor de Ricardo, citando-a para criticar a formulação de Proudhon. Essa adesão à teoria ricardiana é sempre bastante discutida e deve ser considerada com prudência. Com efeito, já naquele período, não escapava a Marx o caráter da economia política. Na citada carta a Annenkov, ele afirma que Proudhon comete o mesmo erro dos economistas burgueses,

“que vêem nessas categorias econômicas leis eternas e não leis históricas, que são leis apenas para certo desenvolvimento histórico, para um desenvolvimento determinado das forças produtivas. Assim, em lugar de considerar as categorias político-econômicas como abstrações feitas das relações sociais reais, transitórias, históricas, o sr. Proudhon, por uma inversão mística, não vê nas relações reais senão incorporações dessas abstrações.” (MEGA III/2, 75)

Em verdade, a obra de Proudhon continha os aspectos criticados por Marx na economia política, sem as virtudes dessa última. Assim, não parece lícito dizer que Marx seria ricardiano, *tout court*, mas adota um aspecto da teoria ricardiana para criticar Proudhon, ou melhor, adota um aspecto da teoria ricardiana, ainda que crucial. O que Marx pretende demonstrar é o significado da obra de Ricardo, que “nos mostra o movimento real da produção burguesa, que constitui o valor” (*Œuvres*,

Économie I, 25), compreensão que Marx considera científica, enquanto a de Proudhon constitui abstração, Ricardo parte do movimento real para explicar o valor, enquanto Proudhon parte do valor para criar uma sociedade. Assim, Marx endossa a teoria ricardiana, ao afirmar o seguinte:

“Uma vez admitida a utilidade, o trabalho é a fonte do valor. A medida do trabalho é o tempo. O valor relativo dos produtos é determinado pelo tempo de trabalho que foi necessário empregar para produzi-los. O preço é a expressão monetária do valor relativo de um produto. Enfim, o valor *constituído* dum produto é tão simplesmente o valor que se constitui pelo tempo de trabalho nele fixado.” (*Œuvres, Économie I*, 20)³⁴.

Assim, o valor do trabalho, expressão utilizada por Marx aqui e ainda por muitos anos, é tão somente o tempo de trabalho que é necessário (*qu'il faut*) para produzir o trabalho-mercadoria (*travail-merchandise*). Por isso, segundo Ricardo, é de interesse da sociedade e do capitalista em particular diminuir o custo de subsistência do trabalhador, corolário da teoria que muitos economistas franceses, segundo Marx, consideravam cínica, embora o cinismo se encontrasse nos fatos descritos pela teoria. Em suma, e este é um dos aspectos que mais interessa a Marx, na teoria do valor ricardiana está presente a compreensão do conflito distributivo entre lucro e salário, acumulação de capital e sua influência na formação do capital fixo e circulante.

O erro fundamental de Proudhon é distinguir o valor das mercadorias do valor do trabalho, ele mesmo mercadoria, o que lhe permite medir o valor de todas as mercadorias a partir do valor do

³⁴ Páginas à frente, citando Sismondi, Marx afirma que não apenas tempo de trabalho, mas tempo *mínimo* de trabalho.

trabalho, valor constituído, e assim defender a equalização de todos os salários na sociedade, isto é, a participação fixa de todos no produto social. Proudhon propõe que todos os produtos sejam trocados pelo seu custo de produção e, conseqüentemente, ele terá uma participação proporcional, valor relativo, no total da produção. Com isso, os trabalhadores todos trocariam o mesmo tempo de trabalho por diferentes mercadorias³⁵, já que receberiam por seu tempo de trabalho e não pelo tempo de trabalho necessário para a produção do próprio trabalho. Marx critica a formulação de Proudhon por fazer abstração dos elementos atuantes na indústria e na economia modernas, quais sejam, todos aqueles que promovem a constante diminuição do tempo de trabalho e, conseqüentemente, incrementam a produção, em última análise, esquece-se de que o universo da indústria não se dá entre produtores autônomos, mas na interação e no confronto entre o trabalho e o trabalho acumulado. Os trabalhadores obteriam assim todo o produto de seu trabalho, medido em tempo de trabalho. Além disso, Proudhon desconsidera a anarquia do mercado, em que oferta e demanda interagem para fixar preços, mas não se equilibram perpetuamente. Em verdade, os desequilíbrios da economia capitalista decorrem justamente da preponderância da indústria, da oferta, em relação à demanda, da precedência da produção sobre o consumo. Proudhon não observa a preponderância da produção sobre a circulação, ou seja, o intercâmbio entre indivíduos segue o modo de

³⁵ Nessa altura do argumento, Marx desenvolve a questão sobre trabalho simples e complexo.

disposição e distribuição das forças produtivas na sociedade, “Em geral – diz Marx – a forma de troca de produtos corresponde à forma da produção. Modifique a última, e a primeira se encontrará modificada em conseqüência.” (*Œuvres, Économie I*, 50).

Marx analisa, em seguida, algumas aplicações da teoria do *valor constituído*. A primeira delas sobre o dinheiro, em que Marx aponta uma série de confusões e incompreensões. Segundo Marx, Proudhon desconhece a série de acontecimentos que levaram à adoção dos metais preciosos como dinheiro e, sobretudo, que o dinheiro se tornou dinheiro por uma escolha política, legal, mas pela necessidade social de um meio de intercâmbio. Essas mercadorias, porém, não deixam de possuir seu próprio valor de troca, fato criticado por Say e adotado, ao final, por Proudhon, que acaba defendendo que ouro e prata têm seu valor determinado pela oferta e demanda, tudo, ironiza Marx, para demonstrar que são as primeiras mercadorias que tiveram seu valor constituído.

A segunda questão é a do excedente do trabalho. Proudhon considera que o excedente decorre do fato de que o produto do conjunto dos indivíduos, a sociedade, excede o produto de cada indivíduo isolado, algo semelhante, segundo Marx, ao que ocorre com a sinergia gerada pelo trabalho conjunto de vários indivíduos, que mais tarde chamará de cooperação. Para explicar o excedente, Marx acompanha uma vez mais a tematização ricardiana sobre inovação e economia de tempo de trabalho, o que faz com que aumente a

produção de mercadorias, permanecendo o valor o mesmo, embora o lucro possa aumentar num primeiro momento, até que a concorrência equipare os lucros do setor ao dos demais. A questão central para Marx é que, com o aumento da força produtiva do trabalho, ou melhor, da força produtiva da sociedade, com o enriquecimento da sociedade como um todo, tal qual concebia Proudhon, como se explicar o aumento da miséria da maioria da população, da classe trabalhadora. Marx responde a partir da sociedade inglesa, que multiplicou em 108 vezes a força produtiva de sua população em setenta anos:

“Na sociedade inglesa, a jornada de trabalho adquiriu, então, em setenta anos, um excedente de 2700% de produtividade, quer dizer que, em 1840 produziu vinte e sete vezes a mais do que em 1770. Segundo o sr. Proudhon, seria necessário colocar a seguinte questão: por que o trabalhador inglês de 1840 não era vinte e sete vezes mais rico do que aquele de 1770? Formulando tal questão, poder-se-ia supor naturalmente que os ingleses teriam podido produzir essas riquezas sem que tivessem existido as condições históricas nas quais elas foram produzidas, tais quais: acumulação privada dos capitais, divisão moderna do trabalho, ateliê automático, concorrência anárquica, salariado, enfim, tudo isso sobre o que está baseado o antagonismo das classes.” (*Œuvres, Économie I*, 70)³⁶.

Vê-se, pois, como Marx consegue compreender a economia política que o precedeu e fazê-la avançar a partir de sua perspectiva histórica. Embora Smith e, sobretudo, Ricardo tenham compreendido a vinculação correta entre progresso técnico e lucro, entre progresso técnico e a “riqueza da nação”, para Marx, o motor do progresso das forças produtivas de seu tempo e de todo o capitalismo era a própria

³⁶ De acordo com Rubel, esse argumento de Robert Owen é retomado por Marx quase textualmente.

acumulação. E esse progresso, naturalmente, dava-se sob condições específicas, que não enriqueciam a todos por igual e, sobretudo, não seriam possíveis com a equalização de todos numa sociedade de produtores individuais, como pretendia Proudhon. Nada é dito aqui sobre a origem do excedente, como será feito nos anos posteriores, mas a dinâmica do sistema social, que impele à economia de tempo de trabalho e à produção crescente, fatores do excedente, intuições essenciais no futuro, está determinada aqui.

Com isso, Marx passa à análise do que chama “a metafísica da economia política”, contida no método que Proudhon apresenta em sua obra. Para tanto, Marx apresenta sete observações, em homenagem às sete observações de Quesnay sobre seu *Tableau*. Como fundador da metafísica da economia política, Proudhon seria o novo Quesnay. Ele acreditava que sua tarefa seria ordenar logicamente as categorias da economia política, algo como a *Lógica* hegeliana, que organiza a experiência vivida em categorias abstratas, não necessariamente na ordem histórica dos acontecimentos. Segundo Marx, se os economistas em geral não fornecem a gênese das categorias que apresentam em suas teorias, Proudhon comete erro mais grave, toma essas categorias por princípios lógicos abstratos, dispondo-os em sua lógica a ser aplicada em qualquer tratado de economia. Aquilo que Hegel realizou com religião, direito, história, Proudhon pretendia fazer com a economia política. Esse seria seu método, transposto para a economia política. Tal como o Hegel criticado em 1843, Proudhon acaba por inverter o

mundo da economia, transformando-o em fenômeno de princípios, as relações sociais, em encarnação das categorias da teoria. Proudhon, com isso, seria o paroxismo da inversão ontológica, no interior da economia política. Marx diz:

“As relações sociais são intimamente ligadas às forças produtivas. Ao adquirir novas forças produtivas, os homens modificam seu modo de produção e, ao modificar o modo de produção, a maneira de ganhar sua vida, eles modificam todas as suas relações sociais. O moinho manual lhes dará a sociedade com o suserano; o moinho a vapor, a sociedade com o capitalista industrial.” (*Œuvres, Économie I*, 79).

A economia política, do mesmo modo, não nasce abstratamente, fora do tempo, razão pela qual Marx considera Quesnay e não Aristóteles o primeiro economista. Suas idéias não nasceram *ex nihilo* e são tão eternas “quanto as relações que expressam”. Existe um movimento permanente “de crescimento nas forças produtivas, de destruição nas relações sociais, de formação nas idéias; o imutável existe apenas na abstração do movimento – *mors immortalis*.” (*Ibidem*).

Desse modo, Proudhon considera a divisão do trabalho, por exemplo, uma categoria eterna da sociedade, dialeticamente dotada de aspectos bons, a ser preservados, e ruins, a ser superados. Para Proudhon, os economistas enfatizaram, sobretudo, os aspectos úteis da divisão do trabalho, o que leva Marx a citar diversos autores que fizeram exatamente o contrário, até mesmo Smith. Marx menciona Sismondi, Lemontey e, em especial, Ferguson, cuja tematização sobre o tema que receberá atenção de Marx ao longo de seus sucessivos escritos. Tanto no caso das vantagens, quanto das desvantagens, Marx demonstra a

falta de originalidade de Proudhon, à luz dos economistas que pretendeu criticar e, além disso, ele não compreende o fenômeno da divisão do trabalho e nem da maquinaria, que confunde com o próprio ateliê e considera a antítese miséria gerada pela divisão do trabalho. Maquinaria e progresso técnico seriam conseqüências da divisão do trabalho, enquanto, para Marx, a maquinaria é uma força produtiva que leva a uma divisão do trabalho diferente: “O ateliê moderno, que repousa sobre a aplicação das máquinas, é uma relação social de produção, uma categoria econômica.” (*Œuvres, Économie I*, 99). Partindo da categoria abstrata da divisão do trabalho, Proudhon fornece sua explicação histórica de como ela se formou, empregando, uma vez mais, o mesmo método hegeliano que Marx apontara páginas antes.

Como fizera em outros textos, Marx critica a perspectiva de Proudhon a partir de sua própria concepção. Em verdade, como dissera ao editor de sua prometida crítica, pretende sempre expor sua posição para então criticar Proudhon. No caso da divisão do trabalho se revela mais claramente como essa posição ainda é fortemente influenciada pelos autores que lê, sem representar, contudo, uma adesão imediata a eles, como pretende, por exemplo, Mandel (1972: 43). A primeira consideração de Marx é de que a divisão do trabalho, embora sempre tenha existido na sociedade, nunca foi regulada por qualquer autoridade e, no caso do ateliê moderno, a autoridade ali reinante decorreu exatamente da falta de autoridade e regulação da sociedade, isto é, a submissão do trabalhador à divisão do trabalho mais profunda supôs

uma liberdade maior na sociedade em geral. Em última análise, para existir a redução do trabalho a um conjunto de operações muito simples, é necessário que exista o comando do capital. Portanto, é necessária a acumulação de capital na sociedade. A indústria moderna e a maquinaria pressupõem a acumulação do capital, o que, segundo Marx, supõe a depreciação da renda da terra e dos salários, fatos que têm início com a expansão do intercâmbio, dos mercados e dos meios de troca, a partir da expansão colonial. A partir disso, é possível concentrar muitos trabalhadores num só ambiente de trabalho, requisito para a posterior divisão do trabalho e, posteriormente, para a adoção da maquinaria. Com isso, Marx demonstra como a divisão social do trabalho preconizada por Smith não é consequência da divisão no interior do ateliê, como pretende Proudhon, mas uma de suas causas. Ademais, a adoção da maquinaria tampouco representa a superação da divisão do trabalho, mas outro aspecto da concentração do capital e do exercício de sua autoridade sobre o trabalho. Divisão do trabalho e maquinaria potencializam-se mutuamente, constituindo fenômenos de um mesmo processo, evidente na indústria de larga escala: “Em suma, por meio da introdução das máquinas, a divisão do trabalho no interior da sociedade aumentou, a tarefa do operário no interior do ateliê simplificou-se, o capital foi reunido, o homem foi desmembrado.” (*Œuvres, Économie I*, 106). Para arrematar, Marx cita Ure, contrapondo-o às citações eruditas que Proudhon faz de Smith, que descreveu a divisão do trabalho no nascimento do ateliê mecanizado, caracterizado

antes pela especialização até o limite da “idiotia de ocupação”. Sem compreender esse fato, Proudhon propõe exatamente o controle de cada trabalhador sobre todo o processo de produção duma dada mercadoria. Revela-se, com isso, um mero pequeno-burguês idealista.

A visão idealista de Proudhon também se mostra em sua tentativa de resolver a contradição da competição, que pretende salvar, dadas suas vantagens. Uma vez mais, Proudhon considera a competição uma categoria eterna da vida social, que deve ser modificada para se evitarem seus efeitos danosos, quais sejam, miséria, guerra civil, corrupção da consciência pública, da moralidade. Para Marx, ao contrário, a competição, embora sempre tenha existido, em primeiro lugar, modernamente, não é um fenômeno da atividade industrial, mas da circulação. Em segundo lugar, em muitos casos, decorre de certa “vertigem” em que toda a sociedade busca lucrar sem produzir. Em segundo lugar, parafraseando Proudhon, Marx afirma que a dialética entre concorrência e monopólio pode ser observada desde sempre, tendo o monopólio feudal gerado a competição moderna, que engendrou o monopólio. O monopólio, por sua vez, se mantém apenas por meio da própria competição.

Em seguida, Marx considera a questão da propriedade privada, sob a mesma perspectiva dos *Manuscritos*. A propriedade burguesa, para ele, constitui o conjunto das relações sociais da produção burguesa. Torná-la uma categoria abstrata, uma relação independente, portanto, é meramente uma “ilusão de metafísica ou de jurisprudência” (*Œuvres*,

Économie I, 118). Proudhon não se contenta com essa ilusão, afirma que a propriedade e a renda possuem origem extra-econômica, ela teria algo de místico e misterioso. Para Marx, nesse momento, Proudhon renuncia à ciência econômica, ao atribuir caráter misterioso à relação entre produção e a distribuição dos instrumentos de produção. Marx utiliza, para criticar Proudhon, a teoria ricardiana da renda. Em sentido ricardiano, ele diz, a renda “é a propriedade da terra em estado burguês: quer dizer, a propriedade feudal que se submeteu às condições da produção burguesa” (*Œuvres, Économie I*, 120). Para Marx, a renda decorre do confronto entre o proprietário da terra e o capitalista industrial, ao contrário do que supõe Proudhon, que considera o arrendatário e o camponês os verdadeiros explorados e faz a renda decorrer dessa exploração. Seguindo Ricardo, Marx afirma que o proprietário da terra explora, em verdade, todo o sistema produtivo, apropriando-se do excedente sobre todos os custos de produção, de fato, do lucro e, por conseguinte, da diferença entre taxa de lucro e de salários. Assim, como Ricardo, Marx considera, portanto, que a origem da renda da terra se encontra no desenvolvimento do capitalismo industrial. Ao contrário de Ricardo, porém, não tenta estender essa determinação a todos os períodos históricos. Ademais, a própria noção de fertilidade, crucial para a teoria ricardiana, também é socialmente determinada, decorrendo da própria demanda do mercado gerado pela industrialização. Assim, a expansão de pastagens pode diminuir o terreno fértil cultivado, aumentando com isso a renda da terra.

Na última seção de sua crítica, Marx se dedica à questão de salários e preços, a partir da afirmação de Proudhon que um aumento salarial obtido por meio de greves apenas gera aumento *geral* de preços, “como dois e dois são quatro”. Em primeiro lugar, diz Marx, “aumento ou queda de lucros e salários apenas expressam apenas a proporção na qual os capitalistas e os trabalhadores participam no produto de uma jornada de trabalho, sem influenciar, na maioria dos casos, o preço do produto” (*Œuvres, Économie I*, 130). Isso decorre do fato de que um aumento de salários tem efeito diverso, conforme a relação entre capital fixo e trabalho manual da indústria, fazendo com que seus preços aumentem ou simplesmente haja uma queda do lucro. Além disso, diz Marx, a utilização de greves serviu, em grande medida, para que novas máquinas fossem empregadas em substituição ao trabalho manual, notadamente na Inglaterra. Com efeito, na Inglaterra, ao longo das primeiras décadas do século dezenove, as leis se tornaram gradualmente mais liberais a respeito das greves e sindicatos, exatamente porque o progresso e a prosperidade experimentados pela indústria tornaram as greves, segundo Marx, instrumentos normais e muitas vezes pouco eficazes de aumento salarial.

Marx encerra a *Miséria da Filosofia* com considerações sobre a coalizão de trabalhadores. A coalizão é corolário da própria indústria de larga escala, que “aglomera num local uma massa de pessoas desconhecidas umas das outras. A concorrência lhes divide os interesses. A manutenção do salário, porém, esse

interesse comum que possuem contra seu patrão, as reúne num mesmo pensamento de resistência – a *coalizão*” (*Œuvres, Économie I*, 134). A coalizão de trabalhadores e outros meios de organização dos trabalhadores como classe, segundo Marx, são objeto de medo e desdém combinados. Trata-se, porém da contradição levada até seu paroxismo e, por isso, não pode causar surpresa que uma sociedade baseada no antagonismo de classes se revele contraditória, motivação de todo o livro de Proudhon criticado por Marx. Assim, até a revolução, a última palavra das ciências sociais deve ser sempre “a luta ou a morte”. A economia política é também expressão dessa contradição e sua resolução não pode ser postulada pela idealidade, mas apenas pela prática.

4 – Trabalho assalariado e capital

Como última passagem dessa primeira fase da crítica da economia política, cabe citar o panfleto *Trabalho assalariado e capital*, concebido em 1847 para uma série de palestras na Liga dos Trabalhadores Alemães, em Bruxelas, e publicado em 1849 na *Nova Gazeta Renana*. Foi publicado, portanto, depois dos acontecimentos de 1848 e o objetivo de Marx foi aprofundar, para seus leitores, as próprias relações econômicas, que “se desenvolveram em formas políticas colossais” no ano anterior e nas quais se funda “a existência da burguesia e seu domínio de classe, assim como a escravidão do trabalhador”. (*MEW 6*, 398). Assim como fizera nas últimas linhas da *Miséria da Filosofia*, Marx

desenvolve seu texto despido de “formas políticas colossais”, mas consciente de que até a ciência econômica tem um caráter instrumental, uma utilidade na luta de classes, reiterando as escolhas teóricas feitas em 1844.

Lamentavelmente, esse trabalho foi editado por Engels em 1891, com modificações para torná-lo compatível com as obras que viriam a seguir. De acordo com Engels, foi realizada apenas uma modificação significativa: a substituição da palavra *trabalho* pela expressão *força de trabalho*. Esse procedimento, acreditava ele, teria sido adotado pelo próprio Marx, para marcar as diferenças entre sua teoria e a economia política clássica. Como já se viu nos textos anteriores, Marx ainda não distingue *trabalho* de *força de trabalho*, considera o próprio trabalho a mercadoria que o trabalhador vende para o capitalista³⁷. De todo modo, nessa época, já estava claro para Marx, que um dos problemas da teoria do valor de Smith e também de Ricardo foi a imprecisão na determinação do valor dessa mercadoria. Em sua polêmica com Proudhon, demonstra claramente que a determinação correta do valor do trabalho, ou da força de trabalho, será fundamental para a correta determinação teórica do valor de todas as mercadorias. Essa posição, ainda que desprovida do rigor que alcançará nas obras subsequentes, ganha contornos mais precisos em 1847.

Novamente em *Trabalho Assalariado e Capital*, Marx determina o salário não como uma participação do próprio trabalhador em seu

³⁷ Para as citações deste texto, será utilizada a terminologia original, referida em notas pelo editor da *Werke*.

produto. Trata-se antes do preço de uma mercadoria como outra qualquer. Salário é tão somente o preço do trabalho, mercadoria, nesse nível de análise, considerada comum. Diz Marx: “O valor de troca de uma mercadoria, estimado em *dinheiro*, é chamado precisamente seu *preço*.” (MEW 6, 399). O salário, portanto, é tão somente o preço pago por uma mercadoria peculiar, depositada na carne e no sangue humanos. Uma vez pago o salário, com uma parte do estoque do capital, da riqueza existente, o capitalista adquire uma mercadoria a ser empregada na produção, tanto quanto a matéria-prima e a maquinaria. Com isso, Marx se insurge contra as afirmações de que o trabalhador recebe uma parte do próprio produto como salário. O trabalho é uma mercadoria vendida pelo seu proprietário com o único objetivo de sobreviver. Essa mercadoria tem seu valor determinado do mesmo modo que as outras mercadorias.

Assim, Marx passa à questão da determinação do preço das mercadorias. Uma vez mais para ele, o preço de uma mercadoria é determinado por seus custos de produção, que são iguais ao tempo de trabalho requerido na sua produção, “pois os custos de produção consistem em 1) matérias-primas e depreciação de instrumentos, isto é, em produtos industriais cuja produção custou certa soma de dias trabalho, portanto, que representam certa soma de tempo de trabalho e 2) trabalho imediato, cuja medida é precisamente o tempo.” (MEW 6, 406). Marx demonstra de modo convencional como o preço das mercadorias sempre tende para o equilíbrio em torno dos custos de

produção, graças à ação da oferta e da demanda. Além disso, um preço abaixo dos custos de produção sempre é compensado pela troca com outra mercadoria cujo preço se encontra acima desses custos. Além disso, a competição de capitais, deslocando-se para setores cujo preço se encontra muito acima dos custos, faz com que, ao final, oferta e demanda sempre se equilibrem e, por isso, o preço acabe por ser determinado pelos custos de produção e, conseqüentemente, pelo tempo de trabalho. Marx ressalta, porém, que o equilíbrio descrito é um acidente, ao contrário do que pensam os economistas burgueses, e que a lei é exatamente o desequilíbrio permanente, até as situações mais agudas de crise.

Diante disso, dentro das flutuações comuns do mercado, o preço do trabalho também é determinado por seus custos de produção, quais sejam, aqueles requeridos para “manter o trabalhador como trabalhador e para formá-lo trabalhador” (*MEW* 6, 406). Assim, menores serão os salários quanto menor for o tempo para manter e, também, para treinar o trabalhador. Em última análise, diz Marx, o custo de produção do trabalho é a própria existência do trabalhador e sua reprodução. E a flutuação do mercado faz com que esse salário tenda para o mínimo de salário, nem sempre o mínimo para o indivíduo, mas certamente para o conjunto dos trabalhadores.

Como todas as mercadorias são produzidas pelo trabalho e como todos os componentes do capital são mercadorias, pode-se concluir facilmente que o capital é apenas trabalho acumulado, empregado em

novo ciclo produtivo. O fato de ser um conjunto de mercadorias, de trabalho acumulado, de valor de troca, porém, não basta para configurar o capital. De fato, o capital supõe um conjunto de relações sociais de produção, determinadas pelos meios de produção material. Somente assim ele faz com que determinadas mercadorias sejam produzidas, alocadas e movidas pelo trabalho, ele próprio submetido a determinadas relações. Cabe determinar, porém, o que faz com que esse vetor de mercadorias se torne capital. Marx diz:

“Do fato de que ele, como uma *potência* social autônoma, isto é, como a *potência duma parte da sociedade*, se conserva e se multiplica por meio da *troca com o trabalho vivo imediato*. A existência duma classe que nada possui além da aptidão de trabalho (*Arbeitsfähigkeit*)³⁸ é um pressuposto necessário do capital. Somente o domínio do trabalho acumulado, passado, objetivado sobre o trabalho vivo, imediato transforma o trabalho acumulado em capital” (MEW 6, 409).

Ainda que com outros contornos, aqui aparece a determinação recíproca entre trabalho vivo e trabalho objetivado, que será reproduzida em todos os esboços de *O Capital*. Além disso, também surge a intuição, ainda sem o lastro de uma teoria do valor rigorosa, da troca entre trabalho vivo e trabalho objetivado, passado como fonte da conservação e da multiplicação do capital. Há que se notar que, neste texto, a “propriedade privada” não é citada com o destaque anterior, sem atributos e determinações. Com efeito, nos textos anteriores, a “propriedade privada” organizava o eixo analítico em torno do qual cabia

³⁸ Com determinações mais complexas, nos *Grundrisse* e no *Manuscrito de 1861-1863*, o termo utilizado será *Arbeitsvermögen* (capacidade de trabalho), análogo ao empregado aqui, para indicar o trabalho em potência, a possibilidade de atuação do trabalhador, única propriedade do trabalhador. Em *O Capital*, o termo aparecerá como *Arbeitskraft* (força de trabalho).

situar o *trabalho alienado* e a própria sociabilidade alienada. Em *Trabalho Assalariado e Capital*, fica clara a distinção, a precisão histórica: “Uma máquina de fiar algodão é uma máquina que fia algodão. Apenas em determinadas relações ela se torna *capital*.” (MEW 6, 407). Uma questão terminológica exprime a questão econômica: como se viu no exame da *Crítica de 43* e nos textos dela resultantes, a propriedade privada ainda não havia merecido qualquer consideração histórica, foi considerada abstratamente ou como aspecto perene da vida humana, desde Roma até o morgadio medieval. Nos *Manuscritos*, a questão se colocou, mas ainda sob a mesma terminologia. Aqui a distinção resta clara, a especificidade do capital e de sua sociabilidade. E, com isso, um dos maiores equívocos de Smith, Ricardo e todos os demais: as características individuais permanentes da vida humana, empreendimento, capacidade de intercâmbio etc. não são suficientes para configurar a novidade que a própria economia política captou, a sociabilidade do capital. Somente sob certas condições, relações específicas e a configuração duma nova mercadoria, pode o valor de troca se tornar capital e submeter a sociedade à sua dinâmica.

No que segue do texto, Marx desenvolve uma teoria do lucro, ainda influenciada por Ricardo, em verdade, inferior à teoria ricardiana. Ele distingue salário real de salário relativo, que seria a participação do trabalhador no novo valor que cria. Em relação ao salário real, Marx concorda com os economistas que os interesses de capitalista e trabalhadores são os mesmos, já que acumulação de capital aumenta a

demanda por trabalho e também os salários. Quanto ao salário relativo, porém, os interesses são diametralmente opostos, já que o interesse do capitalista será sempre reduzir a participação do trabalhador no excedente, no “novo valor criado”. Assim, pode-se formular a “lei geral de queda e aumento do salário e do lucro”: “Eles se encontram em proporção inversa. A participação do capital, o lucro, aumenta na mesma proporção em que diminui a participação do trabalho, o salário diário, e inversamente. O lucro aumenta na medida em que o salário diminui, ele diminui na medida em que o salário aumenta.” (*MEW* 6, 414). O lucro geral da classe capitalista, abstraídos ganhos extraordinários e flutuações, sempre decorre do ganho que o trabalho acumulado efetua em relação com o trabalho direto. Esse ganho, Marx arremata, aumenta ainda mais com a introdução de maquinaria e aprimoramento da divisão do trabalho, já que o trabalho se torna mais supérfluo e, com isso, mais barato, graças à competição, à simplificação do trabalho etc. Essa situação, que amplia a acumulação, Marx diz, é a mais benigna para o trabalhador e, ainda assim, lhe é sempre prejudicial.

O primeiro ciclo da crítica da economia política se encerra tal qual foi concebido por seu autor: como arma na luta de classes. As questões formuladas nas obras analisadas receberão resposta ao longo dos anos seguintes. Os problemas fundamentais, porém, estão colocados já nestes anos de formação. Com efeito, a questão fundamental daqueles anos estava respondida no confronto com Hegel e na primeira crítica, a

centralidade do trabalho e seu caráter alienado na modernidade. Seu confronto, sua troca com o capital ainda resta sem resolução, como se viu no último texto; portanto, a crítica da economia política ainda não dá resposta àquilo que é o essencial na própria economia política, que permanece sem solução, sem interrogação específica: a natureza do excedente, sua origem e o conflito de sua distribuição.

Por outro lado, porém, está consolidada a intuição que orientará a pesquisa das duas décadas seguintes, até a publicação de *O Capital: a gênese das categorias econômicas a partir de relações de produção historicamente localizadas, determinadas, por sua vez, pelo acúmulo e pela aquisição de forças produtivas das quais o homem não é árbitro soberano. Assim, dinheiro, valor, capital, força de trabalho, forças produtivas, cooperação, maquinaria, divisão do trabalho não são entes desencarnados que transitam pelos tempos imemoriais, mas têm sua gênese desvendada na processualidade histórica do metabolismo entre homem e natureza, ativado e efetivado pela atividade sensível. A primeira crítica da economia política, portanto, é antes de tudo uma crítica da especulação, a mesma que incidiu sobre a filosofia hegeliana, capaz de compreender a realidade, mas também de desontologizá-la, transformando o ser em predicado abstrato do pensamento. O primeiro combate com a economia política representa o reconhecimento positivo do trabalho e sua centralidade na vida humano-social e, por outro lado, sua denegação tanto pela sociabilidade do capital quanto por sua formação ideal, a economia política. Parece sintomático, assim, que a*

obra econômica de Marx não se tenha desenvolvido apenas em sua parte positiva, em seu caráter instaurador. Foi necessário que se formasse como crítica porque se propôs a enfrentar a formação ideal acabada da sociabilidade do capital. Denunciar seu caráter de tudo conferir ao trabalho, mas nada lhe dar de fato é criticar a própria realidade que pretendeu compreender e a tornou possível.

3 – A derrota na vitória: *Grundrisse*, primeiro esboço do *Capital* (1857/58)

O percurso até 1867 tem nos anos de 1857, 1858 seu ponto de inflexão. Depois de quase quinze anos de pesquisa e reflexão, Marx se sente capaz de responder a diversas questões que a economia política se revelou incapaz de explicar, nem sempre por ignorância. Marxianamente falando, o objeto, a sociabilidade do capital, não estava maduro nem mesmo no tempo de Ricardo e Malthus. Chegando o momento da maturidade objetiva, ela já havia produzido a subjetividade e as idéias aptas não a compreender, mas a justificar e explicar tautologicamente o existente. A dupla crítica da economia política, de sua idealidade e da efetividade que pretende compreender, se desenvolveu na luta com a urgência dessa mesma realidade. Marx tinha consciência de que as contradições do capitalismo constituíam o pressuposto de uma revolução. Mais precisamente, somente com o agravamento das crises do capitalismo, a revolução poderia eclodir. Isso explica a urgência com que se dedica, nos anos mencionados, à adiada redação de sua crítica. O resultado de enorme esforço de redação foi um manuscrito que, para Marx, não era satisfatório, os *Grundrisse*. Se, porém, o resultado final não foi o esperado, o material produzido representa um avanço notável, que repercutiria em todos os demais esboços de *O Capital*, além de na própria redação dessa obra. Assim, tomando a expressão de Isaac Deutscher (1968), os *Grundrisse*

constituem um momento crucial no desenvolvimento do pensamento marxiano, mas seu conteúdo seria reescrito, articulado nos anos seguintes.

Os *Grundrisse* foram escritos muito rapidamente, em poucos meses, entre outubro de 1857 e maio de 1858. De acordo com os editores da MEGA, isso se deveu exatamente ao esforço de pesquisa que precedeu a redação, notadamente nos anos em Londres, onde a leitura e releitura de economistas é submetida a intensa coleta de dados empíricos, relatórios, artigos de jornais, além do uso de extensa bibliografia histórica, jurídica e filosófica, que será citada a partir desses cadernos nos esboços e na própria obra de 1867.

Esse esforço pode ser parcialmente vislumbrado com a publicação da íntegra dos cadernos de excertos de Marx, porém, o estudo desse material, para fazer justiça a Marx, corre o risco de ser utilizado apenas para que sejam detectadas as categorias de *O Capital*, incorrendo-se no mesmo erro que muitas vezes se cometeu quando do exame da obra de juventude, onde tão somente se tratava de detectar os rudimentos do materialismo histórico-dialético. O estudo realmente útil supõe um exame de três conjuntos de obras: a própria obra econômica de Marx, naturalmente, mas também os autores que analisou, os textos de que tomou notas e, sobretudo, a análise histórica expressa nesses textos. Lamentavelmente, dado o escopo desta tese, não será possível empreender tal pesquisa, sobretudo porque parcela importante das anotações de Marx ainda não foi publicada até o momento. Neste

capítulo, porém, serão analisados os volumes da MEGA já publicados, do modo como foi explicitado acima, isto é, o desenvolvimento das categorias da crítica da economia política e as reflexões que Marx, ocasionalmente desenvolve a propósito de algum texto. Suas pesquisas empíricas e, especialmente as anotações sobre diversos países, em diversos momentos históricos, não merecerão atenção. Tal tarefa, portanto, restará inconclusa já que textos importantes não foram publicados até o momento³⁹. Ainda assim, ela se impõe, ao menos, para comprovar certas questões relativas ao desenvolvimento dos esboços em análise, para a construção de sua exegese, especialmente na formação da teoria marxiana do dinheiro, que se deu progressivamente ao longo dos anos de estudo em Londres.

Expostos sumariamente esses excertos, somente então será feita uma exposição sobre os *Grundrisse*, na qual não se exaure a riqueza temática da obra, mas se explicita a trama categorial que ela encerra e sua insuficiência, do ponto de vista de exposição temática, que levou a seu abandono e, ao mesmo tempo, retomada, suprassunção, nos esboços, planos e livros redigidos a seguir.

1 – O novo ciclo de estudos

Nos diversos textos analisados no capítulo anterior, uma intuição se revelará extremamente importante nos anos seguintes, de gestação e instauração da economia política: o equilíbrio de oferta e demanda,

³⁹ Por exemplo, o caderno de citações, utilizado enormemente em *O Capital*, e também no *Manuscrito de 1861-1863*, alguns dos cadernos londrinos, e, especialmente o material sobre a “crise econômica mundial”, redigido no mesmo momento da redação dos *Grundrisse*.

defendido pelos economistas, verdadeiro pressuposto para muitos de seus desenvolvimentos, em especial para sua teoria do valor, é extremamente provisório na realidade, talvez nunca se verifique. O que Marx tem diante de si é exatamente a realidade oposta, a concorrência capitalista sempre a deslocar o equilíbrio, até a superprodução e a crise. Nos anos imediatamente posteriores à vaga revolucionária, Marx se instala em Londres e prossegue seus estudos. Não lhe escapa, na construção de sua crítica, a interrogação permanente da realidade em relação à teoria.

Assim, da análise das notas tomadas por Marx, três preocupações fundamentais podem ser detectadas: a questão do dinheiro e do crédito na teoria econômica; os estudos históricos em geral, centrados nos diversos países capitalistas ou a caminho do capitalismo, como a Rússia; as questões teóricas que já vinha estudando, notadamente o papel do desenvolvimento das forças produtivas no avanço do capitalismo. Uma vez estabelecido em Londres, portanto, Marx se decide por reiniciar seus estudos de economia política, desta feita para enfrentar as questões fundamentais e efetivamente produzir sua obra a respeito. Os chamados *Cadernos de Londres*, vinte e quatro no total, encerram exatamente o conjunto de notas tomadas entre 1850 e 1853 e que aparecerão na forma de citações em todos os esboços e também em *O Capital*. Assim como os cadernos de Kreuznach já demonstravam em relação aos textos políticos de juventude, para cada questão teórica sobre a qual se debruçava, Marx examinava extensa bibliografia.

Lamentavelmente, como se disse, até o momento, restam ser publicados os cadernos sobre a crise que tornou urgente a redação dos *Grundrisse*, além de vários *Cadernos de Londres*. O material disponível, porém, sumariamente indicado aqui, será suficiente para apontar os caminhos que a pesquisa marxiana tomou naqueles anos. Seu ponto de partida é a percepção do vínculo entre crise econômica e a virtualidade da revolução. Em artigo escrito com Engels na *Nova Gazeta Renana – Revista*, de 1850, “Maio até Outubro”, Marx e Engels afirmam que não pode haver revolução em período de desenvolvimento das forças produtivas, assim como das relações sociais. Uma revolução só é possível “em períodos em que esses *dois fatores, as forças produtivas modernas e as formas de produção burguesas se encontram em contradição*”. E isso somente ocorre em consequência de nova crise (MEGA I/10, 467). O artigo percorre várias décadas do século XIX, para mostrar a relação entre o movimento revolucionário e as crises; faz, principalmente, uma exposição das crises do período, mostrando como elas eclodiram na forma crises de superespeculação financeira, sintoma da verdadeira crise, de superprodução, do sistema capitalista. Essa será a tônica da pesquisa empreendida em Londres, revelar o caráter fenomênico das crises financeiras e de crédito que abalaram o capitalismo na primeira metade do século XIX. O pressuposto dessa análise é a produção capitalista e não a circulação, eixo de muitas análises das crises.

Uma vez mais, Marx se defronta com a articulação de instâncias e categorias da economia política: reconhecer o núcleo essencial de uma crise e suas manifestações fenomênicas exigia, antes de tudo, a reflexão sobre o dinheiro e o crédito, sobretudo porque teóricos como Proudhon acreditavam poder salvar o capitalismo das crises – e de si mesmo – por meio do sistema monetário e creditício. Assim, uma das primeiras preocupações de Marx, na década de 1850, são as teorias do dinheiro. Durante as primeiras décadas do século XIX, a economia política e também a política econômica se defrontaram com a questão da circulação do dinheiro, favoráveis uns ao “currency principle”, corolário da teoria quantitativa do dinheiro e do modelo de David Hume de comércio exterior. Outros, da “banking theory” ou “banking school”. O que o confronto dessas teorias implica é a própria questão, posta pela teoria ricardiana, de se determinar o valor do dinheiro, ou melhor, se o dinheiro tem valor e, sobretudo, se o valor das coisas é determinado pelo tempo de trabalho ou pela oferta e pela demanda, isto é, pela circulação. A partir do “currency principle”, o meio circulante determina os preços das mercadorias, podendo aumentá-los se for excessivo, portanto, os preços podem se alterar com a circulação e troca. Essa questão se encontra em incontáveis páginas da *Economist* da época e muitas das anotações de Marx, no período, são constituídas por dados empíricos, em seqüência infindável, extraídos de livros e relatórios⁴⁰.

⁴⁰ As críticas vulgares à teoria marxiana do valor, de seu caráter metafísico, não compreendem efetivamente seu método de trabalho, baseado no nexos entre dados empíricos e pesquisa teórica, um lado potencializando o outro.

Com efeito, o primeiro *Caderno de Londres* expressa exatamente essa preocupação, mostrando a proximidade de Marx dos autores da “banking school”, à medida que se afasta criticamente do “currency principle”. Assim, toma várias notas sobre John Fullarton, sistematizador da “banking theory”. Numa nota sobre esse autor, Marx observa sua posição em relação ao “currency principle”, entre parênteses: “Crédito se torna o legítimo substituto para o dinheiro, mas, em todas as suas modificações e fases, ele se distingue por uma larga e intransponível linha do próprio dinheiro. p. 36. (Norman, J. Loyd, Page, J. B. Smith, Leatham, Sir W. Clay etc. Principais autores da *currency theory*, que determinam os preços segundo a quantidade de dinheiro.)” (MEGA IV/7, 43). Em carta de três de fevereiro de 1851, endereçada a Engels, Marx descreve a teoria de Loyd e dos seguidores de Ricardo, de modo bastante semelhante a Hume. E conclui: “O que quero explicar se refere aos princípios fundamentais deste assunto. Afirmando, com efeito: *embora no caso dum currency puramente metálica, sua quantidade, sua extensão, sua contração não têm nada que ver com a saída ou entrada dos metais preciosos, com a balança comercial, boa ou má, com as tendências favoráveis ou desfavoráveis do câmbio, salvo em casos excepcionais que praticamente não ocorrem nunca, porém, que podem ser definidos teoricamente.*” (*Cartas sobre El Capital*, 37)⁴¹. A posição de Marx reflete a preocupação do Banco da Inglaterra com as crises. Segundo a teoria quantitativa do dinheiro, os bancos só poderiam emitir

⁴¹ Sublinhado por Marx.

papel-moeda com lastro se e quando houvesse aumento da circulação metálica. Com isso, numa situação de crise, com a escassez de meio circulante, essa medida apenas agravaria a situação, fato verificado diversas vezes, enquanto Marx, ao contrário, defende exatamente a medida contrária.

O descarte da teoria quantitativa e a adesão, ainda que parcial, à “banking school” implica determinar, desde já, a função do dinheiro e sua compreensão pela teoria do valor. Com efeito, numa das notas de Thomas Tooke, são diferenciadas as funções do dinheiro como meio de circulação e meio de pagamento, ou seja, “1) servir como instrumento de troca e 2) ser objeto dos contratos de pagamento futuro.” (MEGA IV/7, 70). Naturalmente, o desenvolvimento da teoria marxiana representará um avanço, já que essa distinção, aqui, ainda é bastante formal e desconsidera a origem do próprio dinheiro na circulação de mercadorias. De todo modo, o descarte da teoria quantitativa da moeda é fundamental para o avanço da teoria marxiana do valor, já que permite situar a questão do valor integralmente na produção, no trabalho. O vínculo entre Marx e a “banking school” será mais bem explicitado no próximo capítulo.

O trabalho desenvolvido por Marx em seus primeiros anos londrinos foi tão intenso que, a certa altura, ainda em 1851, achava que poderia concluir rapidamente o trabalho, isto é, a crítica da economia política, que “commence à m’ennuyer”, como confessa a Engels, em carta de dois de abril, na qual afirma também que a economia não

progrediu nada desde Smith e Ricardo (*Cartas sobre El Capital*, 44). Nesse exato momento, redige um caderno de excertos que chama de “Bullion. O sistema monetário completo”. Toma notas sobre dinheiro e ouro em cinquenta e dois autores da economia política, além de algumas notas da *Economist*. Nesse caderno, algumas questões são desenvolvidas de modo original e, além disso, as anotações de Marx, muitas vezes, não dizem respeito à teoria, mas à fundamentação empírica fornecida pelos autores. O primeiro autor é Smith e Marx faz diversas anotações para si mesmo. A primeira delas decorre da tematização smithiana da divisão do trabalho: a divisão do trabalho supõe a troca, depende do intercâmbio para sua realização. Nas obras que redigirá a seguir, a articulação entre produção e circulação se tornará explícita. O que chama atenção, porém, é a determinação dos metais preciosos como “mercadoria universal”:

“(…) como produto universal de cada indústria particular, a corporificação, o *corpo da intercambialidade do produto*, sua capacidade de se trocar. (O dinheiro, aqui, apenas como meio de troca.) *Valor de troca* corporificado do produto. Primeiro processo, segundo Adam Smith: *divisão de ouro e prata*, o dinheiro como produto universal de cada indústria por seu produto particular. Ouro e prata, porém, aqui, somente ainda a forma do *equivalente geral*, do *penhor (Pfand) geral*, uma vez que ele mesmo é *mercadoria* e possui um *valeur intrinsique*. *Produto social*. (MEGA IV/8, 3).

Uma das funções do dinheiro, portanto, é ser meio de troca, como Marx denomina em seguida, “instrumento geral de troca”, “instrumento geral de comércio”. Embora os metais preciosos possuam essa propriedade, eles não são, por si mesmos, dinheiro: “O outro é dinheiro. A qualidade dinheiro (*Geldsein*), porém, é uma propriedade do ouro. O

dinheiro para si não possui qualquer existência independente de um produto determinado da natureza.” (MEGA IV/8, 4). Essa primeira determinação supõe os atos mutuamente recíprocos de compra e venda, que se equilibram, mas que, “num dado momento, podem estar em *desarmonia*, em *desproporção*. Portanto, com o dinheiro, já está posto o fundamento das crises” (MEGA IV/8, 4). Nesse nível, embora desapareça o escambo, Marx afirma que ele se mantém num nível superior, já que ouro e prata também possuem *prix naturel*, como as mercadorias pelas quais se trocam. Além disso, o dinheiro possui uma segunda determinação, de “medida geral de valor das mercadorias”. Como se trata, no entanto, de moeda que possui qualidade metálica variável e, assim, valor variável, “esse medidor de valor também requer ele próprio, portanto, novamente uma medida” (MEGA IV/8, 4), ou seja, também na medida do valor, existe incerteza, em contratos, compra, venda etc.⁴² De modo indicativo, Marx começa aqui a formular sua tematização sobre o dinheiro. Sintomático, desenvolve-a a partir da leitura de Smith, que centra sua tematização na troca, na circulação de mercadorias. Marx contrapõe essa tematização com aquela de Say: enquanto Smith “considera o dinheiro apenas do ponto de vista da troca e da distribuição, como *instrumento de comércio*, Say, aqui [considera] como *instrumento de produção*, como *capital produtivo*, como *agente da produção*” (MEGA IV/8, 7). A mudança de perspectiva entre um autor e outro expressa a visão dominante no momento em que Marx redigia sua

⁴² Mais adiante, a propósito de Rossi: “Ouro não é medida de valor absoluta. A necessidade segundo a qual os metais preciosos se transformam [em medida de valor] decorre de diversas causas. Seus custos de produção, portanto, modificam a oferta.” (MEGA IV/8, 8).

obra, de que o dinheiro é tão somente um fator capaz de render juros, ou seja, os economistas do tempo de Marx, até os da “banking school” confundiam dinheiro e capital, lucro e juros, colocando-se, na perspectiva marxiana, em posição inferior a Smith. Essa a razão pela qual o *Manuscrito de 1861-1863* contém uma discussão sobre as concepções de capital, conforme se verá.

Além dessa questão, Marx volta a analisar a teoria quantitativa do dinheiro, a propósito de James Mill. Ele afirma que “é falso que, dado que a quantidade de mercadorias permaneça a mesma, seu valor deva aumentar dez vezes ou diminuir dez vezes⁴³, se a quantidade de dinheiro aumenta ou diminui” (MEGA IV/8, 19). O aumento do dinheiro em circulação não influencia, na exata proporção, a velocidade da circulação, que depende antes de circunstâncias como a quantidade de operações, os meios de comunicação, crédito, tamanho da população etc. Para Marx, também, variações no valor do dinheiro não influenciam a própria quantidade de dinheiro em circulação, já que sua quantidade, sua massa, em circulação permanece a mesma. Finalmente, o mais importante, Marx considera que um aumento da quantidade de dinheiro em circulação não pode ter efeito linear no preço das mercadorias. Ao contrário, o efeito desse aumento depende da massa de mercadorias efetivamente em circulação, em outras palavras, a quantidade maior de circulação de dinheiro tem de ser requerida por determinada quantidade

⁴³ Conforme o exemplo de Mill.

de mercadorias, o efeito depende, portanto, da própria circulação de mercadorias e não o contrário.

Outra questão que emerge sempre nos *Cadernos de Londres* do período é o excedente e a troca entre capital e trabalho, que receberá sua resolução nos *Grundrisse*. Nas notas sobre a edição de Wakefield da *Riqueza das Nações*, Marx analisa sinteticamente a formulação dos dois autores, para quem o capital, mensurado em trabalho, seria trocado sempre pela mesma quantidade de trabalho, trabalho antecedente sempre seria trocado pela mesma quantidade de trabalho presente. Marx se pergunta:

“Se o *produto criado por capital e trabalho fosse sempre o mesmo*, então a questão seria sobre lucros e salários, o que regula a *divisão* do produto entre capitalistas e trabalhadores... esse produto, porém, não é sempre o mesmo; seu montante, em proporção ao capital e trabalho empregados, depende da proporção na qual população e capital se distribuem na terra ou, o que é designado, o campo de emprego para capital e trabalho; e, mais ainda, como população e capital aumentam em relação à terra, menos do que produzem é dividido entre eles. Segue que a questão de lucros e salários não é mera questão de participações ou divisão. A produção não é limitada apenas pelo capital, mas também pelo *campo de emprego* do próprio capital, em especial, a terra.” (MEGA IV/8, 276).

Nota-se como a questão ainda se examinava no início da década de 1850, sendo fundamental, porém, para que Marx se afastasse em definitivo da tematização ricardiana, severamente criticada por Wakefield. Ao retomar as notas sobre os *Princípios* de Ricardo, Marx formula sumariamente a questão da contradição na teoria ricardiana, constatando que a maioria de seus detratores afirma “que ele não podia explicar o excedente (*surplus*)” (MEGA IV/8, 413). Claramente, nessa

passagem, Marx afirma que não se pode explicar o excedente por meio do comércio, embora “se possa explicar o lucro extra (*Extraprofit*) individual a partir dele” (*Ibidem*). E essa questão se torna mais aguda quando se considera o capital de toda a sociedade, isto é, o lucro de toda a classe capitalista, que não pode enganar a si mesma com o aumento acima do valor. Assim, “a renda pressuposta de cada classe proprietária deve ser originada da produção, portanto, desde o início, deve ser uma dedução do lucro do salário”. (MEGA IV/8, 414). A reflexão avança até aqui.

As questões cruciais que mereciam atenção de Marx são as que recebem reflexões pessoais, sintoma do desenvolvimento de sua própria teoria⁴⁴. Sua relação com a obra ricardiana não pode ser determinada de modo unilateral, como se tratou de mostrar no capítulo anterior. Até no momento em que foi mais ricardiano, Marx sempre tratou de criticar esse autor, simultaneamente ao reconhecimento de seus méritos. Cabe reiterar, aquilo que, segundo Marx, a obra hegeliana representa para o pensamento humano em geral, a teoria ricardiana representa para a economia política, a transição dos objetivos iluministas, tanto científicos quanto éticos, para a defesa da restauração, da burguesia já consolidada em seu *status*. Assim, a obra ricardiana emerge como o reconhecimento das virtualidades do capitalismo, em seu aspecto positivo – que Marx e Engels apontam, *v.g.*, no *Manifesto Comunista* – mas, por outro lado, representa uma

⁴⁴ Em outros conjuntos de anotações, os comentários marxianos são maiores e mais freqüentes.

tentativa de resolução teórica da irresolução prática, a plethora de contradições que marcavam o capitalismo já nas primeiras décadas do século XIX. Assim, Marx aponta a vantagem de Ricardo tanto em relação a Smith, quanto a Say e outros posteriores:

“O importante em Ricardo é que, enquanto o próprio Smith e Say ainda fazem dum *produto determinado* do trabalho o regulador, ele, por toda parte, toma o trabalho, a atividade, a indústria mesma, não o produto, mas a produção, o ato de criar. Com isso, a época inteira da indústria burguesa. Em Smith, a atividade ainda não se libertou, não está livre, arrancada dos vínculos naturais, do objeto.” (MEGA IV/8, 368)

A obra de Ricardo, portanto, emerge como a própria energia criativa da indústria, repetindo-se aqui a afirmação contida nos *Manuscritos de 1844*. Em Ricardo, o homem se defronta diretamente com sua produtividade, com sua atividade genérica criadora, enquanto em Smith essa atividade ainda é exterior ao homem, vinculado que está ao objeto de sua produção, sem tomar posse integral da própria atividade. Essa a razão, segundo Marx, da posição polêmica de Ricardo na questão das leis do trigo. Nesse momento, portanto, a questão fundamental não é o produto do trabalho, mas o trabalho em si mesmo, criador de mercadorias. Aqui, Marx não considera a mercadoria preponderante, mas a atividade criadora de mercadorias, não na condição de mercadoria ela mesma, mas na medida em que cria e produz mercadorias, gera valor. A objetividade humana não se destaca do próprio homem, na forma do mundo material, ela mesma é essa materialidade dinâmica.

Apesar de seu caráter positivo, essa afirmação ricardiana é insuficiente, para Marx, na explicação do crescimento e do progresso do capitalismo. Ricardo descreve esse progresso como produto de aumento populacional e simultâneo progresso das forças produtivas, que permitem produzir mais mercadorias, ainda que com a mesma massa de valor. Essa questão reaparece nas *Teorias do Mais-Valor*, e não merece solução por parte de Ricardo, que não consegue explicar o aumento da produção de riqueza material, enquanto o valor de troca permanece o mesmo. Marx aponta a contradição, já que o “objetivo de toda a produção burguesa é o *valor de troca*, não a fruição” (MEGA IV/8, 364). O aumento da quantidade de mercadorias disponíveis, em decorrência de aumento populacional – desde que absorvido na produção – e do aumento das forças produtivas, está em contradição com a estabilidade da massa de valores de troca em circulação. Aqui se desenha, sem terminologia ou rigor, a questão da contradição entre valor de uso e valor de troca, outro dos elementos das crises. Ricardo tenta solucionar o problema por meio da distinção da riqueza e do valor, embora, páginas adiante, Marx aponte a passagem em que o próprio Ricardo admite que o verdadeiro princípio a orientar o aumento da produção é obter um excedente no preço de mercado em relação ao preço natural.

Como arremate desse conjunto de textos, cabe referir o texto de sete páginas impressas, redigido em meio às anotações, que Marx chamou de “Reflexion”, dos poucos e maiores textos redigidos inteiros,

ainda que de modo tortuoso e sintético. O texto trata da questão das crises a partir da relação entre o setor de capitalistas que realizam trocas entre si e o setor de trocas entre capital e trabalho, ou como Marx a formula: “A distinção do comércio entre *dealers* e *dealers*, por um lado, e *dealers* e *consumers*, por outro, a primeira, transferência de capital, a segunda troca de renda com capital, a primeira, com seu próprio dinheiro (money), a segunda, com sua moeda (Münze) (...)” (MEGA IV/8, 227), distinção feita por Smith e Tooke e presente em relatório do Bullion Committee. Embora a distinção fique clara, esses autores e políticos são incapazes, segundo Marx, de estabelecer a correta relação entre os dois gêneros de comércio. Com efeito, “Todas as crises mostram de fato que o comércio entre *dealers* e *dealers* sempre transpõe a fronteira que o comércio entre *dealers* e *consumers* lhe impõe” (*Ibidem*). Exceção feita a Sismondi, em sua polêmica com MacCulloch, os economistas utilizam o comércio entre capitalistas para demonstrar a impossibilidade de superprodução, mas, segundo Marx, esquecem-se de que $\frac{3}{4}$ do intercâmbio entre *dealers* e *consumers* são constituídos pela troca entre trabalhadores e comerciantes, prestadores de serviço. Essa troca, porém, depende da troca entre trabalhadores e capitalistas que, por sua vez, depende de troca entre *dealers*. A renda gerada no processo de produção, na forma de salários, é gasta em mercadorias produzidas por capitalistas, que utilizam parte de seu capital para formar capital fixo, comprar matéria-prima etc. Além disso, o preço de compra do consumidor determina os valores com os quais

custos de produção e lucro serão saldados. Isso se torna mais claro ao se considerar o mercado mundial. Nesse caso, a produção nacional dependerá mais e mais da troca internacional entre *dealers*, mas, no país importador, novamente ela se vincula à troca de capitalista e consumidor, revelando o vínculo. Portanto, um país industrial terá aumentada a parte de suas trocas entre capitalistas, embora se mantenha a dependência da troca entre capitalista e consumidor. Novamente, coloca-se aqui a relação entre produção e circulação, entre os setores da economia, que reaparecerá no livro segundo de *O Capital*.

Ademais, a crise de superprodução se manifesta na desproporção entre a renda do trabalhador e todo o valor da produção destinada ao consumo. Um aumento da massa produzida, mantida a renda do trabalhador, implicará maior valor a ser vendido e, como a participação da classe trabalhadora no consumo, isto é, nas trocas entre capitalista e consumidores, é significativa, haverá necessariamente superprodução. Essa desproporção não pode ser suprida pelo consumo de luxo, pelo consumo supérfluo, mas pode gerar consumo “improdutivo”, segundo Marx, já que pode ser gerada renda a partir de especulação, como todo o processo de especulação em torno das ferrovias, que aumentou a ocupação do trabalho e também o consumo. Por outro lado, a crise se manifesta, segundo Marx, primeiro no comércio entre produtores e consumidores, em decorrência de erros de estimativa.

De todo modo, o vínculo entre as duas partes do comércio se dá por meio do dinheiro e por meio do dinheiro se determinam as crises, não importando se circula dinheiro (*Geld*) ou moeda, dinheiro inconversível (*currency*). O que importa é que as mercadorias são inconversíveis em dinheiro, isto é, o capital é inconversível em dinheiro, salvo pela circulação, venda. Com isso, as diversas crises em que notas e títulos de crédito em geral se tornaram inconversíveis foram decorrência antes da inconversibilidade do “capital real” em dinheiro. Marx quer afirmar com isso que dinheiro e, sobretudo, notas bancárias não são capital. Uma crise, portanto, não se resume a inconversibilidade das notas e até do dinheiro, mas das mercadorias, “que deixam de ser dinheiro”, cessa a “convertibilidade dos sinais de valor que elas representam” (MEGA IV/8, 230). Portanto, a questão da reforma bancária não se assenta numa necessidade meramente monetária, mas no próprio sistema de produção,

“a convertibilidade das notas em dinheiro é eventualmente necessária, porque a convertibilidade das mercadorias em dinheiro é necessária, isto é, porque as mercadorias têm um valor de troca, que possui necessariamente uma existência *particular*, que é distinta das mercadorias, isto é, porque, em geral, o sistema de troca privada ocorre.” (*Ibidem.*)

Com isso, a depreciação do dinheiro se encontra em relação inversa com a depreciação das mercadorias. A depreciação das notas, sua inconversibilidade num dado momento decorre da necessidade de que as mercadorias sejam conversíveis, fato dificultado numa crise: aumento da necessidade de convertibilidade das mercadorias, apreciação do dinheiro (no limite, entesouramento), com a conseqüente

depreciação das notas bancárias. Em verdade, por definição, o capital e as mercadorias sempre estão separados da expressão de seu valor de troca, faz parte da própria essência do sistema monetário e, mais ainda, da produção capitalista gerar dinheiro a partir da produção e fazê-lo circular, até gerar um sistema de crédito complexo. Esse sistema de crédito não é imoral por si mesmo e a reforma proposta, dentre outros, por Proudhon, é criticada por Marx justamente por tentar tornar idênticas a circulação de mercadorias e a circulação de dinheiro e notas.

Esses autores cometem o erro de considerar o dinheiro simplesmente na maneira que aparece na troca entre *dealers* e *consumers*, tomando apenas a aparência das relações sociais como essência, ou seja, desconsideram a forma como a renda é gerada e consideram apenas as trocas na mercearia, sapataria, açougue, padaria etc., entre renda e capital. As diversas classes pagam com salário, lucro, juros, renda da terra e o merceeiro, padeiro etc. lhes entregam seu capital: “Ele substitui, reproduz e o [capital – LGD] amplia nesse ato.” (MEGA IV/8, 232). A simplicidade desse ato pressupõe todas as relações de classe, além das relações sociais, que fornecem a “riqueza do caráter do capital” e distinguem capital de renda, mas a circulação do dinheiro torna evanescentes, apaga todos esses pressupostos. Num sistema assim desenvolvido, todas as classes comparecem ao mercado com sua renda expressa em dinheiro, realização da igualdade burguesa de todos os indivíduos, desde que possuam renda. A universalidade da

renda expressa em dinheiro faz desaparecer todas as relações de classe, desde o capitalista até o trabalhador são capazes de se proporcionarem qualquer mercadoria, ao contrário das sociedades precedentes, onde a subjetividade limitada socialmente era impedida de trocar livremente⁴⁵. Essa universalidade, porém, desaparece novamente na quantidade da renda de que, por exemplo, o trabalhador dispõe. Qualitativamente, o dinheiro dissolve, apaga todas as relações em que se enraíza, porém, quantitativamente, essas relações novamente se repõem.

Essa passagem é exemplar da situação da pesquisa marxiana em abril de 1851, tendo sido redigida no oitavo *Caderno de Londres*. Notam-se a confluência de temas que serão elaborados nos três livros de *O Capital*, dinheiro e produção, setores da economia e renda. Com efeito, todos esses manuscritos e anotações parecem apontar para uma questão fundamental do método de redação marxiano: as categorias devem ser explicitadas em sua lógica e organização e, ao longo desses anos, a busca por essa articulação se deu simultaneamente ao próprio exame dessas categorias. Causa certa surpresa no leitor desses textos encontrar frases que serão repetidas em 1867, citações inteiras do *Caderno de Citações* que serão copiadas no *Manuscrito 1861-1863* e depois citadas sinteticamente em *O Capital* podem parecer parte importante da pesquisa. O fundamental, porém, é que Marx, além de não haver ainda atingido a maturidade da reflexão sobre diversas

⁴⁵ Marx cita aqui como de Adriano a frase “*no olet!*”.

questões, também não as havia articulado de modo satisfatório. Como afirma Krätke (1998: 24), “Quando, em agosto de 1857, a crise eclode, Marx não está de modo algum pronto e em paz consigo.” Esse autor se refere, evidentemente, à questão da tematização marxiana sobre as crises, valendo-se de textos ainda não publicados e outros. Tal comentário pode ser estendido ao todo da crítica da economia política. Somente a urgência da própria crise levou Marx a encontrar soluções teóricas e no método de exposição para sua obra, processo que lhe consumiria a década seguinte e, depois de publicado o livro primeiro, os anos que lhe restaram para articular e redigir os demais.

2 – 1857: da crise econômica à crise metodológica

A exposição precedente mostrou a relação estabelecida por Marx e Engels entre crise e revolução. Além do exame de toda a sua obra, certas cartas de Marx e depoimentos revelam sua visão do próprio conjunto, que iria além da economia política. As leituras vulgares desse fato fariam pensar que a crítica da economia política constituía mero trabalho ideológico, partidário; gestar as armas teóricas da luta comprometeria a cientificidade de sua obra econômica. Todos os anos e atrasos que a obra sofreu mostram exatamente o contrário, nada foi apressado ou tomou tempo insuficiente. Assim, a crise de 1857 foi superada e Marx ainda não havia publicado sua obra e, em verdade, o próprio Engels admitiria posteriormente que teria sido mais vantajoso que não se tivesse dedicado à política como fez ao longo da década de

1860. Assim, quando Marx novamente ingressa no gabinete em agosto de 1857, a tarefa que se impõe é dupla: escrever sobre os fundamentos da economia política, até mesmo para se livrar do “pesadelo”⁴⁶ que se tornara todo esse percurso; estudar e escrever algo sobre a crise. Para se desincumbir da tarefa, Marx não pensava em escrever um único trabalho, mas dois. A precedência da crítica da economia política em relação aos escritos sobre a crise decorre do fato de que os estudos e debates sobre a crise, como se mostrou na seção anterior, eram eles mesmos vinculados a equívocos e contradições da teoria. Assim sendo, de qualquer modo se impunha a revisão da própria teoria para intervir nos debates em curso, especialmente na Alemanha, de cujo público Marx se encontrava afastado havia anos. A crítica da economia política não é apenas teoria pura, mas crítica da realidade em que se enraíza, como já havia sido feito com a crítica da *Filosofia do Direito* hegeliana.

Os objetivos iniciais da obra são expressos na *Introdução*, redigida em agosto de 1857 e deixada inacabada. No prefácio de *Para a Crítica da Economia Política*, Marx explica o motivo do abandono, onde explica que a obra em questão constitui a síntese parcial de um conjunto de monografias: “Omiti uma introdução geral que esbocei, porque, graças a exame mais atento, parece-me confusa toda antecipação de resultados ainda por demonstrar, e o leitor que realmente quer me seguir tem de se decidir a se elevar do singular ao universal.” (MEGA II/2, 99). Com essa advertência em mente, será examinado, em primeiro lugar, o curso da

⁴⁶ “Nightmare”, em carta a Engels de 18 de dezembro de 1857 (*Cartas sobre el Capital*, 51).

exposição dos *Grundrisse* para, ao final, analisar seus resultados tanto à luz da *Introdução* quanto dos diversos planos que Marx esboça ao longo da obra. Reitere-se que não se trata de exposição exaustiva da temática da obra, muito menos se explicita toda sua riqueza. Trata-se antes de perseguir um conjunto de categorias que, em certa medida, marcam o início de uma trajetória que culmina em *O Capital*. Com isso, não se pretende explorar aspectos que não serão abordados a partir de 1867, como se tratasse de obra subsidiária, mas apenas como motor, causa a desencadear um percurso teórico.

2.1 – Dinheiro, mercadoria e valor

O abandono da introdução, de todo modo, representa a insuficiência de um método de exposição, que Marx buscará superar ao longo de toda a obra. Escolhe recomeçar a escrita com uma questão prática e teórica, a propósito da obra *Sobre a reforma dos bancos*, de Alfred Darimon. Esse livro representa uma síntese do pensamento socialista francês a respeito da questão do dinheiro, especialmente reforma bancária e crédito, pedra angular da tematização proudhoniana para a superação das contradições do capitalismo de seu tempo, ainda que Proudhon não seja citado por Darimon. Tal escolha, naturalmente, não foi aleatória⁴⁷, mas fruto da própria necessidade marxiana de, ao mesmo tempo em que expunha sua concepção, expor também sua crítica à economia política e aos socialistas em particular, notadamente

⁴⁷ Cf. Albuquerque (2009). Parte da exposição sobre Darimon se baseia neste artigo.

no momento em que Marx se encontrava afastado do movimento socialista do continente. Por outro lado, o desenvolvimento da reflexão mostra seu autor ainda a experimentar o curso de suas próprias idéias, em diálogo consigo mesmo.

A proposta de reforma de Darimon tem como pressuposto a insistência, obstinação com que se privilegiam ouro e prata na circulação. Ocorre que o surgimento das notas bancárias fez com que os bancos se tornassem emissores de moeda, capazes de dispensar os metais preciosos, fato evidente durante as crises, quando a circulação de metais preciosos diminui e as notas bancárias podem adquirir curso forçado com a suspensão dos pagamentos por parte dos bancos. Esse fato leva Darimon a propor a “gratuidade do crédito”, por meio da substituição dos bancos pelo Estado na garantia das notas bancárias, isto é, quase uma moeda fiduciária, com garantia pública e abolição dos juros. Ocorre apenas que o dinheiro seria abolido, como moeda metálica e expressão de valor e, para tanto, Darimon (e Proudhon) propõe que todas as mercadorias sejam consideradas imediatamente portadoras de valor, valor autêntico, determinado pelo tempo de trabalho e que os produtores possam trocá-las diretamente.

Essa proposta, naturalmente, tinha o objetivo de modificar a estrutura do capitalismo, em verdade, abolindo-lhe as contradições, como já se viu no capítulo anterior, a propósito da *Miséria da Filosofia*. A questão fundamental, para Marx, é saber se essas propostas são eficazes: “Por meio da modificação no instrumento de circulação – na

organização da circulação – podem as relações de produção existentes e as relações de distribuição a elas correspondentes ser revolucionadas?” (MEGA II/1.1, 57) e mais ainda, pode haver tal modificação, sem modificação das relações de produção existentes? Uma determinada forma de dinheiro expressa determinadas relações de produção e nenhuma forma pode abolir as contradições da própria forma dinheiro. Para Darimon, o monopólio dos bancos sobre o crédito e seu controle sobre o dinheiro em períodos de crise seria total e discricionário, enquanto, para Marx, o comportamento dos bancos, em situações extremas, representa apenas um sintoma do mercado de dinheiro, que envolve um conjunto maior de agentes, notadamente os capitalistas.⁴⁸

A própria existência do dinheiro supõe sua comparação, relação com outras mercadorias, ou seja, em nada importa se esse dinheiro são os próprios metais preciosos, ou se é constituído por notas bancárias. Ele deve ser, portanto, conversível, o que, segundo Marx, implica imediatamente a possibilidade de não se converter. No caso das notas que expressassem horas de trabalho, elas teriam as mesmas características das notas bancárias em relação ao ouro ou à prata: com efeito, as notas representativas de horas de trabalho se apreciariam na medida em que o trabalho adquirisse mais eficiência, como supunham Proudhon e Darimon, mas, uma vez acumuladas, sofreriam maior

⁴⁸ Marx critica a exposição de Darimon, também, por tomar o caso localizado do Banco da França em 1855 para estabelecer leis gerais, aplicáveis a todos os períodos históricos. Tal procedimento, conquanto não represente aquele de toda a economia política, corresponde exatamente ao procedimento que Marx tenta evitar em sua exposição na *Introdução*.

apreciação do que o próprio trabalho, isto é, as mercadorias. Assim, Marx pode expor sua visão sobre a questão, proferindo algumas observações preliminares sobre valor e dinheiro.

Ele afirma que o valor, “real valor de troca” de todas as mercadorias “(incluído o trabalho) é determinado por seus custos de produção, em outras palavras, pelo tempo de trabalho que é requerido para sua produção” (MEGA II/1.1, 72). Além da caracterização imediata do trabalho como mercadoria, distinção que se modificará ao longo da obra, chama a atenção a manutenção aqui do uso dos “custos de produção” para exprimir “tempo de trabalho”. Porém, Marx avança, ao afirmar que “O *preço* é esse seu valor de troca expresso em dinheiro” (*Ibidem.*) Esse preço não consiste no exato valor, na exata contagem do tempo de trabalho, mas expressa o *valor médio* da mercadoria, média que se estabelece por abstração, abstração real realizada pelas operações e oscilações do mercado. Assim, o próprio valor real oscila, além das oscilações do valor nominal, o preço, raramente coincidindo um e outro com o real valor da mercadoria. Além disso, Marx afirma que essas oscilações são determinadas, de sua parte, pelo custo de produção. Por outro lado, ouro e prata também são mercadorias cujos valores e preços também oscilam. Assim, a supressão do valor nominal, do preço das mercadorias e a criação de notas que expressem seu valor real apenas modificaria, precisamente, os nomes em troca, mas manteria a contradição: a produtividade crescente do trabalho, no capitalismo, faz com que as mercadorias tenham seu valor

constantemente reduzido, fazendo com que as notas se apreciassem permanentemente em relação ao real valor das mercadorias. Preço está sempre em contradição com o real valor das mercadorias; pretender que exista uma expressão do preço que seja, ao mesmo tempo, o valor das mercadorias exigirá um terceiro elemento, ouro, prata, notas, porque *“o tempo de trabalho teria de se expressar, ao mesmo tempo, como o determinante e o não-determinante, como o equivalente e não-equivalente a si mesmo.* Porque o tempo de trabalho como medida de valor existe apenas idealmente, ele não pode servir como matéria da comparação dos preços.” (MEGA II/1.1, 75). Os valores não podem ser a medida dos preços, necessitam de outro padrão de medida que não eles mesmos. Existe, portanto, uma diferença real entre valor e preço, não apenas nominal.

Esse embate com os socialistas, se não teve relevância do ponto de vista da exposição – e seria abandonado nas obras efetivamente publicadas⁴⁹ – mostra o sentido inicial que Marx queria conferir à sua obra e, sobretudo, permitiu-lhe organizar a reflexão que se desenvolveria a seguir, elaboração teórica que reflete bastante os debates da época. Além da passagem sobre Darimon, o capítulo sobre dinheiro contém as seguintes seções, nem sempre nomeadas por Marx: origem e essência do dinheiro; os metais preciosos como portadores da relação monetária, que contém duas subseções; circulação do dinheiro, com três subseções, dinheiro como medida do valor, dinheiro como

⁴⁹ Albuquerque (2009: 7) chama a atenção para esse fato, como se, uma vez vencidas e superadas as utopias de Darimon e Proudhon, de nada servissem para a exposição na *Crítica* de 1859 e em *O Capital*.

meio de circulação e dinheiro como representante material da riqueza. Depois disso, tem início o capítulo sobre o capital, com a transformação do dinheiro em capital. Nos *Grundrisse* não existe uma tematização em separado sobre valor, muito menos se parte da mercadoria. Ambas as categorias estão contidas na tematização sobre o dinheiro.

Embora não parta explicitamente da mercadoria, Marx começa a seção sobre origem e essência do dinheiro com a mercadoria, “objetivação de determinado tempo de trabalho” e seu valor, “a proporção segundo a qual ela se troca com outras mercadorias ou outras mercadorias com ela se trocam é = à quantidade de tempo de trabalho nela realizada” (MEGA II/1.1, 75). Como valor, as mercadorias podem ser trocadas, podem ser comparadas quantitativamente, já que sua qualidade de valor faz abstração de suas diferenças qualitativas, como valor, as mercadorias são intercambiáveis. O valor é, assim, a propriedade que torna as mercadorias intercambiáveis. Esse atributo, porém, não é medido em tempo de trabalho, nem pode ser medido em tempo de trabalho, como pretendiam os socialistas franceses, fato que Marx trata de explicar. O tempo de trabalho contido nas mercadorias não é medido em movimento, mas como tempo de trabalho objetivado e, mais ainda, tempo de trabalho objetivado numa mercadoria em particular e não em geral. Assim, no processo de troca, a abstração geral que o tempo de trabalho supõe para ser comparado também deve ser objetivada, deve ser “simbolizada, realizada por meio de um símbolo” (MEGA II/1.1, 78). O que faz de um produto mercadoria é a

troca, quando também ela se torna valor de troca, que exige um símbolo para expressar seu valor. Essa expressão separada do valor de troca se materializa, por sua vez, noutra mercadoria, o dinheiro, o que leva Marx à sua tematização específica sobre o dinheiro. Nota-se, pois, que ainda não se refere ao valor de uso e sua contradição em relação ao valor de troca. Apenas o valor de troca existe, em oposição ao valor. Valor de troca que emerge apenas na troca, quando se diferencia do produto, da mercadoria e se expressa noutra objetividade, a saber, o dinheiro.

Marx elenca assim as propriedades do dinheiro: “1) medida do valor de troca das mercadorias; 2) como meio de troca; 3) como representante das mercadorias (portanto, como o objeto dos contratos); 4) como mercadoria geral ao lado das mercadorias particulares – todas decorrem simplesmente de sua determinação de valor de troca objetivado e separado das próprias mercadorias.” (MEGA II/1.1, 80). O dinheiro é, em antes de tudo, incorporação do valor de troca das mercadorias e, por isso mesmo, pode ser também capital, ele é a primeira forma do capital e daí segue seu vínculo com a taxa de juros. Trata-se, portanto, de processo que se torna mais complexo à medida que se passa mais e mais a produzir para a troca, o que aumenta a importância do dinheiro, até que se produz apenas para obter mais dinheiro, fazendo com que o dinheiro adquira uma existência independente das próprias mercadorias. Com isso, o dinheiro contradiz a própria natureza da mercadoria, da “mercadoria particular”, já que o valor de troca separado da mercadoria particular se torna a única razão

da existência dessa mercadoria, a troca se torna independente da mercadoria e a produção de mercadorias se torna dependente da troca.

Aqui se coloca mais uma vez o absurdo da proposta dos socialistas, que Marx trata de apontar. A emissão de notas que contivessem o tempo de trabalho faria com que os bancos tivessem poder de estabelecer esse tempo de trabalho e também a quantidade de mercadorias a ser produzidas, podendo inclusive estocar tais mercadorias, de modo que as quantidades a ser ofertadas e demandadas se tornassem fixadas previamente. Ademais, o desenvolvimento das forças produtivas sofreria enorme contenção. O banco se tornaria o próprio comprador e vendedor das mercadorias. Toda essa cadeia de absurdos contraria diretamente a formação do próprio sistema capitalista, baseado na produção de agentes independentes e livres, vinculados apenas, precisamente, pelo valor de troca, a produção com a finalidade da troca e não a produção para satisfação de necessidades, presente ainda na tematização de Adam Smith. Com efeito, todos os economistas burgueses expressam a produção para a troca a partir do interesse egoísta dos agentes, que servem ao interesse geral quanto mais são egoístas. Marx afirma exatamente o contrário: “O essencial não consiste em que, na medida em que cada um segue seu interesse privado, a totalidade dos interesses privados, portanto o interesse geral é realizado. Poderia antes ser inferido dessa frase abstrata que cada um inibe reciprocamente o exercício do interesse dos outros, e, no lugar duma

afirmação geral, resulta uma negação geral desse *bellum omniu contra omnes*.” (MEGA II/1.1, 89). A busca da realização do interesse burguês tem como pressuposto a universalização da troca, que tem como pressuposto a universalização da produção de mercadorias, de produtos para a troca, até a autonomização do valor de troca na forma do dinheiro, isto é, “o próprio interesse privado já é um interesse socialmente determinado e pode ser alcançado somente no interior das condições postas pela sociedade e com os meios por ela dados, portanto, está ligado à reprodução dessas condições e meios” (*Ibidem*).

A robinsonada da economia política, portanto, desconsidera que o próprio indivíduo livre, capaz de produzir mercadorias e levá-las ao mercado, é ele mesmo resultado dum modo de ser social do ser humano, modo de ser baseado na produção efetivamente social de mercadorias. Nos *Grundrisse*, o valor de troca emerge como o vínculo social que une os indivíduos, a atividade e a produção de cada indivíduo tem existência somente para a troca, somente na medida em que se expressa como valor de troca. Cada indivíduo tem poder sobre a atividade do outro somente na medida em que a sua própria atividade e seu produto se expressam como valor de troca, como dinheiro: “Ele traz sua potência social, assim como seu vínculo com a sociedade, no bolso consigo.” (MEGA II/1.1, 90). Esse modo social de produzir, porém, não se submete à vontade de todos os indivíduos coletivamente, já que a sociedade se encontra face ao indivíduo como estranha, a produção não é imediatamente social, o que leva Marx uma vez mais a afirmar o

absurdo da postulação dos socialistas franceses de uma distribuição dos produtos por meio de notas bancárias, ou seja, por meio de uma vontade política que tenha controle sobre toda a produção. A necessidade do dinheiro decorre da impossibilidade de o valor, o tempo de trabalho, ser medida de si mesmo. Por outro lado, a universalização da mercadoria em valor de troca leva à necessidade de que esse valor de troca se particularize numa mercadoria, que recebe o privilégio de representar, simbolizar o valor de troca de todas as mercadorias, isto é, o valor de troca se torna novamente mercadoria particular, o dinheiro. O valor de troca, com efeito, sempre existe numa mercadoria particular e, por isso, não pode ser expresso, medido, em si mesmo, isto é, na própria mercadoria. Isso decorre da própria natureza do trabalho, de seu caráter social, que faz de seu produto valor de troca. A particularidade da mercadoria, portanto, contradiz ao mesmo tempo sua natureza geral, produto do trabalho social. Em Smith, essas duas determinações, segundo Marx, colocam-se de modo paralelo, já que o trabalhador produz uma mercadoria particular, mas ao mesmo tempo possui um objeto geral, produto de trabalho geral.

Marx faz várias observações em seguida a respeito das propriedades do ouro e da prata que os transformaram na mercadoria universal, dinheiro, além da comparação de valores dos diversos metais preciosos⁵⁰. Passa a falar, então, da circulação do dinheiro, que

⁵⁰ Num dado momento dessa seção, Marx passa a utilizar a expressão “valor de uso”, em especial para explicitar o caráter da mercadoria produzida para a troca, em que não interessa ao produtor seu valor de uso, mas sim seu valor de troca. A primeira vez que a expressão é mencionada se situa na seção sobre metais preciosos, quando Marx afirma “A primeira forma

interessa propriamente aqui. A circulação do dinheiro corresponde à circulação oposta das mercadorias. Para descrever esses circuitos, está pressuposto o conceito de preço, já que, na circulação do dinheiro e das mercadorias, é o valor de troca que circula. A circulação, portanto, é definida por Marx como a “colocação dos preços, o movimento em que as mercadorias se transformam em preços: sua realização como preços” (MEGA II/1.1, 118). Essa transformação da mercadoria em preços se dá primeiro idealmente, e na prática, quando a mercadoria se transforma em dinheiro, dois momentos que não coincidem em suas determinações e que supõem os dois atributos do dinheiro: como medida de valor e como meio de troca. Nas seções seguintes, Marx se encarrega de descrever os dois atributos e o texto adquire mais ainda o caráter errático de um conjunto de observações destinado ao esclarecimento do autor, reiterando e explicitando a teoria. Fica evidente, nessas seções quanto ainda não se alcançou forma de exposição adequada, nem tampouco, no caso do tema em questão, o conteúdo bastante e necessário. Por outro lado, resta claro como Marx atingiu aqui o contorno de sua concepção sobre dinheiro, a ser desenvolvida nas obras subseqüentes. O fundamental é que, aqui, Marx parte do dinheiro, a ênfase recai no dinheiro, ainda que seja explicitado

do valor é o *valor de uso*, o cotidiano, que expressa o vínculo do indivíduo com a natureza; o 2º, o *valor de troca*, ao lado do valor de uso, seu comando sobre os valores de uso de outrem, seu vínculo social: ele mesmo também é originalmente valor do uso dominical, que vai além da necessidade natural imediata.” (MEGA II/1.1, 109). Marx faz essa afirmação a propósito do fato de que o ouro, primeiro metal conhecido, foi utilizado primeiro como metal, não como dinheiro. Sua tematização sobre o valor e o dinheiro, porém, ainda não confere qualquer importância ao valor de troca, predicado antes negado com a circulação das mercadorias. Somente no capítulo seguinte, sobre o capital, a questão sofre uma inflexão.

seu caráter de mercadoria e, sobretudo, a sua vinculação com a circulação e troca de mercadorias.

Nessas seções mencionadas, pode-se ver a primeira descrição do processo de troca que levará à transformação do dinheiro em capital. Esse processo será o ponto culminante da transformação da produção de mercadorias para a subsistência em mercadorias para a venda, ou seja, quando a produção passa a ter como único objetivo a obtenção do valor de troca e não o consumo imediato ou o escambo. Portanto, o pressuposto da circulação de mercadorias é que sejam produzidas como “*valores de troca*, não como *valores de uso imediato*”. (MEGA II/1.1, 126), fato que faz com que a divisão social do trabalho envolva toda a sociedade, uma vez que todos os indivíduos se tornam condição de apropriação, por um indivíduo, de sua potência social, que lhe é estranha: “*com o dinheiro está dada a possibilidade dum divisão do trabalho absoluta*, porque a independência do trabalho de seu produto específico, de valor de uso imediato de seu produto para ele.” (MEGA II/1.1, 129). Marx começa então a se interrogar sobre a natureza desse processo, utilizando a fórmula dupla da circulação: “Mercadoria-Dinheiro-Dinheiro-Mercadoria” (M-D-D-M) e “Dinheiro-Mercadoria-Mercadoria-Dinheiro” (D-M-M-D), respectivamente, circulação de mercadorias e circulação de dinheiro, essa última uma forma particular de circulação. O sentido de se trocar dinheiro por mercadoria e mercadoria por dinheiro, segundo Marx, não pode ser encontrado em suas determinações de *medida de valor* e *meio de circulação*, mas em

seu terceiro atributo. Com efeito, durante a circulação, o dinheiro funciona como símbolo; dela retirado, é apenas preço realizado, transferência de valor de troca, preço, de uma mercadoria para outra. Num e noutro caso, pode “o dinheiro simbólico substituir o dinheiro real, porque o dinheiro material é ele mesmo simbólico, como mero valor de troca” (MEGA II/1.1, 140). Nesse caso, o dinheiro se torna mercadoria universal, indiferente a qualquer particularidade, uso ou necessidade, até que se torna fim em si mesmo, explícito no circuito D-M-M-D, de onde emerge sua terceira determinação, qual seja, “*representante material universal da riqueza*” (MEGA II/1.1, 143), propriedade que sintetiza as duas outras, medida de valor e meio de circulação, e decorre da circulação, mais precisamente da capacidade dessa mercadoria universal de se retirar da circulação, tendo sido produzido por ela, o dinheiro pode negar a própria circulação da qual emerge. Nos *Grundrisse*, portanto, a riqueza tem sua forma universal no dinheiro, uma vez que, nas mercadorias, aparece sob formas particulares, capazes apenas potencialmente de ser abstraídas na forma de dinheiro. Essa riqueza universal é possível tão somente quando o valor de troca se universalizou e se tornou o próprio objetivo da produção, o dinheiro deve ser o objetivo, força motriz do trabalho e, ao mesmo tempo, o resultado alcançado, pressuposto e conseqüência do trabalho e de toda a produção social. Essa condição e esse resultado são obtidos, segundo Marx, por meio do trabalho assalariado, onde todos, até os capitalistas, necessitam do dinheiro para viver, ou seja, o dinheiro se

torna a real comunidade dos indivíduos, já que o trabalho de todos deve produzir dinheiro, o dinheiro é o *resultado social* da produção de todos ao mesmo tempo em que é a substância da existência para todos.

Em sua forma acabada, o dinheiro aparece como a própria contradição, já que existe como negação de todas as suas determinações – que, por sua vez, negam-se mutuamente – e, para se manter como riqueza, tem de ser lançado novamente na circulação, particularizar-se na forma de mercadorias particulares e, ao mesmo tempo, preservar seu caráter de riqueza universal, ou seja, o dinheiro é o valor de troca em processo, negando-se e mantendo-se em sua forma universal, o dinheiro se realiza e se nega no próprio processo de circulação. E como não teria sentido, na circulação do dinheiro, que saísse da circulação na mesma quantidade com que entrou, “O processo de circulação tem de aparecer igualmente como processo de produção dos valores de troca.” (MEGA II/1.1, 158). Isso ocorre somente no processo de produção, em que novamente o valor de troca retrocede ao trabalho, sua origem, e o valor de troca em sua medida, o dinheiro como medida do valor de troca, “tem agora ele mesmo de aparecer como ato da circulação” (*Ibidem*). E Marx conclui, “Assim posto, o valor de troca é o *capital* e a circulação é, ao mesmo tempo, posta como ato da produção” (*Ibidem*).

Do exposto, é lícito afirmar que aqui Marx formula de modo categórico sua teoria do dinheiro, ainda sem as nuances e determinações rigorosas que ela adquirirá um ano depois, com *Para a*

crítica da economia política. Com efeito, as categorias ainda não adquirem a precisão e, sobretudo a lógica que terão em definitivo. Como se disse, a ênfase aqui recai no valor de troca, pouco se falando ainda do valor de uso, o que nem sempre será o caso dos próprios *Grundrisse*. Ademais, a determinação da mercadoria como base da riqueza material das sociedades capitalistas não é sequer mencionada, já que Marx centra sua análise no dinheiro. O que interessa, porém, é observar como os esforços de toda a década de 1850 encontram finalmente sua resposta e Marx se mostra capaz de responder às diversas questões não resolvidas não só pela economia política, mas especialmente pelos socialistas. Essa precisão fica mais evidente quando passa finalmente ao exame da questão por excelência, até então sem qualquer tematização própria.

2.2 – O dinheiro como capital: a descoberta do mais-valor

O percurso até aqui, desde os *Manuscritos de 1844*, mostrou como Marx nunca abordou de modo significativo a questão do excedente, salvo para manifestar sua perplexidade diante de sua própria origem, como se viu anteriormente: como obter mais-valor, dada a impossibilidade social de extraí-lo da troca, isto é, da circulação do dinheiro e das mercadorias. Nos *Grundrisse*, essa questão tem sua elucidação e pode-se demonstrar que este é o momento em que a crítica da economia política se repõe em nova e sólida base, em pressuposto a partir do qual se desenvolverá. Até então, a perspectiva a

abordagem das crises, por exemplo, esteve centrada nos próprios movimentos do dinheiro, marxianamente, na esfera fenomênica da sociedade burguesa. A partir do terceiro capítulo dos *Grundrisse*, o eixo analítico é repostado na produção, nas relações sociais desconsideradas pela economia política, como Marx já havia intuído desde o início.

No capítulo sobre o capital, Marx começa com a exposição da relação recíproca entre o sistema do dinheiro e a realização da liberdade e da igualdade, pressupostos e resultado desse sistema. O dinheiro é a expressão acabada da equalização de todos os trabalhos e supõe, para tanto, o reconhecimento recíproco de todos os indivíduos como proprietários para que o processo de circulação ocorra e, sobretudo, para que ocorra livremente. Trata-se do reconhecimento, pelos próprios indivíduos, de sua “essência social (*Gattungswesen*) comum”, dependência recíproca que realiza o interesse de cada um por meio da troca, da equalização de todos os trabalhos como valores de troca. Ademais, o processo de circulação supõe e aprofunda a liberdade com que os indivíduos satisfazem suas necessidades por meio das trocas. Trata-se de processo de determinação recíproca, em que a liberdade e a igualdade tornam possível o processo de circulação do dinheiro e o processo do dinheiro realiza de modo cabal a liberdade e a igualdade. Com efeito, somente numa sociedade em que todos os produtores buscam o valor de troca, em que se produz não para satisfazer necessidades imediatas, mas para gerar dinheiro, valor de troca, todos têm necessariamente de se reconhecerem como

participantes da mesma essência social, do mesmo ser social. O ser social humano só se torna efetivo, para os próprios indivíduos, na medida em que o interesse dum indivíduo está posto como condição para realização do interesse de outrem. E esse reconhecimento é factível somente quando passa a existir na prática, na sociedade produtora exclusivamente de valor de troca, de dinheiro.

Essa a forma aparente da sociedade burguesa, onde imperam a igualdade e a liberdade, não por princípio jurídico, mas onde esses atributos se tornam princípios jurídicos e políticos porque assim os indivíduos produzem e reproduzem suas condições de vida. Examinada em sua essência, porém, a sociedade burguesa revela uma série de contradições desses aspectos, se revela não-livre e desigual, mas não porque perverte os altos princípios da liberdade, da igualdade, da produção, antes porque faz parte de sua natureza ser contraditória, desigualdade e ausência de liberdade são a realização da liberdade e da igualdade, o trabalho assalariado, a realização do trabalho livre, o capital, corolário do dinheiro. Proudhon, Darimon e outros são utópicos justamente porque pretendem separar as virtudes das perversões, como se o capital tivesse pervertido o reino da igualdade e da liberdade.

O capital, ao contrário, tem sua origem histórica no processo de realização das próprias determinações do dinheiro, ele “vai além de sua determinação simples como dinheiro” (MEGA II/1.1, 173). Seria uma realização mais elevada, assim como se pode dizer “que o macaco se desenvolve em homem. Porém, nesse caso, coloca-se a forma inferior

como o sujeito dominante sobre a forma superior” (*Ibidem*). Do mesmo modo, o dinheiro como capital se distingue do dinheiro como dinheiro, mas há que se partir do capital para, em seguida, desenvolver sua particularidade como dinheiro. O que Marx tem em mente com essa afirmação é analisar as diversas concepções da economia política sobre o capital, exame que fará em detalhe no *Manuscrito de 1861-1863*. A primeira concepção é precisamente aquela que considera o capital a mera adição de valores de troca; definido o valor de troca; tem-se a definição de capital, caso de Say⁵¹. Essa teoria, naturalmente acabará por se desenvolver até chegarmos à concepção da teoria moderna e contemporânea, que apaga a especificidade histórica e, por conseguinte, teórica do capital. Assim, conquanto a teoria parta do valor, seu desenvolvimento ulterior exige a especificação do capital e, do mesmo modo, ainda que, na prática, tenham existido modos de produção em que havia o valor de troca e o dinheiro, seu desenvolvimento pleno somente se deu numa sociedade em que eles se transformaram em capital. O ponto de partida histórico dessa transformação é a circulação, por um lado, D-M-M-D, que gera o capital comercial, a primeira forma de capital existente, por outro lado M-D-D-M, que gera o capital mercadoria. Porém, nada têm que ver com a produção, são mera circulação de dinheiro, de onde se extrai o ganho, mas não se produz realmente o capital. Sempre têm de retornar à produção, ao trabalho, onde é posto o valor de troca afinal.

⁵¹ “Se eu digo, como, por exemplo, Say, que o capital é uma *soma de valores*, então digo apenas que o *capital* = valor de troca. Toda soma de valores é um valor de troca e todo valor de troca é uma soma de valores.” (MEGA II/1.1, 174).

Nesse momento, Marx pode avaliar a outra vertente da economia política, que considera o capital trabalho acumulado, trabalho objetivado que enseja novo trabalho, nova produção. Do mesmo modo, aqui, capital existiria em qualquer sociedade, em qualquer momento histórico, constatação que representa um grande avanço desde o início do percurso, quando Marx aceitava, *cum grano salis*, a determinação do capital como trabalho acumulado, em verdade, como se viu, com o objetivo de avaliar os próprios pressupostos da economia política e não para endossar tacitamente essa determinação. Marx diz: “O essencial é que, se todo capital é trabalho objetivado, que serve como meio para nova produção, nem todo trabalho objetivado, que serve como meio para nova produção, é capital. *O capital é concebido como coisa, não como relação.*” (MEGA II/1.1, 180). Assim, nem soma de valores, nem trabalho acumulado, ainda que contenha as duas características. Do mesmo modo, definir capital como “valor de troca que se reproduz a si mesmo” incorre no mesmo erro. Vê-se como aqui as determinações ainda não ganharam precisão, como ocorrerá nos anos seguintes, embora todos os elementos da argumentação estejam postos. Aqui, Marx considera impossível fazer a transição do trabalho para o capital, devendo-se partir, afirma, do valor, do valor de troca na circulação, ou seja, o capital será concebido como relação e, sobretudo, como processo em que percorre vários estágios e permanece igual a si mesmo em todos eles.

A partir daí, Marx realiza uma série de observações para precisar seu argumento, buscando sempre explicitar o mesmo resultado, a transição da circulação para o capital. Afirma, *v.g.*, que a determinidade que distingue capital de valor de troca é “aquela do valor de troca que se conserva e perpetua na circulação e por meio da circulação” (MEGA II/1.1, 185). Em todo o desenvolvimento, que desaparecerá nos esboços seguintes e livros, Marx “brincou” amplamente com o modo de expor hegeliano, em verdade, porque o objeto ainda se lhe apresentava extremamente contraditório⁵². *In casu*, essa dificuldade se depreende no texto até que Marx centra a análise na relação entre capital e trabalho, e o texto encontra seu eixo. Mais ainda, emprega de modo sistemático o *valor de uso* em sua exposição. Numa nota, ele diz:

“Não deve o *valor* ser concebido como unidade de valor de uso e valor de troca. Em si e para si, é o *valor* como tal o universal diante do valor de uso e do valor de troca como formas particulares suas? Isso tem significado na economia? (...) Aqui, porém, onde a troca ocorre apenas precisamente devido ao uso recíproco da mercadoria, o valor de uso, isto é, o conteúdo, a particularidade natural da mercadoria como tal, não possui qualquer existência como determinação formal econômica. O valor de uso como tal não entra na própria forma, como a própria forma econômica determinante, por exemplo, na relação de capital e trabalho? (...) Dinheiro mesmo é mercadoria, possui valor de uso como substância.” (MEGA II/1.1, 190).

O capital, na forma de valor de troca, se defronta com a mercadoria, que aparece na forma de valor de uso. Neste caso, o valor de uso com o qual o valor de troca, o dinheiro, se defronta não é indiferente, não é mero veículo para o próprio valor de troca. Ao se

⁵² E também porque folheava a *Lógica* de Hegel no período, conforme carta a Engels, de 16 de janeiro de 1858.

trocar com o trabalho, o objetivo do capital é apenas aumentar quantitativamente e isso somente pode ocorrer se ele também preservar sua quantidade original, ou seja, “ele se *conserva* como valor de troca que se valida a si mesmo e se distingue do valor de uso somente quando se *multiplica constantemente*” (MEGA II/1.1, 195). Ocorre que o capital, segundo seu conceito, é dinheiro, mas dinheiro que se torna mercadorias, ou seja, é valor de troca que deve existir na forma de valores de uso para se conservar e se multiplicar. Os valores de uso, por sua vez, têm todos em comum o fato de possuírem a mesma substância, são mercadorias dotadas de valor de troca, são, portanto, *trabalho objetivado*. Essas mercadorias, o trabalho objetivado, porém, não cria valor. A única diferença do trabalho objetivado é o trabalho a ser objetivado, o trabalho como subjetividade, o “trabalho presente no tempo”, que se confronta com o “trabalho presente no espaço”, o trabalho objetivado, capital. O trabalho está presente no tempo na medida em que existe como sujeito vivo, capacidade (*Fähigkeit*), possibilidade, isto é, como trabalhador. O pólo oposto do trabalho objetivado, portanto, é o trabalho “*criador de valor, isto é, produtivo*” (MEGA II/1.1, 196), devendo-se considerar aqui, Marx adverte, trabalho produtivo como que cria valor, que se objetiva em mercadorias e aumenta o capital, e não o trabalho consumido como serviço, pago com renda, ainda que, naturalmente, se utilize dinheiro para essa troca.

Marx passa então ao exame da troca entre capital e trabalho, advertindo, uma vez mais, a presença e o significado do valor de uso

nessa relação. Com efeito, o trabalho se troca com o capital na condição de valor de uso, de não valor de troca. O trabalhador vende uma mercadoria, que Marx chama aqui de trabalho, dotada de um valor de uso, por uma soma de dinheiro. O capitalista, por seu lado, adquire o trabalho como “a atividade que põe valor, como trabalho produtivo; isto é, ele obtém a força produtiva que conserva e aumenta o capital e que, com isso, se torna força produtiva e força reprodutora do capital, uma força pertencente ao próprio capital” (MEGA II/1.1, 198). Embora o objetivo do capitalista seja obter maior valor de troca, isso ocorre somente por meio da utilização dum valor de uso particular, isto é, a particularidade do valor de uso, aqui, não é indiferente, trata-se de uma troca em que o consumo da mercadoria, que se coloca fora da circulação, constitui o aspecto essencial. A troca entre capital e trabalho, por isso, ocorre e não ocorre na circulação, depende e ultrapassa o valor de troca, centrando-se no uso do trabalho na produção, trata-se de “categoria essencialmente outra” (MEGA II/1.1, 199). A primeira parte da troca constitui, de fato, troca simples, troca de equivalentes, o capitalista paga em dinheiro o salário do trabalhador, paga seu preço, e recebe um valor de uso aparentemente como qualquer outro, “disposição sobre trabalho alheio”. O preço do salário, seu valor de troca, não dependerá do uso que o capitalista faz dessa disposição, dependerá antes do valor objetivado no próprio trabalhador, o tempo de trabalho necessário à reprodução do trabalhador. O trabalhador percorre, assim, o circuito M-D-D-M, enquanto o capitalista,

o circuito D-M-M-D. Ainda que o trabalhador forneça valor de uso e o capitalista, dinheiro, ao final, o trabalhador consome novas mercadorias e o capitalista recebe mais dinheiro com a venda das que produz.

Para que essa troca ocorra, Marx aponta dois pressupostos essenciais. O primeiro deles, o trabalho posto como trabalho não-objetivado, como não-capital, isto é, a separação de propriedade e trabalho como condição para a troca entre capital e trabalho. Positivamente, pode ser expressa como a existência exclusiva do trabalho como subjetividade ativa, o trabalhador possui apenas sua própria subjetividade, a disposição sobre sua própria atividade. Em segundo lugar, há de ter ocorrido a redução do trabalho a “trabalho puro e simples, trabalho abstrato, absolutamente indiferente face á sua *determinidade* particular, mas capaz de qualquer determinidade” (MEGA II/1.1, 217)⁵³. O capital existe somente como abstração de toda particularidade, somente se realiza como valor de troca e, portanto, não lhe interessa, em certa medida, o conteúdo do trabalho, mas a possibilidade de obter com ele mais valor de troca. Portanto, o trabalho

⁵³ Esta passagem será citada por Marx no *Manuscrito de 1861-1863*: “A separação entre propriedade e trabalho aparece como lei necessária da troca entre capital e trabalho. Como não-capital, não-trabalho objetivado, a capacidade de trabalho aparece 1) *negativamente*, não-matéria-prima, não-instrumento de trabalho, não-produto, não-meio de subsistência, não-dinheiro: o *trabalho* separado de todos os meios de trabalho e meios de subsistência, de sua objetividade inteira, como mera possibilidade. Esse completo despojamento é a *possibilidade do trabalho*, privado de toda objetividade. A capacidade de trabalho é a *pobreza absoluta*, isto é, a exclusão completa da riqueza objetiva. A objetividade que a capacidade de trabalho possui é somente a corporeidade do trabalhador mesmo, sua própria objetividade. 2) *positivamente*: trabalho não-objetivado, a existência subjetiva, não objetiva do trabalho mesmo. O trabalho não como objeto, mas como atividade, como fonte viva do valor. Em oposição ao capital como a realidade da riqueza geral, como a sua possibilidade geral que se confirma na ação. Por um lado, o trabalho, a *pobreza absoluta como objeto*, é a possibilidade geral da riqueza como sujeito e atividade. Isso é o trabalho, tal qual é *pressuposto* ao capital como oposição, como existência objetiva do capital e que, por outro lado, pressupõe, de sua parte, o capital.” (MEGA II/3.1, 147, II/1.1, 216).

tem de aparecer como trabalho indiferenciado, mero dispêndio de energia por parte do trabalhador, não importando sobre qual valor de uso se materialize. O capital não se reproduz em razão do trabalho particular que utiliza, mas tão somente em razão de o trabalho produzir valor, em razão de ser produtivo.

Posto isso, a análise pode se deslocar da troca entre capital e trabalho para descrever a relação entre capital e trabalho como valores de uso, a produção. O capital, por seu lado, deixa de ser o dinheiro abstrato e se manifesta no conjunto de mercadorias, no trabalho objetivado, *matéria-prima* e *instrumento de trabalho*, torna-se objetividade que se confronta com a subjetividade ativa que é o *trabalho vivo*, criador de valor. As mercadorias em que o capital se transforma para tanto não perdem seu valor de troca, interessam tão somente como valor de troca, mas a condição dinheiro do capital tem de se manifestar como trabalho objetivado, o capital, para se apropriar do trabalho, tem de se tornar ele também trabalho, trabalho objetivado, torna-se um processo, em que se diferencia e suprime as diferenças em relação ao trabalho. Marx afirma que o capital, por um momento, se torna passivo em relação à atividade produtiva, já que constitui o próprio objeto sobre o qual o trabalho atua. O capital, porém, em todo o percurso, é ele mesmo o processo, *processo de produção*, que se apropria da energia viva do trabalho e a aplica no trabalho objetivado contido em matéria-prima, por meio do instrumento, tendo por resultado o produto, ou seja, trabalho objetivado novamente. A relação entre

capital e trabalho parece, à primeira vista, revestir-se de materialidade em que desaparece o próprio capital como dinheiro, como valor de troca. Ademais, o trabalho somente pode atuar, ser valor de uso, nesse processo, ou seja, o *processo de trabalho* somente ocorre como *processo de produção* capitalista.

Ocorre, porém, que, nesse mesmo processo, o capital também se transforma em *processo de autovalorização*, isto é, o processo em que o valor existente não só se conserva, mas aumenta. Esse o momento em que, efetivamente, o capital deixa de ser mera soma de valores de troca, de dinheiro para ser capital propriamente dito. Sua expressão ideal, chama-a Marx de *capital em geral*, “encarnação das determinações que distinguem o valor como capital do valor como mero valor ou dinheiro” (MEGA II/1.1, 229). Na circulação simples, várias categorias já estão pressupostas, até mesmo o trabalho, Marx diz, mas se trata, em primeiro lugar, da produção do capital independente de suas determinações singulares, o *capital em geral*, portanto, expressa a idealmente o movimento por meio do qual o capital se origina.

Assim, a *diferencia específica* do capital, o fato que o distingue do dinheiro está no outro lado do processo de produção, o *processo de valorização*. O processo de produção consiste apenas no consumo de diversos valores de uso, desde os materiais de trabalho até o próprio trabalho, “o capital consumiu seu material com o trabalho e o trabalho com seu material” e, mais ainda, “ele consumiu a si mesmo como valor de uso, mas somente como *valor de uso para si mesmo*, como capital”

(*Ibidem*). Ocorre que esse processo estava previsto na troca inicial, assim como a apropriação pelo capitalista do produto do trabalho, são corolário duma troca simples. Do ponto de vista do valor de troca, o valor de trabalho e materiais de trabalho reaparecerão novamente na circulação, incorporados ao produto. Assim, o valor do capital reaparece, ao final, no valor do produto. E, portanto, o valor que o produto contém além do valor inicial não pode ser explicado inteiramente pela circulação⁵⁴.

Marx passa, então, a fornecer exatamente a gênese do mais-valor.

Ele afirma:

“O *mais-valor* que o capital possui ao final do processo de produção – um mais-valor que somente se realiza como preço maior do produto na circulação, mas igual a todos os preços nela realizados, devido ao fato de que já são idealmente *pressupostos* a ela, são determinados antes de nela entrarem – significa, expresso segundo o conceito geral de valor de troca, que o tempo de trabalho objetivado no produto – ou a quantidade de trabalho (expressa estaticamente, a grandeza do trabalho aparece como quantidade de espaço, mas expressa dinamicamente, ela é mensurável somente pelo tempo) – é maior do que aquele existente nos componentes originais do capital. Ora, isso só é possível se o trabalho objetivado no preço do trabalho for menor do que o tempo de trabalho vivo que é comprado com ele.”

Consciente do significado da aquisição, na já citada carta de dezesseis de janeiro de 1858, Marx diz a Engels que demoliu “completamente a teoria do lucro até aqui” (*Cartas sobre el capital*, 68). Marx terminaria em vinte e dois de janeiro a redação do caderno IV, ou seja, refere-se então a um conteúdo que irá além do aqui exposto. O fundamental,

⁵⁴ “É fácil explicar como o trabalho pode aumentar o valor de uso; a dificuldade reside em como ele pode criar valor de troca maior que o valor pressuposto.” (MEGA II/1.1, 235).

porém, está contido nessas palavras, senão nessas linhas. O acerto da teoria será tamanho que passará a orientar a crítica da economia política, conforme se demonstra no capítulo seguinte, resolução de mais de duzentos anos de história do pensamento econômico, que exigiria esforço infundável dos economistas seguintes, conscientemente ou não, para reerguer a teoria demolida por Marx.

O valor objetivado que o trabalhador recebe é diferente do valor que objetiva com seu trabalho. Ele recebe como valor o preço da alienação (*Entäusserung*) de seu trabalho, recebe dinheiro pela alienação da capacidade de disposição (*Dispositionsfähigkeit*) sobre seu trabalho, pouco importando como será efetivamente utilizado pelo capitalista. O preço do trabalho não é idêntico ao valor que o trabalho objetiva no produto, o trabalhador recebe apenas o valor correspondente ao tempo de trabalho necessário para reproduzi-lo como trabalhador, ou seja, tempo de trabalho que não equivale ao tempo de trabalho que o próprio trabalhador objetiva no produto. Assim, o capitalista recebe valor pelo qual não pagou, recebe valor maior do que o equivalente que deu em troca do trabalho e dos meios de trabalho. Na circulação, apenas se trocam equivalentes, de onde não pode surgir mais-valor do que os equivalentes nela lançados. Marx diz:

“Se o trabalhador necessita apenas de meia jornada de trabalho para viver um dia inteiro, então, para manter sua existência como trabalhador, ele necessita apenas de meia jornada de trabalho. A segunda metade da jornada de trabalho é trabalho forçado; sobretrabalho. Aquilo que aparece do lado do capital como mais-valor, aparece exatamente do lado do trabalhador como mais-trabalho além de sua necessidade como

trabalhador, portanto, além de sua necessidade imediata para a manutenção de sua vitalidade.” (MEGA II/1.1, 240)

Essa a novidade histórica do capital, levar o trabalho além de sua mera subsistência, além do valor de uso, o que supõe certo desenvolvimento do próprio trabalho – não mais limitado unicamente pela satisfação de necessidades naturais – e, por outro lado, o desenvolvimento das forças produtivas num estágio em que o tempo de trabalho de toda a sociedade diminuiu a um ponto em que o mais-trabalho pode ser extraído. Assim, para Marx, o capital é produtivo porque, em sua busca incessante da forma universal da riqueza, torna possível a existência da individualidade rica, que não tem em seu trabalho um meio de satisfação de necessidades, ainda que esse desenvolvimento das forças produtivas, num dado momento, tenha o próprio capital como barreira.

Prosseguindo no desenvolvimento do argumento, Marx passa à tematização do mais-valor absoluto e relativo, embora não utilize essas expressões em sua literalidade, empregado, *v.g.*, “quantidade relativa de trabalho” para representar o mais-valor assim criado. De todo modo, a exposição serve de base para os desenvolvimentos do *Manuscrito de 1861-1863*. Aqui, porém, a tematização é muito mais fecunda, já que Marx se permite extrapolar a mera determinação do mais-valor relativo para explicar a natureza da sociabilidade do capital e o desenvolvimento das forças produtivas que promove.

Antes faz algumas considerações sobre a economia política, que serão tratadas depois. Aqui, cabe apenas apontar uma intuição que será útil no desenvolvimento deste trabalho: “O exato desenvolvimento do conceito de capital é necessário, uma vez que é o conceito fundamental da economia moderna, assim como capital mesmo, cuja contra-imagem abstrata é seu conceito, é o fundamento da sociedade burguesa. Da concepção precisa do pressuposto fundamental da relação devem resultar todas as contradições da produção burguesa, assim como os limites além dos quais ela se compele a superar.” (MEGA II/1.1, 246). Explicitar a natureza precisa do capital, portanto, é tarefa central não só para a crítica da economia política, mas para a crítica do mundo burguês, razão pela qual essa categoria absorverá diversos temas, originalmente planejados para receber tratamento específico em livros em separado, conforme se verá depois.

Parte da constatação de que, a força produtiva do trabalho é, na verdade, no capitalismo, força produtiva do capital, já que em nada beneficia o trabalho e em tudo beneficia o capital o aprimoramento das forças produtivas em geral⁵⁵. Essa força produtiva, submetida ao capital, tem o poder de aumentar-lhe o valor, não porque aumenta a quantidade de valores de uso, de produtos, mas porque diminui o *trabalho necessário*, expressão que Marx utiliza pela primeira vez nessa seção. A diminuição do trabalho necessário aumenta o tempo trabalhado livremente para o capitalista, o sobretrabalho. Além disso, o aumento da

⁵⁵ Corolário do trabalho como “força produtiva do capital” é o fato de ele preservar – e não recriar - o valor de matéria-prima e instrumento de trabalho a custo zero para o capital, além de reproduzir o próprio salário, consumido imediatamente (MEGA II/1.1, 266 e ss.).

força produtiva, expresso por Marx como multiplicador, não aumenta o valor do capital na mesma proporção⁵⁶, mas antes se multiplica por valor menor do que o multiplicador da força produtiva. O que ele pretende demonstrar é que o aumento da força produtiva, se considerado como progressão geométrica, faz com que o mais-valor aumente cada vez menos, até a irrelevância do progresso técnico, e também do trabalho necessário. Neste nível de abstração, o que fica claro, portanto, é tão somente a relação entre progresso técnico, sua necessidade no interior da produção burguesa, já que é impossível para o capital aumentar infinitamente o trabalho necessário, restando ao capital o *mais-valor relativo*.

Páginas adiante, Marx volta à questão: o aumento das forças produtivas, com a conseqüente diminuição do tempo de trabalho necessário, gera aumento do mais-valor. Deixa, porém, o valor de troca produzido inalterado. Ocorre que, num segundo momento, se o valor total do capital permanece o mesmo, o valor despendido com salário será menor em relação aos demais componentes do capital, isto é, “a sua parte constante (que consiste em material e máquinas) aumenta em relação à parte variável, isto é, à sua parte que se troca com o trabalho vivo, que forma o fundo de salário” (MEGA, II/1.1, 198). Por outro lado, o aumento da força produtiva significa exatamente que a mesma quantidade de trabalho movimenta maior quantidade de material de

⁵⁶ Se trabalho necessário e mais-valor são iguais a $\frac{1}{2}$ e a força produtiva é multiplicada por dois, o tempo de trabalho necessário é dividido por dois, passa a ser de $\frac{1}{4}$, e o mais-valor passa de $\frac{1}{2}$ para $\frac{3}{4}$, ou seja, aumenta em $\frac{1}{4}$, é multiplicado por 1,5. Se a força produtiva se multiplica novamente por dois, o trabalho necessário passa para $\frac{1}{8}$ e o mais-valor para $\frac{7}{8}$, aumenta $\frac{1}{8}$, ou seja, é multiplicado por 1,17. A taxa de crescimento do mais-valor diminui constantemente.

trabalho, ou seja, para utilizar a mesma quantidade de trabalho anterior ao aumento da força produtiva, o capitalista deve aumentar o investimento na parte constante de seu capital.

O que Marx desvenda aqui é a natureza contraditória imanente ao sistema capitalista, um conjunto de barreiras com as quais o capital sempre tem de se haver para continuar e ampliar a extração de mais-valor, o que o conduz do mais-valor absoluto para o *mais-valor relativo*, expressão utilizada nessas páginas pela primeira vez. Os nomes das categorias aparecem ao mesmo tempo em que elas são explicitamente desenvolvidas. Já se apontou em páginas precedentes, momentos em que a reflexão marxiana muito se aproximou daquilo que se tornaria nos *Grundrisse* e depois, mas é sintomático que aqui a organização categorial ganhe impulso, enquanto ganha também consistência. De fato, demolir a teoria do lucro até então supôs o desenvolvimento coerente de uma teoria do valor e do dinheiro e resultou na ruptura definitiva com a economia política. Conquanto fosse importante toda a crítica da especulação da economia política que Marx promoveu ao longo da década de 1840, o caráter desontologizante e anti-histórico de suas premissas, aqui esse pressuposto ganha efetividade e verdade.

A partir daí, Marx compara conservação e criação de valor no processo de produção, questão sumarizada nos manuscritos seguintes, até chegar ao *Capital*. Em seguida, aborda a relação entre mais-valor e lucro. Toda a exposição é marcada por exemplos, em que o autor corrige e repara o seu próprio desenvolvimento, numa das passagens

em que efetivamente se mostra a construir sua própria teoria mais livremente. A questão de fundo que coloca, em contraposição a Ricardo e Carey, e também à própria discussão política na Inglaterra do tempo, é a distinção entre essência e aparência, entre a forma como o lucro se manifesta para o próprio capital e como é efetivamente gerado. Com efeito, como demonstrara anteriormente, o excedente, o mais-valor, não é gerado pelo dinheiro investido pelo capitalista na produção, mas exclusivamente pela troca entre trabalho objetivado e trabalho vivo, pela atuação do trabalho sobre o trabalho objetivado, conservando o valor incorporado nesse último e reproduzindo seu salário (trabalho necessário), além de criar de adicionar o sobretrabalho. Para o capital, porém, esse excedente resulta do investimento em todos os seus componentes, matéria-prima, instrumentos e salários, ou seja, o lucro, ao contrário do mais-valor, é calculado sobre todo o valor presente na produção, enquanto o mais-valor, sua taxa, é calculado somente com base no trabalho adicionado, ou seja, no valor novo criado na produção. Essa a primeira vez em que tematiza, de modo distinto, mais-valor e lucro, notadamente a partir das insuficiências da própria obra de Ricardo e também de Bastiat.

Páginas adiante⁵⁷, Marx desenvolve a questão da *taxa geral de lucro*. Afirma, em primeiro lugar, que ela só é possível se a taxa de lucro num ramo de atividade se encontra muito alta e, em outro setor, muito baixa, o que faz com que parte do sobrevalor (*Surpluswert*) se transfira

⁵⁷ Aborda-se aqui a segunda parte da questão mais-valor e lucro, para então prosseguir a exposição sobre circulação do capital.

dum capitalista para o outro. A determinação de uma taxa geral de lucro decorre do fato de que as proporções de sobretrabalho são diferentes em relação ao capital total. O nivelamento da taxa de lucro se dá por meio da concorrência, conforme Marx explica:

“O lucro maior – que provém do sobretrabalho real no interior dum ramo de produção, do sobrevalor realmente criado – é rebaixado para o nível pela concorrência e o déficit de sobrevalor no outro ramo de atividade é elevado pela retirada de capitais, portanto, pela proporção satisfatória de oferta e demanda.” (*MEW 42*, 349).

De acordo com Marx, essas variações são realizadas por meio dos preços, que caem ou aumentam, permitindo a equiparação da taxa de lucro. Com isso, ramos que produzem massas de mais-valor diferentes, com taxas individuais de lucro diferentes, parecem gerar a mesma taxa de sobrevalor ou sobretrabalho, embora essa equiparação seja apenas a aparência do processo. Marx afirma, ainda, que pretende desenvolver a questão mais a fundo quando tratar da concorrência. Em passagens como essa, Marx sinaliza diversos passos analíticos necessários, antes de efetivamente desenvolver o tema. O que pretende mostrar aqui, porém, é que a equalização das taxas de lucro numa taxa geral se dá graças à concorrência entre capitais e que existe uma taxa abaixo da qual o sistema, considerado de modo global, não pode produzir, vale dizer, consumo e valorização se encontram em proporção fixa, sendo a valorização o momento preponderante de todas as decisões de produção e não o consumo. Com efeito, Marx diz que, num certo estágio de desenvolvimento,

“existe uma proporção fixa de trabalho necessário e sobre trabalho – existe uma proporção fixa segundo a qual o produto se divide numa parte correspondente – matéria-prima, maquinaria, trabalho necessário, sobretrabalho e, finalmente, o próprio sobretrabalho se divide numa parte que recai no consumo e outra que se torna novamente capital”. (*MEW* 42, 356).

Essa proporção determina o nível de trocas factíveis em todo o mercado⁵⁸, já que parte delas se dá entre capitalistas, na aquisição de matéria-prima, maquinaria etc. e outra parte paga salários, ou seja, é consumida, tal como parte do lucro. Trata-se de duas esferas de circulação aparentemente diversas, indiferentes entre si, embora, em períodos de crise, essa distinção desapareça por completo. Além disso, o desenvolvimento das forças produtivas pode cancelar partes significativas das duas instâncias, tornando-as, como diz Marx, dormentes durante certo tempo. A proporção relativamente fixa entre trabalho necessário e sobretrabalho determina o modo como o capital se valoriza, bem como o modo como, progressivamente, se vão distribuindo os diversos setores envolvidos na produção capitalista.

A forma como Marx desenvolve o argumento aqui apresentado permite afirmar que, efetivamente, o material ainda não possuía ainda organização lógica, nem poderia, já que muitas das questões ganham forma no imediato momento em que são suscitadas. As categorias são desenvolvidas, ao mesmo tempo em que seu autor constata a necessidade de situá-las num dado plano analítico, razão pela qual diz para si mesmo, em vários momentos do texto, onde serão abordadas

⁵⁸ Nesse momento ainda, Marx esboça, *v.g.*, um esquema de reprodução para explicitar as trocas entre capitalistas, entre capitalistas e trabalhadores (consumo) etc.

mais profundamente e, com o exame de *O Capital*, vê-se que são integralmente colocadas noutra local, como é o caso da questão precedente, a carecer do prévio desenvolvimento de circulação, preços de produção etc.

2.3 – A circulação do capital e as barreiras do sistema

Em verdade, a abordagem sobre o lucro exige de Marx o exame do *processo de circulação* do capital. Essa instância analítica permite a ele se afastar e criticar um aspecto crucial da economia política, notadamente Ricardo: a desconsideração da demanda para a realização do capital, isto é, centrando a análise exclusivamente na oferta, suficiente para a autovalorização do capital. Marx, ao contrário, aponta as contradições que emergem uma vez concluído o processo de produção, vez que é criado novo valor, além daqueles despendidos pelo capitalista na produção. A primeira contradição decorre imediatamente da própria natureza do produto: para realizar o mais-valor contido na mercadoria, o capitalista tem de vendê-la, o que depende de a mercadoria ser útil para o consumo, isto é, a autovalorização do capital depende do valor de uso que produz, tanto qualitativa quanto quantitativamente. O valor de uso, portanto, contradiz a sua condição de valor. Além disso, o capital lança na circulação mais valor do que dela retirou para produzir, isto é, lança quantidade maior de equivalentes do que existia antes da produção. Assim, é condição para a autovalorização do capital que, ao mesmo tempo em que expande a

esfera de produção, consiga expandir a esfera de circulação, já que o processo de valorização não é imediato, mas se dá em sucessão ao processo de produção, o que leva, em muitos casos, às crises de superprodução, fato desconsiderado pela economia política, embora Marx aponte os méritos de Sismondi na questão ao identificar as barreiras que o capital deve remover constantemente para se autovalorizar. Marx diz:

“Toda a disputa se *superprodução* é possível e necessária do ponto de vista do capital gira em torno de saber se o processo de valorização do capital na produção põe imediatamente sua valorização na circulação; se sua valorização posta no *processo de produção* é sua real valorização. Ricardo possui uma suspeita de que o *valor de troca* não é valor fora da troca e se afirma como valor somente por meio da troca; considera, porém, as barreiras que a produção encontra desse modo como contingentes, que são superadas. Portanto, concebe a superação de tais barreiras mesmas na essência do capital, embora freqüentemente ele se torne absurdo na exposição; enquanto *Sismondi*, ao contrário, enfatiza não só o encontro com essas barreiras, mas a criação delas por meio do próprio capital, que intui serem contradições e das quais suspeita que devam conduzi-lo a seu downbreak. (MEW 42, 324).

A economia política posterior a Ricardo, segundo Marx, constituiu-se num esforço por negar as contradições imanentes ao processo de autovalorização do capital. Novamente, Marx reitera que, subjacente à tentativa de se demonstrar a identidade entre oferta e demanda e a impossibilidade de crises decorre do fato de a economia política – que aqui classifica de ortodoxa – considerar a produção capitalista como predicado eterno da vida social, em lugar de lhe fornecer a gênese e a determinação histórica. Por outro lado, escapa-lhe a contradição entre valor de uso e valor de troca, tendo, progressivamente, recaído a ênfase

na utilidade em detrimento do caráter monetário da produção e, especialmente, da circulação e da realização do capital.

As barreiras contidas na contradição entre produção e circulação, com efeito, decorrem não da produção em geral, mas da natureza específica do capital. Marx as aponta assim: “1. trabalho necessário como limite do valor de troca da *capacidade de trabalho*⁵⁹ viva ou o salário da população trabalhadora; 2. O mais-valor como limite do sobretrabalho e desenvolvimento das forças produtivas; 3. o dinheiro como limite da produção; 4. a limitação da produção de valores de uso pelo valor de troca.” (MEW 42, 329). Todas essas contradições estão na base da crise de superprodução e Marx trata de dizer que, no nível analítico em que se situa, constituem apenas como a própria definição mais geral de capital traz em si a possibilidade da crise. Em primeiro lugar, à produção capitalista em nada interessa a produção a produção infinita de valor, de utilidade, mas somente na medida em que seja produzido mais-valor, ou seja, só existe trabalho necessário se e somente se houver sobretrabalho. Isso implica o controle e diminuição do valor da capacidade de trabalho, isto é, a restrição do consumo do trabalhador ao necessário à sua reprodução. Por outro lado, o aumento das forças produtivas, como já se notou, torna progressivamente mais difícil a valorização do capital, já que, com o progresso técnico, o

⁵⁹ A partir dessa seção, Marx passa a utilizar mais e mais a palavra *Arbeitsvermögen*, “capacidade de trabalho”. Nas seções precedentes, ainda não a empregava desse modo, mas sempre ligada ao direito que o capitalista adquire de dispor do trabalho, trabalho como disposição do trabalhador, da qual o capitalista se apropria. Como se verá, essa expressão será utilizada em outros esboços, até ser substituída por *Arbeitskraft*, força de trabalho. Cf. nota 38, *supra*.

mesmo valor se materializa em mais e mais valores de uso, diminuindo o preço das mercadorias.

Para abordar o processo de circulação do capital, Marx aponta também o pressuposto de que o próprio capital tenha se diferenciado, em certa medida do dinheiro. Na primeira abordagem da questão, segundo Marx, ainda vigoravam certos pressupostos do dinheiro e de sua circulação. Quando, porém, se observa o dinheiro já transformado em capital que retorna à circulação, podem-se compreender todos os momentos, produção e circulação, como momentos imanentes ao próprio capital. Com efeito, na transformação do dinheiro em capital, todos os momentos da produção são momentos do próprio trabalho, a massa de valores envolvida na produção é ativada pelo trabalho vivo, único capaz de criar mais valor a partir de sua atuação, conservando, reproduzindo e criando o sobrevalor, na forma de sobretrabalho. Uma vez concluído o processo de trabalho, porém, obtém-se novamente trabalho objetivado, estranho ao próprio trabalho, na forma de produto e sobreproduto. Se a troca entre dinheiro e trabalho conduzia a um processo em que o trabalho possuía a aparência de ser o momento preponderante, quando o produto do trabalho é novamente lançado em circulação e reconvertido em dinheiro, valorizando efetivamente o capital, todo o trabalho objetivado aparece, então, na forma de capital e o sobretrabalho, na forma de sobrecapital ou sobretrabalho alienado. A partir daí, o trabalho se defrontará, na forma de *trabalho estranhado*, com as próprias condições objetivas de trabalho. Além disso, no

segundo momento da troca entre capital e trabalho, ao empregar o sobrecapital previamente produzido, o capital dá sobretalho em troca de trabalho, ou seja, a lei da troca de equivalentes é anulada, uma vez que apenas se trocam trabalho vivo com trabalho estranhado e a troca de mercadorias se torna mera aparência. Em verdade, portanto, o direito de propriedade pressuposto na troca entre dinheiro e trabalho se torna apenas o direito de apropriação do produto do trabalho pelo próprio trabalho estranhado. Numa longa série de trocas, o processo acaba por reproduzir mais e mais apenas as relações entre capital e trabalho, o trabalho se produz como capacidade de trabalho e o capital se produz como capital.

Não se abordarão aqui mais questões relativas ao livro II⁶⁰, embora tenha sido necessário indicar a forma como emergem nos *Grundrisse*. Com efeito, nessa obra é abordada pela primeira vez a distinção entre *capital fixo* e *capital circulante*, ainda a propósito da circulação⁶¹. Importa aqui, antes, reiterar o caráter contraditório do capital, que põe e suprime barreiras em seu curso, desta feita na questão da maquinaria, a ser retomada seguidas vezes nos escritos seguintes.

O processo de valorização do capital e desenvolvimento das forças produtivas implica o aumento do trabalho objetivado que se contrapõe ao trabalho vivo, ou seja, relativamente, a participação do trabalho vivo frente ao capital diminui constantemente. Com o desenvolvimento do capital, a produção

⁶⁰ No capítulo seguinte serão referidas ainda algumas questões formuladas nos *Grundrisse* e transpostas ou desenvolvidas no segundo esboço.

⁶¹ Embora a distinção entre capital constante e capital variável não apreça.

de valor depende mais e mais dessa potência estranhada que é o trabalho sob a forma de maquinaria, ciência e tecnologia. Marx diz:

“O trabalho não aparece mais como incluído no processo de produção, o homem se comporta mais, no próprio processo de produção, como supervisor e regulador. (...) O trabalhador não insere mais um objeto natural modificado como termo-médio entre si e o objeto; insere, antes, o processo natural, que ele transforma em processo industrial, como meio entre ele e a natureza inorgânica, que ele domina. Ele se coloca ao lado do processo produtivo, em lugar de ser seu agente principal. Nessa transformação, nem o trabalho imediato que o próprio homem executa, nem o tempo durante o qual ele trabalha, mas a apropriação de sua própria força produtiva universal, sua compreensão da natureza e o domínio sobre ela, por meio de sua existência como corpo social, – em uma palavra, o desenvolvimento do indivíduo social, que aparece como pilar da produção e da riqueza. O *roubo de tempo de trabalho alienado, no qual repousa a riqueza atual*, aparece como fundamento miserável diante dessa nova riqueza, criada pela própria grande indústria. Na medida em que o trabalho na forma imediata deixa de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixa e tem de deixar de ser sua medida e, com isso, o valor de troca a medida do valor de uso.” (MEW 42, 601).

Engendra-se uma enorme desproporção entre o trabalho vivo e suas condições de realização (MEW 42, 600). Com isso, a extração de mais-valor possui um limite dentro do próprio circuito do capital. Quanto maior a necessidade de maquinaria, tecnologia, ciência, menor a participação do tempo de trabalho na criação de riqueza e, com isso, menor a extração de mais-valor, mais difícil fica a sua obtenção. A extração de mais-valor se baseia no valor de troca, porém, com a dependência crescente do capital e do processo produtivo de ciência, tecnologia, enfim, com a transformação da produção num “processo científico” (MEW 42, 596), a participação do trabalho vivo, por meio do tempo de trabalho socialmente necessário, diminui constantemente, tanto quantitativa quanto qualitativamente. Com isso, o capital, a “contradição em processo”, gera a própria condição para sua superação, ao buscar reduzir o tempo de trabalho

necessário ao mínimo e, por outro lado, colocar esse mesmo tempo de trabalho como única fonte de riqueza social. Marx afirma que o “*mais-trabalho da massa* deixou de ser condição para o desenvolvimento da riqueza universal, assim como o *não-trabalho de poucos* deixou de ser a condição para o desenvolvimento das potencialidades universais da cabeça humana”. E arremata: “Com isso, colapsa a produção baseada no valor de troca e o processo de produção material, imediato é despido da forma da penúria e da contradição. O livre desenvolvimento das individualidades e, portanto, não a redução do tempo de trabalho necessário para produzir mais trabalho, mas sim a redução do trabalho necessário da sociedade a um mínimo, que corresponde então ao desenvolvimento artístico, científico etc. dos indivíduos, por meio do tempo liberado e dos meios criados para todos.” (MEW 42, 601).

O capital emerge, para Marx, como uma espécie de amarra que impede o desenvolvimento possível de potencialidades humanas. Se teve uma função social positiva, ela desaparece quando as condições de desenvolvimento livre das individualidades estão postas, mas não podem ser realizadas, já que o sistema produtivo possui uma finalidade extrínseca àquela de realização e auto-constituição humanas, qual seja, valorizar e realizar o capital. Para que esse processo se prorrogue historicamente, contraditoriamente, acabam sendo geradas crises e desvalorizações de parte do próprio capital, para que o processo possa ser mantido num determinado nível de extração normal de mais-valor. Nos *Grundrisse* estão intuídas as formulações que ganharão rigor em *O Capital*, relativas ao processo de reprodução e acumulação.

Do modo como é desenvolvida, não aparece essa análise em *O Capital*, um dos motivos que levam muitos autores a exaltar a riqueza dos *Grundrisse* em detrimento de *O Capital*, caso de Negri (1996), que se vale dessa obra para pensar questões “além de Marx”, revolução, individualidade, transição, que não teriam sido contempladas em 1867. Com efeito, as últimas passagens trazidas à colação mostram claramente que a liberdade que Marx se confere a partir de certo ponto da obra, quando ela perde seu caráter texto publicável e assume integralmente a forma de anotações para o próprio esclarecimento de seu autor, Marx compreende, pela primeira vez, a gênese da sociabilidade do capital, o modo de ser social que permite que o dinheiro, existente em outras formações sociais, ainda que precariamente, se torne capital. Em alguns momentos vai além, detecta as virtualidades da superação do capital, ele mesmo pressuposto de sua superação, já que pela primeira vez, conforme se viu, a produção social não aparece como algo extrínseco à própria individualidade, mas condição essencial de sua existência.

2.4 – Forma de exposição: a questão de método

Esse percurso, porém, restou inacabado, precisamente porque cumpriu sua tarefa para seu próprio autor, ou seja, é subsumido nos momentos subseqüentes e suas aquisições repercutirão não só até 1867, como nos anos seguintes. Sintomático desse fato é que, um mês depois de concluída a redação do caderno IV – o que corresponde aos capítulos sobre circulação e dinheiro, produção do capital, reprodução e acumulação e a seção das *Formen*

– Marx anuncia um plano para sua obra, em carta a Lassale de vinte e dois de fevereiro de 1858:

“O trabalho de que se trata é, em primeiro lugar, a *crítica das categorias econômicas*, ou, *if you like*, o sistema da economia burguesa apresentado em forma crítica. É ao mesmo tempo um quadro do sistema e a crítica desse sistema por meio de sua própria exposição. Não calculo tê-lo pronto em breve, porque, em verdade, se tivesse tempo, calma e meios para elaborá-lo inteiro, antes de entregá-lo ao público, eu o faria mais conciso, porque sempre gostei do método que consiste em condensar. (...) O conjunto se divide em seis livros: 1. Do capital (contém alguns *capítulos* preliminares). 2. Da propriedade da terra. 3. Do trabalho assalariado. 4. Do Estado. 5. Comércio exterior. 6. Mercado mundial.” (*Cartas sobre El Capital*, 76)

Em carta a Engels de dois de abril do mesmo ano, depois de anunciar o mesmo plano, Marx diz:

“O capital se subdivide em 4 seções: a) capital *en général* (esse o tema do primeiro fascículo). b) a concorrência ou a ação recíproca de múltiplos capitais. c) *crédito*, onde o capital aparece como elemento universal frente aos capitais individuais. d) *o capital por ações* como a forma mais perfeita (que resulta no comunismo), juntamente com todas as suas contradições. (*Cartas sobre El Capital*, 77)

Antes de analisar esse plano, cabe apontar algumas noções que Marx formulou no próprio corpo dos *Grundrisse*, procedimento que será encontrado também nos manuscritos seguintes, qual seja, de elaborar o plano de sua obra no curso da própria exposição. Com efeito, em dois momentos se detém na formulação dum plano geral de sua obra econômica. A primeira, na abertura da seção “valor de troca que surge da circulação”. Ele diz:

“I.1 Conceito geral de capital – 2) Particularidade do capital: *Capital circulant*. *Capital fixe*. (Capital como meios de subsistência, como matéria-prima, como instrumento de trabalho.) 3) O capital como dinheiro. II. 1) *Quantidade de capital*. *Acumulação*. – 2) *O capital que mede a si mesmo*. *Lucro*. *Juro*. *Valor do capital*; isto é, o capital em diferença de si como juro e lucro. 3) *A circulação dos capitais*. α) Troca de capital com capital.

Troca de capital com renda. Capital e *preços*. β) *Concorrência dos capitais*. γ) *Concentração de capitais*. III. O capital como crédito. IV. O capital como capital por ações. V. *O capital como mercado monetário*. VI. O capital como fonte da riqueza. O capitalista. Em seguida, a propriedade da terra deve ser considerada. Depois disso, trabalho assalariado. Pressuposto aos 3, o *movimento dos preços*, como a circulação então o determina em sua totalidade interna. Por outro lado, as 3 classes já que a produção está posta em suas 3 formas fundamentais e pressupostos da circulação. Então, o *Estado*. (Estado e sociedade civil. – Os impostos, ou a existência da classe improdutiva. – A dívida pública. – A população. – O Estado em direção ao exterior: colônias. Comércio exterior. Câmbio. Dinheiro como moeda internacional. – Finalmente, o mercado mundial. Domínio da sociedade civil⁶² sobre o Estado. As crises. Dissolução do modo produção e forma social baseados no valor de troca. Trabalho individual realmente posto como social e vice-versa.” (MEGA II/1.1, 187).

Essas formulações serão o plano que, ao longo dos anos seguintes, sofrerá diversas modificações, sem mencionar aquelas relativas à seção do dinheiro. Interessante que, poucas páginas adiante, Marx reelabora esse plano, na seção do capital, a partir da lógica hegeliana. Na seção sobre troca entre capital e trabalho, encontra-se a seguinte passagem:

“*Capital*. I. *Universalidade*: 1) a) devir do capital a partir do dinheiro. b) capital e trabalho (mediando-se pelo trabalho *estranhado*). c) os elementos do capital decompostos em sua relação com o trabalho (produto, matéria-prima, instrumento de trabalho). 2) *Particularização do capital*: a) capital circulante. *Capital fixe*. Circulação do capital. 3) *A singularidade do capital*. Capital e lucro. Capital e juro. O capital como *valor*, diferenciando-se de si como juro e lucro.

II. *Particularidade*: 1) Acumulação dos capitais. 2) Concorrência dos capitais. 3) Concentração dos capitais (diferença quantitativa do capital ao mesmo tempo tanto qualitativa quanto como *medida* de sua grandeza e atuação.

III. *Singularidade*: 1) O capital como crédito. 2) O capital como capital em ações. 3) O capital como mercado monetário. No mercado monetário, o capital é posto em sua totalidade; ali, ele é *determinador de preços, dador de trabalho, regulador da produção*, numa palavra, *fonte da produção (...)*.” (MEGA II/1.1, 199).

⁶² A tradução aqui também pode ser “sociedade burguesa”.

Além da afiliação hegeliana dessa seqüência, é fundamental também a constatação marxiana, cedo ainda na obra, de que não seria suficiente a determinação, a distinção do capital como capital em geral face ao dinheiro, apontado ali em sua universalidade, ou caráter geral. Ao identificar o capital como o conceito e seus momentos, Marx constata exatamente a necessidade de instâncias analíticas que, num certo momento, levem em consideração exatamente o capital em sua particularidade, acumulação, concorrência e concentração. No *Manuscrito 1861-1863*, esses níveis dialéticos serão novamente retomados. Importa dizer aqui que os *Grundrisse* não são e não podiam ser um sistema fechado, pois Marx ainda não havia nem sequer estabelecido o conteúdo completo e rico de determinações que seria *O Capital*. Parafrazeando Hegel, a filosofia (lógica) só aparece ao final. Assim, conquanto a orientação desse plano lógico não seja rígida, deixou claro para Marx as diversas instâncias a determinar, razão pela qual, por várias vezes ao longo dos *Grundrisse*, situava determinada categoria em outra seção por escrever.

Outra questão fundamental é que, nos *Grundrisse*, Marx começa a absorver sua tematização pelo próprio capital, até abandonar o plano exposto nas cartas citadas acima. Por isso, depois da enumeração das categorias do capital, Marx mostra como ele, progressivamente, transforma a agricultura, tornando-se “criador da agricultura moderna”, que impregna a propriedade da terra e cria ali as relações capitalistas de produção. Ao mesmo tempo, esse processo se dá com a criação do trabalho assalariado, na acumulação primitiva. Essa sistematização permite afirmar um dos motivos do abandono do supracitado projeto de seis livros: embora seja trabalho acumulado, embora

seja trabalho objetivado, ainda que dependa da atuação do trabalho vivo para se valorizar, o capital é o verdadeiro motor da sociabilidade moderna, numa relação invertida, perversa, em que transforma trabalho e terra, em suma, toda a objetividade, em elementos de sua existência processual, de sua junção de produção e valorização, a envolver toda a vida social. Por isso, somente no momento último, na quintessência da sociabilidade do capital, a saber, no mercado monetário, no capital a juros, manifesta-se o capital em sua plenitude, ao mesmo tempo em que apaga por completo sua origem. Explicar esse desenvolvimento significa, de imediato, abordar a situação do trabalho e da propriedade fundiária. É o que Marx explica mais adiante:

“O 3º momento a desenvolver na formação do conceito de capital é a *acumulação primitiva* frente ao trabalho, portanto, também o trabalho desobjetivado da acumulação. O *primeiro momento* parte do valor como proveniente da circulação e a pressupõe-la. Era o *conceito simples* de capital; o dinheiro, tal como era determinado até o capital; o *segundo momento* parte do capital como pressuposto da produção e seu resultado; o *terceiro momento* supõe o capital como *unidade determinada* da circulação e produção. Há que se diferenciar entre acumulação dos capitais; ela pressupõe capitais; a relação do capital como *existente* e supõe, portanto, também sua vinculação com o trabalho, preços (capital fixe e circulante). Juro e Lucro. O capital, porém, para se tornar, supõe certa acumulação; que já se encontra em oposição autônoma do trabalho objetivado contra o vivo; na existência autônoma dessa oposição. Essa acumulação, que é necessária para o devir do capital – como um momento – que está contida em seu conceito, deve ser diferenciada essencialmente da acumulação do capital que se tornou capital, onde já devem existir vários *capitais*.” (MEGA II/1.1, 236).

Essas duas citações mostram como, paulatinamente, no curso da análise, insinua-se a articulação de *O Capital*. Mostram, também, o limite dos *Grundrisse* quando tomados em seu conjunto. Com efeito, Marx partiu do dinheiro, em cuja exposição também tratou da mercadoria e, sobretudo, do

valor. Ali, o valor de uso assumiu paulatinamente sua importância e adquiriu significado próprio, autônomo. Em seguida, há o capítulo sobre o capital, a partir da circulação do dinheiro, a troca com o trabalho – que, ao longo do texto, passa a se diferenciar de *capacidade de trabalho* – o processo de produção e o mais-valor. Logo em seguida, porém, a análise se desloca para a questão do lucro, e a referência aos múltiplos capitais se impõe, além da questão da circulação do capital. Conquanto não seja necessária à exposição, Marx desenvolve as formas pré-capitalistas, para então retornar ao circuito do capital, toda a temática do livro II de *O Capital*, ainda que de modo indicativo. Ao logo desse percurso, inegavelmente, diversas questões afloram, constituindo a maior parte do corpo temático da obra a ser efetivamente publicada por Marx e editada por Engels, porém, o método de exposição ainda não estava consolidado e cada passo, nos *Grundrisse*, representa ao mesmo tempo a tentativa de sistematização.

Uma maneira de considerar essa “crise metodológica” é examinar a *Introdução*, ela mesma inacabada⁶³. Como se disse, Marx abandonou essa introdução porque os resultados têm de ser demonstrados, não expostos *a priori*. Marx combate ali as “robinsonadas”, o individualismo metodológico que se tornaria dominante século e meio depois, cujo sintoma que mais lhe causava incômodo era a abstração do caráter histórico, localizado da sociedade capitalista, cujas leis são eternizadas por parte da economia política, ao menos a economia de seu tempo. Embora seja necessário abordar a “produção em geral”, na medida em que é uma “abstração razoável”. Por outro

⁶³ Esta exposição sobre a *Introdução* segue aquela de Chasin (2009).

lado, porém a economia política adota um procedimento sub-reptício a respeito: “A produção deve antes – ver, por exemplo, Mill – ser apresentada como em distinção da distribuição etc., como limitada pelas eternas leis naturais independentes da história.” (MEGA II/1.1, 24). Com isso, a relação real – que Marx trata de explicitar em sua obra – desaparece entre essas duas instâncias. Depois de avaliar essa separação e mostrar exatamente os vínculos entre produção, distribuição, troca e consumo, Marx formula sua concepção de método. Ele diz: “Parece ser correto começar com o real e o concreto, o pressuposto real, assim, por exemplo, na economia, com a população que é a base e o sujeito de todo o ato de produção. Isso se mostra falso, porém, com observação atenta. A população é uma abstração, se, por exemplo, excluo as classes em que se compõe.” (MEGA II/1.1, 36). Afinal, trata-se de “uma concepção caótica dum todo”, donde se parte até chegar a “conceitos sempre mais simples”. A partir daí, o todo pode ser recomposto, desta feita numa “totalidade de muitas determinações e relações”. Tal era o procedimento da economia política no século XVII, método cientificamente correto, que parte do concreto como totalidade caótica, até subsumi-lo no pensamento:

“O concreto é concreto porque é a concentração de muitas determinações, portanto, unidade de diversos. No pensamento, por isso, aparece como processo de concentração, como resultado, não como ponto de partida, embora ele seja o ponto de partida real e, por isso, também o ponto de partida da observação e da concepção.” (*Ibidem*).

Ao final dos *Grundrisse*, Marx trata exatamente de pensar a exposição de sua obra, que partira do dinheiro para tratar do capital em geral. Em seguida, conforme se disse, as diversas instâncias foram expostas, pois ainda estavam sendo construídas. Hegelianamente, quando Marx celebra, em carta a Engels,

ter demolido a teoria do lucro, dentre outras tantas aquisições, ao mesmo tempo, tinha consciência da necessidade de reiniciar a redação. Em carta a Lassale, de doze de novembro de 1858, Marx afirma que a questão de forma ainda era a mais importante, já que dispunha de todo o material necessário. Os *Grundrisse* representam exatamente um salto qualitativo no pensamento marxiano, uma mudança de fase, mas que seu próprio autor tratou de dissolver, supracumir, nos momentos seguintes. Ironicamente, a última página do manuscrito constitui precisamente o prenúncio do que viria. Cabe trazê-la à colação para mostrar o momento em que Marx reinicia a redação, sob o título de “1. Valor”:

“A primeira categoria na qual a riqueza burguesa se apresenta é a *mercadoria*. A mercadoria mesma aparece como unidade de duas determinações. Ela é *valor de uso*, isto é, objeto de satisfação de qualquer sistema de necessidades humanas. Esse é seu lado material, que as épocas mais díspares da produção podem ter em comum e cujo exame, portanto, está além da economia política. O valor de uso recai em seu domínio na medida em que é modificado pelas modernas relações de produção, ou, por outro lado, intervém modificando-as. (...) Em verdade, porém, o valor de uso da mercadoria pressuposto dado – a base material na qual uma relação econômica determinada se apresenta. (...) Como o valor de uso se transforma em mercadoria? Portador do *valor de troca*. Embora unidos imediatamente na mercadoria, valor de uso e valor de troca se separam imediatamente também. Não apenas o valor de troca aparece determinado pelo valor de uso, mas, sobretudo, a mercadoria só se torna mercadoria, só se realiza como valor de troca, na medida em que seu possuidor não se comporta face a ela como valor de uso. É somente por meio de sua alienação, sua troca por outra mercadoria, que ele se apropria de valores de uso. (...) etc.” (MEW 42, 767)

Alguns meses depois, em novembro de 1858, Marx se lançaria à rápida redação de *Para a Crítica da Economia Política*, súpula e ordenação de parte dos desenvolvimentos dos *Grundrisse*, ponto de chegada e ponto de partida, num nível mais elevado.

2.5 – *Grundrisse* como exemplo do itinerário da marxologia

Os percalços por que passou a edição dos *Grundrisse* e sua fortuna crítica são exemplares do próprio itinerário da marxologia, desde a época de Riazanov. Com efeito, na sua época e mesmo depois de seu desaparecimento, foi estabelecido um primeiro conjunto de procedimentos para a edição e o exame filológico de textos inéditos, a permitir uma compreensão mais profunda e mais exata da obra marxiana. O estabelecimento do texto dos *Grundrisse* e sua publicação foram feitos segundo essas regras e expressam precisamente o contexto da vida soviética⁶⁴, evidenciam as dificuldades e obstáculos que a própria compreensão da obra marxiana teve de enfrentar, já que sua análise nunca se deu de modo livre de preconceitos de época, nunca com isenção possível. Em verdade, a obra marxiana sempre se propôs a compreender as determinações reais e, por isso, ao longo do século XX, muitas vezes foi lida à luz da urgência prática contingente.

Depois da guerra, com a divulgação efetiva de diversos textos publicados na União Soviética, a marxologia ganha novos contornos, passando a se debruçar sobre esses textos e não mais, apenas, sobre o cânone marxiano estabelecido por Engels, elaborando o material que, progressivamente se publicou desde então. É nesse contexto que os *Grundrisse* assumem grande importância, notadamente com a obra de Rosdolsky, quando começam a ganhar estatura própria e passam a ser tratados como obra autônoma. Até

⁶⁴ Hecker (2001), *v. g.*, relata a dramática publicação dos *Grundrisse* em plena II Guerra Mundial, levada a termo graças ao esforço de Pavel Veller, que sobreviveu aos diversos expurgos stalinistas, enfrentou uma série de incertezas para desenvolver seu trabalho e veio a falecer no *front* de guerra, pouco depois da publicação da obra.

então, o procedimento corrente era aquele de Kautsky, seguindo em grande medida o plano de Engels: tudo que havia sido publicado excluía, de antemão, esboços e comentários sobre o mesmo tema, como fez com o *Manuscrito de 1861-1867*. E Rosdolsky, por sua vez, tratou de simplesmente sistematizar, explicar, dar a gênese da obra, em diálogo permanente com *O Capital*. Os *Grundrisse*, assim, explicitam o desenvolvimento categorial e, ao mesmo tempo, elucidam certas questões da obra marxiana.

Ocorre que os *Grundrisse* contêm muitos temas e muitas maneiras de abordá-los que Marx não levou adiante, ou que suprassumiu nas obras posteriores. Esse nicho passou a ser explorado gradualmente por diversos autores que, ao contrário do que advertiu Rosdolsky, *pro domo sua*, buscaram tomar a obra marxiana para além dela mesma, para pensar questões, muitas vezes estranhas a ela ou que se lhes pareciam insuficientes, por exemplo, em *O Capital*.

Um dos primeiros esforços nessa direção foi empreendido por Antonio Negri (1996)⁶⁵, em *Marx além de Marx*, onde pretende continuar, aprofundar as conquistas de Rosdolsky, mas descartar ainda seu procedimento naquilo que considera um problema, o tratamento dos *Grundrisse* como obra intermediária, de transição para a obra propriamente dita que seria *O Capital*, a utilização dos *Grundrisse* tão somente como obra antecedente, onde se detectariam as categorias futura. Além disso, Negri pretende superar as leituras que, durante muito tempo, marcaram parte da recepção da obra marxiana, promanadas do Leste Europeu, com viés marcadamente metodológico e ideológico, como é o

⁶⁵ Publicado originalmente em 1979.

caso de Wygodski (1978), que tem o interesse apenas de descobrir as categorias do materialismo histórico-dialético e do comunismo científico nos *Grundrisse*. Negri, ao contrário, pretende estudar os *Grundrisse* por seus próprios termos, considerando, para tanto, a obra marxiana como aberta e o texto de 1857/58 em seus próprios termos. Essa perspectiva é exemplar do novo impulso que a marxologia adquire, a partir da década de 1970, com a publicação da segunda MEGA.

Em diversos momentos, Negri endossa a tematização dos *Grundrisse* contra *O Capital*. Tal qual fará Abensour (1998), “Marx além de Marx” quer dizer antes “Marx contra Marx”. Assim, a tematização do valor subsumida àquela do dinheiro, segundo Negri, é preferível porque a separação “só lhe acrescenta abstração e confusão; é um método mais idealista, mais hegeliano” (80). O que se verá no próximo capítulo, embora já tenha sido parcialmente mostrado, é como Marx foi hegeliano, de fato, no *método de exposição* dos *Grundrisse* e como a exposição perderá precisamente a rigidez e os volteios dialéticos hegelianos, quando se trata de valor e dinheiro. A passagem mercadoria-valor-dinheiro-capital, conquanto seja mais complexa, seguirá exatamente a necessidade de se partir do concreto real e efetivo, da confusão de determinações até ser elucidada na forma de concreto pensado. Por outro lado, para Negri, a exposição marxiana faz com que a lei do valor, nos *Grundrisse*, apareça imediatamente como crise; Negri busca, em cada passagem da exposição marxiana, o confronto dialético, como se decorresse dum método *a priori*, hegeliano, portanto. Negri descreve longamente a *Introdução* para detectar a passagem da diferença ao antagonismo. Com isso,

v.g., o valor de uso só se torna significativo para a economia quando se constitui pressuposto alienado⁶⁶. Em todos os passos analíticos, Negri detectará tensões e antagonismos, tal qual fizera Proudhon: a contradição e o antagonismo são erigidos em método e ele vê luta de classes em todos os níveis de análise e o comunismo aparece, naturalmente, como a negação da contradição. As contradições apontadas por Marx nos *Grundrisse*, porém, não são sistemáticas, não são abstratas e o comunismo não representa a supressão da contradição da vida social.

Ao longo do livro de Negri, outros vários exemplos poderiam ser fornecidos. O que lhe causa inconformismo é separar uma exposição textual da própria realidade. Em todos os momentos, seu raciocínio busca a luta de classes, não num nível teórico, mas o próprio antagonismo, a contradição. Pensar a realidade a partir de Marx é realmente fundamental⁶⁷, pensar Marx a partir da realidade também, porém, moldar o texto marxiano pela realidade parece ser procedimento duvidoso.

Outro autor contemporâneo que merece destaque é Postone⁶⁸ (2008) que defende exatamente a necessidade da retomada de Marx, mais especificamente de sua teoria crítica como instrumento para a compreensão de uma série de fenômenos contemporâneos para cuja compreensão o marxismo tradicional se revela insuficiente. Postone entende por “marxismo tradicional” “qualquer análise do capitalismo em termos essencialmente de relações de classe enraizadas na propriedade privada e mediadas pelo mercado” (121). Todas as categorias marxianas seriam utilizadas para explicar a exploração,

⁶⁶ Conforme a passagem final dos *Grundrisse*, citada acima.

⁶⁷ Dussel (1998) tenta fazer isso em seus comentários.

⁶⁸ Utilizamos aqui a sùmula de seu livro de 1993.

como a teoria do mais-valor, que “demonstra a existência da exploração do capitalismo mostrando que somente o trabalho cria o sobreproduto (*surplus product*), que é apropriado pela classe capitalista” (122). Os *Grundrisse* permitem justamente essa reinvenção do pensamento marxiano, pois estaria centrado na contradição entre “relações de produção” e “forças produtivas”, enquanto o marxismo tradicional teria se voltado exclusivamente para a distribuição, ou seja, mercado e propriedade privada.

Para Postone, Marx compreende a contradição fundamental do capitalismo a partir do próprio processo de produção, não se podendo separá-lo do mercado e da propriedade privada, como faz o marxismo tradicional. Partindo da constatação de que a teoria do valor marxiana é localizada historicamente e todas as contradições que emergem, algumas apontadas aqui, não podem ser consideradas simplesmente a partir do antagonismo de classe. Assim, no caso do mais-valor, Marx não apenas indica que é “produzido pela classe trabalhadora, mas que o capitalismo é caracterizado por uma *forma descontrolada e determinada de crescimento*” (133). Esse crescimento é não só destrutivo, mas pode até acelerar a destruição do meio-ambiente. Esse mecanismo complexo se destaca, mais e mais, dos produtores efetivos da riqueza e se torna um mecanismo social, difuso, fato agravado, nos últimos anos, pela acumulação social do conhecimento.

Essa exposição, bastante resumida, mostra o estágio em que se encontra a marxologia no século XXI, a tendência vitoriosa de aproximação do pensamento marxiano⁶⁹. Assim como os neo-hegelianos fizeram com Hegel, os

⁶⁹ Marxologia entendida aqui como exame crítico, filológico do texto marxiano, beneficiando-se das edições completas das obras marxianas.

estudiosos têm à sua disposição farto material, nos *Grundrisse*, para pensar *O Capital* e selecionar aspectos que lhes permitem desenvolver uma teoria crítica, uma reflexão sobre determinado aspecto, até mesmo, ir além de Marx, ir contra Marx. Postone tem um objetivo legítimo, quer pensar os fenômenos contemporâneos, descartando certa visão antiga construída pelo marxismo, com base na luta de classes. Para tanto, porém, acaba por desnaturar o pensamento marxiano, ao oferecer uma nova interpretação em que apenas seleciona certas categorias e desconsidera outras, mesmo tendo admitido que as categorias da crítica da economia política são historicamente contingentes. Arbitrariamente, atribui ao marxismo tradicional a separação entre produção de distribuição, quando ele mesmo o faz, sem mostrar o vínculo entre essas instâncias, algo que Marx reitera mesmo nos *Grundrisse*. A exploração não se encontra em absoluto na distribuição, assim como a propriedade privada é parte essencial da própria produção.

É verdade que a sociabilidade do capital se tornou mais e mais complexa, que o conhecimento se torna um ativo muito mais importante do que o próprio trabalho manual. Porém, Postone não se mostra capaz de mostrar em que base se estrutura essa sociabilidade, já que não pode afirmar a preponderância do trabalho manual e parece negar qualquer preponderância do trabalho, conseqüentemente, está superado o modo como o excedente era produzido no tempo de Marx. Para ele, a sociabilidade do capital paira como um éter sobre todas as individualidades e sua superação se torna tarefa de toda a humanidade, restando saber com qual objetivo, além da ameaça de destruição do planeta. Trata-se de um modo de pensar semelhante àquele efetuado a

partir dos *Manuscritos de 1844*, segundo o qual a alienação deve ser considerada filosoficamente, no sentido pejorativo que os economistas lhe conferem. Ou a mesma situação que permitiu a Giannotti declarar revogada a lei do valor.

Se os tempos mudaram, não pode o pensamento se afastar de certos aspectos da obra marxiana, quando se pretende marxiano: apontar o caráter ontologicamente fundante da atividade sensível e, sobretudo, seu caráter alienado como motor da sociabilidade capitalista, ainda que muito complexa; e, finalmente, o meio apontado por Marx para a sua superação, a emancipação humana a partir do próprio trabalho.

Nas páginas seguintes, haverá oportunidade de abordar outras reflexões e comentários mais gerais sobre a obra marxiana. Aquilo que se mostrou aqui como exemplo é o método de se aproximar do texto de 1857/58 para reinventar o pensamento marxiano, ainda que a partir de suas próprias palavras, nunca em seus próprios termos.

4 – A instauração da crítica da economia política, o segundo esboço do *Capital* (1861/63)

Depois da heróica jornada em que se constituíram os meses de redação dos *Grundrisse*, Marx se considerava suficientemente pronto para a redação de sua crítica da economia política, conforme indicam as cartas citadas no capítulo anterior. O ano de 1858 foi de sérias dificuldades, problemas de saúde e a necessidade de escrever vários artigos. Vencida a má fase, Marx redige *Para a Crítica da Economia Política*, em tempo exíguo, entre novembro de 1858 e janeiro de 1859. Naturalmente, a rapidez da redação se deve ao trabalho preparatório, não só dos *Grundrisse*. Considerando a redação do *Urtext*, redigido entre agosto e outubro de 1858, ou seja, o trabalho dura cerca de seis meses, até ser publicada a primeira versão da crítica da economia política, depois de quinze anos.

Depois da publicação, Marx pretendia prosseguir a redação, sempre em conformidade com o plano previsto de seis livros, sendo *Para a Crítica da Economia Política* apenas uma parte do primeiro, relativo ao capital. Somente em agosto de 1861, porém, o trabalho seria retomado, graças à intensa atividade jornalística do período e, principalmente, à polêmica contra Vogt, que lhe absorve boa parte do ano de 1860.

Este capítulo, finalmente, examina aquilo que o período possui de inovador para o pensamento marxiano. Se ao término dos *Grundrisse*

Marx possuía um conjunto de categorias diante de si e uma noção consistente do que deveria escrever, o momento, nesses três anos foi, em primeiro lugar, de dação de forma a esse conteúdo, o desenvolvimento do método de exposição; em segundo lugar, naturalmente, outras questões emergiram a chamar a atenção de Marx. O que importa mostrar aqui é um itinerário de poucos anos ao final dos quais Marx inicia a redação efetiva duma crítica da economia política, ou melhor, da abordagem histórica da economia política. Mostra-se, portanto, que esse momento, a redação do que se chama de *Teorias do Mais-Valor*, foi possível porque, para Marx, um ciclo estava completo. Esse momento, porém, colocará novas questões, que tratará de enfrentar. Ao final, tem ainda mais material, rico de conteúdo, que lhe permitirá, nos anos seguintes, entre 1864 e 1867, redigir os esboços completos dos três livros de *O Capital*, além da publicação do livro primeiro.

1 – Para a Crítica da Economia Política: a revolução metodológica

Ao final do capítulo precedente, mostrou-se como Marx estava pronto para iniciar a redação de sua crítica, depois de percorrido um longo caminho de pesquisa, reflexão e afirmação de seu pensamento. Os *Grundrisse* marcam um momento fundamental da trajetória marxiana, mas não seria possível ali realizar-se a obra acabada que Marx pensava poder produzir no momento da crise econômica de 1857.

Como se mostrou, porém, estavam presentes os elementos bastantes de sua teoria do dinheiro e também do valor. Restava reelaborar o material, o que trataria de fazer imediatamente, como se pudesse iniciar a redação ali mesmo naquela última página dos *Grundrisse*. No meio do caminho, porém, havia a mercadoria. E tudo se modificou, novembro de 1858 foi efetivamente o “outubro” de Marx⁷⁰.

O ponto de partida de *Para Crítica da Economia Política*, ao contrário do que estava previsto no encerramento dos *Grundrisse*, é a mercadoria, não o valor. Esse ponto de partida fundamental foi estabelecido apenas no momento da redação, já que durante o ano de 1858, Marx sempre se refere ao valor como ponto de partida, como na já referida carta a Engels de dois de abril de 1858, em que expõe o plano da obra. Somente na carta de vinte e nove de novembro, já iniciada a redação, anuncia a disposição dos capítulos, mercadoria e dinheiro. É a primeira vez que menciona essa ordenação, não decorreu de plano ou do desenvolvimento prévio, mas se colocou no ato da escrita.

Essa mudança representa uma autêntica revolução, que irá orientar toda a tematização marxiana e o desenvolvimento de sua obra econômica. Semelhante a um ponto com energia infinita, que se expandirá até o final do percurso, perpassando todos os momentos, alguns deles apresentados ao longo deste capítulo.

⁷⁰ A exposição a seguir segue as idéias apresentadas em De Paula (2008).

Em *Para a Crítica da Economia Política*, Marx encontra, com a mudança metodológica logo no início, uma forma de exposição para a matéria. Parte da categoria mais elementar para explicar a totalidade, essa categoria mesma a encerrar, representar a totalidade da sociabilidade do capital. Com efeito, “À primeira vista, a riqueza burguesa aparece como uma enorme acumulação de mercadorias, a mercadoria singular como sua existência elementar. Toda mercadoria, porém, se apresenta sob o duplo ponto de vista do *valor de uso e valor de troca*.” (MEGA II/2, 107). A economia política, ao partir do valor, se esquece de que a riqueza capitalista tem de se materializar, acumular-se objetivamente e a mercadoria é a existência objetiva dessa riqueza.

Marx percorre dialeticamente então o caminho que conduz da unidade valor de uso e valor de troca até o dinheiro, passando por trabalho particular, tempo de trabalho, trabalho social geral. As mercadorias se trocam porque seu valor de uso é materialização de valor de troca, medida quantitativa de todas as mercadorias, porque são todas trabalho objetivado, dispêndio de trabalho geral, que faz abstração de qualquer particularidade e se exercita imediatamente como trabalho social. A abstração da particularidade, aqui, Marx ressalta é um fato social, não produto da mente, fato que decorre de os trabalhos aparecerem em sua forma simples, uniforme, trabalho para o qual qualquer ser humano possui energia e aptidão para realizar. O processo de abstração que faz do trabalho particular trabalho social, geral é realizado pela comunidade, pela produção social, que o valor de

troca pode se manifestar, com isso, que as mercadorias podem ser trocadas.

Marx aborda então, brevemente, o fetichismo da mercadoria, apresentando-se o trabalho que põe valor de troca de modo invertido, como se as relações sociais se dessem entre coisas, as atividades se relacionam como se fossem coisas.

Em seguida, determina alguns elementos sobre a troca, sendo o mais importante o fato de que o valor de troca não se percebe, senão pelo valor de troca das demais mercadorias, a grandeza de valor duma mercadoria não pode ser medida senão no valor de uso das demais mercadorias. Para se trocar, a mercadoria deve ser valor de uso para o outro, ou seja, a mercadoria existe como valor de troca por meio da alienação de seu valor de uso. Desse processo resulta a contradição de que o trabalho social se manifesta apenas na troca, dado que aparece, na mercadoria, como trabalho particular. Entra na troca como trabalho particular, mas deve se trocar como trabalho geral. Ocorre que a ação multilateral de todas as mercadorias faz com que se meçam pelo valor de troca de uma mercadoria, tornada equivalente geral, todas passam a ter um mesmo objeto em que manifestam o tempo de trabalho geral. Essa mercadoria possui agora novo valor de uso, satisfaz necessidade do processo de troca de mercadorias, ser portadora do valor de troca de todas as outras mercadorias, cujos trabalhos particulares se relacionam com a mercadoria geral como trabalho geral. Marx diz: “A mercadoria particular que representa a existência adequada do valor de troca de

todas as mercadorias, ou o valor de troca das mercadorias como uma mercadoria exclusiva e particular é – *dinheiro*.” (MEGA II/2, 127). Ele é cristalização dos valores de troca de todas as mercadorias, que necessitam dele para se trocarem como valores de uso. O trabalho que põe valor de troca sempre se apresenta como inversão, como objeto fora dos indivíduos. Esse processo pressupõe uma divisão do trabalho desenvolvida, de modo que vários produtores troquem, como agentes privados, produtos particulares, processo que equivale à criação de relações sociais de produção determinadas.

Somente aqui Marx fala de relações sociais de produção, e no parágrafo sobre o fetichismo. Em todo o texto, a mercadoria é o sujeito do processo, o agente, o dinheiro nasce da troca de mercadorias, da própria necessidade que têm de expressar o trabalho geral objetivado, que não aparece em seu valor de uso, para que possam se trocar. Marx encontra aqui o método de exposição mais do que adequado para o tema, do qual se deduzirão todas as outras categorias. Não se trata, porém, de mera questão metodológica, a natureza do objeto assim o exige, para compreender o próprio objeto da economia política, o excedente, a riqueza, há que se partir das relações sociais de produção, pressuposto de sua geração e expansão. Tais relações, no capitalismo, aparecem sob a forma de mercadoria, ponto de partida efetivo da exposição. De Paula (2008: 189) descreve assim o ponto de partida:

“Começar com a mercadoria significa não só superar os termos da exposição de Adam Smith e Ricardo, do melhor da economia política, como colocar a superação da forma mercadoria, do capitalismo, enfim, como objetivo indiscutível da crítica da economia política, do

pensamento e da prática do marxismo. Começar a 'crítica da economia política' pela mercadoria significa, de fato, uma revolução conceitual que terá decisivas implicações teóricas, políticas, ideológicas e culturais. A escolha da mercadoria como ponto de partida de *O capital* é, na verdade, um **giro ontológico**, que resultará em importantes requalificações do marxismo. Começar com a mercadoria, reconhecer nela o valor da sociabilidade capitalista, reconhecer nela a manifestação exemplar e inescapável do deletério, despótico e alienante da ordem social capitalista, é apontar para a incontornável necessidade de superação do mundo da mercadoria, como condição para a emancipação humana.”

Depois de uma breve incursão pelas análises feitas sobre a mercadoria, em especial a de Benjamin Franklin, Marx passa ao capítulo do dinheiro, ou a circulação simples.

A análise do dinheiro é resultado direto, desenvolvimento dos *Grundrisse*, por um lado, e das pesquisas de Marx sobre as questões monetárias. Ele começa afirmando que as dificuldades na análise do dinheiro desaparecem quando se compreende a origem do dinheiro na mercadoria. No nível de abstração em que se encontra, portanto, Marx continua a tratar o dinheiro como proveniente da circulação de mercadorias, e não de fase superior do processo de produção. Supondo o ouro como mercadoria-dinheiro (*Geldwaare*), Marx examina primeiro as funções do dinheiro, medida de valor, padrão de medida, meio de troca e meio de circulação.

Ser medida de valor faz do ouro equivalente geral, dinheiro. No interior da circulação, o valor de troca aparece como preço, equação que liga as mercadorias a uma mercadoria específica. O ouro se torna equivalente geral precisamente porque por ele as mercadorias medem seu valor de troca. Além disso, o ouro é, ele mesmo, produto do

trabalho e por isso funciona como dinheiro. No caso do ouro como medida de valor, ele funciona como dinheiro ideal, pois o valor de troca é medido apenas idealmente por ele, é expresso. As mercadorias, por sua vez, assumem uma dupla existência, uma real, o valor de uso, outra ideal, como valor de troca, representado em seu preço. Por meio do ouro, as mercadorias se medem, comparam, igualam, o que exige determinada unidade de medida para o ouro e para os preços, ou seja, o dinheiro é também padrão de preços.

Todas essas transformações até aqui se resolvem e explicam na circulação, na troca efetiva, o *curriculum vitae* da mercadoria, M-D-M. A mercadoria se troca por ouro (M-D), sua venda. Não se trata de troca direta de mercadoria por ouro, mas da realização do preço da mercadoria. A mercadoria se troca, como encarnação de tempo de trabalho, com o ouro, como encarnação *geral* de tempo de trabalho, ou seja, o ouro não como mercadoria, mas como dinheiro, ou seja, seu valor relativo não é estabelecido no ato da troca (MEGA II/2, 161). A venda equivale à compra, toda venda implica compra (D-M), em que o ouro realiza seu valor de uso e o preço da outra mercadoria. Finalmente, o circuito M-D-M aparece efetivamente como M-M, como se tivesse havido troca de duas mercadorias, o que implica que o dinheiro também é *meio de circulação*. O processo de circulação encerra a possibilidade de crise, precisamente “porque a oposição entre mercadoria e dinheiro é a forma abstrata e geral de todas as oposições contidas no trabalho burguês” (MEGA II/2, 165). Aqui Marx critica a

concepção de J. S. Mill, de que não pode haver crises em razão de que quem vende uma mercadoria, compra outra, comprar é vender, se houver mais compradores do que vendedores para certa mercadoria, há mais vendedores do que compradores de outra. Aqui, o comércio aparece como escambo, mas realizado entre compradores e vendedores de mercadorias tal qual aparecem na circulação simples.

Do ponto de vista do dinheiro, o processo é o inverso, D-M-D, o *curso do dinheiro*, circuito em que o dinheiro parece ser o motor do processo, fazendo circular as mercadorias enquanto realiza seus preços. Nesse processo fica evidente que, para uma dada massa de mercadorias postas em circulação, deve haver ouro suficiente para realizar seus preços, o que depende da soma total de preços e do número médio de cursos da mesma peça de moeda, ou seja, da massa de compras e vendas, assim como da velocidade desses atos. Com isso se determina a quantidade de ouro como meio circulante. Nessa função o ouro adquire seu próprio feitio (*façon*), “ele se torna *moeda*” (MEGA II/2, 174). Marx descreve aspectos do ouro como moeda e como metal, desgaste, falsificações, uso de outros metais que o representam, até chegar aos representantes de papel, os sinais de valor, que representam o ouro dentro da circulação, nas quantidades em que o ouro nela entraria. Ele afirma que o valor das notas depende apenas de sua quantidade; enquanto a quantidade de ouro em circulação depende da quantidade de mercadorias, o valor das notas depende de sua própria quantidade. E arremata:

“A interferência do Estado, que emite papel-moeda com curso forçado – e tratamos apenas desse tipo de papel-moeda – parece abolir a lei econômica. O Estado, que, no preço da moeda, dava apenas um nome de batismo a um determinado peso do ouro, e na cunhagem apenas imprimia seu selo no ouro, parece agora transformar papel em ouro pela magia de seu selo. Uma vez que as notas têm curso forçado, ninguém pode impedi-lo de lançar na circulação número grande e arbitrário delas e de imprimir o nome arbitrário à moeda, como 1£, 5£, 20£. A nota que se encontra na circulação, é impossível retirá-la, pois tanto os postos de fronteira do país inibem seu curso, como elas perdem todo valor, tanto valor de troca quanto valor de uso, *fora* da circulação. Separadas de sua existência funcional, elas se transformam em miseráveis farrapos de papel. Esse poder do Estado, porém, é pura aparência. Ele pode lançar na circulação quantidade arbitrária de notas, com nomes de moeda arbitrários, mas, com esse ato mecânico, cessa seu controle. Apropriada pela circulação, o sinal de valor ou papel-moeda se submete às suas leis imanentes.” (MEGA II/2, 184).

A moeda fiduciária emitida arbitrariamente, em excesso, pelo Estado não tem o poder de alterar os preços, a relação das mercadorias frente ao ouro, mas tão somente a denominação do padrão de preços, de modo que a quantidade de ouro representada, simbolizada pela unidade de moeda diminui e o aumento nominal dos preços representa o processo pelo qual os símbolos de valor se conformam novamente à quantidade de ouro representada. Assim, a circulação de mercadorias acaba por revelar sua preponderância: a mudança nominal de preços é o mecanismo de ajuste do processo de circulação, “que iguala à força os sinais de valor à quantidade de ouro, em cujo lugar pretendem circular” (MEGA II/2, 185). Dito de outro modo, a medida de valor exercida pelo ouro e sua função de meio de circulação se encontram em determinada proporção, que a emissão de moeda fiduciária parece subverter, sendo restabelecida a relação original por meio da mudança

nominal de preços. Marx retoma com isso a já referida discussão sobre valor do dinheiro e sua função na circulação, nos termos da “banking school”⁷¹. O lançamento de papel-moeda depende da quantidade de ouro em circulação, que, por sua vez, depende dos preços das mercadorias, que, *in casu*, acabam por variar nominalmente. Portanto, a cadeia determinativa parte sempre das mercadorias e do ouro, não do papel-moeda. “O ouro circula porque tem valor, o papel tem valor porque circula.” – conclui Marx (MEGA II/2, 186).

Finalmente Marx passa à seção do dinheiro, considerado agora em forma distinta do meio de circulação. O dinheiro é unidade de medida de valor e meio de circulação, no primeiro caso, é dinheiro ideal, no segundo, é dinheiro simbólico. Porém, como corporificação simbólica, o ouro é dinheiro e, portanto, o dinheiro é ouro real. Em estado de repouso, o ouro aparece como “única mercadoria real”, já que todas as mercadorias representam nele seus valores de troca. Com isso, o ouro é “a existência material da riqueza abstrata”, já que nele as mercadorias representam seu valor de troca, o trabalho social geral nelas objetivado, ou seja, a riqueza na forma abstrata. Porém, o valor de uso do dinheiro lhe permite se converter em qualquer outro valor de uso, podendo satisfazer qualquer necessidade, é a riqueza material em potência, é, portanto, “representante material da riqueza material” (MEGA II/2, 188).

Como dinheiro, o ouro se distingue do meio de circulação porque, retirado da circulação, o ouro se torna “moeda em suspenso”, podendo

⁷¹ Essa a opinião de Lapavitsas (1994: 450).

sempre retornar a ela. Com efeito, o curso contínuo do dinheiro como moeda supõe que a moeda se torne dinheiro, que se acumule dinheiro. No *Tableau Économique*, isso se expressa como pressuposto para o funcionamento do sistema. Em seus primórdios, o excedente produzido era acumulado como valores de uso fora das necessidades imediatas, até que se acumulam e convertem em mercadorias permutáveis. Uma dessas mercadorias era o ouro. Acumular ouro, portanto, é acumular valor de troca autônomo, encarnação de tempo de trabalho geral, ou seja, ouro e prata aparecem como *tesouro*. Posto em circulação, esse trabalho geral acumulado acaba por modificar o próprio curso do processo, o dinheiro se torna a finalidade da mercadoria, com M-D, busca-se a riqueza social geral.

Em seguida, Marx descreve a função de *meio de pagamento* do dinheiro, por meio da qual se difere a metamorfose da mercadoria no tempo e o comprador se torna, ele mesmo, dinheiro, representante do valor de troca que possui. Nessa forma, o dinheiro se torna *mercadoria geral dos contratos* e nessa função completa seu domínio sobre outras formas de pagamento. Quanto mais o valor de troca se apodera da produção, mais o dinheiro se torna meio de pagamento exclusivo.

Finalmente, Marx descreve o dinheiro universal, papel que ouro e prata assumem na circulação internacional, exclusivamente como meio de troca universal, isto é, meio de compra e meio de pagamento. Com a separação geográfica de comprador e vendedor, a função de meio de pagamento surgiu primeiro, como no caso dos títulos de crédito da

Renascença. Essa forma, portanto, é expressão do desenvolvimento das forças produtivas e do intercâmbio, quanto maior for, mais internacional se tornou a circulação de mercadorias.

Marx encerra o livro com considerações sobre metais preciosos e uma seção sobre teorias sobre meio de circulação e dinheiro, sendo particularmente interessante sua crítica a Hume, corolário de seu descarte do “currency principle”.

Neste livro Marx sintetiza todo o itinerário precedente, a respeito do dinheiro, encontrou o método de exposição. Em poucos momentos aparecem relações sociais, menos ainda de produção. Todo o desenvolvimento parece se dar entre coisas, culminando com a circulação internacional do dinheiro. Esse método foi pensado precisamente para expressar o caráter fetichista da sociedade capitalista, em que a aparência é expressão real, mas invertida, da essência, ela mesma invertida de fato. Assim, a mercadoria, unidade elementar aparente da riqueza, revela, ao final, acaba por ser subsumida a seu valor de troca, tornando-se veículo do trabalho objetivado. Essa aquisição acompanhará todo o desenvolvimento a seguir, quando Marx se lançar à redação do *Manuscrito de 1861-1863*.

2 – O segundo esboço: do capital em geral à crítica da economia política

Depois de superada a batalha com o senhor Vogt, em 1860, que o obrigou a interromper seu trabalho, Marx pôde retomar de redação de

sua obra econômica. Tal qual acontecera com os *Grundrisse*, e também em tantas outras ocasiões, o trabalho começou como se fosse destinado à publicação, como continuação da obra de 1859, da qual seria o terceiro capítulo, o *capital em geral*. Inicialmente, o texto deveria seguir o plano elaborado imediatamente antes da redação, “Plano para o capítulo sobre o capital”, com a indicação analítica das páginas dos *Grundrisse*. O plano foi assim constituído: I) O processo de produção do capital, com as seções 1) Transformação do dinheiro em capital, cujas subseções são α) Transição, β) Troca entre mercadoria e capacidade de trabalho, γ) Processo de trabalho, δ) O processo de valorização; 2) O mais valor absoluto; 3) O mais-valor relativo, com as subseções α) Cooperação das massas; β) Divisão do trabalho; γ) Maquinaria; 4) A acumulação primitiva; 5) Trabalho assalariado e capital; II) A circulação do capital; III) Capital e lucro; *Miscelânea*. (MEGA II/2, 256). Por ora, cabe apenas referir que a seção destinada à circulação contém tanto temas do livro primeiro, como a unidade de produção e valorização, quanto do livro segundo propriamente, capital mercadoria, capital dinheiro e capital industrial, capital fixo e circulante, tempo de circulação, giro do capital etc.

O desenvolvimento do texto, porém, mostra Marx novamente preocupado em elaborar questões, em desenvolver conceitos, em selecionar textos e citações, muitas das quais utilizadas na redação de *O Capital*. O manuscrito⁷² completo, quase mil e quinhentas páginas em

⁷² Os tradutores da obra, em geral, traduzem-na por “Manuscritos”, nome mais adequado à natureza do texto. Os editores da MEGA utilizam “Manuscrito”, considerando a seqüência ininterrupta da redação, além do título “Para a Crítica da Economia Política”, em continuidade à obra de 1859.

vinte e três cadernos, pode ser dividido em quatro fases de redação⁷³. Na primeira, de agosto de 1861 a início de março de 1862, Marx redige os cinco primeiros cadernos, que constituem o capítulo terceiro, “o processo de produção do capital”, com as seções “transformação do dinheiro em capital”, “mais-valor absoluto” e “mais-valor relativo”. A segunda fase, de março até dezembro de 1862, compreende a parte mais importante das *Teorias do Mais-Valor*, nos cadernos VI a XV. A terceira, de dezembro de 1862 a janeiro de 1863, foi dedicada ao material que viria a compor o livro terceiro de *O Capital*. O caderno XVI, v.g., contém nova redação para “capital e lucro”, o caderno XVII, o capital mercantil e o processo de circulação do capital. Na conclusão do caderno XVIII, Marx retoma as *Teorias do Mais-Valor*, analisando autores como Ramsay, Cherbuliez e R. Jones, além de formular novo plano para a obra. Finalmente, a quarta fase de redação, até julho de 1863, corresponde ao retorno de Marx à questão da maquinaria, representada pelo final do caderno V e cadernos XIX e XX. Os cadernos XIX e XX, que abordam novamente o mais-valor relativo representam avanço no tema em relação ao caderno V. Finalmente os três últimos cadernos encerram diversas formulações sobre o mais-valor relativo, todas entremeadas por diversas citações, como a questão da subsunção formal e real.

Dessa enumeração, fica clara a natureza multiforme do manuscrito. A diferença em relação aos *Grundrisse*, porém, é que aqui já havia

⁷³ Cf. Focke (1983:290), que detalha também os aspectos fundamentais do estabelecimento do texto.

material consistente para elaboração e, sobretudo, Marx já havia encontrado um método de exposição minimamente adequado a seus objetivos. Assim, quando redige a parte relativa ao *capital em geral*, parte de pressupostos teoricamente bem constituídos e pode, assim, prosseguir o curso da exposição. Como se verá, novas questões emergem e, por isso, ele começa a se estender em certos aspectos de modo mais detalhado.

Neste capítulo, com a exposição de partes desse manuscrito, pretende-se mostrar três questões: 1) a consolidação de aspectos fundamentais da teoria marxiana, que seriam desenvolvidos em *O Capital*, em especial o mais-valor e suas determinações, dito de outro modo, a consolidação do “método de exposição”, a partir do material dos *Grundrisse*; 2) a formulação de novas questões, bastante abrangentes em relação ao todo de *O Capital*, postas pelo confronto crítico com a economia política, desta feita a partir dos pressupostos do próprio Marx; 3) a formulação de plano mais detalhado para a obra completa, a ser então desenvolvida e como tal plano merece ser avaliado à luz de plano mais importante, a lógica categorial que se revela no *Manuscrito*. O que se pretende demonstrar é que o *Manuscrito 1861-1863* estabelece efetivamente o contorno da crítica da economia política, de tal modo que, ao final da redação, Marx tem material vasto para retrabalhar, tem base mais consistente para elaborar seu próprio pensamento. Não por acaso, ao iniciar a redação das *Teorias do Mais-Valor*, escreveu o pórtico de sua crítica a partir daí:

“Todos os economistas compartilham do erro de não considerar o mais-valor puramente como tal, mas nas formas particulares de lucro e renda. Serão mostrados depois quais erros teóricos devem necessariamente resultar disso, no capítulo III, onde será analisada a forma bastante transformada que o mais-valor assume como lucro.” (MEGA II/3.2, 333).

A obra marxiana estabelece, desde os *Grundrisse*, níveis de abstração a partir dos quais pode pensar a sociabilidade capitalista. Ao final do capítulo sobre o “processo de produção do capital”, Marx pode iniciar a crítica da economia política no nível em que ela foi formulada, ou seja, em meio a uma série de abstrações irrazoáveis, de instâncias analíticas em que se busca, cabe reiterar, explicar a origem do excedente. A crítica da economia política chega, assim, em terra firme.

Redigidos entre agosto de 1861 e março de 1862, os cinco primeiros cadernos são pensados como desenvolvimento do plano esboçado quando da redação dos *Grundrisse*. O “processo de produção do capital” seria uma seção do capítulo sobre o “capital em geral”, primeiro fascículo do livro sobre o capital. Conforme se disse no capítulo anterior, esse conjunto seria integrado por mais uma seção sobre “concorrência ou ação recíproca dos múltiplos capitais”, “crédito” e “capital por ações”. No momento oportuno, será mostrado como o plano sofre modificações ao longo da redação do *Manuscrito* em questão e, em que medida essas mudanças são significativas ou não, discussão realizada por Rosdolsky.

2.1 – O processo de produção do capital

Lastreado pelos silogismos reformulados em *Para a Crítica da Economia Política*, a determinação do capital é imediata, o capital se determina como a forma mais geral do circuito D-M-D, ou seja, dadas a circulação da mercadoria (M-D-M) e a circulação do dinheiro dela decorrente, trata-se então de responder à questão de como o dinheiro se torna capital ou “como o possuidor do dinheiro (isto é, o *possuidor de mercadorias*) se torna capitalista” (MEGA II/3.1, 5). Do ponto de vista formal, o capital é precisamente o dinheiro que percorre o segundo circuito, como diz Marx, “O dinheiro que percorre esse movimento é *capital*, ou o valor autonomizado em dinheiro que percorre esse processo é a forma na qual o capital inicialmente se apresenta ou aparece.” (MEGA II/3.1. 9). A primeira aparência do capital, portanto, é aquela do dinheiro como “valor autonomizado”⁷⁴, que entra em circulação, transforma-se em mercadoria e novamente em dinheiro, é o “valor em processo”, que se conserva e se multiplica na circulação. Páginas adiante, Marx diz:

“A partir do momento que o dinheiro é posto como valor de troca, o qual não apenas se autonomiza frente à circulação (como no entesouramento), mas nela se conserva, ele não é mais dinheiro, pois como tal ele não ultrapassa a sua determinação negativa, mas é, agora, *capital*. Portanto, o dinheiro também é a primeira forma sob a qual o valor de troca chega à determinação do capital e, historicamente, a primeira *forma de manifestação* do capital, razão pela qual ele também é confundido historicamente com o capital. Para o capital, a circulação aparece não apenas, como no caso do dinheiro, como movimento em que o valor de troca desaparece, mas em que se conserva e é, ele mesmo, a alternância entre as duas determinações de dinheiro e mercadoria.” (MEGA II/3.1, 28).

⁷⁴ Nessa passagem, Marx afirma que “quando empregamos a palavra *valor* sem designação mais precisa, sempre entender com isso *valor de troca*”. (*Ibidem*).

Ao percorrer os diversos estágios da circulação, o capital assume a forma ora de mercadoria, ora de dinheiro, o que permite a Marx constatar a unilateralidade das diversas concepções da economia política, ora enfatizando um aspecto, ora outro: no caso da ênfase sobre o valor, Marx cita Sismondi e Say, no segundo caso, James Mill e McLeod. Seguindo a fórmula hegeliana mencionada no capítulo precedente, essas abordagens captam o capital em sua particularidade, nunca em sua determinação geral, completa.

Da determinação mais geral do capital, Marx deriva as “dificuldades provenientes do valor”, mais explicitamente do que fez nos *Grundrisse*, tal qual aparecerá em *O Capital*. Assim como ocorreu com os *matemas* lacanianos, a organização introduzida em *Para a Crítica da Economia Política* implicou a imediata estrutura do conteúdo disponível diante de seu autor, conferindo-lhe a inteireza que permite partir da mercadoria até o capital e, a partir dele, fazer o caminho de volta, conforme se verá.

De todo modo, Marx aponta a dificuldade proveniente do fato de que, suposta a troca das mercadorias por seu valor, a troca de equivalentes, a extração de mais-valor seria inviável, assim como o capital, “valor que se valoriza”. Assim, Marx conclui que “se um *mais-valor* – como nós ainda podemos chamar, aqui, cada forma de ganho – deve resultar da troca, ele deve estar disponível antes da troca, por meio de um ato qualquer que, no entanto, é invisível na fórmula D-M-D, não se deixa perceber” (MEGA II/3.1, 23). Remetendo-se a Ramsay, para quem o lucro não pode ser

obtido pela troca, nem gerado pelos consumidores, Marx critica Malthus, afirmando que

“se nos anteciparmos e pensarmos nas classes que consomem sem produzir, então teremos de admitir que sua riqueza não pode consistir senão numa participação nas mercadorias dos produtores e, com isso, o aumento do valor não pode ser explicado pelo argumento de que aquelas classes, às quais valores teriam sido dados de graça, agora seriam logradas de modo a recambiar aqueles valores.” (*Ibidem*).

O mais-valor não surge da troca e, por outro lado, só pode atuar como valor de troca na troca. Esse o problema fundamental da economia política, como Marx o reconhece: “A pesquisa sobre como o mais-valor se origina constituiu a questão mais importante da economia política, desde os fisiocratas até a época mais recente. Na verdade, trata-se da questão de como o dinheiro (ou mercadoria, pois dinheiro é apenas a forma transformada da mercadoria), uma quantia de valor em geral, se transforma em capital, ou então: como se origina o capital?” (*Ibidem*).

Depois duma digressão em que descarta o capital comercial e o capital a juros como formas de se obter mais-valor, formas secundárias que são do capital, Marx reitera os pressupostos do problema, circulação de mercadoria e circulação de dinheiro. Nos dois circuitos, o valor se conserva, mudando apenas de forma, de mercadoria para dinheiro, de dinheiro para mercadoria. Faz, também, uma advertência: “Para desenvolver o conceito de capital, é necessário partir não do trabalho, mas do *valor*, mais precisamente, do valor de troca já desenvolvido no movimento da circulação. É igualmente impossível passar diretamente do

trabalho ao capital, assim como das diferentes raças humanas diretamente ao banqueiro ou da natureza à máquina a vapor.” (MEGA II/3.1, 28).

Para solucionar o problema, Marx se vale duma distinção presente em diversas obras anteriores, naturalmente nos *Grundrisse*, e que desaparecerá em *O Capital*, ao menos nesta instância: a distinção entre *trabalho objetivado* e *trabalho vivo*. Dinheiro e mercadoria, com efeito, são apenas duas forma diversas de manifestação do trabalho objetivado, o dinheiro é “trabalho social (geral)”, enquanto a mercadoria é trabalho objetivado que se expressa idealmente como preço, ou seja, dinheiro e mercadoria são “formas da mesma grandeza de valor e consideradas segundo sua substância, formas da mesma quantidade de trabalho objetivado, portanto, trabalho objetivado em geral.” (MEGA II/3.1, 29). As passagens de dinheiro para mercadoria e dela para o dinheiro nada mudam em sua forma, ou seja, não podem, por essa mudança, se transformar em capital, são o mesmo trabalho objetivado. A esse trabalho objetivado se opõe o trabalho vivo: enquanto o trabalho objetivado é valor, o trabalho vivo é atividade criadora de valor e, ao se trocar trabalho objetivado por trabalho vivo, segundo Marx, parece existir a possibilidade de que o valor seja conservado e aumentado.⁷⁵

De fato, o aumento do valor só pode ocorrer com o aumento do trabalho objetivado. E precisamente por meio do trabalho vivo se pode

⁷⁵ Dussel (1988: 57 e ss.) pretende ver no capital, tal qual descrito no *Manuscrito de 1861-1863*, a emergência da categoria da totalidade na obra de Marx, com base na formulação de Kosik. Além disso, opõe à categoria da *totalidade* do capital a *exterioridade* da *realidade* (*Wirklichkeit*) do trabalho vivo, categoria que escapa à determinação do trabalho assalariado, trabalho subsumido à totalidade do capital. Seus comentários, porém, indicam que Marx teria construído essa categoria “trabalho vivo” nos *Manuscrito* em questão, o que não parece ser caso, vez que já nos *Grundrisse* se encontra a oposição.

obter esse aumento. Marx conclui: “O valor, o trabalho *objetivado* existente na forma do dinheiro só poderia crescer por meio da troca com uma mercadoria cujo próprio *valor de uso* consistisse em aumentar o valor de troca, cujo consumo fosse sinônimo de criação de valor ou objetivação de trabalho.” (MEGA II/3.1, 31). A mercadoria que possui esse valor de uso é a “capacidade de trabalho viva” (*lebendiges Arbeitsvermögen*)⁷⁶. Para se transformar em capital, portanto, o dinheiro deve-se trocar com a capacidade de trabalho, o que supõe algumas condições: que se encontre no mercado essa mercadoria, o que supõe o trabalhador livre, por um lado, para dispor de sua capacidade de trabalho, por outro, despojado das “condições objetivas de realização de sua capacidade de trabalho”. Portanto, que se defrontem no mercado o capitalista e o trabalhador, já socialmente constituídos como tais, ou seja, a troca entre eles é “o produto, o resultado de um desenvolvimento histórico prévio, o resumo de muitas revoluções econômicas e pressupõe o declínio de outras relações sociais de produção e um determinado desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social.” (MEGA II/3.1, 33). Esse desenvolvimento histórico, porém, não deve ser o ponto de partida da exposição, mas antes a circulação de mercadorias, ou melhor, a própria mercadoria. Importante mencionar a explicação metodológica que Marx fornece,

⁷⁶ Assim como nos *Grundrisse*, Marx emprega no *Manuscrito 1861-1863* o termo *capacidade de trabalho* para designar a mercadoria que o trabalhador vende ao capitalista. Marx explica em seguida o termo: “*Capacidade* não deve ser compreendida, aqui, de modo algum como *fortuna*, *fortune*, mas como potência, δύναμις.” (MEGA II/3.1, 32). O capitalista não compra o próprio trabalho, mas compra-o em potência, como possibilidade a ser efetivada no processo de trabalho. Em algumas passagens, o termo *força de trabalho* (*Arbeitskraft*) é empregado, mas nunca no sentido com que aparecerá definitivamente. Assim, a certa altura, Marx diz: “O consumo dessa capacidade de trabalho, isto é, sua atividade real como força de trabalho, o trabalho real (...)” (MEGA II/3.1, 58).

nesta altura do argumento, sobre a lógica expositiva que desenvolvia então:

“Nós partimos da mercadoria tal como ela aparece na superfície da sociedade burguesa, como a relação econômica mais simples, o elemento da riqueza burguesa. A análise da mercadoria mostrou também as determinadas condições históricas envolvidas em sua existência. (...) Se tivéssemos prosseguido com a pergunta de sob quais circunstâncias são os produtos em geral produzidos como mercadoria ou sob quais condições a existência do produto como mercadoria aparece como forma universal e necessária de todos os produtos, então teríamos descoberto que isso só ocorre sobre a base de um modo de produção plenamente determinado historicamente, o capitalista. Tal consideração, porém, teria nos afastado da análise da mercadoria como tal, pois, com essa análise, apenas cuidamos dos produtos, dos valores de uso, na medida em que aparecem na forma da mercadoria, sem tratar da questão sobre qual base sócio-econômica cada produto tem de aparecer como mercadoria. Partimos, antes, do fato de que a mercadoria é encontrada, na produção burguesa, como tal forma elementar, universal da riqueza. Mas produção de mercadorias e, logo, circulação de mercadorias, podem ocorrer entre diferentes comunidades ou entre diferentes órgãos da mesma comunidade (...). Diferenças históricas que resultam da mera forma dessas diferentes funções do dinheiro; já a simples existência do dinheiro na forma de tesouro ou de meio de pagamento mostra-se também como pertencente a todo estágio em alguma medida desenvolvido da circulação de mercadorias e, por isso, não se limita a um período de produção determinado, mas é próprio tanto de estágios pré-burgueses do processo de produção como da produção burguesa. Porém, o capital se apresenta do início ao fim como uma relação que pode ser apenas o resultado de um processo histórico determinado e a base de uma época determinada no modo de produção social.”
(*Ibidem*).

Procedimento reiterado antes e depois, até nas *Glosas a Adolf Wagner*, o ponto de partida é a mercadoria porque, no capitalismo se torna a própria unidade de riqueza. Como se viu na seção precedente, o capitalismo é síntese de múltiplas determinações, totalidade de muitos aspectos, mas seu elemento determinante é a simples acumulação de mercadorias, *ad infinitum*. Vê se aqui, mais do que antes, como a mercadoria como ponto de partida transforma toda a exposição, toda a

compreensão, desde sua análise, até as formas derivadas do capital, no livro III⁷⁷.

Anunciando que deve ser inserido na seção “Capital e Trabalho Assalariado”, Marx descreve outro pressuposto da troca entre capital e trabalho, qual seja, a capacidade de trabalho como pobreza absoluta, despojada tanto dos meios de sua objetivação, isto é, dos meios de trabalho, quanto dos meios de subsistência, já que não se apropria dos valores de uso, senão por meio de sua troca com o capital. Com isso, a economia política se encontra num paradoxo “Enquanto, por um lado, ela proclama o trabalho como fonte da riqueza, tanto em seu conteúdo material quanto em sua forma social, tanto o valor de uso quanto o valor de troca, por outro lado ela também proclama a necessidade da pobreza absoluta do trabalhador (...)” (MEGA II/3.1, 36), frase que remete em grande medida aos *Manuscritos de 1844*. Páginas adiante, ele diz:

“Para que o trabalho exista como trabalho assalariado, o trabalhador tem de trabalhar como não proprietário, não vendendo mercadoria, mas a disposição sobre sua própria capacidade de trabalho – sua capacidade de trabalho mesma no único modo em que pode ser vendida –, as condições de realização de seu trabalho devem se opor a ele como *condições estranhadas*, como *potências estranhas*, condições sob o domínio de uma vontade estranha, propriedade alheia. O *trabalho objetivado*, o valor como tal, opõe-se a ele como um *ser próprio*, como *capital*, cujo portador é o capitalista – opondo-se a ele também como *capitalista*.” (MEGA II/3.1, 99)

Assim se confrontam, como capitalista e trabalhador, o valor que se autovaloriza e a capacidade de trabalho, criadora de valor, trabalho objetivado e trabalho vivo, trabalho passado e trabalho futuro. Por meio dessa troca, o

⁷⁷ Ao final do caderno V, a questão é novamente tratada por Marx, conforme se verá.

capital realiza aquilo que o dinheiro apenas aspirava, alcançar a perenidade como negação da circulação, como diz Marx, subtrair-se da circulação e ao mesmo tempo se conservar como valor de troca. Além disso, ao entrar e sair da circulação, o capital, como valor de troca, não só se conserva, como aumenta, torna-se “valor potencializado”.

Isso posto, Marx aborda a determinação do valor de troca da capacidade de trabalho. Trata-se de mercadoria peculiar, já que seu valor de uso é a própria criação de valor de troca, seu consumo é pôr valor de troca, criá-lo. Como qualquer outra mercadoria, porém, possui valor de troca, que Marx trata de explicitar nas páginas seguintes, sendo seu valor “igual à quantidade de trabalho nela empregada”, e, dado que essa mercadoria se manifesta na corporeidade do trabalhador, esse valor que se transforma nos meios de subsistência para a conservação e a reprodução do trabalhador (MEGA II/3.1, 37). De interesse nesse desenvolvimento, bastante próximo do livro de 1867, e mais sintético do que os *Grundrisse*, é a atenção que Marx confere à tematização da economia política sobre o tema, que “era naturalmente de grande importância para a concepção da relação capitalista, que repousa na venda da capacidade de trabalho.” (MEGA II/3.1, 41). Marx menciona os fisiocratas que, embora não tenham compreendido o suficiente da natureza do valor em geral, “estabeleceram o primeiro conceito razoável sobre o capital em geral, esse salário determinado pela média das necessidades vitais desempenha, portanto, um papel central” (MEGA II/3.1, 42). A principal observação diz respeito a Ricardo. Marx afirma, com base na crítica de Bailey:

“A única coisa correta na polêmica é que Ricardo faz o capitalista comprar diretamente *trabalho* com seu dinheiro, em lugar de comprar disposição sobre a

capacidade de trabalho. Trabalho como tal não é diretamente mercadoria, a qual é necessariamente trabalho objetivado, aplicado em um valor de uso. Ricardo, que não vê a diferença entre a capacidade de trabalho como a mercadoria que o trabalhador vende, isto é, como um valor de uso que possui um determinado valor de troca, e o trabalho que é meramente o uso dessa capacidade *in actu*, é, por isso, incapaz – sem mencionar a contradição, assinalada por Bailey, de que o trabalho vivo não pode ser avaliado por meio da quantidade de trabalho empregado em sua produção – de demonstrar como pode surgir o mais-valor, em linhas gerais, a desigualdade entre a quantidade de trabalho que o capitalista dá ao trabalhador como salário e a quantidade de trabalho vivo que ele compra em troca dessa quantidade de trabalho objetivado.” (MEGA II/3.1, 42).

Em momentos da reflexão marxiana apresentada no capítulo dois, pode-se ver a importância dessa determinação, crucial para a elucidação do mais-valor, tema que, em certa medida, Marx evitara na polêmica com Proudhon, por exemplo: se o valor do trabalho fosse igual ao valor de seu produto, não seria possível o mais-valor, em verdade, são grandezas diversas, justamente porque o trabalhador vende uma faculdade, aptidão, possibilidade, disposição, sua capacidade de trabalho. Essa mercadoria, naturalmente, não é produzida por meio de trabalho, mas se conserva e reproduz graças aos meios de subsistência, treinamento, educação, ou seja, mercadorias que encerram tempo de trabalho objetivado.

Max passa então à troca propriamente dita entre capital e trabalho, detendo-se brevemente no conceito de salário, preço da capacidade de trabalho, também chamado “mínimo de salário do trabalho”, por se constituir no salário médio, sem relação com o limite da capacidade física do trabalhador. Esse salário, em verdade, constitui crédito que o trabalhador outorga ao capitalista, já que é pago somente depois de

consumida a capacidade de trabalho, ou seja, o dinheiro do capitalista é tão somente meio de pagamento. Consumida a força de trabalho, o trabalhador é efetivamente pago, conforme Marx explica: “Ela é comprada, porém, como capacidade, mera possibilidade antes de o trabalho estar realizado, como simples força cuja exteriorização (*Äusserung*) efetiva ocorre somente após sua alienação (*Entäusserung*) ao comprador.” (MEGA II/3.1, 46).

Marx passa a analisar, então, aquilo que é efetivamente comprado pelo capitalista e como a capacidade de trabalho, como seu valor de uso é efetivamente consumido no *processo de trabalho*. Esse processo se realiza, em primeiro lugar, como trabalho particular, produção dum valor de uso particular. Essa particularidade, porém, pouco importa ao capital, que realiza a abstração frente ao conteúdo determinado do trabalho. Marx adverte que não se trata de abstração teórica, mas real, parte integrante da natureza do capital. No processo de trabalho, a separação do trabalhador das condições objetivas de produção é suspensa, superada, já que o trabalhador deve atuar no *material de trabalho* com a intervenção dos *meios de trabalho*, que incluem não só os *instrumentos de trabalho*, mas as condições mais gerais de produção, como o local onde se trabalha. Isso implica que o capitalista, para comprar a capacidade de trabalho, deve ter comprado, antes, as próprias condições objetivas do trabalho, um conjunto de mercadorias que será consumido pelo trabalhador no ato da produção, *consumo produtivo*, onde diversas mercadorias são consumidas, realizam seu

valor de uso para gerar mais valor, como afirma Marx, em frase que repetira em *O Capital*, “o trabalho passa da forma (*Form*) da atividade à forma do ser, do objeto. Como modificação do objeto, ele modifica sua própria forma (*Gestalt*).” (MEGA II/3.1, 52). O resultado desse processo é o produto, novo valor de uso, destinado ao consumo ou ao emprego em novo processo de trabalho. Assim como a mercadoria, considerado de sua perspectiva objetiva, material, da perspectiva do trabalho particular, o processo de trabalho pode ser considerado abstraído de suas determinações sócio-históricas, possui, até, determinações comuns a muitos períodos históricos, ou seja, Marx considera neste momento, o trabalho em sua forma geral, como meio de satisfação de necessidades humanas, produtor de valores de uso. Ele se detém, com efeito, longamente, na explicação dessa distinção, algo que não consumirá mais do que algumas páginas no *Capital*, tanto a questão da mercadoria quanto a do trabalho particular frente ao trabalho abstrato se lhe afiguram como novidades, que explica para si mesmo em detalhe, para retornar uma vez mais à distinção entre trabalho e capacidade de trabalho, entre valor de troca e valor de uso dessa mercadoria peculiar, ao abordar o *processo de valorização* ou de *autovalorização*.

Com efeito, ao capitalista pouco interessa o processo de produção, salvo na medida em que se constitui processo de conservação e aumento do valor envolvido, na medida em que o produto do trabalho é mercadoria. O valor de uso produzido só interessa porque é substrato do valor de troca. Por essa razão, antes de mais nada, Marx reitera que,

uma vez que o objetivo da produção capitalista é a extração de mais-valor, esse processo pressupõe um sistema de troca desenvolvido: embora a produção seja o momento preponderante, o momento de geração do mais-valor, ela não pode ocorrer sem o pressuposto efetivo da troca, da circulação. Com isso, Marx se contrapõe a Say, que parte da produção para explicar a circulação, distribuição e consumo.

Para explicar o processo de valorização, especialmente dos valores de troca envolvidos no processo de trabalho, Marx demonstra como os valores de troca de material e meios de trabalho devem entrar no processo. Ele afirma que, em verdade, o processo de trabalho, em sua particularidade, utiliza-se dos valores de uso desses componentes em sua materialidade. Porém, são produto de trabalho prévio, neles há tempo de trabalho materializado, na forma de tempo de trabalho geral, social. Por isso, Marx afirma:

“Na medida em que a mercadoria em geral é valor de troca, o valor de uso determinado, a determinidade material determinada na qual ele existe, é, em geral, apenas um modo de manifestação determinado da mercadoria; de fato, ele é equivalente geral e, por isso, pode trocar essa encarnação por qualquer outra; por meio da circulação e, inicialmente, por sua transformação em dinheiro, ele é capaz de dar a si a substância de qualquer outro valor de uso.” (MEGA II/3.1, 65).

Além disso, embora material e meios de trabalho tenham sofrido transformação em seus valores de uso, sua substância não foi alterada, como valor, portanto, reaparecem no valor do produto. E é precisamente devido à transformação em novo valor de uso (veículo de valor de troca) que eles figuram no valor do produto. E essa

conservação se dá graças à atuação do trabalho vivo: “São plenamente conservados como valores de troca porque são utilizados pelo trabalho como valores de uso.” (MEGA II/3.1, 67). E o trabalho que realiza essa conservação não é trabalho social, geral, mas trabalho útil, energia específica que transforma essas mercadorias em nova mercadoria, que lhes dá nova forma útil, o que permite a Marx afirmar que o capitalista não só recebe valor novo, como também o trabalho de conservação gratuito que lhe fornece o trabalhador.

Essa ação deve ser considerada, também, sob a perspectiva do valor de troca, no referido processo de valorização. A exposição desta passagem é modificada grandemente no *Capital*, prendendo-se Marx aqui aos detalhes do argumento que, na obra de 1867, transformará em exemplo sintético. Aqui, ele busca demonstrar como o resultado do mais-valor resultante do processo de trabalho não contradiz seus pressupostos. Em primeiro lugar, porque todas as mercadorias envolvidas no processo foram obtidas na circulação, por seu preço. Em segundo lugar, pela capacidade de trabalho, paga-se tão somente seu valor de troca, “o tempo de trabalho necessário para conservar essa capacidade de trabalho viva como tal ou, o que é o mesmo, para conservar o trabalhador vivo como trabalhador” (MEGA II/3.1, 77), e seu valor de uso, por outro lado, constitui sua particularidade, ser novamente “o trabalho mesmo, isto é, precisamente a substância que põe o valor de troca, a atividade determinada, fluida que se fixa como valor de troca e o cria.” (*Ibidem*). Assim, embora tenha havido troca de equivalentes, o salário pela capacidade de

trabalho, o capitalista recebe valor maior graças ao valor de uso que adquiriu. Há uma diferença entre o valor de troca da capacidade de trabalho e o próprio tempo que essa capacidade trabalha além de seu próprio valor de troca, além do valor que custava, “como tal é mais-trabalho: *mais-valor*” (MEGA II/3.1, 78). O tempo de trabalho objetivado no produto é maior do que o tempo de trabalho necessário para produzir o salário e as mercadorias sobre as quais o trabalho atua. Esse processo, que segue as regras da troca de equivalentes, não foi compreendido, segundo Marx, pelos economistas em geral e em particular pelos socialistas, que detectam a contradição, mas não fornecem sua gênese.

A explicitação do processo de produção do capital, aqui, ganha em clareza, ainda que Marx se detenha em explicações que desaparecerão por completo no *Capital*, ou serão sintetizadas. Em seguida ele explicita a natureza desse processo, ser unidade do processo de trabalho e do processo de valorização. Para tanto, formula o conceito de *subsunção formal*, controle do capital sobre o trabalho sem consideração sobre a determinidade tecnológica, que “consiste em que o trabalhador como trabalhador cai sob a supervisão e, com isso, sob o comando do capital ou do capitalista.” (MEGA II/3.1, 83). Em sua origem, o capital submeteu diversos processos de trabalho a seu comando, processos que se encontravam prontos e que não sofreram, por isso, a influência do capital. De todo modo, uma vez vendida a capacidade de trabalho, o trabalhador se coloca imediatamente sob o comando do capital, que o faz atuar de modo a despende o tempo de trabalho necessário para produzir determinada mercadoria, de modo a utilizar o material e os meios de trabalho suficientes e de modo adequado. Essa a

subsunção formal, tal qual aparece no *Manuscrito de 1861-1863*. Dela decorre o fato de que o trabalhador, quando atua frente ao trabalho objetivado, apareça como capital:

“Na mesma medida em que o trabalhador atua como trabalhador, em que ele *exterioriza* sua capacidade de trabalho, ele a *aliena*, uma vez que, antes de o processo de trabalho começar, ela já está vendida ao possuidor de dinheiro. Como o trabalho se efetiva – de um lado, como forma da matéria-prima (como valor de uso e produto), de outro, como valor de troca, trabalho social *objetivado* em geral, o trabalho se transforma de trabalho em *capital*.” (MEGA, II/3.1, 85).

Por outro lado, material e meios de trabalho, conquanto não sejam capital, aparecem, frente ao trabalho, vivo como capital, como vontade estranha que se opõe ao trabalho.

Assim, todo o processo de trabalho aparece como processo de produção do capital. Naturalmente, esse processo não tem por objetivo a produção de valor de uso, mas tão somente a geração de mais-valor, de valor de troca, ou seja, o processo de trabalho só é possível onde é possível o processo de valorização, verdadeira finalidade do trabalho. Marx denomina esse processo complexo, “esse todo” de “processo de produção capitalista sobre a base do capital”, produção “de mercadorias para conservar e aumentar o valor pressuposto” (MEGA II/3.1, 87). De acordo com Marx, ao confundir as determinações do capital, atribuindo-lhe muitas vezes o mero atributo de ser um conjunto de valores de uso, de mercadorias, a economia política pode sustentar a impossibilidade de crise de superprodução, já que o objetivo da produção seria tão somente os próprios valores de uso e não a valorização do capital. O capital é antes de tudo dinheiro, dinheiro em processo que, para se

valorizar, abandona momentaneamente essa forma e assume a forma de mercadoria. Porém, retorna sempre como dinheiro ao ponto de partida, apenas em quantidade maior, já que também é lançada quantidade maior de mercadoria do que aquela retirada da circulação para a produção. Desse circuito resulta, segundo Marx, o mais-valor, do ponto de vista do capital, e o próprio produto, do ponto de vista do trabalho, é também capital.

Na última seção do capítulo, Marx analisa os dois “componentes da transformação do dinheiro em capital”, referidos nos *Grundrisse*. Trata-se do ato de compra das mercadorias, na circulação, troca de dinheiro por mercadorias e o seu consumo no processo de trabalho, onde se estabelece uma nova relação, a relação de produção, que subverte toda a lógica da circulação e parece antes contradizê-la. Nessa seção, Marx se estende longamente para explicar como, em última análise, somente nessa instância, é gerada a especificidade do capitalismo, como, somente nesse momento, o comprador passa a comandar o vendedor, o vendedor recebe em dinheiro menos do que o equivalente em mercadoria que fornece e o capitalista, por sua vez, recebe mais trabalho objetivado na forma de mercadoria do que o dinheiro que lançou na circulação (MEGA II/3.1, 98). Para que essa relação se torne dominante, portanto, que o capital defronte o trabalhador assalariado, o não-proprietário, deve o trabalhador se defrontar com as condições objetivas de seu trabalho como estranhas, “potências estranhas”,

“propriedade alheia”⁷⁸. Assim, Marx conclui, o capital é condição social necessária das condições objetivas de trabalho para que o trabalho se torne trabalho assalariado, assim como o trabalho assalariado é forma social necessária para que a produção capitalista, que se torna, ela mesma, produção e reprodução da própria relação de produção em que se baseia.

Marx passa então a fazer uma série de considerações sobre esses componentes até chegar à crítica a Senior, que reproduzirá no *Capital*. Resta evidente que, as questões que ainda não são claras, que ainda merecem melhor resolução, implicam uma redação errática, Marx a dialogar consigo mesmo. É o caso dessa passagem, onde ainda não se tem clara a divisão entre capital constante e capital variável⁷⁹. Aqui, Marx discute se o valor da capacidade de trabalho e o valor de material e meios de trabalho são produtivos, se são parte do capital e em que medida. A exposição se torna obscura por dois motivos: o plano de redigir um livro sobre trabalho assalariado e a perspectiva de redigir os capítulos sobre mais-valor absoluto e relativo. Nos adendos, Marx acrescenta a essa questão aquela da distribuição, as relações de produção tal qual aparecem na distribuição, na forma de renda, a ser tratada também posteriormente.

⁷⁸ “Portanto, a produtividade de seu trabalho se torna, face ao trabalhador, uma *potência estranha*, torna-se seu trabalho em geral, na medida em que não é *capacidade*, mas movimento, trabalho *real*; ao contrário, o capital valoriza a si mesmo pela *apropriação do trabalho de outrem*.” (MEGA II/3.1, 143).

⁷⁹ Essa distinção começa a se insinuar na seção sobre mais-valor, a seguir. Além disso, embora não sejam as mesmas categorias, nos adendos ao capítulo, Marx reproduz diversas citações de Ramsay e outros a respeito da distinção entre capital fixo e circulante e sua participação na “riqueza nacional”.

Por ora, Marx considera que o valor duma máquina não é produtivo, seu preço é apenas componente do preço da mercadoria, na medida em que a máquina funcionou como valor de uso no processo produtivo. Do mesmo modo, o valor da capacidade de trabalho, expresso no valor de meios de subsistência do trabalhador, não é produtivo, mas tão somente a própria capacidade de trabalho, embora esses valores sejam reproduzidos no processo de valorização⁸⁰. Essa questão é tratada por Marx a propósito da própria controvérsia da economia política, sempre, segundo ele, como consequência da incorreta determinação da natureza do capital e do processo de sua produção, unidade de dois processos díspares, processo composto por dois componentes de natureza diversa⁸¹. Tal como o ponto de partida correto apontado em 1859, a distinção correta entre valor de uso e valor

⁸⁰ Nos *adendos*, Marx menciona diversos autores, como Rossi, que via o trabalho como parte do capital e, por isso, Marx afirma que haveria apenas dois fatores, terra e capital.

⁸¹ Mais adiante, nos *adendos*, a complexidade da questão é assim sintetizada: “Considerado como um todo, o processo de produção do capital se divide em 2 seções: 1) troca do capital com capacidade de trabalho, o que inclui, como corolário, troca de determinados componentes do capital existente como dinheiro (valor) com as condições objetivas do trabalho, na medida em que elas mesmas são mercadorias (portanto, também produto de trabalho prévio). Esse primeiro ato inclui o fato de que uma parte do capital existente se transforma nos meios de subsistência do trabalhador, portanto, ao mesmo tempo, nos meios de conservação e reprodução da capacidade de trabalho. (Na medida em que uma parte desses meios de subsistência é consumida *durante* o processo de trabalho mesmo a fim de produzir o trabalho, os meios de subsistência que o trabalhador consome podem ser calculados sob as condições objetivas do trabalho em que se divide o capital no processo de produção, exatamente como matéria-prima e meios de produção (como custos de manutenção). Ou eles podem ser considerados como elemento do consumo reprodutivo. Ou, finalmente, podem igualmente ser considerados como meios de produção do produto, algo como carvão e algodão que as máquinas consomem durante o processo de produção.) 2) No processo de trabalho real, o *trabalho* se transforma em *capital*. Isto é, ele se torna *trabalho objetivado* (objetivo) – e precisamente trabalho objetivado que defronta *autonomamente* – como a propriedade do capitalista, a existência econômica do capitalista – a capacidade de trabalho viva. *Sobre essa transformação do trabalho em capital*: “Ele (o trabalhador) troca seu trabalho por cereais” (isto é, meios de subsistência em geral) “Isso se torna renda *para eles* (fundo de consumo)... enquanto *seu trabalho se tornou capital* para seus senhores.” (*Sismondi, Nouveaux Principes*. t. I, p. 90) “Ele (o trabalhador) demandava *subsistência* para *viver*, o chefe demandava *trabalho* para *ganhar*.” (*Sism. loc. cit.*, p. 91).

de troca, entre trabalho e capacidade de trabalho não constitui mera instauração epistêmica, mas pressuposto que organiza e fundamenta a exposição e o desenvolvimento da teoria. Nas páginas analisadas nesta tese, que cobrem menos duma década, Marx elucidou o percurso da economia política – um século, talvez dois – a crítica como suprassunção.

2.2 – Mais-valor absoluto e trabalho produtivo

A partir da discussão precedente, dos componentes do capital, feita ainda de modo bastante indicativo, Marx passa à exposição do mais-valor, concebido, em primeiro lugar como relação com a parte do capital desembolsada no salário. Com efeito, ele diz, o tempo de trabalho objetivado no produto é maior do que o tempo de trabalho contido no capital original somente porque o salário, o tempo de trabalho objetivado na capacidade de trabalho é menor do que o “tempo de trabalho vivo pelo qual é substituído no processo de produção” (MEGA II/3.1, 149). O tempo de trabalho que o trabalhador objetiva no processo de trabalho se subdivide em duas partes. A primeira é o *tempo de trabalho necessário*, em que o trabalhador substitui o valor de sua própria capacidade de trabalho⁸², necessário à conservação da classe trabalhadora e, por isso mesmo, necessário também ao capital, já que necessita da preservação da relação capitalista de produção para sua manutenção e expansão. Por outro lado, o trabalhador também trabalha

⁸² Neste momento, Marx adota a hipótese do trabalhador proprietário de material e meio de trabalho.

além desse tempo, para produzir o mais-valor, mais-tempo que o trabalhador trabalha além do tempo de trabalho necessário. Para a produção do mais-valor, nenhum equivalente é pago, ou seja, do ponto de vista do trabalhador, é trabalho não pago.

Abandonando a hipótese de o trabalhador proprietário de material e meio de trabalho, o capital se divide em três componentes, matéria-prima, instrumento de trabalho e capacidade de trabalho. Os dois primeiros componentes, Marx chama de *constante*, o valor com que entram no preço do produto não se modifica. Adicionam ao produto apenas o mesmo tempo de trabalho neles contido antes da produção. Já a capacidade de trabalho tem seu valor aniquilado no processo de produção, razão pela qual é substituído pelo trabalhador, sendo por isso, a parte variável, a única que se modifica, que gera novo valor e mais-valor. Com isso, o valor do produto é igual a $C + V + M$. O valor de C é simplesmente reproduzido, enquanto o valor de V é substituído e, então, é aumentado, gerando M , sendo V e M o novo valor criado. Portanto, o mais-valor é o excedente precisamente em relação à parte variável, isto é, ao trabalho vivo que se troca com menos trabalho objetivado do que produz, o tempo além do tempo de trabalho necessário. A taxa de mais-valor, por isso, é medida tão somente em relação ao trabalho necessário.

O mais-valor é a finalidade com a qual o capital entra na circulação e novamente no processo de produção. Como “o mais valor se resolve

em mais trabalho”⁸³, o capital buscará sempre aumentar o mais-trabalho, isto é, extrair um excedente maior além do tempo de trabalho necessário. Essa tendência é explícita, segundo Marx, na história do capital, sofrendo limitações de ordem física, obstáculos sociais. Para demonstrar esse argumento, Marx se vale aqui de seus cadernos de anotações dos anos precedentes, que reaparecerão no *Capital*, para comparar a corvéia valáquia com o trabalho assalariado da indústria inglesa. Enumera também as vantagens do trabalho extraordinário, objeto de longas discussões por ocasião dos *Factory Acts*, além das jornadas simultâneas, que determinam a *massa* de mais-valor.

A respeito das jornadas simultâneas, Marx tece considerações ainda tímidas sobre a dinâmica populacional, afirmando que não caberia àquela altura investigar a influência do capital sobre ela, novamente se remetendo ao item cinco, que chama capítulo, “trabalho assalariado e capital”. Afirma, porém, que a população trabalhadora pode crescer sem aumento absoluto da população, como foi o caso da inclusão de mulheres e crianças na população trabalhadora, o que não implicou, segundo Marx, aumento da população trabalhadora e, em muitos casos, não significou aumento da parte variável do capital, com o rebaixamento dos salários. Além disso, partes da população que antes trabalhavam como artesãos ou como camponeses forem despojadas de suas condições de trabalho e incorporadas à classe trabalhadora, não

⁸³ MEGA II/3.1, 158.

haveria aumento da população absoluta, mas aumento da população trabalhadora⁸⁴.

Quanto maior essa população e quanto maior o mais-trabalho, maior será também a massa de pessoas que participam desse mais-trabalho sem trabalhar. Seu tempo livre, incluídas as atividades não-produtivas, porém, pressupõe a massa de mais-valor, ou seja, o mais-trabalho ou o trabalho extraordinário da massa de trabalhadores. De acordo com Marx, a civilização e o desenvolvimento social têm como base o fato de que os trabalhadores “têm de utilizar todo seu tempo, portanto, o espaço de seu desenvolvimento na mera produção de determinados valores de uso” (MEGA II/3.1, 168), o tempo livre de alguns corresponde ao “tempo subjugado” de outros. Além disso, o mais-trabalho corresponde ao mais-produto, numa massa crescente de valores de uso absorvida pelas classes que não estão diretamente envolvidas no processo de produção. Essa determinação, a sociedade capitalista tem em comum com várias outras, cujo desenvolvimento ultrapassou a limitação natural. O capitalismo, porém, vai além desse modo de extração de mais-valor, embora Marx afirme que o “mais-valor absoluto, isto é, o mais-trabalho absoluto permanece sempre a forma preponderante.” (MEGA II/3.1, 169). Ao tratar da divisão do trabalho, Marx ironiza o trabalho improdutivo, quando analisa a fábula de Mandeville. Ele diz:

“Um filósofo produz idéias, um poeta, poemas, um pastor, sermões, um professor, compêndios etc. Um criminoso produz crimes. Considerando-se mais de perto a

⁸⁴ MEGA II/3.1, 167.

ligação desse último ramo de produção com os limites da sociedade, então se abandonam muitos preconceitos. O criminoso não produz apenas crimes, mas também o direito criminal e, com isso, também o professor que profere cursos sobre direito criminal e, além disso, o inevitável compêndio com o qual esse mesmo professor lança suas conferências como 'mercadoria' no mercado geral. Com isso, ocorre aumento da riqueza nacional, prescindindo todo o prazer privado que o manuscrito do compêndio proporcionou ao seu próprio autor, como nos [diz] uma testemunha competente, Prof. Roscher. (...) O criminoso aparece, assim, como certas "equalizações" naturais que geram um nível correto e abrem toda uma perspectiva de ramos de atividade 'úteis'. Os efeitos do criminoso no desenvolvimento da força produtiva podem ser demonstrados em cada detalhe. Teriam as fechaduras atingido alguma vez a sua perfeição de agora se não houvesse ladrões? Teria a fabricação de notas bancárias atingido sua atual perfeição se não houvesse falsários? Teria o microscópio se estabelecido nas esferas comuns do comércio (...)." (MEGA II/3.1, 280).

Depois de explicitar, portanto, o caráter do mais-valor, ou seja, do trabalho que gera mais valor, Marx escreve longos adendos com citações para comprovar pontos enunciados anteriormente, cerca de dezoito páginas do manuscrito.

2.3 – Mais-valor relativo e suas formas

O mais-valor relativo, assim como outras matérias, recebe, entre 1861 e 1863, a primeira determinação com pretensão sistemática, tal qual aparece no *Capital*, embora Marx aqui ainda busque o conteúdo próprio a respeito de suas diversas formas. Nos *Grundrisse*, não havia a preocupação de organizar a questão e Marx se permite conduzi-la até as determinações fundamentais da sociabilidade do capital de modo talvez mais rico de determinações. O principal acerto é a exata determinação da tecnologia e do desenvolvimento das forças

produtivas, subordinadas que são às relações sociais de produção, até a contradição.

Aqui, ao contrário, trata-se de determinar com precisão o conceito dentro ainda da lógica do processo de produção do capital. No *Índice aos 7 cadernos* a expressão “mais-valor relativo” aparece, sem qualquer indicação precisa, como parte do plano ali formulado, e no *Manuscrito* busca o tema a partir de seus estágios de desenvolvimento. Como toda novidade categorial e conceitual que se lhe impunha, porém, o tema é envolvido em longa pesquisa bibliográfica, longe da melhor forma de exposição, sendo o caso mais notório e notável a divisão do trabalho e a manufatura. Marx examina vasto material, desde o pensamento grego até a tematização de Adam Smith e Adam Ferguson, dentre outros. Todo o exame dessa literatura lhe fornece elementos importantes, negativa ou positivamente, para sua reflexão sobre a divisão do trabalho e a maquinaria. Da exposição emergem os conceitos de subsunção forma e real e o trabalho é analisado aqui em sua definitiva e peculiar condição de força produtiva do capital, despojado não só de suas condições objetivas de efetivação, mas transformado por completo em sua forma de ser, o trabalhador não mais produz uma mercadoria, mas apenas exerce sua capacidade de trabalho, seu trabalho vivo como momento isolado da produção e seus momentos, sob controle do capital.

O mais-valor relativo se distingue do absoluto pelo fato de que um aumento desse último implica aumento absoluto do valor criado, isto é,

ele se origina do prolongamento da jornada de trabalho além do tempo de trabalho necessário. Ocorre que esse prolongamento possui limites, já que o mais-valor não pode ser obtido senão até certo limite da própria possibilidade física do trabalhador, a jornada de trabalho não pode ser prolongada infinitamente no tempo. Resta aumentar o mais-valor por meio da redução do tempo de trabalho necessário, ou seja, pode-se obter sobretrabalho maior por meio da transformação do tempo de trabalho necessário em tempo de sobretrabalho⁸⁵. Mantidos os pressupostos de que a capacidade de trabalho se vende por seu valor, ou seja, que o salário não é reduzido abaixo de seu nível normal, a redução do tempo de trabalho necessário “é possível somente por meio do *aumento da produtividade do trabalho* ou, o que é o mesmo, por meio de um mais elevado *desenvolvimento das forças produtivas do trabalho*.” (MEGA II/3.1, 213). Com o aumento da força produtiva do trabalho, o mesmo valor de uso se produz em menos tempo de trabalho, ou mais mercadorias são produzidas com o mesmo tempo de trabalho. Assim ocorre com a capacidade de trabalho, como diz Marx:

“Portanto, se a mesma soma de meios de subsistência pode ser produzida em tempo de trabalho mais curto, por meio de uma produtividade mais alta do trabalho real, então o valor da capacidade de trabalho cai e com isso cai o tempo de trabalho requerido para a sua reprodução, para a produção de seu contravalor, o tempo de trabalho necessário, embora tal como antes a capacidade de trabalho seja vendida por seu valor.” (*Ibidem*).

A diminuição do valor da capacidade de trabalho ocorrerá somente se o incremento da força produtiva afetar diretamente a produção dos bens

⁸⁵ No manuscrito, Marx emprega indistintamente várias expressões ao lado de mais-valor.

consumidos pelo trabalhador ou aqueles que formam o capital constante necessário produção desses bens.

Para a classe capitalista como um todo, a obtenção do mais-valor relativo se dá por meio da manutenção, com menos trabalho, da classe trabalhadora inteira, isto é, por meio da produção mais barata de seus meios de subsistência⁸⁶. Por outro lado, para o capitalista individual, esse aumento da força produtiva e a conseqüente diminuição do tempo de trabalho necessário se lhe afigura como aumento do tempo de trabalho médio acima do valor médio, como se obtivesse uma venda acima do valor normal. Para ele, a diminuição do tempo de trabalho necessário, com o aumento do sobretabalho, o mais-valor relativo, aparece como venda acima do valor, do que decorre, segundo Marx, grande parte da confusão da economia política a respeito do mais-valor relativo, J. S. Mill em especial. Também porque não aumenta a jornada de trabalho, mas a massa de valores de uso produzida, ou seja, aumenta a riqueza e também o mais-valor extraído. Em outras palavras, dado que o valor da mercadoria produzida é inversamente proporcional à produtividade do trabalho, “se o trabalho se torna mais produtivo, então pode representar uma quantidade maior dos mesmos valores de uso, no mesmo tempo, incorporar-se numa massa maior de valores de uso de mesmo gênero.” (MEGA II/3.1, 219). Por conseguinte, o mais-valor depende da produtividade do trabalho, o impulso que o capital imprime ao desenvolvimento das forças produtivas em geral, a utilização da ciência, da maquinaria etc. nada

⁸⁶ Para simplificar a exposição, a certa altura, Marx supõe que o trabalhador vive do produto que produz.

mais é do que a sua pulsão infinita por se valorizar, por extrair mais-valor. Além disso, o aumento contínuo da produtividade do trabalho e a extração de mais-valor relativo não implicam a melhora nas condições de vida do trabalhador, porque o valor relativo interfere apenas no valor de troca, permanecendo inalterada a massa de valores de uso destinada à sua subsistência, intuição expressa já nos *Grundrisse*.

Dos *Grundrisse*, Marx também retoma os exemplos numéricos para mostrar que, quanto maior a proporção do sobretabalho no tempo de trabalho total, se o aumento da força produtiva for constante, o aumento do mais-valor relativo será proporcionalmente menor. Ele diz:

“Primeiramente, porque quanto mais desenvolvida a força produtiva do trabalho, menos ocorre de o mais-valor crescer na mesma proporção em que o trabalho necessário diminui. Segundo, porque esse mais-valor aumentado em menor proporção é calculado sobre o capital que aumentou em valor aproximadamente na proporção do aumento da força produtiva.” (MEGA II/3.1, 224).

Esse fato permite a Marx constatar que o aumento do lucro, obtido em relação ao total adiantado, não aumenta na mesma proporção do mais-valor, já que, para se obter esse mais-valor é necessário aumento do capital para a obtenção da quantidade de valores de uso compatível com o novo nível de produção.⁸⁷ Com isso, passa então ao exame das principais formas de mais-valor relativo, *cooperação, divisão do trabalho e maquinaria*.

⁸⁷ Até mesmo para certa obtenção de mais-valor relativo, supõe-se certa acumulação de capital, o que conduz a exposição à história antiga, de onde Marx extrai o exemplo do Egito, em que as condições favoráveis à agricultura permitiram certa acumulação e, com isso, extração de maior excedente do trabalho.

A cooperação, segundo Marx, é a forma geral, que está na base de todas as formas de mais-valor. Também é o modo mais primitivo e rudimentar. Marx a define assim:

“(...) cooperação é a *ação combinada* imediata – não mediada pela *troca* – de muitos trabalhadores para a produção dos mesmos resultados; dos mesmos produtos; dos mesmos valores de uso (ou utilidade.) Na produção escravocrata. (cf. Cairnes)⁸⁸

Em primeiro lugar, ela é a *atuação conjunta de muitos trabalhadores*. Portanto, a existência da *aglomeração*, da *acumulação de vários trabalhadores no mesmo espaço* (num lugar), que trabalham *simultaneamente*, é seu primeiro pressuposto – ou já é ela própria a existência material da cooperação. Esse pressuposto permanece na base de todas as suas formas mais desenvolvidas.” (MEGA II/3.1, 229).

A primeira forma de cooperação é a aglomeração de vários trabalhadores a desenvolver a mesma tarefa, *simultaneamente*, esse último, um aspecto comum às formas mais desenvolvidas do mais-valor relativo. Como exemplo, Marx cita a caça, as construções asiáticas, modernamente, construção de ferrovias, abertura de canais.

Como a massa do mais-valor absoluto depende do número de jornadas simultâneas, a cooperação parece pertencer antes a essa categoria, mas, ao contrário, ela constitui caso de mais-valor relativo precisamente porque não é apenas a soma de várias jornadas simultâneas, o resultado da cooperação é que a soma do trabalho dos indivíduos é maior do que aquela obtida pelos mesmos indivíduos isoladamente, ou seja, “a força produtiva dos indivíduos cresce por meio da

⁸⁸ De acordo com o editor alemão, Marx acrescentou a referência a Cairnes e à produção escravocrata posteriormente. O livro de John Elliot Cairnes “*The slave power: its character, career and probable designs...*” não apareceu antes de maio de 1862, quando o caderno IV já havia sido escrito. Marx, que possuía o livro em sua biblioteca, refere-se aqui à página 47 ss., onde tomou notas marginais.

forma social do trabalho” (MEGA II/3.1, 232). Por meio da cooperação, pode-se diminuir o tempo necessário à produção dos meios de subsistência, possibilitando o sobretempo com isso. Da perspectiva do lucro, ou seja, do mais-valor em relação à soma total do capital empregado, também ele pode aumentar com o compartilhamento das condições de trabalho, edificações, combustíveis etc.

A cooperação, por isso, acaba por ser uma força produtiva do próprio capital, do mesmo modo que todos os elementos da força produtiva social, além de o capitalista receber gratuitamente o valor gerado pela cooperação, já que paga individualmente pelas diversas capacidades de trabalho que atuam em conjunto, mas recebe uma força multiplicada. A cooperação, portanto, diz respeito ao processo de trabalho, não diretamente ao processo de valorização, já que apenas na produção o trabalhador se torna força produtiva social. Ela é o primeiro momento em que o caráter social do trabalho se torna caráter social do capital, em outras palavras “a primeira transformação da subordinação formal sob o capital em transformação real do próprio modo de produção” (MEGA II/3.1, 237). Com a cooperação simples, a produção capitalista assume sua especificidade, o trabalho individual deixa de ser possível e as condições de trabalho se tornam efetivamente condições estranhas ao trabalhador, que o dominam.

No caso da *divisão do trabalho*, por sua vez, há uma espécie de cooperação particular, específica, desenvolvida ulteriormente, como Marx a define:

“cooperação de muitos trabalhadores sob o comando do capital que produzem *diferentes* partes das *mesmas mercadorias*, para as quais cada parte particular requer um trabalho particular, uma operação particular e cada trabalhador ou um múltiplo determinado de trabalhadores executa apenas uma operação particular, enquanto outro executa outra etc.; a totalidade dessas operações, porém, produz *uma mercadoria*, uma determinada mercadoria particular; portanto, é na mercadoria que se apresenta a totalidade desses trabalhos particulares.” (MEGA II/3.1, 237).

Marx distingue divisão social do trabalho – que permite a combinação de diversos processos de produção e de diversas mercadorias para a produção duma única mercadoria – da divisão do trabalho, que ocorre quando os diversos trabalhadores cooperam para produzir uma única mercadoria, antes que ela entre na circulação. A divisão social do trabalho é pressuposto da circulação, enquanto a divisão do trabalho não é mediada pela troca das mercadorias, embora todos os trabalhadores vendam sua capacidade de trabalho ao capitalista, que os confronta como tal e como proprietário da mercadoria produzida. A divisão do trabalho, portanto, pressupõe a divisão social do trabalho. Marx critica Smith por confundir constantemente esses dois sentidos. A divisão do trabalho, segundo, Marx é “a particularização das operações no interior da esfera de produção de uma *mercadoria* particular e a divisão de cada uma dessas operações entre trabalhos particulares, cuja cooperação cria o produto inteiro, a *mercadoria*, cujo representante não é, porém, o trabalhador, mas o capitalista.” (MEGA II/3.1, 243). Adam Smith não compreende o fato de a divisão do trabalho ser determinação específica do modo de produção capitalista, não podia compreender, dado o desenvolvimento do ateliê que tinha diante de si, ainda estava

na infância da indústria, como Marx afirma. Em que pese a incorreta vinculação entre troca e divisão do trabalho, Marx afirma ter sido Smith o primeiro a situar a divisão do trabalho diretamente como força produtiva do trabalho. Smith é, aqui, o exemplo acabado daquilo que Chasin (2009) chamou de “determinação social do pensamento”⁸⁹, não se trata de erro em sua reflexão, mas de limite sócio-histórico e, tanto no *Manuscrito de 1861-1863* quanto em outros escritos, a probidade intelectual de Smith e Ricardo sempre foi contraposta por Marx à economia apologética de seu tempo.

No caso da divisão do trabalho, porém, Marx também analisa a obra de Adam Ferguson⁹⁰, comparando os elementos comuns, ponto de partida da reflexão smithiana. Embora ainda enfatize a qualidade da mercadoria em detrimento de seu barateamento, coisa que Smith não faz, sob certo aspecto, porém, a obra de Ferguson é mais precisa ao detecta os aspectos negativos da manufatura sobre o trabalhador, o isolamento e a diminuição de suas habilidades, enquanto a inteligência geral da produção aumenta em proporção inversa. Ao final Marx acaba por apontar certa falta de originalidade na tematização smithiana, comparada com Ferguson.

O desenvolvimento da divisão do trabalho, como cooperação, aparece como *trabalho forçado*, em que o trabalhador está completamente submetido ao comando do capital, à sua disciplina e, nela, o processo de trabalho deixa de lhe pertencer completamente, é

⁸⁹ “(...) verdadeiras ou falsas, as representações dos indivíduos, os únicos dotados de capacidade espiritual, brotam sempre do terreno comum do intercâmbio social” (p. 107).

⁹⁰ *Essay on the History of Civil Society*.

totalmente incorporado ao capital, que reduz a capacidade de trabalho em cada função a uma “abstração árida”, a capacidade de trabalho perde o conjunto de suas habilidades, perde sua completude. No processo complexo de produção duma mercadoria, composto de várias operações independentes e simultâneas, o tempo de trabalho em cada uma delas pode ser reduzido e mais mercadorias são produzidas. A combinação dos diversos trabalhos, com isso, se dá apenas na mercadoria, que defronta os trabalhadores como propriedade do capital; a combinação, portanto, é a própria subsunção do trabalho ao capital.

A divisão do trabalho, assim, excede a cooperação simples ao transformar a própria substância do trabalho. Enquanto a cooperação ainda possuía o caráter de coesão temporária, contingente e, em geral, o mesmo trabalho era realizado por todos, na divisão do trabalho, ocorre o contrário:

“Por meio da transformação de sua capacidade de trabalho na mera função de uma parte do mecanismo completo, cujo todo constitui o ateliê, ele deixou em geral de ser produtor de uma mercadoria. Ele é apenas produtor de uma operação unilateral que só produz algo em geral em conexão com o todo do mecanismo que constitui o ateliê. Portanto, ele se tornou um componente vivo do ateliê e, por meio do modo de seu trabalho mesmo, um acessório do capital, uma vez que sua habilidade só pode ser exercida num ateliê, somente como elo de um mecanismo que é a existência do capital a ele contraposta. Originalmente, em lugar da mercadoria, ele tinha de vender ao capitalista o trabalho que produz a mercadoria, uma vez que faltavam a ele as condições objetivas para a realização de sua capacidade de trabalho. Agora ele deve vendê-la porque sua capacidade de trabalho só é capacidade de trabalho na medida em que é vendida ao capital. Portanto, agora ele não é mais subsumido sob a produção capitalista apenas pela falta dos meios de trabalho, mas por meio de sua própria capacidade de trabalho; pelo modo de seu trabalho, ele submete-se ao capital, em cujas mãos não se encontram mais apenas as condições objetivas, mas as condições sociais do

trabalho subjetivo sob as quais seu trabalho em geral ainda é trabalho.” (MEGA II/3.1, 254)

Com a divisão do trabalho, o trabalhador não só continua obrigado a vender sua capacidade de trabalho, graças ao estranhamento de suas condições de trabalho, como perde o domínio sobre a própria atuação de sua capacidade de trabalho, como se, agora, o próprio trabalho vivo, em sua exteriorização, fosse imediatamente estranho ao próprio trabalhador, o próprio modo de atuação do trabalho vivo é determinado pelo trabalho objetivado⁹¹. Por isso, a divisão do trabalho é o momento em que o trabalho assume sua determinação social, o trabalhador não pode mais exercer sua atividade individualmente, mas somente subsumido no capital, em conjunto e combinado com outros trabalhadores, a realização da capacidade de trabalho somente pode-se dar em conexão com outras capacidades, mediadas todas pelo capital. Por isso, é na seção dedicada à divisão social do trabalho que Marx aborda o conceito de trabalho produtivo, aquele que é incorporado e isolado pelo capital, subsumido realmente a ele⁹², transformado em seu modo de ser, não apenas que produz valor e mais-valor, mas que aparece como força produtiva do capital.

Marx examina então uma série de obras clássicas, *Odisséia*, *A República*, *A Guerra do Peloponeso* e a *Ciropédia*, para demonstrar

⁹¹ “Na divisão do trabalho, porque um aspecto da individualidade natural do trabalhador é desenvolvido como base natural, esse aspecto é colocado no lugar de sua capacidade de produção inteira e desenvolvido como uma particularidade que requer, para sua afirmação, a atividade em conexão com o ateliê inteiro; como uma função particular do ateliê.” (MEGA II/3.1, 265).

⁹² Cf. Dussel (1988), p. 100.

como, no mundo grego, a divisão do trabalho não tinha por objetivo aumentar o valor de troca, mas tão somente a qualidade dos produtos, sua virtuosidade, isto é, o valor de uso era o único objetivo da divisão do trabalho, tal qual descrita em todas essas obras. Na passagem citada por Marx, tem-se, salvo uma única exceção, o emprego invariável do termo *κάλλιον* (*melhor*) em detrimento do termo *πλείω* (*mais*). Segundo Marx, Platão sempre enfatiza que algo deve ser mais bem feito, nunca em maior quantidade. Essa diferença face à sociabilidade do capital é assim explicada por Marx:

“Em Platão, a divisão do trabalho é desenvolvida como base econômica de uma comunidade em que cada um depende do outro e não satisfaz autonomamente, sem conexão com os outros, a totalidade de suas próprias necessidades. A divisão do trabalho no interior da comunidade se desenvolve a partir da multilateralidade das necessidades e da unilateralidade das aptidões, que são diferentes em diferentes indivíduos e, por isso, dão melhores resultados nesta ocupação do que naquela.” (MEGA II/3.1, 259)

Marx afirma ainda que o debate da *República*, embora seja o ponto de partida da tematização de Petty e Smith, nada tem em comum com a economia política. Petty será o primeiro dos economistas políticos que, segundo Marx, irá se diferenciar da tematização de Platão. Para esse autor, o valor de troca será o preponderante na abordagem da divisão do trabalho, isto é, o barateamento das mercadorias. Assim, quando, posteriormente, Ferguson e Smith escrevem sobre a divisão do trabalho, tendo Platão em mente, em verdade, representam já o inverso do mundo grego, ainda que se encontrem no nascedouro da grande indústria.

Marx passa, a seguir, a tomar notas sobre diversos autores, novamente Smith, Babbage, Blanqui, Ure, Mandeville etc. Comparando a tematização sobre divisão do trabalho aqui com aquela de *O Capital*, restam evidentes as diferenças nas duas obras, bastando indicar que Marx dedica no manuscrito cerca de cinqüenta e três páginas (impressas), enquanto na edição de 1867 do livro I há vinte e oito páginas sobre o assunto. Ao contrário dos *Grundrisse*, não se trata do curso do pensamento do Marx, mas um conjunto de citações que orientam a exposição. Além da incursão pelos autores gregos e por Mandeville, Marx explora exhaustivamente a própria história da economia política, mostrando sua determinação histórica, em especial no caso de Smith. Como se disse aqui, a confusão de divisão do trabalho e divisão social do trabalho, o vínculo de divisão social do trabalho com propensão à troca, por exemplo, são a compreensão do momento em que a obra smithiana foi escrita, onde o ateliê ainda não havia desaparecido e a grande indústria estava em seu início. Não podia ser diferente, já que a passagem do ateliê para a grande indústria supõe nível bastante elevado de acumulação e mobilização de capital, ainda inexistente à época de Smith.

Dessa exposição, a manufatura, à diferença do ateliê mecânico ou da fábrica, emerge como o modo específico de desenvolvimento da divisão do trabalho. Três pressupostos devem se desenvolver para que ela mesma possa aparecer como forma da divisão do trabalho: a conglomeração de trabalhadores, que supõe não só aumento da

população em geral e aumento da população urbana, mas aumento da população puramente industrial; concentração dos instrumentos de trabalho⁹³, ou seja, aglomeração também dos instrumentos nas mãos do capitalista, ou seja, aumento tanto do capital variável quanto do capital constante; aumento da matéria-prima, já que menos trabalho imprime sua ação sobre maior quantidade dela, embora a concentração geográfica possa permitir economia de matéria-prima. Nessa altura do argumento, Marx passa a empregar em definitivo a palavra *manufatura* e menos *ateliê mecanizado*. Encerra analisando a “fábula das abelhas”, comparando-a com outros autores, como Smith e Ure, para mostrar que se trata apenas da expressão do domínio da mercadoria como forma geral do produto, o que implica o concurso de muitos trabalhos autônomos para a satisfação de necessidades, “a produção de cada indivíduo se torna unilateral enquanto suas necessidades, multilaterais” (MEGA II/3.1, 272). É sob o domínio da mercadoria, da produção de valor de troca para obter mais-valor de troca, que a divisão do trabalho tem sentido. Marx se baseia em Ure para se contrapor a Smith, quando afirma que “que a divisão do trabalho da qual se trata aqui – e, em verdade, da qual também já se tratava propriamente em A. Smith – não é uma categoria geral, comum à maioria e às mais variadas condições sociais, mas sim um modo de produção histórico bem determinado, correspondente a um

⁹³ Na conclusão da seção, Marx se detém na questão da dinâmica populacional, nos mecanismos pelos quais o capital influencia o crescimento populacional, barateamento dos meios de subsistência com o desenvolvimento das forças produtivas, as condições de vida apartadas de qualquer outra perspectiva levam a casamentos mais precoces e, com isso, ao maior número de nascimentos, além do aumento da população trabalhadora, com a diminuição do tempo de aprendizagem, que permitia o ingresso de crianças, o que diminuía o tempo de manutenção da criança, mais um incentivo à reprodução humana.

determinado estágio de desenvolvimento histórico do capital” (MEGA II/3.1, 273).

No fechamento da seção, como se disse acima, Marx aborda questões de dinâmica populacional e constata que a expansão da força produtiva do trabalho, na forma de sua divisão, ao mesmo tempo em que supõe e impulsiona o aumento da população trabalhadora, permite a sua diminuição relativa. O crescimento exponencial do mais-valor faz com que maior parcela dele seja apropriada pela classe ociosa e, progressivamente, setores inteiros de apropriação duma massa cada vez maior de valores de uso, expressa em valores de troca cada vez menores. Essa apropriação se dá por meio do aumento do rendimento (*revenue*), excetuados os salários, cada vez maiores. Também a ciência ganha impulso nesse momento, retroalimentando o desenvolvimento das forças produtivas e, com isso, o modo de ser do capital. Numa nota, preparatória para a maquinaria que abordaria a seguir, Marx afirma o vínculo entre ciência e trabalho, sua aplicação ao trabalho na indústria⁹⁴.

Para finalizar a seção sobre divisão do trabalho, Marx refaz o percurso da mercadoria, e cabe apontar esses parágrafos, porque, sob um ponto de vista avançado da exposição, é mais fácil compreender o itinerário que parte da mercadoria e alcança o capital em busca de valorização, do que resulta o seu domínio não só sobre o modo de produção, sobre a força produtiva do trabalho, mas também sobre a

⁹⁴ E insiste, ainda, no capítulo sobre “capital e trabalho”.

forma de ser de toda a sociedade. Ocorre que, se a mercadoria é o enigma revelado do capital, se é possível explicá-lo a partir da mercadoria, por outro lado, a própria compreensão da mercadoria só se torna objeto maduro da ciência quando ela se torna efetivamente produto do capital, quando se torna “a forma *geral* do produto”. Marx diz:

“Assim, por um lado, se a mercadoria aparece como pressuposto da formação do capital, por outro lado, igualmente, a *mercadoria* como forma *geral* do produto aparece essencialmente como produto e resultado do capital. Em outros modos de produção, produtos assumem em parte a forma da mercadoria. O capital, ao contrário, produz necessariamente mercadoria, seu produto como mercadoria, ou então ele nada produz. Por isso, somente com o desenvolvimento da produção capitalista, isto é, do capital, realizam-se as leis gerais desenvolvidas sobre a mercadoria, por exemplo, de que o valor da mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário nela contido.” (MEGA II/3.1, 286)

Os elementos da mercadoria, assim, só são desvelados no modo de produção capitalista. Afinal, as categorias econômicas, as formas de ser são historicamente determinadas e sua gênese é possível apenas da formação mais complexa, avançada, para a mais simples. O dinheiro, por exemplo, só se transforma em capital sob o pressuposto de a capacidade de trabalho ter-se tornado ela própria mercadoria. E somente sobre a base da produção capitalista, a mercadoria se torna forma elementar da riqueza, somente quando a produção tem como base o valor de troca e não mais no valor de uso, quando os indivíduos produzem mercadorias e não mais meros valores de uso, mas sim, dinheiro em potência.

Marx elabora aqui mais alguns elementos do desenvolvimento de *O Capital* sobre o fetichismo. Com efeito, na divisão social do trabalho, no capitalismo, os produtos assumem a forma social de mercadorias, ou seja, “a relação social na qual os produtores de mercadoria entram como tais é tão somente a representação de seu produto como *mercadoria* e *dinheiro* e os atos, movimentos nos quais ele assume alternadamente essas diferentes determinações são compra e venda”, ou ainda, “a relação social na qual os produtores de mercadoria entram como tais é tão somente a representação de seu produto como *mercadoria* e *dinheiro* e os atos, movimentos nos quais ele assume alternadamente essas diferentes determinações são compra e venda.” (MEGA II/3.1, 288). A verdadeira conexão dos diversos produtos não se deve à sua utilidade para os demais, embora a suponha, mas sim em sua representação como mercadoria e na condição de possuidores de mercadorias se defrontam os produtores.

A tematização sobre manufatura e divisão do trabalho é sintetizada e sistematizada no *Capital*, onde se lê a maioria das citações selecionadas aqui. No *Capital*, além da tipificação da manufatura, Marx fornece sua gênese histórica com precisão e situa em seu desenvolvimento a própria determinação específica da divisão do trabalho como seu mecanismo essencial. Por outro lado, porém, toma do *Manuscrito de 1861-1863* as questões gerais, que envolvem a subsunção do trabalho ao capital. É lícito dizer que, ao longo da redação do manuscrito, o conteúdo começa a ganhar forma, embora ainda esteja longe da síntese de 1867. E isso parece ser consequência

do confronto com Smith e a nascente economia política, fruto da própria manufatura, que fornece a Marx o tema de sua própria reflexão a respeito.

Se a discussão sobre divisão do trabalho sofre uma redução, a seção sobre maquinaria, na primeira edição de *O capital*, sofre uma grande expansão, não só material, como formal. A seção se inicia com a mesma citação de John Stuart Mill, no *Principles*, sobre ser “questionável se as invenções mecânicas feitas até agora aliviaram o árduo trabalho diário do ser humano”, tendo Marx ironizado-a nas duas ocasiões⁹⁵. A afirmação é sintomática da preocupação que, ocasionalmente, emerge na economia política com o valor de uso quando se trata da ciência e da maquinaria, enquanto seu objetivo não é encurtar o tempo de trabalho da humanidade, aliviá-la de algum modo, mas reduzir o tempo de trabalho necessário, aumentar, com isso, o mais-valor relativo. Além disso, a introdução de maquinaria nova permite ao capitalista fabricar mercadorias com valor mais baixo e vendê-las com o preço médio, gerado pelos métodos antigos, ou seja, ganhar com a diferença entre o trabalho potencializado e o trabalho médio. Pouco lhe importa o benefício para o capital geral da sociedade.

O ateliê mecânico tem por princípio mais importante o fato de que muitos trabalhadores fazem o *mesmo*, assim como na cooperação, mas, na maquinaria, os trabalhadores são divididos em grupos e, entre

⁹⁵ No *Manuscrito*, Marx diz que Mill deveria questionar se elas aliviaram o trabalho de qualquer ser humano que trabalha arduamente (p. 292). No *Capital*, ele diz: “Mill deveria ter dito: ‘de algum ser humano alimentado pelo trabalho alheio’, pois a maquinaria indiscutivelmente aumentou bastante o número de ociosos ricos.” (MEGA II/5, 301).

esses grupos, distribuem-se operações singulares que seus trabalhadores realizam por igual. A divisão do trabalho, portanto, é plenamente desenvolvida aqui, embora a qualidade dessa divisão seja inferior no ateliê mecânico em relação à manufatura, já que a destreza exigida para cada operação diminui sobremaneira. Por isso, a massa de salários pode ser reduzida ao mínimo médio, ou seja, os custos de produção com a capacidade de trabalho se reduzem aos custos de capacidade de trabalho simples.

Se a cooperação e a divisão do trabalho representam a modificação do modo de ser da força produtiva do trabalho, constituindo-se em potências do trabalho social, o emprego da maquinaria “não torna efetivas apenas as forças produtivas do trabalho social, à diferença do trabalho dos indivíduos reunidos. Ela transforma forças naturais simples em potências do trabalho social” (MEGA II/3.1, 294). Parte dessas forças naturais, porém, são elas mesmas produto do trabalho, ou seja, ao contrário da cooperação e da divisão social do trabalho, a maquinaria é “força produtiva produzida”, implica, por isso, aumento no tempo de trabalho, integra o capital despendido com a produção. Assim, supõe uma acumulação considerável para ser empregada, já que aumenta ela mesma a grandeza do valor da mercadoria a ser produzida. Marx indica, portanto, duas circunstâncias no emprego de mercadorias de alto valor na produção de outras, ou seja, quando os métodos novos são factíveis economicamente. A primeira é que a maquinaria promova um aumento considerável da massa de

mercadorias produzidas, dividindo-se o seu alto valor em partes alíquotas reduzidas, sem elevar demasiadamente o valor da mercadoria produzida. Em segundo lugar, o valor de uso da maquinaria é consumido inteiramente todos os dias, enquanto seu valor de troca é expresso apenas em porção muito pequena no preço do produto. Assim, ao contrário dos instrumentos de trabalho tradicionais, a maquinaria influencia de modo muito desproporcional o processo de trabalho e o processo de valorização, enquanto aumenta a produção sobremaneira, seu valor de troca é adicionado apenas em pequenas porções no valor do produto. A utilização na produção é significativa, enquanto sua depreciação é insignificante.

Com isso, o emprego de maquinaria implica um dispêndio desproporcional em meios de produção em relação à capacidade de trabalho, ou seja, o trabalho objetivado, passado, que é empregado no processo de produção é muito maior do que o trabalho vivo, trabalho vivo é substituído por trabalho passado. Porém, no processo de valorização, o valor adicionado pela maquinaria em cada mercadoria é muito pequeno, o que faz com que seu valor de troca diminua.

Marx examina então algumas questões sobre a jornada de trabalho e a maquinaria⁹⁶. Em primeiro lugar, mostra como, com a introdução de maquinaria nova numa única fábrica faz com que o tempo de trabalho necessário se torne maior para todos os demais trabalhadores do setor. O capitalista tem, com isso, um estímulo para promover pequenas

⁹⁶ MEGA II/3.1, p. 296 e ss.

melhorias na produção, já que o tempo de sobretrabalho aumenta desse modo. Em segundo lugar, demonstrando a veracidade da frase de Mill, Marx afirma que a introdução da maquinaria não representou em absoluto redução da jornada total, do tempo de trabalho absoluto. Isso se deveu à facilidade maior de operação das máquinas, o que permitiu que mulheres e crianças fossem integradas ao processo produtivo. Além disso, a maquinaria se deprecia em determinado tempo, enquanto o capital nela investido deve ser amortizado em outro tanto, sendo vantajoso que a amortização seja mais curta do que a depreciação de modo que o capitalista se encontre em condições de realizar novos investimentos antes mesmo da deterioração completa da máquina. Também, com a melhoria da qualidade das máquinas, é possível reduzir a porosidade da produção, tornando o trabalho mais intenso em relação ao tempo, a chamada *condensação do tempo de trabalho*. Também, com o aumento da oferta de matérias-primas produzidas pela indústria mecanizada, outros ramos podem trabalhar ininterruptamente. Marx cita vários *factory reports* e discursos no Parlamento britânico, que reaparecem em *O Capital*, para atestar cada um desses pontos, mostrando, dentre outras coisas, como a *Ten Hour Bill* não diminuiu os ganhos dos capitalistas ingleses.

A tematização marxiana ainda se encontra longe das questões abordada em *O Capital*, sob certos aspectos, não descreve a estrutura da máquina e os detalhes da produção mecanizada. Aponta, porém, uma série de aspectos, fundamentando-os com notícias e relatórios.

Assim, aponta a substituição da cooperação simples pela maquinaria, citando operações como ceifar e semear. Menciona também a utilização da maquinaria para prevenir greves e reivindicações de aumento salarial. Do mesmo modo, com a maquinaria, vários sindicatos passaram a reivindicar participação da produtividade aumentada com a maquinaria.

Esses são os aspectos mais importantes da tematização, nos cinco primeiros cadernos do *Manuscrito de 1861-1863*. Em março de 1862, Marx abandona a redação do quinto caderno e passa imediatamente à redação das *Teorias do Mais-Valor*, que compreendem os cadernos VI a XV e parte do XVIII. Em janeiro de 1863, porém, retoma a redação do caderno V, continuando a temática da maquinaria, que se prolongaria pelos cadernos XIX e XX. Em carta a Engels de vinte e quatro de janeiro de 1863⁹⁷, Marx se diz em grande dúvida sobre a seção da maquinaria em seu livro: “Nunca fui capaz de entender como as máquinas de fiar automáticas (*selfactors*) mudaram a fiação, ou antes, já que a energia a vapor já estava em uso então, como o fiandeiro, apesar da energia a vapor, tinha de intervir com sua força motriz?” (CW 41, 444). No dia vinte e oito de janeiro, em outra carta, ele diz:

“Em minha última carta, perguntei-te sobre a máquina de fiar automática. A questão, como vês, é a seguinte: De que modo, *antes* de sua invenção, de que modo o assim chamado fiandeiro intervinha? Posso explicar a máquina de fiar automática, mas não o estado de coisas que a precedeu. Estou inserindo certas coisas na seção sobre maquinaria. Há questões curiosas que não consegui lidar originalmente. Para elucidá-las, reli todos

⁹⁷ A mesma carta em que se lamenta por sua conduta diante da morte de Mary Burns e ameaça se declarar insolvente aos credores, salvo para o *senhorio*, que lhe penhorara parte da mobília, além de informar que as filhas se tornarão governantas.

os meus cadernos (excertos) sobre tecnologia e também estou freqüentando um curso prático (puramente experimental) para trabalhadores, ministrado por Prof. Willis (...). Podes saber ou não, pois a coisa é quase sem importância em si, que existe considerável controvérsia sobre aquilo que distingue uma *máquina* duma *ferramenta*. Seguindo seu modo simplista, os especialistas ingleses em mecânica chamam de *ferramenta uma máquina* e de *máquina uma ferramenta complexa*.” (CW 41, 448)

Marx explica em seguida como o relógio e o moinho são os mecanismos preparatórios para a indústria mecânica, ao lado de pólvora, bússola e imprensa, pressupostos do progresso burguês.

“Questões curiosas” como essas levam Marx a retomar a escrita sobre maquinaria, preenchendo as folhas restantes do caderno V e os cadernos XIX e XX. Durante a redação das *Teorias do Mais-Valor*, o tema não deixou de ocupar o interesse de Marx, aparecendo algumas vezes ao longo do manuscrito. Na retomada do tema, a questão ganha contorno mais rico e melhores determinações. No exposto acima, Marx ainda não havia logrado estabelecer a especificidade da maquinaria, nem seu real significado no capitalismo.

Na retomada que faz do tema, Marx alcança determinações mais precisas, próximas daquilo que se apresenta em *O Capital*. De fato, o desenvolvimento até aqui ainda não tinha apontado a especificidade da maquinaria. No caderno XIX, por exemplo, Marx parte dos instrumentos, que promovem grandes inovações na produção como a diferenciação (distinção de formas), especialização (instrumento num único âmbito de atuação) e simplificação (instrumento permite realizar tarefas simples) trazidas pela máquina como resultados dos mais importantes da divisão

dos instrumentos segundo seu emprego. Marx efetua no *Manuscrito* uma descrição histórica de como a máquina se desenvolve até a revolução industrial, até sua incorporação no modo de produção capitalista, que supõe e, ao mesmo tempo impulsiona. Passa então a mostrar a especificidade da máquina, nascida da reunião dos instrumentos, movidos que são, a partir de então, por mecanismos.

No livro XX, Marx aborda a relação entre maquinaria e mais-valor. Mostra como a introdução da maquinaria aumenta sua taxa, mas diminui-lhe a massa. Com isso, porém, com o mesmo valor, pode o capitalista comprar mais capacidade de trabalho. Ao final, como Marx demonstra em várias passagens do *Manuscrito*, a maquinaria acaba por influenciar também o mais-valor absoluto, diminuindo a porosidade do trabalho, tornando-o mais intenso. Também, com a simplificação do trabalho, crianças e mulheres são contratadas e, finalmente, os turnos podem ser implantados, sem novo dispêndio de capital. Além disso, o salário diminui, já que um trabalho complexo se torna simples e os meios de subsistência do trabalhador também diminuem. Relativamente, até os preços da agricultura caem, ainda que em menor grau, como se verá.

3 – A redação como pesquisa: para além do capital em geral

Considerando a seção da maquinaria inteira no *Manuscrito de 1861-1863*, dá-se o fecho dum ciclo em que Marx tem diante de si, tem para si, a primeira parte do que pensava ser o livro sobre o capital: o

capital em geral, o processo de produção do capital em sua inteireza⁹⁸. Considerando a redação de 1867, são cinco dos seis capítulos do livro primeiro. Não é satisfatória a exposição, nem completa, mas a questão mais importante da economia política estava resolvida, a pesquisa sobre a origem do mais-valor. Como ele mesmo diz, Marx abrangeu o conteúdo dos diversos “*Principles of Political Economy*” tal como os compreendiam os ingleses. É o que afirma em carta a Kugelmann de vinte e oito de dezembro de 1862, onde também se lê: “a segunda parte já está terminada, quer dizer, exceto o passá-la a limpo e lhe dar o último toque para a impressão. (...) É a continuação do fascículo I, mas a obra aparecerá em separado, com o título *O Capital* e *Para a Crítica da Economia Política* aparecerá apenas como subtítulo” (*Cartas sobre El Capital*, 102).

Ainda a seguir o plano formulado em 1858, Marx redige, entre março e dezembro de 1862, as *Teorias do Mais-Valor*. Para Engels, diz que continua a trabalhar “no livro”, embora a maioria das questões que discutem diga respeito a lucro e renda da terra, sem abandonar também a questão da maquinaria. Isso permite concluir que não houve ruptura entre uma fase e outra da redação, Marx desenvolvia o mesmo método de exposição de *Para a Crítica da Economia Política*, a cada seção, realizaria a crítica dos principais autores a respeito do tema e, com isso, acreditava que estaria pronto o livro com o título que acabaria por adotar em definitivo, restando pequenos retoques. Ocorre que, aqui, a

⁹⁸ Segundo o plano exposto a Engels na citada carta de dois de abril de 1858, explicitado em detalhes na carta a Weydemeyer de primeiro de fevereiro de 1859.

crítica envolve toda a teoria e, como ocorreu com todo o *Manuscrito*, além de confronto crítico, foi afirmação da própria teoria marxiana e, principalmente, investigação sobre questões decorrentes da própria teoria do mais-valor. Assim, além de “demolir” as teorias do mais-valor, Marx instaura de modo mais completo a sua própria, ao se questionar sobre novos aspectos da teoria.

Se Marx impõe o próprio percurso analítico agora, o desenvolvimento da reflexão lhe impõe novo conjunto de questões, o que o levará a elaborar plano mais detalhado, com algumas modificações em relação àqueles apresentados anteriormente nesta tese. Sua obra ganha contornos mais nítidos em 1863. O confronto com a economia política imprimiu novo impulso na produção marxiana, do que resultará a redação tanto do livro I, quanto dos esboços dos livros II e III, na forma que aparecem até 1867, ou seja, o material que serviu de base para a redação de Engels.

Nesta tese, não será possível recompor o caminho da própria crítica da economia política em seu segundo momento, isto é, o confronto da reflexão marxiana com a economia política propriamente. Prossegue-se então com o exame de algumas questões fundamentais do *Manuscrito de 1861-1863* que levaram Marx, num dado momento, a delimitar o caminho lógico de sua teoria, mais próximo daquilo que efetivamente Marx se propôs a realizar a partir de então, cujo resultado é a redação de muitos dos manuscritos que serão posteriormente utilizados por Engels no estabelecimento dos livros segundo e terceiro.

Cabe dizer apenas que as *Teorias do Mais-Valor* constituem exemplo de que o método marxiano de pesquisa era efetivamente a própria redação. A inquietação de seu pensamento foi a mais intensa e fecunda em toda a sua trajetória intelectual, tal qual a aventura da consciência na *Fenomenologia* de Hegel, a conclusão dum ciclo é sua negação e suprassunção em novo nível analítico. Na crítica da economia política contida nessa parte do *Manuscrito*, revela-se antes método de pesquisa, ponto de chegada, mas, principalmente, ponto de partida para os novos níveis de abstração que a reflexão marxiana exigia, uma vez completa, provisoriamente, a seção do *capital em geral*. Como o próprio texto o demonstra, surgirá a necessidade de resposta a questões não abrangidas pelo “capital em geral”.

Assim como os *Grundrisse* se iniciam com a crítica a Darimon, bastante completa e a originalidade e novidade das questões turvaram a exposição em benefício da reflexão, agora, novamente, o elemento que introduz as interrogações e o subverte é a teoria ricardiana. Várias páginas de cálculos chegam efetivamente a lugar nenhum em alguns momentos. O texto sobre Steuart, Quesnay, Turgot e Smith, ao contrário, parece efetivamente destinado à publicação, ao menos em sua inteireza lógica. Mesmo a passagem mais obscura da seção sobre Smith, é ela mesma um diálogo mediado por Ricardo, num conjunto de cálculos que reaparecerá resolvido no livro segundo em poucas páginas.

Como se disse anteriormente, uma vez estabelecida a sua própria formulação do mais-valor, Marx exercita a crítica da economia política em nível muito diverso daquele de 1844, por exemplo, até a redação dos *Grundrisse*. A obra de Ricardo, porém, encerrava uma série de temas que não foi abordada até então por Marx, ou apenas de modo indicativo. A contribuição do *Manuscrito de 1861-1863* a respeito da transformação do mais-valor em lucro, da renda da terra, além do desenvolvimento do capital em geral, implicam novo passo na construção não só das categorias fundamentais da obra, mas também passam a exigir novo encadeamento lógico.

A primeira questão de interesse é a renda. O problema surge a partir da obra de Ricardo e se torna crucial quando Marx analisa a obra de Rodbertus. A importância da questão decorre do fato de que a renda, assim como o lucro extraordinário decorrente da introdução de inovação, não é obtida, segundo Marx, em razão das diferenças de fertilidade, mas do “encarecimento relativo (elevação do preço do produto da terra fértil acima de seu valor)” e, sobretudo, da “venda do produto mais barato pelo custo do mais caro”, o que é praticado na esfera da concorrência, não provém da terra, mas da produção capitalista (MEGA II/3.3, 677). Marx concorda com Ricardo que o desenvolvimento mais acelerado da indústria em relação à agricultura tornou-a relativamente mais improdutivo e, com isso, seus produtos mais caros. Isso não significa, porém, que o lucro tenha caído porque a capacidade de trabalho se tornou relativamente mais cara. O *salário*

médio, para Marx, é composto pelo valor absoluto das mercadorias que o integram e não pelo valor relativo⁹⁹. O que ocorre é que a taxa de lucro não sobe na mesma proporção da produtividade da indústria justamente porque a agricultura se tornou relativamente menos produtiva.

Isso posto, Marx passa a examinar a questão: um ramo industrial que não possui um dos elementos do capital constante – maquinaria e matéria-prima – ou do capital variável – salário – obtém aumento da taxa de lucro, para então entrar na questão fundamental. Primeiramente, examina a questão do *preço médio* diante do valor. Se as mercadorias fossem vendidas a seus valores, diz Marx, ou, “se os *preços médios* das mercadorias fossem iguais aos seus valores, então as taxas de lucro nas diversas esferas seriam totalmente diferentes” (MEGA II/3.3, 684). Porém, a concorrência faz com que os capitais individuais atuem como fração do capital da sociedade, de modo que participem do mais-valor total, do lucro total, na proporção em que participa desse capital total:

“Portanto, é falso que a concorrência dos capitais produza com isso uma taxa de lucro geral, que iguale os preços das mercadorias a seus valores. Ao contrário, ela produz transformação dos valores da mercadoria em preços médios, nos quais uma parte do mais-valor duma mercadoria é transferida a outra etc. O *valor duma mercadoria* é = à quantidade de trabalho nela *contido*, pago + não pago. O *preço médio* duma mercadoria é = à quantidade de trabalho pago nela *contido* (objetivado ou vivo) + uma quota média de trabalho não pago, que não depende da circunstância de

⁹⁹ Com o aumento da produtividade, os preços agrícolas se tornaram apenas relativamente mais caros face aos industriais, ou seja, não houve aumento absoluto do salário médio e, por conseguinte, do lucro.

estar contida nela ou não, ou de estar contida mais ou menos quantidade dela no valor da mercadoria.” (MEGA II/3.4, 686).

Esse desenvolvimento ganha aqui novo contorno, ainda inexistente totalmente nos *Grundrisse*¹⁰⁰, onde a distinção correta entre lucro e mais-valor se encontra presente, mas, ali, Marx não estabelece as mediações que aponta aqui, a questão da transformação, analisando diretamente o lucro, em especial sua relação com maquinaria e a tendência de queda de sua taxa. Cabe notar, ainda, que a questão surge, no *Manuscrito de 1861-1863*, a propósito de outro problema fundamental, a renda da terra.

Marx diz que “é possível” – já que vai investigar depois o assunto – que a renda surja justamente de circunstâncias que permitem a determinados setores obter preços acima dos preços médios, em verdade, preços iguais ao valor da mercadoria, isto é, acima do preço médio. Com isso, essa esfera produtiva obteria como propriedade sua a mais-valia por ela mesma produzida. Cabe explicar, portanto, como na agricultura o excedente de mais-valor sobre lucro médio é capturado, excedente de trabalho não pago, que eleva o preço da mercadoria acima do preço médio, que representaria o excedente sobre o *preço dos custos de produção*, escrito desse modo por Marx aqui¹⁰¹.

A explicação que Marx fornece em seguida é que, embora o proprietário da terra seja supérfluo no modo de produção capitalista, é necessário para impedir que a terra se torne propriedade comum, que a

¹⁰⁰ MEW 42, p. 637 e ss.

¹⁰¹ MEGA II/3.3, 695.

terra “confronte a classe trabalhadora como condição de produção que *não lhe pertence*” (MEGA II/3.3, 701). Assim, embora o proprietário pareça se opor ao capitalista e a renda devesse ser confiscada pelo Estado, ou seja, pela burguesia, trata-se de propriedade necessária e, Marx ironiza, o confisco de uma forma de propriedade não constitui bom exemplo. Páginas adiante¹⁰², Marx reitera que os produtos agrícolas se vendem pelo valor, não por seguirem a lei do valor, mas por se venderem acima dos preços médios. Essa renda se explica apenas pela propriedade da terra e, com isso, Marx constata ter ido além de Ricardo, que apenas explica a renda diferencial, questão que não se abordará aqui.

Ao longo da redação das *Teorias do Mais-Valor*, o confronto com os autores suscita novas perspectivas para sua própria obra. Dos momentos mais importantes desse percurso é o estudo sobre as teorias do lucro e da acumulação. Como resultado imediato da redação dessa seção, redige Marx, nos cadernos XV e XVI, dois textos diversos, destinados a continuar a obra principal. O primeiro deles é um capítulo sobre “capital mercantil”, em que estabelece alguns dos temas a ser desenvolvidos a respeito de capital mercantil, capital comercial, abordando-se a transferência de mais-valor do capital produtivo para esses setores. O segundo texto é *Capital e Lucro*¹⁰³, em que Marx volta a tratar da questão sobre mais-valor e lucro.

¹⁰² MEGA II/3.3, 749.

¹⁰³ Segundo o editor alemão, o texto foi redigido como capítulo três, conforme o plano formulado descrito na página 170, *supra*. Cf. MEGA II/3.5 – *Apparat*, p. 73.

No início da redação, Marx faz algumas considerações que já estavam presentes nos *Grundrisse*, distinções conceituais. A questão sobre a qual se detém são os custos de produção. Em primeiro lugar, constata que a relação entre lucro e mais valor é a mesma que entre o capital constante e o capital total. Com efeito, $\frac{M}{V+C} : \frac{M}{V} = 1 + \frac{V}{C}$, em que M é o mais-valor, V, o capital variável e C o capital constante, $\frac{M}{V+C}$, a taxa de lucro e $\frac{M}{V}$ a taxa de mais valor¹⁰⁴. O que determina a divergência da taxa de lucro, portanto, em relação ao mais-valor, é o capital constante, que assume um papel decisivo na tematização marxiana aqui. Com efeito, o capital possui um impulso para diminuir o valor desse componente, aumentando assim a taxa de lucro, dado o mais-valor.

A questão da transformação não a examina Marx neste capítulo, anunciando-a para o capítulo sobre a concorrência, passando ao exame da “lei geral de queda da taxa de lucro no progresso da produção capitalista”, que Marx considera a lei mais importante da economia política, que a taxa de lucro possua uma tendência a cair. Ele explica que a taxa geral de lucro pode cair apenas se a magnitude do mais-valor cai ou se a proporção do capital variável em relação ao constante cai, o que significa aumento proporcional do capital constante. E essa também é tendência do desenvolvimento capitalista, aumentar a participação do capital constante no capital total. Assim, o desenvolvimento das forças produtivas tem efeito contraditório no sistema, já que aumenta a exploração sobre o trabalho, aumentando, por conseguinte, o

¹⁰⁴ MEGA II/3.5, 1608.

mais-valor. Por outro lado, o aumento relativo do capital constante e a diminuição do capital variável fazem com que, em relação ao capital total, se obtenha taxa de lucro menor. Isso não implica, segundo Marx, que o número de trabalhadores diminua, já que podem ser utilizados em outro setor. No caso de invento que substitui o trabalho manual, que cria uma indústria, essa indústria absorve o trabalhador manual. Marx indica ainda, naturalmente, que o aumento do capital total leva à diminuição da taxa, permanecendo constante a taxa de mais-valor, ou seja, aumentando-se o denominador de $\frac{M}{V+C}$.

A exposição segue por esse caminho e é lícito dizer que ainda carece de melhor abordagem, o que ocorrerá nos próximos anos. Aqui se indicou apenas, nos dois exemplos, tanto a análise de Rodbertus, quanto esse capítulo sobre capital e lucro, como Marx paulatinamente estabeleceu elementos fundamentais para os livros que escreveria imediatamente depois da conclusão do *Manuscrito*.

2.4 – Plano de redação e lógica categorial: o fetichismo, ponto de partida e ponto de chegada

Um dos aspectos mais destacados quando se fala do *Manuscrito 1861-1863* é o plano que encerra, já em suas páginas finais, como prova de sua importância no pensamento marxiano. Esse destaque se deveu a Kautsky, dos poucos a ler o manuscrito inteiro durante mais de cem anos, que editou o texto, selecionando apenas o material correspondente ao que pensava ser o livro quarto de *O Capital*, o que mostra o objetivo das edições da obra marxiana do período, ainda sob a

perspectiva estabelecida por Engels. Kautsky defendia que Marx estabeleceu ali o plano definitivo de *O Capital*, já redigida parte significativa do livro quarto, portanto. Rosdolsky (2001: 31), que não teve acesso ao manuscrito inteiro, demonstra o completo equívoco dessa análise. Para ele, não há grandes novidades no plano de 1863 face ao plano de 1859 e seria mero desenvolvimento dos planos anteriores, sem ruptura significativa.

Não se pode discordar dessa percepção, mas há que se lhe opor certo reparo. Em primeiro lugar, cabe demonstrar que o itinerário temático do *Manuscrito de 1861-1863* encerra outro plano, efetivamente decisivo, o encadeamento, ainda que provisório e desprovido de rigor, dum conjunto de categorias que permitirá a Marx redigir, até 1867, a primeira versão integral do livro primeiro, além de esboços realmente consistentes dos demais. Na exposição que efetua, Rosdolsky supõe que os planos de Marx eram seguidos na redação de modo bastante fiel. Ao contrário do que diz, Marx não elaborou dois planos, mas incontáveis, vários deles mencionados aqui. Além disso, os planos são sempre formulados por ele de modo *ex post*, são um resultado do material produzido, geralmente lançado no meio da redação; ao contrário, a exposição emerge, natural e diretamente, como conseqüência da pesquisa. Assim ocorreu nos *Grundrisse*, também ocorre aqui. Quando, em 1865 ou 1866, Marx redige o plano que Rosdolsky reputa, com justiça, de definitivo, já redigiu o manuscrito principal do livro segundo, um manuscrito significativo do livro terceiro,

além de todos os esboços do livro primeiro, restando apenas o manuscrito redacional, que destruiu. Em nenhum manuscrito, Marx estabelece *a priori* um sumário de redação e o conduz até a conclusão, qualquer que seja o manuscrito que se examine¹⁰⁵. Quando o faz¹⁰⁶, o plano sofre permanentes modificações até ser bastante descaracterizado. Um plano inovador é a consolidação da pesquisa passada, a proposta da exposição do complexo pensado, portanto, o resultado de conclusões inovadoras.

Em segundo lugar, algumas questões de sua análise do plano de 1863 merecem consideração. O plano está lançado ao final do caderno XVIII, ao final das próprias *Teorias do Mais-Valor*, entre as anotações sobre Jones. Invertendo a ordem, Marx descreve o que chama de “terceira seção”, *Capital e Lucro*:

“1) Transformação do mais-valor em lucro. A taxa de lucro em distinção da taxa de mais-valor. Transformação dos valores em preços de produção. 3) Teorias de A. Smith e Ricardo sobre lucro e preços de produção. 4) *Renda da terra*. (Ilustrações das diferenças entre valor e preços de produção.) 5) História da assim chamada lei ricardiana dos rendimentos. 6) Lei da queda da taxa de lucro. A. Smith, Ricardo, Carey. 7) Teorias do lucro. Questão se Sismondi e Malthus devem ser incluídos nas *Teorias do Mais-Valor*. 8) Divisão do lucro em lucro industrial e juro. O capital mercantil. O capital dinheiro. 9) Renda e suas fontes. Também inserir aqui a questão sobre a relação entre processos de produção e distribuição. 10) Movimentos de refluxo do dinheiro no processo completo da produção capitalista. 11) A economia vulgar. 12) *Conclusão*. “*Capital e Trabalho assalariado*”. (MEGA, II/3.5, 1861)

¹⁰⁵ Em alguns manuscritos, redige um índice na página inicial, depois de completa a redação.

¹⁰⁶ Como no caso apresentado na página 170, *supra*.

Logo em seguida, dois curtos parágrafos depois, Marx elenca os itens da seção primeira, processo de produção do capital:

“1) Introdução. Mercadoria. Dinheiro. 2) Transformação do dinheiro em capita. 3) *O mais-valor absoluto* a) Processo de trabalho e processo de valorização. b) Capital constante e capital variável. c) O mais-valor relativo. d) Luta pela jornada de trabalho normal. e) *Jornadas de trabalho simultâneas*. (Número de trabalhadores empregados simultaneamente.) Montante de mais-valor e taxa de mais-valor. (Grandeza ou quantidade?) 4) *O mais-valor relativo*. a) Cooperação simples. b) Divisão do trabalho. c) Maquinaria etc. 5) Combinação de mais-valor absoluto e relativo. Relações (proporção) entre trabalho assalariado e mais-valor. Subsunção formal e real do trabalho sob o capital. Produtividade do capital. Trabalho produtivo e improdutivo. 6) Reconversão do mais-valor em capital. A acumulação primitiva. Teoria colonial de Wakefield. 7) *Resultado do processo de produção*. Pode ser apresentado ou em sub-6) ou em sub-7) A mudança na aparência da lei de apropriação. 8) Teorias do mais-valor. 9) Teorias sobre trabalho produtivo ou improdutivo.” (*Ibidem.*)

No caso da terceira seção, embora a enumeração seja bastante indicativa, chama a atenção a inclusão do item “capital e trabalho assalariado” ao final, como parte da conclusão, elemento diverso do plano de 1861. Ali está também a “renda da terra”, o que indica que Marx parece abandonar aqui o propósito de escrever livros em separado. Rosdolsky entende de modo diferente, pois a renda da terra parece entrar apenas em ligação com o tema de valor e preço de produção, enquanto o plano da primeira seção nada diz sobre “o salário e suas formas”, como ocorrerá no plano definitivo, além de nada ser dito sobre crédito e capital por ações, o que o leva a concluir que o plano dos seis livros ainda estava mantido¹⁰⁷.

¹⁰⁷ Cita também várias menções de Marx, nas *Teorias do Mais-Valor*, aos tais livros, o que nada demonstra, já que os planos se encontram no final do livro.

Se o plano em seis livros valia então, não se pode saber, pois motivos em sentido contrário também podem ser elencados. Em primeiro lugar, a questão da renda e suas fontes. Como já se disse, diante de todo o encadeamento que vai da mercadoria ao capital e do capital aos capitais em particular, nada escapa a esse modo de ser, sendo descabida a tematização em separado de terra e trabalho, sobretudo quando se consideram as formas de renda. Em segundo lugar, a ausência de crédito e ações no plano não indica que fossem tratados em nenhum outro livro. Estavam, no plano original, no próprio livro do capital. De todo modo, o plano é insuficiente, porque não podia ir além do que dispunha Marx, mas é revelador que as duas seções sejam agora tão elaboradas, incompatíveis com o livro sobre o capital previamente planejado.

Quanto ao plano da primeira seção, diferentemente do outro, mostra-se mais consistente, naturalmente, pois a matéria estava muito mais bem desenvolvida. Marx ainda planejava uma introdução, não devendo se tratar daquela abandonada em 1857, conforme escreveu em *Para a Crítica da Economia Política*. Fundamental no plano é o descarte da categoria “capital em geral”, contraposta aos múltiplos capitais e à concorrência, separados que são nas duas seções planejadas. Subsunção e trabalho produtivo são mencionados exatamente no mesmo lugar em que aparecem no livro I, na exposição sobre mais-valor absoluto e relativo combinados. Por outro lado, a ausência de qualquer seção sobre salário mostra novamente como a

tematização ainda não se tinha desenvolvido, tendo as considerações sobre salário e suas formas aparecido, tanto nos *Grundrisse* como no *Manuscrito de 1861-1863*, no próprio desenvolvimento sobre mais-valor.

O que deve chamar mais a atenção é o que Marx não diz, o plano sobre a segunda seção, a circulação, bastante inconsistente no plano de 1861. Em verdade, circulação do capital e reprodução aparecem agora, no exame da economia política, em toda a sua complexidade, razão pela qual somente depois, Marx vem a elaborar o livro segundo. Além disso, também não há qualquer referência ou desenvolvimento sobre a acumulação, tal qual aparece no livro primeiro. Dussel (1988: 197), W. Müller (1983: 185), e K. Stude (1983: 210) se esforçam por detectar elementos, no *Manuscrito de 1861-1863*, da tematização marxiana da acumulação, muitas vezes confundindo-os com a reprodução. Tal qual aparece no livro primeiro, ou ao menos, como preocupação autônoma, a acumulação não se encontra no *Manuscrito 1861-1863*. Porém, ao se observar o plano acima, nota-se a inclusão do item “reconversão do mais-valor em capital”, onde se situará a acumulação. Novamente, o tema era ainda novo, em toda sua complexidade, tendo se tornado claro exatamente do confronto entre Malthus e Sismondi, que aqui Marx hesita em incluir na sua obra. No caso de Sismondi, porque ainda não havia tratado de crédito e concorrência, o que atesta que, durante a redação das *Teorias*, Marx realmente pretendia seguir a forma de exposição de *Para a Crítica da Economia Política*.

Em verdade, diante de toda a exposição do manuscrito, essa enumeração tem algo de tautológico, é verdade, parece um índice, uma organização do conteúdo redigido então, o que dá certa razão a Rosdolsky. Embora à primeira vista Marx pareça ter abandonado o intento dos livros (com o quê não concorda Rosdolsky), por outro lado, o plano realmente não contém grandes novidades e, sobretudo, não permite vislumbrar aspectos cruciais dos livros a ser escritos. O plano, portanto, não é exemplo da novidade do *Manuscrito*, cujo sentido e significado devem ser apreendidos em seu conteúdo, num primeiro momento, nas categorias que se desenvolvem, uma vez consolidada a primeira parte da investigação, para, em seguida, verificar o sentido lógico no conjunto, além daquele expresso pelo plano acima, ou seja, em que estágio o tema poderia ser organizado então. Há que se examinar, portanto, alguns desses aspectos, para compreender a lógica, o plano lógico do qual o plano acima é resultado, expressão, organização. Cabe determinar, pois, como aparece, no *Manuscrito de 1861-1863*, ainda que de modo contingente, a articulação de toda a trama categorial desenvolvida. Isso se detecta em vários momentos, mas um deles merece exame aqui: uma seção que pertence e não pertence às *Teorias do Mais-Valor*, já que se pretende crítica da economia vulgar, mas, ao mesmo tempo, Marx nela desenvolve a questão do fetichismo da mercadoria, não sob a perspectiva da mercadoria, mas partindo do capital.

Na seção dedicada à renda e suas fontes, Marx aborda de modo mais detalhado questão que consumirá poucas páginas do livro terceiro de *O Capital*, qual seja, a alienação (*Veräusserlichung*) do capital, ou sua forma de fetiche, como aparece aqui. A tematização marxiana diz respeito a vários temas ao mesmo tempo, a questão do juro, a questão da renda e sua distribuição, todo o texto desenvolvido em confronto com a economia vulgar e sua crítica superficial da sociedade burguesa.

A aproximação que se faz dessa passagem tem o objetivo de explicitar como, na aparência da sociabilidade do capital, no nível da predominância acabada da produção de mercadorias, Marx pode estabelecer todo o circuito categorial de sua obra, ainda que muitos pontos se encontrem por considerar e desenvolver com rigor. Nessa altura do texto, pode considerar, ainda de modo indicativo, a questão das classes, com a qual pretendia encerrar sua obra econômica, tema também abordado quando de sua tematização sobre o trabalho improdutivo, no *Manuscrito* em análise.

Partindo assim da aparência do modo de produção capitalista, de sua superfície, Marx mostra como aparece invertido para seus agentes, de modo fetichista. Ele diz:

“A forma da renda e a fonte da renda expressam as relações da produção capitalista na forma a mais *fetichista*. É sua forma de existência, como aparece na superfície, separada dos nexos ocultos e da mediação dos elos intermediários. Assim, a *terra* se torna a fonte da *renda da terra*, o *capital*, a fonte do *lucro* e o trabalho, a fonte do *salário*. A forma distorcida em que a inversão real se expressa, encontra-se naturalmente reproduzida nas percepções dos agentes desse modo de produção.” (MEGA II/3.4, 1452).

Os economistas vulgares percebem o modo de produção capitalista do mesmo modo, distorcido, já que traduzem para a linguagem doutrinária, apologética a visão dos capitalistas sobre o próprio sistema, diferentemente da fisiocracia e de Smith e Ricardo, que buscavam compreender a conexão interna dos fenômenos. Assim, por exemplo, o capital portador de juros é o fetiche acabado, fazendo com que a fórmula D-D substitua a fórmula do capital, D-M-D. O dinheiro parece produzir mais dinheiro. Do mesmo modo, a terra parece produzir sua renda, o capital parece obter o lucro a partir da troca, não da produção, mas como se fosse capital mercantil, assim como o salário parece ser produzido pelo trabalhador. De todos esses fetiches, o capital portador de juros parece ser o fetiche completo, transforma em mistério todo o processo que parte da mercadoria e vai da transformação do dinheiro em capital, do mais-valor em lucro até o lucro geral: é apenas o dinheiro que cria dinheiro, o valor em expansão, como se as coisas se relacionassem por si, dinheiro e mercadoria que apagam todos os traços de origem.

Todas as questões que apareciam a propósito da mercadoria como ponto de partida e as condições em que podia ser compreendida são repostas aqui. O ponto de partida, porém, é o capital, não em seu processo de produção, mas já desenvolvido em suas formas derivadas. Tem-se, com isso, uma instância privilegiada para que se vislumbre como Marx compreendia todo o desenvolvimento de sua obra, como as

formas de ser da sociabilidade do capital se articulam em sua lógica interna e como são percebidas.

No processo de produção e circulação, D-M-D', o dinheiro ou mercadoria retornam a seu ponto de partida, o capitalista é o proprietário do valor no início, do valor aumentado ao final. Segundo Marx, cada movimento do dinheiro envolve a reprodução, convertendo-se o dinheiro nas diversas mercadorias envolvidas na produção e novamente em dinheiro. No caso do capital portador de juros, o dinheiro não se transforma, apenas muda de mãos. Aqui, o mais-valor já se mostra bastante obscurecido, sua origem é suprimida, já que o juro supõe como formada a taxa geral de lucro. Apaga-se também todo o processo concreto que faz da mercadoria e do dinheiro capital, já que o prestamista se torna capitalista tão só porque seu dinheiro expressa "propriedade sobre o capital", o dinheiro emprestado aparece como se capital fosse, já que parece criar valor, enquanto esse valor é tão somente a participação do prestamista no mais-valor criado pelo capitalista com a produção, participação estimada a partir da taxa de lucro. O dinheiro do prestamista, portanto, aparece como valor que gera mais-valor para seu proprietário.

Segundo Marx, a taxa de juro acompanha a taxa de lucro, mas se movem de modo bastante diverso. De fato, a taxa de lucro supõe movimentos de capitais entre setores, decisões de investimento real baseadas em diferenças de preços e custos de produção, a concorrência entre capitais, enquanto a taxa de juro decorre apenas de

um mercado homogêneo, baseado numa mercadoria simples, do dinheiro. Marx diz: “Enquanto aquilo que no capital produtivo aparece *apenas no movimento e na concorrência entre as esferas particulares, como capital comum da classe, realmente ocorre aqui, segundo o impulso, na demanda por capital.*” (MEGA II/3.4, 1463). Enquanto a formação da taxa geral de lucro é resultado dum processo complexo, que apaga a própria origem do lucro, o processo de geração do mais-valor nos diversos processos particulares, o dinheiro permite que a taxa de juro seja resultado de demanda e oferta duma mercadoria fixa, que possui o mesmo valor em relação a todas as mercadorias. Assim, o capital se torna efetivamente mercadoria, sendo o juro o seu preço, que flutua como em qualquer outra mercadoria. O capital, por isso, se torna mercadoria fixada na forma dinheiro, algo que não ocorre em seu processo de produção, que envolve várias metamorfoses. D-M-D se torna D-D e, assim como o dinheiro oblitera “a diferença das mercadorias como valores de uso, também oblitera, por isso, a *diferença dos capitais produtivos, que compreende as condições de existência dessas mercadorias, a forma particular dos próprios capitais produtivos*” (MEGA II/3.4, 1464). O dinheiro era a forma transformada da mercadoria e agora aparece como a forma transformada do capital, que, com isso, adquire sua forma fetichista. Para desenvolver o capital, parte-se de M-D-M, sendo D-D’ o seu resultado, enquanto, aqui, D-D’ aparece como sujeito.

A economia vulgar ataca o capital portador de juro porque se trata da forma mais próxima da noção comum de capital, como se o dinheiro produzisse mais dinheiro. Ademais, as contradições, mediações envolvidas no capital industrial são apagadas aqui. Essa noção, segundo Marx, não ultrapassa o próprio horizonte burguês, já que estava presente na crítica da burguesia em ascensão contra os usurários de então, antes que a própria atividade de crédito fosse integrada à sociabilidade do capital.

Depois de considerar alguns aspectos da transformação do capital mercantil em capital comercial, do período em que o capital mercantil controlava, determinava a produção, até o momento em que a manufatura passa a controlar o comércio, Marx passa a tratar da diferença entre juro e lucro, de por que são diferentes, já que se constituem mera participação no mais-valor. A diferença decorre do fato de que, o dinheiro aparece imediatamente como capital e, assim, pode representar um título de propriedade sobre o capital, independente da produção do próprio capital. E o lucro aparece como remuneração do capitalista como representante do capital “que trabalha”: “O ‘juro’ é o fruto do capital, na medida em que ele não ‘trabalha’, funciona e o lucro é o fruto do capital ‘que trabalha’, que funciona.” (MEGA II/3.4, 1472). Juro e renda, ao final, aparecem como rubricas nos custos de produção do capitalista industrial, aparecem como adiantamentos e jamais como deduções do mais-valor. O capitalista industrial, nesse processo, parece trabalhar para o dinheiro e, com isso, o lucro se torna remuneração por

seu trabalho, como se tivesse produzido efetivamente para pagar, com uma parte de sua remuneração, o juro do capital.

A alienação do capital se manifesta assim como inversão, em que o dinheiro que não entra na produção, parece efetivamente movimentar o capital industrial, e, sem percorrer as metamorfoses da mercadoria, parece produzir seu próprio valor, remunerado que é por ser capital. Assim, o valor gerado na produção parece ser produzido pelos elementos independentes que são antes constituídos por ele. Como se disse, renda e juro parecem ser adiantamentos do capital, são equivalentes para o capitalista industrial que os paga com o lucro, ainda que não o sejam para o trabalhador que efetivamente os produz. E Marx arremata:

“No *capital portador de juro* – na divisão do lucro em juro e lucro – portanto, o capital obtém sua forma mais reificada, sua forma de puro fetiche e a natureza do mais-valor se representa como perdida. O capital – como coisa – aparece aqui como fonte autônoma do valor; criador de valor do mesmo modo que a terra da renda e o trabalho do salário (em parte como salário, em parte como lucro industrial.) Em verdade, ainda é sempre o preço da mercadoria que deve pagar salário, juro, renda, mas ele os paga porque a terra que nela entra cria a renda, o capital que nela entra cria o juro e o trabalho que nela entra cria o salário; criar essas partes do valor que cabem a seus respectivos proprietários ou representantes, o proprietário da terra, o capitalista e o trabalhador (assalariado e industrial).” (MEGA II/3.4, 1497).

Não é contraditório, acrescenta Marx, que o preço da mercadoria pareça ser determinado por seus componentes, salário, juro, renda da terra e que o preço das mercadorias, por sua vez determine os rendimentos. É como aparece na realidade, para os agentes envolvidos

na produção, ou que participam de seu resultado. Terra, capital e trabalho parecem criar igualmente o valor e, com isso, salário, lucro e renda da terra aparecem como distribuição. Na sociabilidade do capital, todo pressuposto aparece como resultado e todo resultado aparece como pressuposto, de modo que todos os elementos, mesmo o mais simples – a mercadoria –, “apareça como inversão e faça com que as relações entre pessoas apareçam como propriedade das coisas e como relações das pessoas com as propriedades sociais dessas coisas” (MEGA II/3.4, 1505). As relações sociais aparecem para os agentes da produção capitalista, e mesmo para o conjunto da sociedade, como um “mundo encantado”, em que as relações sociais aparecem como propriedades das coisas, dos elementos materiais da produção.

A mercadoria, portanto, é o ponto de partida da análise, já que é a forma elementar da riqueza na sociedade capitalista. Seu fetichismo, porém, é a forma de manifestação das relações sociais nessa sociedade, o capital aparece como mercadoria e o valor parece ser produzido por essa mercadoria. Com isso, os agentes da produção não aparecem do modo como contribuem e agem na produção, mas como classes entre as quais a renda se distribui como remuneração de fatores de produção. A luta de classes, portanto, não pode aparecer para seus participantes como conflito na produção, mas sim na distribuição, onde intervêm não só as próprias classes, mas todas as instâncias que também participam da distribuição. Ademais, as classes ociosas são geradas justamente nesse nível, no nível de distribuição do

valor e do mais-valor, pois constituem precisamente forma fenomênica das relações capitalistas, isto é, aparecem na distribuição, na luta de classes, subsumidas, por assim dizer, à lógica do capital, nunca do trabalho.

Não pode causar perplexidade a importância que Rubin conferiu ao fetichismo da mercadoria, eixo de sua obra sobre a teoria marxiana do valor. A tematização da mercadoria e seu fetiche são a compreensão do modo de ser do capital, as coisas apagam as relações sociais de produção e as relações sociais se tornam coisas. Diz Rubin (1980: 61): “A revolução que Marx realizou na Economia Política consiste em ele ter considerado as relações sociais de produção que estão por trás das categorias materiais. É este o verdadeiro objeto de estudo da Economia Política enquanto ciência social. (...) As mesmas leis que haviam sido estabelecidas pelos economistas clássicos receberam um caráter e um significado inteiramente diferente, no sistema de Marx.”

Esse resultado é fundamental para o próprio desenvolvimento que se seguiu na reflexão marxiana. Marx não concebeu e produziu sua obra como ciência pura, desinteressada, como mera instauração epistêmica. A crítica da economia política se pretende parte da prática, único critério de verdade para Marx. Se abandonou a *Ideologia Alemã* à crítica roedora dos vermes, não podia fazê-lo aqui, dado o caráter decisivo da empreitada. Assim, explicitar a gênese no percurso da mercadoria e do capital é necessidade não só do objeto, mas também

política, compreender a totalidade do capital criticamente é criar armas para a luta.

No *Manuscrito de 1861-1863*, o desenvolvimento aparece de modo sintético. Foi retomado na redação do esboço do livro terceiro, entre 1864 e 1865, guardando grande semelhança com o texto que o precedeu. Krätke (2001) utiliza essa tematização marxiana para discutir a completude de *O Capital*, se possui um fim, um encadeamento lógico completo. O próprio *Manuscrito* aqui analisado permite vislumbrar uma resposta positiva para a questão, ainda que Marx não tenha redigido o texto inteiro, o que certamente implicaria modificações, dado seu procedimento. Fica claro, porém, que logrou estabelecer, entre 1857 e 1863, um conjunto de categorias articuladas, que lhe permitiram não só compreender os elementos fundamentais da sociedade capitalista, como também suprassumir a economia política, criticá-la e ao mesmo tempo desenvolvê-la, não sendo descabido afirmar seu vínculo com autores que o precederam. Assim como somente na sociedade completa, acabada do capital, é possível compreender a mercadoria, somente com a mercadoria plenamente desenvolvida como forma da riqueza, da objetividade humana, forma de ser, pode o pensamento se debruçar sobre ela com eficácia.

Não se expuseram aqui todos os elementos do pensamento marxiano desenvolvido em curtíssimo espaço de tempo, por sinal, o momento mais difícil de sua vida pessoal, como atestam as mesmas cartas em que registrou o progresso da redação. Porém, há elementos

bastantes para sustentar que Marx, ao final da redação do *Manuscrito de 1861-1863*, além de haver respondido à questão central da economia política de modo contundente, tinha vasto material para a redação dos livros do capital, algo que fará, ainda na forma de esboços, nos anos seguintes, até a publicação do livro primeiro em 1867. Portanto, há que se concordar com Rosdolsky a respeito do plano de 1863, mas deve-se ver além dele. A visão que Marx tinha de sua obra sempre ia além do planejado, o pensamento sempre se concretizou para além da ideação prévia.

Conclusão

A obra de Marx se estruturou como crítica ontológica, compreensão crítica dos nexos essenciais do ser, suas formas de existência – pressuposto para a crítica de qualquer modo de pensamento. Da crítica a Hegel emerge o objeto por excelência do pensamento marxiano, a sociabilidade alienada do capital, cuja expressão acabada é a própria alienação política, que Hegel apreende e tenta conciliar em sua *Filosofia do Direito*.

A decisão de empreender a crítica da economia política consiste precisamente na perspectiva de elucidação dessa sociabilidade, que Marx rejeita desde sempre, com a qual não se compromete sob nenhum aspecto. Os primeiros passos dessa empreitada são dados na fronteira da crítica da especulação, a crítica da economia política aparece como crítica dos procedimentos de inversão, apologética e ideologia: um conjunto de abstrações irrazoáveis que pretende ver nas leis de funcionamento da sociabilidade do capital as leis eternas de produção e reprodução da vida social humana, legitimando assim a alienação do trabalho, negando o seu próprio ponto de partida. Além disso, a crítica da economia política se reveste de caráter político, no interior do movimento socialista, aspecto que não perderá. Assim aparece na *Miséria da Filosofia*, no início da redação dos *Grundrisse* e em várias passagens das *Teorias do Mais-Valor*.

Se os passos iniciais da crítica da economia política são bastante insatisfatórios em certas questões, por outro lado, já em 1844, Marx

estabelece o eixo a orientar a pesquisa, o confronto das leis da economia política pelos próprios fatos que pretende descrever, diz Chasin, o ser é chamado a parametrar o conhecer. Assim sendo, a crítica da economia política segue o método da *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, não se trata de crítica epistemológica, a partir dos nexos imanentes de uma formação ideal, mas da crítica exercida a partir do concreto pensado, a partir da “totalidade de muitas determinações e relações” do ser pensado. Desse modo, no caso da economia política, a crítica é tanto crítica do capital, quanto da ciência que busca compreendê-lo e, em sua incompreensão, expressa o mundo invertido, perverso, desse modo do ser-social humano.

Marxianamente, a ciência econômica só é possível quando a riqueza se materializa na mercadoria, quando a produção se expande a partir da imensa acumulação de mercadorias. Somente quando seres produzem seres, pode-se reproduzir científica e, sobretudo, ontologicamente as formas de existência do ser-social humano, para citar a súmula formulada por Chasin¹⁰⁸. Assim, a trajetória do próprio Marx é o ponto culminante de uma ciência muito nova, partindo-se dos fisiocratas, primeiros a tentar compreender o fenômeno novo, ainda imaturo. Smith e Ricardo são autores fundamentais nesse percurso porque neles ainda não se consolidou o objetivo de preservar, salvar e defender o capitalismo, formas deletérias da economia política do século de Marx, de Malthus a J. S. Mill e depois. A ciência econômica

¹⁰⁸ Cf. Vaisman (2001).

nasce como explicação do excedente, como tentativa de compreender a produção crescente e ampla de mercadorias. Esse o confronto mais importante da crítica da economia política.

Marx parece tê-lo evitado durante muito tempo, não encontrava o meio de se aproximar da questão. O resultado disso foi o longo itinerário de pesquisas, fornecendo farto material para a marxologia. Material de que aqui apenas se apontaram os traços mais gerais, mas também alguns dos mais decisivos. Como se mostrou, todos os manuscritos e anotações marxianos exigem um esforço em três frentes, a própria obra econômica, a pesquisa histórica e a pesquisa da bibliografia consultada. Somente assim se poderá utilizar com proveito esse material.

In casu, os anos no Museu Britânico resultaram numa pesquisa rigorosa sobre os traços mais importantes do dinheiro, do capital financeiro, das crises. A pesquisa partiu do dinheiro, forma fenomênica e fetichista das relações capitalistas de produção. O dinheiro constitui o ponto de partida dos *Grundrisse*, como modo de compreensão da crise e, sobretudo, meio de crítica dos socialistas franceses, ou seja, crítica do próprio movimento socialista em sua incompreensão dos fenômenos da sociabilidade do capital.

A ruptura na trajetória, sua mudança de nível, deve-se aos três escritos de 1857 a 1863. Aqui se instaura a crítica da economia política. Poder-se-ia ter demonstrado seu aspecto negativo, a saber, o conjunto de determinações fundamentais do confronto entre Marx e os principais economistas. Esse passo, porém, é corolário do principal, a saber, a

instauração positiva, o encadeamento categorial que, tanto para Marx quanto para seu leitor, revela um conjunto de determinações, o concreto pensado que se contrapõe à economia política, suprassumindo-a. Essa aquisição abre caminho para todas as outras. Com efeito, somente a compreensão da transformação do dinheiro em capital permite efetivamente compreender a categoria dinheiro, o valor autonomizado que se valoriza revela a contradição e a essência de valor de troca e valor de uso. Portanto, a descoberta do mais-valor permite à compreensão se expandir tanto em direção às formas concretas da sociabilidade, até as classes, quanto às formas mais elementares a mercadoria. Além disso, dá novo sentido à reflexão. Pode-se aferir a riqueza de conteúdo de *Trabalho Assalariado e Capital*, por exemplo, suas determinações bastante avançadas, dado que foram formuladas uma década antes dos *Grundrisse*. A ausência do mais-valor, porém, põe em perspectiva todos os avanços que contém.

A forma como os *Grundrisse* foram redigidos a partir de certo ponto, como texto dedicado ao esclarecimento de seu próprio autor, permitiu a Marx exercer criativamente sua força de compreensão. Essa riqueza não se fez presente nesta tese, não era seu escopo, mas se pôde avaliar ainda assim como os *Grundrisse* têm sido o objeto por excelência da marxologia desde o pós-guerra, como a aproximação desse texto forneceu o método para análise de todos os manuscritos que ora se publicam. A riqueza, porém, também é o limite do texto, não podia ser publicado, não podia ser retocado, tinha de ser abandonado,

pelo percurso da reflexão. Os níveis de análise não se integram, a exposição parecia necessitar dos múltiplos capitais para se completar, da atuação da concorrência. Por esses dois motivos, os *Grundrisse* são abandonados e ainda em seu último caderno Marx reinicia a redação.

Para a Crítica da Economia Política resolve o problema da forma de exposição. Ao fazê-lo vai além, reformula o método marxiano e, sobretudo, instaura o padrão de cientificidade marxiano, os níveis de análise, como se fosse revelado o plano a ser seguido e, com efeito, durante cerca de cinco anos Marx seguirá a orientação estabelecida nos *Grundrisse* e organizada em 1859. Tomar a mercadoria como ponto de partida é a realização do propósito marxiano estabelecido na *Introdução aos Grundrisse*. Implica ruptura com a economia política, a riqueza manifesta na enorme acumulação de mercadorias não é tratada a partir do valor e do trabalho, de conceitos, mas apenas decomposta em sua unidade elementar, que ganha determinações mais e mais complexas, até se revelar a sociabilidade do capital, pressuposto desse mundo das mercadorias, e onde novamente aparecerá a mercadoria como capital, o capital como fetiche.

Esse desenvolvimento rico de conteúdo conduziu Marx imediatamente aos desdobramentos que se viram na redação do *Manuscrito de 1861-1863*, sem ter ainda estabelecido o plano completo de exposição de *O Capital*, ali está a lógica categorial, organizada pela aquisição de 1859, o processo de produção do capital, suas determinações gerais, seu impulso de se valorizar. Esse pressuposto

efetivo permite a Marx se lançar na crítica da economia política sob o ponto de vista de suas próprias descobertas. E daí resolve, ainda que sem sistematização, questões que não ultrapassara nos *Grundrisse*, como os níveis de tratamento do capital em geral e dos diversos capitais, além da renda da terra.

O *Manuscrito de 1861-1863*, embora se pretendesse continuação de *Para a Crítica da Economia Política*, é ainda um esboço, razão pela qual Marx ainda se permite pensar, deter-se em certos temas. Um dos aspectos que merece atenção é a questão da alienação, agora subsumida à teoria do valor e à troca entre capital e trabalho. A tematização marxiana ali apresentada, se comparada com aquela que se expôs sobre os *Manuscritos de 1844*, permite nova abordagem da questão do “jovem Marx”, como a elaboraram Althusser e Giannotti. A alienação de que trata Marx ali não é a alienação em geral de Feuerbach, nem a busca de essência atropológica perdida do homem. Desde 1843, como o próprio Marx sempre disse e aqui se demonstrou, o ponto de vista é da crítica da sociabilidade do capital, a alienação que produz, historicamente localizada. Rupturas houve várias na obra marxiana, mas a de 1843 é fundamental. Aqui apresentou-se outra, a de 1859.

A exposição dos *Grundrisse* aqui nos mostrou Marx ocupado com a lógica hegeliana, brincando com ela e, ao mesmo tempo, tentando adaptá-la à sua obra. Essa preocupação desaparece depois de 1859, no nível do próprio texto. Com efeito, nas obras seguintes, em todas,

não se revelam os mesmos modos de abordar a temática, presentes nos *Grundrisse*, como se Hegel tivesse sido suprassumido na exposição a partir da mercadoria. Esse fato, por si só, não significa, porém, que a houvesse abandonado, nem quando se refere à lógica de exposição no posfácio à segunda edição. Reichelt (1970), v.g., demonstrou a imanência das categorias ao movimento do conceito de capital, do mesmo modo como Hegel desenvolveu sua própria lógica, o que parece acertado.

Diante disso, cabe aqui uma provocação honesta e uma contribuição singela. A lógica hegeliana é a totalidade ideal em processo, enquanto sua *Fenomenologia* é o movimento real da cultura, desde a unidade mais elementar, a consciência, até o saber absoluto.

Sobre essa obra, Marx disse:

“As diferenças das coisas são irrelevantes porque a substância é apreendida como autodiferenciação ou porque a autodiferenciação, o diferenciar, a atividade do entendimento é apreendida como essencial. É por isso que Hegel, no interior da especulação, fornece distinções reais, distinções que capturam as coisas.”

Assim, a mercadoria seria a consciência sensível, o valor e o dinheiro, a consciência de si, a razão, o processo de produção, o espírito, o capital, a religião, a renda, o saber absoluto, a consciência de classe. Indicação superficial, possivelmente equivocada, mas, da unidade elementar, até a realização mais universal, todos os elementos guardam relação entre si. Outras tentativas, mais rigorosas, podem ser

feitas¹⁰⁹. A aventura da mercadoria, de fato, assemelha-se mais àquela da consciência na história do que a lógica abstrata. Porém, não se pode dizer, arbitrariamente, que Marx teria escolhido alguns aspectos da lógica de Hegel, ou de sua *Fenomenologia* para desenvolver sua obra. A lógica foi dada pelo próprio objeto. Se havia semelhanças com a lógica de Hegel, é porque ela é efetivamente capaz de compreender, captar as coisas.

Falou-se da “derrota na vitória” que representaram os *Grundrisse*. Uma vez realizado todo o percurso que foi de 1843 a 1867 e depois, Marx efetivamente suprimiu, superou a economia política. “Derrota na vitória”, de fato é o panorama da ciência econômica que o sucedeu, no método e na prática que criticou, seja pelo ramo malthusiano, seja pela via de J. S. Mill. Retirado do debate econômico, a Marx resta a condição de filósofo, a ser reinventado a cada ano por uma nova abordagem que recorta seu pensamento e apenas reitera sua denegação. Reafirmar e explicitar o itinerário da crítica da economia política não constitui apenas procedimento teórico necessário, mas imperativo do tempo, propósito desta tese.

LAUS DEO

¹⁰⁹ Cf. Antunes (2007), numa tentativa infeliz.

REFERÊNCIAS

ABENSOUR, Miguel. **A democracia contra o estado**: Marx e o momento maquiaveliano. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta e. **Darimon, bancos e crédito**: notas sobre os *Grundrisse* e a transição para o socialismo. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, 2009. (Texto para discussão, 353). Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20353.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2009.

ANTUNES, Jadir. A fenomenologia de o capital. In: Colóquio Marx Engels, 5., 2007, Campinas., 2007. **Anais...** Campinas: CEMARX, 2007. 1 CD-ROM.

ALTHUSSER, Louis. **Lire le capital**. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.

CHASIN, Ibaney. A forma-sonata beethoveniana: o drama musical iluminista. **Ensaio Ad Hominem**, Santo André, n. 1, t. 2, p. 137-175, 1999.

CHASIN, José. **Marx**: estatuto ontológico e resolução metodológica. São Paulo: Boitempo, 2009.

COSTA, Mônica da. **As categorias Lebensäusserung, Entäusserung, Entfremdung e Veräusserung nos manuscritos econômico-filosóficos de Karl Marx de 1844**. 1999. 177 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

DEUS, Leonardo Gomes de. **Soberania popular e sufrágio universal**: o pensamento político de Marx na crítica de 43. 2001. 154 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

DEUTSCHER, Isaac. **Trotski**: o profeta armado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

DUSSEL, Enrique. **Hacia un Marx desconocido**. Cidade do México: Siglo Veinteuno, 1988.

DUSSEL, Enrique. As quatro redações de *O Capital*. **Ensaio Ad Hominem**. Santo André, n. 1, t. 1, p. 139-158, 1999.

ENDERLE, Rubens. **Ontologia e política**: a formação do pensamento marxiano de 1842 a 1846. 2000. 139 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

FOCKE, Wolfgang. Zur Geschichte des Textes, seine Anordnung und Datierung. In: JAHN, W.; MÜLLER, M. **Der zweite Entwurf des “Kapitals”**: Analysen, Aspekte, Argumente. Berlim: Dietz, 1983. cap. 12, p. 285-309.

GIANNOTTI, José. Arthur. **Origens da dialética do trabalho**. São Paulo: Difel, 1966.

HECKER, R. **Unbekannte Geschichte der Erstveröffentlichung des Marxschenökonomischen Manuskripts von 1857/58 als Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie (1939/41) unter den Bedingungen des Stalinismus**. Palestra, Universidade Iwate, Morioka, 13 fev. 2001. Disponível em <<http://www.marxforschung.de/docs/010213hecker.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2008.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Phänomenologie des Geistes**. Frankfurt: Suhrkamp, 1983.

KRÄTKE, Michael. Kapitalismus und Krisen: Geschichte und Theorie der zyklischen Krisen in Marx' ökonomischen Studien 1857/58. **Beiträge zur Marx-Engels-Forschung – Neue Folge – 1998**: Geschichtserkenntnis und kritische Ökonomie. Hamburgo, 1998. p. 5-48.

KRÄTKE, Michael. 'Hier bricht das Manuskript ab.' (Engels) Hat das Kapital einen Schluss? Teil I". **Beiträge zur Marx-Engels-Forschung – Neue Folge – 2001**: Neue Texte, neue Fragen. Zur Kapital-Edition in der MEGA. Hamburgo, p. 7-43. 2001.

KRÄTKE, Michael. 'Hier bricht das Manuskript ab.' (Engels) Hat das Kapital einen Schluss? Teil II. **Beiträge zur Marx-Engels-Forschung – Neue Folge –**

2002: [Klassen – Revolution – Demokratie. Zum 150. Jahrestag der Erstveröffentlichung von Marx' Der 18. Brumaire des Louis Bonaparte](#) Hamburgo, 2002. p. 211-261.

KRÄTKE, Michael. Das Marx-Engels-problem: Warum Engels das marxsche 'Kapital' nicht verfälscht hat. **Marx-Engels Jahrbuch 2006**. Berlin, 2006. p. 142-170.

LAPAVITSAS, Costas. The banking school and the monetary thought of Karl Marx. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, v. 18, n. 5, p. 447-461, Oct. 1994.

LUKÁCS, Georg. **Zur ontologie des gesellschaftlichen seins**. Munique: Luchterhand, 1984.

MANDEL, Ernest. **La formation de la pensée économique de Karl Marx**. Paris: Maspero, 1972.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Gesamtausgabe**. Berlin: Dietz, 1975. v. I/2.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Gesamtausgabe**. Berlin: Dietz, 1977. v. I/10.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Gesamtausgabe**. Berlin: Dietz, 1976. v. II/1.1.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Gesamtausgabe**. Berlin: Dietz, 1980. v. II/2.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Gesamtausgabe**. Berlin: Dietz, 1976. v. II/3.1.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Gesamtausgabe**. Berlin: Dietz, 1977. v. II/3.2.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Gesamtausgabe**. Berlin: Dietz, 1978. v. II/3.3.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Gesamtausgabe**. Berlin: Dietz, 1979. v. II/3.4.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Gesamtausgabe**. Berlim: Dietz, 1980. v. II/3.5.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Gesamtausgabe**. Berlim: Dietz, 1982. v. II/3.6.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Gesamtausgabe**. Berlim: Dietz, 1983. v. II/5.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Gesamtausgabe**. Berlim: Dietz, 1979. v. III/2.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Gesamtausgabe**. Berlim: Dietz, 1981. v. IV/2.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Gesamtausgabe**. Berlim: Dietz, 1998. v. IV/3.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Gesamtausgabe**. Berlim: Dietz, 1988. v. IV/4.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Gesamtausgabe**. Berlim: Dietz, 1983. v. IV/6.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Gesamtausgabe**. Berlim: Dietz, 1983. v. IV/7.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Gesamtausgabe**. Berlim: Dietz, 1986. v. IV/8.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Werke**. Berlim: Dietz, 1978. v. 1.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Werke**. Berlim: Dietz, 1968. v. 6.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Werke**. Berlim: Dietz, 1983. v. 42.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Collected works**. Moscou: Progress, 1985. v. 41.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Cartas sobre el capital**. Barcelona: Laia, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MARX, Karl. **Œuvres: économie I**. Paris: Gallimard, 1967.

MÉSZÁROS, István. **Marx: a teoria da alienação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

NEGRI, Antonio. **Marx au-delà de Marx: cahiers de travail sur les Grundrisse**. Paris: L'Harmattan, 1996.

PAULA, João Antônio de. O 'outubro' de Marx. **Nova Economia**: revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG, Belo Horizonte, v. 18, n. 2, p. 167-190, maio/ago. 2008.

POSTONE, Moishe. **Time, labour, and social domination: a reinterpretation of Marx's critical theory**. Cambridge: Cambridge University, 1993.

POSTONE, Moishe. Rethinking *Capital* in the light of the *Grundrisse*. In: MUSTO, Marcello. **Karl Marx's Grundrisse: foundations of the critique of political economy 150 years later**. Nova York: Routledge, 2008. cap. 8, p. 120-137.

REICHELTL, Helmut. **Zur logischen Struktur des Kapitalbegriffs bei Karl Marx**. Frankfurt: Europäische, 1970

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de o capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001.

RUBIN, Isaak. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

STUDE, Klaus. Zur Entwicklung der Marxschen Bevölkerungstheorie. In: JAHN, W.; MÜLLER, M. **Der zweite Entwurf des "Kapitals"**: Analysen, Aspekte, Argumente. Berlin: Dietz, 1983. cap. 8, p. 210-227.

VAISMAN, Ester. Dossiê Marx: itinerário de um grupo de pesquisa. **Ensaio Ad Hominem**. Santo André, n. 1, t. 4, p. 1-29, 2001.

WYGODSKI, Witali. Das Werden der ökonomischen Theorie von Marx und der wissenschaftliche Kommunismus. Berlin: Dietz, 1978.

APÊNDICE

Para a Crítica da Economia Política
Manuscrito de 1861-1863 (cadernos I a V)

Terceiro Capítulo. O capital em geral.

I) O processo de produção do capital

1) *Transformação do dinheiro em capital.*

a) *D-M-D. Forma mais geral do capital.*

Como o dinheiro se torna capital? ou como o possuidor de dinheiro (isto é, o *possuidor de mercadorias*) se torna capitalista?

Consideremos inicialmente a forma D-M-D – troca de dinheiro por mercadoria, i. e. *comprar* para trocar novamente as mercadorias por dinheiro, i. e. para *vender*. Já foi registrado que na forma da circulação M-D-M os extremos M, M, embora sejam iguais grandezas de valor, são qualitativamente diferentes, ocorrendo por isso, nesta forma, real metabolismo (diferentes valores de uso são trocados uns pelos outros). Portanto, o resultado M-M – troca de mercadoria por mercadoria, de fato, troca de valores de uso um pelo outro – tem uma finalidade evidente. Na forma D-M-D (comprar para vender), ao contrário, os dois extremos D, D são qualitativamente os *mesmos*, dinheiro. Quando, porém, troco D (dinheiro) por M (mercadoria), para de novo trocar a mercadoria (M) por dinheiro (D), quando, portanto, compro para vender, então o resultado é que troquei dinheiro por dinheiro. Em verdade, a

circulação D-M-D (comprar para vender) se decompõe nos seguintes atos. Primeiramente, *D-M*, troca de dinheiro por mercadoria, compra; em segundo lugar, *M-D*, troca de mercadoria por dinheiro, venda; e a unidade desses dois atos, ou a interpenetração dos dois estágios, é D-M-D, troca de dinheiro por mercadoria, para novamente trocar mercadoria por dinheiro, comprar para vender. O resultado do processo, no entanto, é D-D, troca de dinheiro por dinheiro. Se compro algodão por 100 táleres e o revendo por cem táleres, então no fim do processo eu tenho 100 táleres, tal como no começo; o movimento inteiro consiste em que eu gaste 100 táleres na compra e recupere 100 táleres na venda. Portanto, o resultado é D-D, que eu de fato tenha trocado 100 táleres por 100 táleres. Mas uma tal operação parece despropositada e absurda.¹¹⁰ No final do processo, como em seu começo, tenho dinheiro, qualitativamente a mesma mercadoria, quantitativamente a mesma grandeza de valor. O ponto de partida e o ponto final do processo (do movimento) é dinheiro. A mesma pessoa gasta o dinheiro como comprador para obtê-lo de volta como vendedor. O ponto de onde o dinheiro parte nesse movimento é o mesmo para onde retorna. Já que em D-M-D, no processo da compra para novamente vender, os extremos D, D são *qualitativamente* os mesmos, então esse processo só pode ganhar um conteúdo e uma finalidade se os extremos forem

¹¹⁰ Isso está plenamente correto. Seja de que modo for, a forma se encontra presente (e o fim é aí, portanto, indiferente). Por exemplo, um comprador pode não estar na condição de vender a mercadoria mais caro do que a comprou. Ele pode ser forçado a vendê-la mais barato do que a comprou. Nos dois casos, o resultado da operação contradiz sua finalidade. Isso não impede, no entanto, que ela tenha, em comum com a operação adequada a seu fim, a forma D-M-D. (Nota do autor)

quantitativamente diferentes. Se comprei algodão por 100 táleres e vendi o mesmo algodão por 110 táleres, então eu troquei, na verdade, 100 táleres por 110, ou comprei 110 táleres com 100. A forma de circulação D-M-D, comprar para vender, adquire um conteúdo, portanto, pelo fato de que os extremos D, D, embora sejam qualitativamente a mesma coisa: dinheiro, são quantitativamente diferentes, na medida em que o segundo D apresenta uma grandeza de valor mais alta, uma quantia de valor maior do que o primeiro. Mercadorias são compradas para ser vendidas mais caro, ou, em outras palavras, compra-se mais barato do que se vende.

Consideremos inicialmente a forma D-M-D (comprar para vender) e a comparemos com a forma de circulação M-D-M (vender para comprar), anteriormente considerada. Primeiramente, a circulação D-M-D, assim como a M-D-M, decompõe-se em dois atos de troca distintos, dos quais ela é a unidade. A saber, D-M, troca de dinheiro por mercadoria ou compra. Nesse ato de troca, um comprador e um vendedor se confrontam. Em segundo lugar, M-D, venda, troca de mercadoria por dinheiro. Nesse ato também se confrontam duas pessoas, comprador e vendedor. O comprador compra de um e vende a outro. O comprador, de quem o movimento parte, percorre os dois atos. Primeiro ele compra, depois ele vende. Ou o seu dinheiro percorre ambos os estágios. Ele aparece como ponto de partida no primeiro estágio e como resultado no segundo. Ao contrário, as duas pessoas com as quais ele troca realizam cada uma um ato de troca apenas. Uma

vende mercadoria – com quem ele troca primeiro. A outra compra a mercadoria, com quem ele troca por último. A mercadoria que um vende e o dinheiro com o qual o outro compra não percorrem, assim, as duas fases opostas da circulação, senão que cada um completa apenas um ato. Esses dois atos unilaterais de venda e de compra que essas duas pessoas realizam não nos apresentam qualquer fenômeno novo, mas sim o processo completo que percorre o comprador, de quem o processo parte. Consideremos, ao contrário, o movimento completo que percorre o comprador que novamente vende, ou que percorre o dinheiro com o qual ele inicia a operação.

D-M-D. O ponto de partida é dinheiro, a forma transformada da mercadoria, na qual ela sempre é permutável, na qual o trabalho nela contido possui a forma do trabalho social geral, ou na qual ela é *valor de troca autonomizado*. O ponto de partida dessa forma de circulação, desse movimento já é ele mesmo um produto da circulação de mercadorias ou provém da circulação, pois somente na circulação e por meio da circulação a mercadoria obtém a forma de dinheiro, transforma-se em dinheiro ou desenvolve seu valor de troca, as formas autônomas determinadas que se apresentam como diferentes determinações formais do dinheiro. Em segundo lugar, o valor assim proveniente da circulação e autonomizado na forma do dinheiro entra novamente na circulação, torna-se mercadoria, mas novamente retorna da forma de mercadoria à sua forma de dinheiro, quando, porém, sua grandeza de valor já aumentou.

O dinheiro que percorre esse movimento é *capital*, ou o valor autonomizado em dinheiro que percorre esse processo é a forma na qual o capital inicialmente se apresenta ou aparece.

Podemos traduzir a forma D-M-D como segue: valor autonomizado em dinheiro (quando empregamos a palavra *valor* sem designação mais precisa, sempre entender com isso *valor de troca*), portanto valor proveniente da circulação, que volta à circulação, nela se conserva e novamente dela retorna multiplicado (dela retorna como grandeza de valor maior). Na medida em que o dinheiro sempre descreve esse circuito, ele é valor que provém da circulação, que nela entra novamente, nela se perpetua (conserva) e se multiplica.

No primeiro estágio do processo, o dinheiro se torna mercadoria, no segundo, a mercadoria se torna dinheiro novamente. O extremo de onde o processo parte, dinheiro – ele mesmo já uma forma da mercadoria que é originada da circulação, na qual ela se autonomizou em sua determinação como valor de troca – o ponto de partida é ao mesmo tempo o ponto de retorno. Portanto, o valor se conserva no processo que percorre e, ao final dele, retorna novamente à sua forma autônoma. Ao mesmo tempo, porém, o resultado do movimento é que, enquanto ele não modificou em nada essa forma (do valor) dinheiro de ser, a grandeza do valor aumentou. Por isso, nesse movimento o valor se conserva não apenas como valor, mas ao mesmo tempo cresce,

multiplica-se, aumenta como grandeza de valor. (“Capital ... valor permanente, que se multiplica.” *Sism. Nouv. Princ. Etc. T. I. p. 89*)¹¹¹.

Em D-M-D, o valor de troca aparece tanto como pressuposto quanto como resultado da circulação.

O valor (dinheiro) autonomizado e resultante da circulação como valor de troca adequado (dinheiro), mas que entra novamente na circulação, que nela e por meio dela se conserva e se multiplica (aumenta), esse valor é *capital*.

Em D-M-D, o valor de troca se torna conteúdo e fim mesmo da circulação. Em vender para comprar, a finalidade é o valor de uso; em comprar para vender, a finalidade é o próprio valor.

Há duas coisas a destacar aqui. Primeiramente, D-M-D é *valor em processo*, o valor de troca como um processo, que percorre diversos atos de troca ou estágios de circulação e, ao mesmo tempo, domina todos eles. *Em segundo lugar*: nesse processo, o valor não apenas se conserva, mas ele aumenta sua grandeza de valor, multiplica-se, aumenta ou cria nesse movimento um *mais-valor*. Portanto, ele é valor não só que se conserva, mas que se *valoriza*, *valor que põe valor*.

Primeiramente: consideremos inicialmente D-M-D segundo sua forma, abstraída a circunstância de que o segundo D é maior grandeza de valor que o primeiro D. O valor existe primeiro como dinheiro, em seguida como mercadoria, então novamente como dinheiro. Ele se

¹¹¹ Citação extraída do *Caderno de Citações (Citatenheft)*, p. 22. Muitas das citações do texto foram apenas indicadas por Marx, em referência a algum de seus cadernos de citações, redigidos nos anos anteriores, além dos cadernos que compõem os *Grundrisse*. As citações foram incluídas no texto pelo editor alemão (N.T.).

conserva na alternância dessas formas e delas retorna para a sua forma original. Ele percorre mudanças de forma nas quais, no entanto, ele se conserva e, por isso, aparece como seu sujeito. A alternância dessas formas aparece, assim, como seu próprio processo, ou o valor, como ele aqui se expressa, é valor em processo, sujeito de um processo. Dinheiro e mercadoria aparecem cada um apenas como formas de existência particulares do valor, que se conserva ao passar de um à outra, e sempre retorna a si em sua forma autonomizada como dinheiro. Dinheiro e mercadoria aparecem então como as formas de existência do valor em processo ou do capital. Donde as explicações sobre o capital. Por um lado, aquela de Sismondi, dada acima. Capital é valor que se conserva. “Não é a matéria que faz o capital, mas o valor dessa matéria.”¹¹² (*J. B. Say. Traité de l’Économie Politique. 3 éd., Paris, 1817, t. II, p. 429*). Por outro lado, quando não é concebido como o todo do movimento, mas em cada uma de suas formas de existência – nas quais ele existe a cada vez: capital é dinheiro, capital é mercadoria. “Capital são mercadorias.”¹¹³ (*J. Mill. Elements of Polit. Econ. Lond., 1821, p. 74*). “Moeda empregada em propósitos produtivos é *capital*.”¹¹⁴ (*McLeod: The Theory and Practice of Banking etc., London, 1855, t. I, capítulo I.*)

Na forma de circulação M-D-M, a mercadoria passa por duas metamorfoses cujo resultado é que ela permanece como valor de uso. É

¹¹² “Ce n’est pas la matière qui fait le capital, mais la valeur de cette matière.” (*Citatenheft, p. 22.*) (N.E.A.).

¹¹³ “Capital is commodities.” Sublinhado por Marx. (N.E.A.)

¹¹⁴ “Currency employed to productive purposes is *capital*.” (*Citatenheft, p. 78.*) (N.E.A.).

a mercadoria – como unidade de valor de uso e valor de troca, ou como valor de uso do qual o valor de troca é mera forma, forma que desaparece – que percorre esse processo. Na forma D-M-D, porém, dinheiro e mercadoria aparecem apenas como diferentes formas de existência do valor de troca, que uma vez aparece em sua forma geral como dinheiro, outra vez aparece em sua forma particular como mercadoria, ao mesmo tempo como aquilo que domina e se afirma em ambas as formas. Dinheiro é em si e para si a forma de existência autonomizada do valor de troca, mas também a mercadoria aparece aqui somente como veículo de sua incorporação.

Compreende-se muito bem que, se existem classes que não participam da produção de mercadorias e que, todavia, possuem mercadoria ou dinheiro, que é apenas forma da mercadoria, essas classes participam sem troca na posse das mercadorias, por meio de título jurídico ou de força, que aqui não nos cabe explicar. O possuidor de mercadorias ou produtor – por ora podemos conceber o possuidor de mercadorias somente como produtor de mercadorias – deve ceder a essas classes uma parte de suas mercadorias ou uma parte do dinheiro que recebe pela venda de suas mercadorias. Por meio desse dinheiro, pelo qual elas não deram qualquer equivalente, elas seriam então consumidores, compradores, sem nunca ter sido vendedores. Mas esses compradores só devem ser entendidos como tendo parte nas mercadorias (como co-proprietários) do vendedor, mercadorias que eles recebem por meio de um processo que aqui não explicamos. Quando,

portanto, compram mercadorias, eles restituem aos possuidores de mercadorias e produtores apenas uma parte das mercadorias em troca de outras mercadorias, as quais eles, sem troca, deles receberam. É bastante compreensível que, se todos os produtores de mercadorias vendem suas mercadorias acima de seu valor, eles recebam de volta desses compradores mais do que lhes deram, mas eles só recebem mais do que uma quantia de valor que lhes pertencia originalmente. Se alguém me rouba 100 táleres e eu lhe vendo uma mercadoria que vale apenas 90 táleres por 100, então eu obtenho um lucro de 10 em relação a ele. Esse é um método de retomar desses compradores, que são consumidores sem serem produtores, pela via do comércio, uma parte dos 100 táleres que me pertenciam originalmente. Se ele anualmente me toma 100 táleres e eu, também anualmente, vendo-lhe mercadorias que valem 90 táleres por 100, então eu ganho dele 10 táleres por ano, mas apenas porque eu perco para ele 100 táleres anualmente. Se esse seu ato de surrupiar 100 táleres é uma instituição, então o comércio que dele se segue é um meio de revogar essa instituição em parte, no caso presente, uma parte de $\frac{1}{10}$. Dessa maneira, no entanto, não se gera qualquer mais-valor e a extensão na qual esse comprador pode ser enganado por mim, quer dizer, o número de transações em que eu posso lhe vender mercadoria de 90 táleres por 100 depende exatamente do número de atos em que ele pode tomar 100 táleres de mim sem dar qualquer equivalente. É, portanto, uma transação a partir da qual não se pode explicar o capital, o valor que se conserva e

aumenta na circulação, e menos ainda o mais-valor do capital. Porém, que não apenas Torrens, mas mesmo *Malthus* dê tal salto, é algo que lhe é reprovado pelos ricardianos com indignação moral. Malthus pensa especialmente – e isso é correto sob certos pressupostos – que os rendimentos dos meros *consumers*¹¹⁵, meros compradores têm de ser aumentados para que os produtores possam deles obter lucro, para que a produção seja encorajada. “O entusiasmo por ‘encorajar consumo’, que se supõe necessário para o comércio em geral, origina-se de sua utilidade real com respeito aos vendedores de um ramo particular. (p. 60) ‘O que nós queremos são pessoas que comprem nossas mercadorias’... Porém, eles não têm nada no mundo para lhes dar por suas mercadorias, senão o que vocês lhes dão antes. Nenhuma propriedade pode ser gerada em suas mãos; ela tem de vir da sua. Proprietários de terras, servidores públicos, acionistas, serviçais, sejam o que forem, todos os meios deles de comprar suas mercadorias foram um dia os seus meios, que vocês cederam a eles. (p. [61]-2)¹¹⁶ O objetivo de vender suas mercadorias é obter uma certa quantia de dinheiro; de nada vale separar-se dessa quantia por nada, dando-a a outrem para que possa devolvê-la e comprar suas mercadorias com ela: você poderia igualmente queimar seus bens de uma vez e estaria na mesma situação.”(p. 63) (An Inquiry into those Principles respecting the

¹¹⁵ consumidores

¹¹⁶ A parte relativa às páginas 61 e 62 se encontra no *Citatenheft*, p.87. (N.E.A.)

Nature of Demand and the Necessity of Consumption, lately advocated by Mr. Malthus etc. London, 1821.)¹¹⁷

“O Sr. Malthus às vezes fala como se houvesse dois fundos distintos, capital e rendimento, oferta e demanda, produção e consumo, que devem tratar de acompanhar um ao outro, e nenhum deve afastar-se do outro. Como se, além de toda a massa de mercadorias produzidas, fosse necessária uma outra massa, caída do céu, para, eu suponho, comprá-las... O fundo de consumo, tal como ele necessita, só pode ser obtido às expensas da produção.” (*loc. cit.*, p. 49-50) “Quando um homem necessita de *demand*, recomenda-lhe o Sr. Malthus que ele pague alguém para lhe tomar suas mercadorias?” (p. 55.)¹¹⁸¹¹⁹

É certo que na forma de circulação M-D-M, considerada como metamorfose completa da mercadoria, existe também o valor, primeiro como preço da mercadoria, depois no dinheiro como preço realizado, enfim novamente no preço da mercadoria (ou, em geral, em seu valor de troca.); mas ele só aparece aqui como algo evanescente. A

¹¹⁷ “The zeal for ‘encouraging consumption’, as supposed necessary for trade in general, springs from the real usefulness of it with regard to the venders of a particular trade. (60) ‘What we want is people Who buy our goods’... But they have nothing in the world to give you for your goods, but what you gave them first. No property can originate in their hands; it must have come from your’s. Landlords, placemen, stockholders, servants, be they what they may, their whole means of buying your goods was once your means, and you gave it up to them. (p. [61], 62) The object of selling your goods is to make a certain amount of money; it never can answer to part with that amount of money for nothing, to another person, that he may bring it back to you, and buy your goods with it: you might as well have Just burnt your goods at once, and you would have been in the same situation.”

¹¹⁸ “Mr. Malthus sometimes talks as if there were two distinct funds, capital and revenue, supply and demand, production and consumption, which must take care to keep pace with each other, and neither outrun the other. As if, besides the whole mass of commodities produced, there was required another mass, fallen from Heaven, I suppose, to purchase them with... The fund for consumption, such as he requires, can only be ad at the expense of production.” (l. c. 49, 50) “When a man is in want of *demand*, does Mr. Malthus recommend him to pay some other person to take off his goods?” (55)

¹¹⁹ Este parágrafo e o anterior foram redigidos à frente, nas páginas 16 e 17 do manuscrito. (N.E.A.)

mercadoria trocada mediante o dinheiro se torna valor de uso; o valor de troca desaparece como forma indiferente da mercadoria e esta forma é totalmente excluída da circulação.

Na circulação simples de mercadorias – M-D-M – o dinheiro sempre aparece em todas as suas formas somente como resultado da circulação. Em D-M-D, ele aparece tanto como ponto de partida quanto como resultado da circulação, de tal modo que o valor de troca não é, como na primeira forma de circulação, mera forma evanescente da circulação de mercadorias – forma da mercadoria mesma que se constitui e volta a desaparecer no interior da troca das mercadorias. Ele é antes a finalidade, o conteúdo e a alma motora da circulação.

O ponto de partida dessa circulação é o dinheiro, valor de troca autonomizado. Historicamente, também a formação do capital tem como ponto de partida, em todo lugar, a riqueza em dinheiro, e a primeira concepção do capital é de que ele é dinheiro, mas dinheiro que passa por certos processos.

A forma de circulação D-M-D – ou o dinheiro em processo, o valor que se valoriza – parte do dinheiro, o produto da circulação simples M-D-M. Por conseguinte, pressupõe-se não apenas a circulação de mercadorias, mas uma circulação de mercadorias que já tenha desenvolvido todas as formas do dinheiro. Somente onde já se desenvolveu a circulação de mercadorias – a troca dos produtos como mercadorias e a autonomização do valor de troca no dinheiro e suas diferentes formas – é possível, então, a formação de capital. Para

realizar o processo em que o valor de troca aparece como ponto de partida e como resultado, ele já deve ter alcançado antes sua configuração abstrata e autônoma no dinheiro.

O primeiro ato da forma D-M-D, quer dizer, D-M, a compra, é o último ato da forma M-D-M, ou seja, D-M também. Porém, no último ato, a mercadoria é vendida, o dinheiro é transformado em mercadoria a fim de consumir a mercadoria como valor de troca. O dinheiro é *gasto*. Ao contrário, em D-M, como primeiro estágio de D-M-D, o dinheiro só é transformado em mercadoria, trocado com mercadoria, para novamente se transformar em dinheiro, para recuperar o dinheiro, retirá-lo novamente da circulação por meio da mercadoria. Por conseguinte, o dinheiro só aparece gasto para retornar, somente é lançado na circulação para ser dela novamente retirado por meio da mercadoria. Portanto, ele é apenas *adiantado*. “Quando uma coisa é comprada para ser vendida de novo, a soma empregada é chamada dinheiro *adiantado*; quando é comprada não para ser vendida, pode-se dizer dinheiro *gasto*.” (*James Steuart. Works etc.*, ed. by General Sir James Steuart, his son etc., v. 1, p. 274. London, 1805.)¹²⁰

Se considerarmos a forma M-D-M, então, em seu primeiro ato, M-D, a mercadoria aparece como mera materialização do valor de troca (portanto, como mero meio de troca) para o vendedor. Seu valor de uso é valor de uso como tal não para ele mesmo – o vendedor – mas para um terceiro, o comprador. Assim, ele a vende a transforma em dinheiro,

¹²⁰ “When a thing is bought, in order to be sold again, the sum employed is called money *advanced*; when it is bought not to be sold, it may be said to be *expended*.”

para com o dinheiro comprar a mercadoria que, para ele próprio, é valor de uso. O preço da mercadoria que ele compra só tem valor para ele na proporção em que determina a medida – a medida do valor de uso – que ele obtém para seu dinheiro. *Na compra*, portanto, o valor de troca da mercadoria aparece apenas como sua forma evanescente, assim como a autonomização desse valor de troca no dinheiro aparece apenas como uma autonomização evanescente. Aqui, ao contrário, em D-M-D, onde a compra, em lugar do segundo, representa antes o primeiro ato da circulação ou o processo de troca, a mercadoria na qual se transforma o dinheiro é também apenas materialização do valor de troca para o comprador, por assim dizer, apenas uma forma disfarçada do dinheiro. D e M aparecem, aqui, somente como formas particulares, modos de existência do valor de troca, que passa alternativamente de um ao outro; o dinheiro como a forma geral, a mercadoria com uma forma particular do valor de troca. O valor de troca não se perde na passagem de um modo de existência ao outro, mas muda apenas sua forma e, por conseguinte, sempre volta a si em sua forma geral. Ele aparece como o que prevalece sobre seus dois modos de existência, dinheiro e mercadoria, e, precisamente por isso, como sujeito do processo em que ele se apresenta ora como uma, ora como o outro e, por conseguinte, como *dinheiro em processo* ou *valor em processo*.

Em segundo lugar. Entretanto, como já foi observado, D-M-D seria um movimento sem conteúdo se os extremos D, D, que são qualitativamente iguais, não fossem quantitativamente diferentes, se

nesse processo, portanto, fosse lançada certa quantia de valor como dinheiro na circulação, para dela retirar novamente a mesma soma de valor na forma de dinheiro e, assim, por meio de um ato de troca duplo e oposto, deixar tudo como antes, tal como no ponto de partida do movimento. O que é característico do processo consiste, antes, em que os extremos D, D, embora sejam qualitativamente iguais, são quantitativamente diferentes, assim como a diferença quantitativa, em geral, é a única da qual o valor de troca como tal – e no dinheiro ele existe como tal – é capaz segundo sua natureza. Por meio dos dois atos de compra e venda, da transformação do dinheiro em mercadoria e da transformação da mercadoria novamente em dinheiro, ao fim do processo sai de circulação mais dinheiro, uma quantia aumentada de dinheiro, portanto, um valor multiplicado em relação ao valor que foi lançado na circulação no início. Se, por exemplo, o dinheiro fosse originalmente 100 táleres, no final do processo ele seria 110 táleres. Portanto, o valor não apenas se conservou, mas pôs um novo valor no interior da circulação, ou como nós o chamaremos, *mais-valor* (surplus value). O valor produziu valor. Ou o valor nos aparece aqui, pela primeira vez, como valor que *valoriza a si mesmo*. De tal forma que o valor, como aparece no movimento D-M-D, é valor proveniente da circulação, valor que nela ingressa, nela se conserva e *valoriza a si mesmo*, pondo mais-valor. Como tal, ele é *capital*.

No entesouramento, que se poderia aqui recordar, o valor não se valoriza. A mercadoria é transformada em dinheiro, é vendida e, sob

essa forma, retirada da circulação, posta de lado. A mesma grandeza de valor que existia antes na forma de mercadoria, existe agora na forma de dinheiro. A mercadoria não aumentou sua grandeza de valor; ela apenas assumiu a forma geral do valor de troca, a forma dinheiro. Foi uma mera mudança qualitativa, não quantitativa.

Aqui, porém, a mercadoria já está previamente colocada, na forma de dinheiro, como ponto de partida do processo. Ela abandona essa forma apenas por um momento, para finalmente retomá-la como grandeza de valor aumentada. O dinheiro que, em contraste, é retido como tesouro em sua forma de valor de troca autonomizado, *valoriza-se* tão pouco que ele é, antes, retirado da circulação. Seu poder de agir como valor de troca é retido *in petto*¹²¹ para o futuro, mas suspenso momentaneamente. Não apenas a sua grandeza de valor permanece inalterada, mas ele perde sua função, sua qualidade como valor de troca – enquanto ele permanece como tesouro – na medida em que ele não funciona como dinheiro, nem como meio de compra, tampouco como meio de pagamento. Além disso, como o tesouro não tem qualquer valor de troca imediato como dinheiro, ele perdeu ainda, com isso, o valor de uso que ele possuía enquanto mercadoria e que ele só pode readquirir tão logo atue como dinheiro, tão logo seja lançado na circulação e, com isso, abandone seu caráter como existência do valor de troca. A única coisa que ocorre no entesouramento é que se confere à mercadoria a forma de dinheiro, a forma adequada do valor de troca,

¹²¹ no peito: em segredo.

em razão de a mercadoria ter sido vendida por seu preço. No entanto, em lugar de uma valorização – quer dizer, um aumento do valor original – não ocorre absolutamente nenhuma utilização do dinheiro fixado como tesouro, que tem valor apenas como possibilidade, mas que é, na realidade, sem valor. Portanto, essa relação do valor que se valoriza ou capital nada tem em comum com o entesouramento, salvo que ambos dizem respeito ao valor de troca, mas o último é um meio ilusório empregado para aumentá-lo.

Na forma M-D-M, vender para comprar, em que o valor de uso e, portanto, a satisfação das necessidades é o fim último, não se encontra imediatamente na forma mesma a condição de sua renovação, depois de transcorrido o processo. Por meio do dinheiro, a mercadoria foi trocada por outra mercadoria que, agora como valor de uso, sai do mercado. Com isso, o movimento está no fim. Ao contrário, na forma D-M-D, já está contido na simples forma de seu movimento que não há fim do movimento, que seu fim já compreende o princípio e o impulso de sua renovação. Pois como o dinheiro – a riqueza abstrata, o valor de troca – é o ponto de partida do movimento e a sua multiplicação é a finalidade – pois o resultado e o ponto de partida são qualitativamente a mesma coisa, a saber, uma quantia de dinheiro ou de valor na qual, tal como no início do processo, sua limitação quantitativa reaparece como barreira a seu conceito universal –, pois o valor de troca ou o dinheiro corresponde tanto mais a seu conceito quanto mais sua quantidade é aumentada – (o dinheiro como tal é intercambiável com todas as

riquezas, todas as mercadorias, mas a medida em que ele é intercambiável depende de sua própria medida ou grandeza de valor) – a autovalorização permanece atividade necessária tanto para o dinheiro que sai do processo, quanto para aquele que o inaugurou – assim, com o fim do movimento, também já está dado o princípio de seu recomeço. Ele chega novamente ao fim como aquilo que ele era no início, como pressuposto do mesmo movimento sob a mesma forma. Isso é o que esse movimento tem em comum com o entesouramento: essa absoluta pulsão de enriquecimento, de apoderar-se da riqueza em sua forma geral.

{Neste ponto, há de examinar com detalhe a exposição de Aristóteles, Rep. 1. I cap. 9}¹²²

É o possuidor de dinheiro (ou possuidor de mercadorias, pois o dinheiro é somente a forma transformada da mercadoria) que faz com que seu dinheiro, ou o valor possuído sob a forma de dinheiro, percorra o processo D-M-D. Esse movimento é o conteúdo de sua atividade e por isso ele aparece apenas como personificação do assim definido capital, como *capitalista*. Sua pessoa é o ponto de partida de D (ou melhor, é o seu bolso), e também seu ponto de retorno. Ele é o portador consciente desse processo. Como o resultado do processo é a conservação e o aumento do valor – autovalorização do valor –, aquilo que é o conteúdo do movimento nele aparece como fim consciente. O

¹²² No capítulo mencionado, Aristóteles trata da relação entre a econômica e a crematística. Marx cita essa passagem na *Contribuição à Crítica da Economia Política* e no livro I de *O Capital*. Suas anotações se encontram no *Caderno VII*, Londres, 1859-62, p. 238-41. (N.E.A.)

aumento do valor por ele possuído aparece, portanto, como seu próprio fim, como apropriação sempre crescente da riqueza em sua forma geral, a forma do *valor de troca*, e ele só é capitalista ou sujeito consciente do movimento D-M-D na medida em que isso aparece como seu único motivo impulsor. O valor de uso, portanto, nunca deve ser considerado como seu fim direto, mas apenas o valor de troca. A necessidade que ele satisfaz é aquela do enriquecimento como tal. De resto, é evidente que ele aumenta permanentemente seu comando sobre a riqueza real, o mundo dos valores de uso. Pois seja sempre qual for a produtividade do trabalho, um valor de troca maior sempre se representa, num dado grau da produção, numa massa maior de valores de uso do que um valor de troca menor.

(...)

Processo de trabalho.

Depois de o possuidor do dinheiro ter comprado a capacidade de trabalho – depois de ter estabelecido uma troca com a capacidade de trabalho (a compra está completa com o acordo recíproco, mesmo se o pagamento ocorre apenas mais tarde) –, agora ele a emprega como valor de uso, consome-a. A realização da capacidade de trabalho, seu uso efetivo é, porém, o próprio trabalho vivo. O *processo de consumo* dessa mercadoria específica que o trabalhador vende, coincide com ou é, antes, o próprio *processo de trabalho*. Como o trabalho é a própria atividade do trabalhador, a realização de sua própria capacidade de

trabalho, então ele entra nesse processo como pessoa que trabalha, como trabalhador e, para o comprador, ele não tem qualquer outra existência do que a de capacidade de trabalho em ação. Por conseguinte, não é uma pessoa que trabalha, mas a capacidade de trabalho ativa, personificada no trabalhador. É característico que, na Inglaterra, os trabalhadores sejam designados pelo órgão principal por meio do qual sua capacidade de trabalho atua, isto é, por suas próprias mãos, *hands*.

Trabalho efetivo é atividade segundo um fim para a produção de um valor de uso, para a apropriação de uma matéria natural de uma maneira correspondente a necessidades determinadas. É indiferente, aqui, se nesta atividade se usa mais o músculo ou o nervo, assim como se a matéria natural é mais ou menos idealizada.

Todo trabalho efetivo é trabalho *particular*, exercício de um ramo de trabalho particular, diferente dos outros. Assim como uma mercadoria se diferencia das demais por meio de seu valor de uso particular, também o trabalho que nela se corporifica é um tipo particular de atividade. Como a transformação do dinheiro em capital, ou a formação do capital, pressupõe uma circulação de mercadorias desenvolvida, ela pressupõe uma divisão do trabalho desenvolvida, divisão do trabalho entendida, aqui, tal como ela se mostra (aparece) na variedade das mercadorias em circulação – portanto, como divisão do conjunto, da totalidade do trabalho social em vários modos de trabalho, como uma

totalidade de modos particulares de trabalho. O trabalho que o trabalhador realiza pertencerá, portanto, exclusivamente a um ramo particular de trabalho, assim como sua capacidade de trabalho mesma é uma capacidade de trabalho particular. Pouco nos importa, aqui, o conteúdo determinado ou o fim e, por conseguinte, o modo determinado do trabalho, assim como pouco nos interessa, na análise da mercadoria, sua matéria ou valor de uso determinados. É indiferente em qual ramo particular de trabalho o trabalhador trabalha, embora seja evidente que o comprador só pode comprar um tipo de trabalho particular. O único ponto a reter sobre isso é a determinidade do trabalho onde ele aparece como processo real. Será mostrado adiante que essa indiferença frente ao conteúdo particular do trabalho não é uma abstração que apenas nós fazemos, mas sim uma abstração que o capital faz e que integra essencialmente sua caracterização. {Assim como a reflexão sobre *valor de troca* da mercadoria como tal pertence à *merceologia*, o processo de trabalho em sua efetividade pertence à *tecnologia*.}

O que nos interessa no processo de trabalho são apenas os momentos muito gerais em que ele se decompõe e que dizem respeito a ele como processo de trabalho. Esses momentos gerais têm de resultar da natureza mesma do trabalho. Antes de o trabalhador ter vendido a disposição sobre sua capacidade de trabalho, ele poderia não tê-la posto em ação como trabalho, não tê-la realizado, porque ela estava separada das *condições objetivas* de sua atividade. No processo

efetivo de trabalho essa separação é superada¹²³. A capacidade de trabalho atua, então, porque se apropria de suas condições objetivas segundo a natureza. Ela age porque se encontra em contato, em processo, em relação com os fatores objetivos, sem os quais ela não pode se realizar. Esses fatores podem ser referidos, muito em geral, como *meios de trabalho*. Mas os meios de trabalho mesmos decompõem-se necessariamente em um objeto que é trabalhado – que chamaremos de *material de trabalho* – e o *meio de trabalho* propriamente dito, um objeto (tal objeto não precisa ser um instrumento, podendo ser ele um processo químico, por exemplo) que o trabalho, a atividade humana coloca diariamente como meio entre si e o material de trabalho, assim servindo de condutor da atividade humana. Numa análise mais acurada, encontrar-se-á sempre que, em todo trabalho, um material e um meio de trabalho são empregados. É possível que o material de trabalho, o objeto que por meio do trabalho deve ser apropriado para uma necessidade particular, seja encontrado na natureza sem relação com o trabalho humano, como, por exemplo, o peixe capturado na água, ou a lenha abatida na floresta, ou o minério extraído do poço, de modo que somente o meio de trabalho mesmo é um produto de trabalho humano anterior. Isso tudo caracteriza o que pode ser chamado de indústria extrativa e só vale para a agricultura na medida em que é trabalhada, por exemplo, a terra virgem. Porém, a semente é, aqui, tanto meio como material de trabalho, assim como

¹²³*Aufgehoben.*

todo ser orgânico, por exemplo, o animal na pecuária, é também as duas coisas. Ao contrário, só nos estágios mais primitivos do desenvolvimento econômico, portanto, somente em circunstâncias onde é inconcebível a formação da relação capitalista, pode ocorrer que o instrumento de trabalho seja encontrado na natureza sem ulterior mediação. É evidente, decorre da natureza da coisa, que o desenvolvimento da capacidade humana de trabalho se mostra especialmente no desenvolvimento do *meio de trabalho* ou *instrumento de produção*. Isso mostra, com efeito, em que grau o trabalhador elevou a eficácia de seu trabalho imediato sobre o elemento natural por meio da interposição, para os seus fins de trabalho, de uma natureza já preparada, regulada e submetida à sua vontade como condutor.

À diferença do material de trabalho, nos *meios de trabalho* estão incluídos não apenas os *instrumentos de produção*, que abrangem desde as ferramentas ou recipientes mais simples até o sistema mais desenvolvido de maquinaria, mas também as *condições objetivas* sem as quais o processo de trabalho não pode ser efetuado em absoluto, por exemplo, a casa onde se trabalha, ou o campo que se semeia etc. Eles não entram diretamente no processo de trabalho, porém são condições sem as quais ele não pode se efetuar; portanto, são meios necessários de trabalho. Eles aparecem como condições da realização do processo

inteiro, não como fatores contidos no interior de sua realização.¹²⁴ Não há porque entrar em detalhes aqui.

O material de trabalho, com exceção da produção de matéria-prima, terá sempre passado por um processo de trabalho anterior. Aquilo que num ramo de trabalho aparece como material de trabalho e, por conseguinte, como matéria-prima, em outro ramo aparece como resultado. A grande maioria do que se considera produto natural, como plantas e animais na forma em que hoje são utilizados e reproduzidos pelo homem, é o resultado de uma transformação prévia na qual se modificaram sua forma e substância, transformação efetuada através de gerações, sob o controle do homem, mediante o seu trabalho. Como já foi observado, o meio de trabalho num processo de trabalho é resultado no outro.

Para consumir a capacidade de trabalho, portanto, não basta que o possuidor do dinheiro compre a capacidade de trabalho {a disposição temporal sobre ela}, ele tem de comprar também os meios de trabalho cujo volume pode ser maior ou menor: o material de trabalho e os meios de trabalho. Retornaremos a isso mais à frente. Por ora, deve-se observar somente que, para que o possuidor do dinheiro que comprou a capacidade de trabalho possa avançar até seu consumo, até o *processo* efetivo de trabalho, ele tem de haver comprado, com outra parte de seu

¹²⁴ Do mesmo modo, recaem nos *meios de trabalho* substâncias que são consumidas a fim de que o meio de trabalho como tal seja utilizado, como óleo, carvão etc. ou elementos químicos que devem gerar uma modificação no material de trabalho, como, por exemplo, o cloro para o clareamento etc. (Nota do autor)

dinheiro, as condições objetivas de trabalho que se encontram como mercadorias no interior da circulação e unicamente com as quais a capacidade de trabalho pode passar ao processo efetivo de trabalho.

Ele também compra mercadoria, mas mercadoria cujos valores de uso devem ser consumidos pelo trabalho vivo como fatores do processo de trabalho, em parte como valores de uso que devem constituir o material de trabalho e, com isso, o elemento de um valor de uso superior, em parte como meios de trabalho que servem de condutor à ação do trabalho sobre o material de trabalho. Esse ato de consumir mercadorias – aqui, inicialmente, os valores de uso das mercadorias – no processo de trabalho se chama *consumir produtivamente*, quer dizer, o ato de exauri-las como meio ou objeto por meio das quais e nas quais o trabalho cria valor de uso superior. É o consumo industrial de mercadorias (valores de uso). O que aqui foi dito é o bastante no que se refere ao possuidor do dinheiro, que transforma seu dinheiro em capital por meio da troca com a capacidade de trabalho.

No interior do próprio processo efetivo de trabalho as mercadorias existem apenas como valores de uso, não como valores de troca; pois elas confrontam o trabalho vivo real apenas como suas condições, como meio de sua realização, como fatores determinados pela natureza do trabalho mesmo, que delas precisa para sua realização em um valor de uso determinado. Por exemplo, o tecelão, no ato de tecer, refere-se ao fio de linho, seu material de trabalho, somente como material dessa

atividade determinada, a atividade de tecer, somente como elemento para a fabricação de produtos de linho, não como resultado de um trabalho anterior, na medida em que ele tem um valor de troca, mas como coisa dada, cujas propriedades ele utiliza para alterar a própria coisa. Do mesmo modo, o tear não tem aqui nenhuma função como portador do valor de troca, mas somente como meio de trabalho para tecer. Apenas como tal ele é usado e consumido no processo de trabalho. Se material de trabalho e meio de trabalho – embora eles mesmos sejam mercadorias e, portanto, valores de uso que possuem um valor de troca – confrontam-se com o trabalho efetivo somente como momentos, fatores de seu processo, então é evidente que, nesse processo, eles se confrontam com o trabalho efetivo menos ainda como capital. O trabalho efetivo se apropria do instrumento como seu meio e do material como o material de sua atividade. Ele é processo de apropriação desses objetos como apropriação do corpo animado, do órgão do próprio trabalho. O material aparece, aqui, como a natureza inorgânica do trabalho, o meio de trabalho como órgão da própria atividade de apropriação.

Quando falamos em valores de uso “superiores”, com isso não se deve entender nada moral, tampouco que o novo valor de uso ocupe necessariamente um grau mais elevado no sistema de necessidades. O grão utilizado na preparação da aguardente é um valor de uso inferior à aguardente. Todo valor de uso que é pressuposto como elemento para a formação de um novo valor de uso é, diante deste último, um valor de

uso inferior porque constitui seu pressuposto elementar e um valor de uso é tanto maior quanto mais processos de trabalho já realizaram os elementos a partir dos quais ele é constituído como valor novo, portanto, quanto mais mediada é sua existência.

O processo de trabalho é, assim, o processo no qual, do lado do trabalhador, é exercida uma determinada atividade segundo um fim, movimento que é tanto a atuação de sua capacidade de trabalho, de suas forças corporais e intelectuais, como também a exaustão e uso dessas forças – movimento por meio do qual ele dá uma nova forma ao material de trabalho e que se materializa nesse material de trabalho –, podendo essa mudança de forma ser química ou mecânica ou se produzir por meio do controle dos processos fisiológicos mesmos ou consistir apenas em distanciar no espaço o objeto (mudança de sua existência espacial) ou ainda no ato de separá-lo de sua conexão com o corpo terrestre. O trabalho, assim materializando-se no objeto de trabalho, enforma¹²⁵ o próprio objeto de trabalho e gasta, consome o meio de trabalho como seu órgão. O trabalho passa da forma¹²⁶ da atividade à forma do ser, do objeto. Como modificação do objeto, ele modifica sua própria forma¹²⁷. A atividade enformadora consome¹²⁸ o objeto e a si mesma; ela enforma e se materializa; consome a si mesma em sua forma subjetiva como atividade e consome o caráter objetivo do objeto, quer dizer, suprime a indiferença deste último quanto à

125 *formiert.*
126 *Form.*
127 *Gestalt.*
128 *verzehrt*

finalidade do trabalho. Por fim, o trabalho consome o meio de trabalho que, durante o processo, deixou de ser mera possibilidade para tornar-se, também, realidade, como condutor efetivo do trabalho; com isso, porém, o próprio meio de trabalho também se extingue mediante o processo mecânico ou químico que ele sofre, mesmo em estado de repouso. Todos os três momentos do processo, cujo sujeito é o trabalho e cujos fatores são o material de trabalho em que este sujeito atua e os meios de trabalho com os quais ele opera coincidem num resultado neutro – o *produto*. No produto, o trabalho se ligou ao material de trabalho por intermédio do meio de trabalho. O produto, o resultado neutro em que resulta o processo de trabalho, é um novo *valor de uso*. Como produto do processo de trabalho, aparece um valor de uso em geral. Ora, esse valor de uso pode, então, ou ter atingido a sua última forma, em que ele pode servir como meio de subsistência do consumo individual – também nessa forma ele pode novamente se tornar fator de um novo processo de trabalho, assim como o grão, por exemplo, pode não ser consumido por homens, mas por cavalos, pode servir para a produção de cavalos ou, ainda, como elemento de um valor de uso mais complexo – ou o valor de uso é meio de trabalho acabado que, como tal, deve servir em um novo processo de trabalho, ou, por fim, o valor de uso é um produto inacabado, semi-acabado, que ainda tem de entrar, como material de trabalho, em outro processo de trabalho diferente do processo do qual ele resultou como produto – podendo a série desses processos ser maior ou menor – e tendo de percorrer, também, uma

série de modificações materiais. Porém, em relação ao processo de trabalho do qual ele resulta como produto, o material de trabalho aparece como resultado definitivamente acabado, como um novo valor de uso em cuja produção consistia o conteúdo do processo de trabalho e a finalidade imanente da atividade laboral, ou, dito de outro modo, ele aparece como a exaustão da capacidade de trabalho, em cujo consumo ele consistia.

No processo de trabalho são empregados, portanto, produtos de processos de trabalho anteriores, consumidos pelo trabalho para a fabricação de novos produtos com valor de uso superior, quer dizer, mais mediatizado. Dentro dos limites do próprio processo de trabalho determinado, no interior dos quais os fatores objetivos do trabalho aparecem apenas como condições objetivas de sua realização, é absolutamente indiferente essa determinação do valor de uso, de já ser ele mesmo um produto. No entanto, nisso se mostra a interdependência material dos diversos modos de trabalho sociais e sua complementaridade recíproca numa totalidade de modos de trabalho sociais.

Quando se considera o trabalho passado segundo seu aspecto material – isto é, quando, diante de um valor de uso que serve como meio ou material de trabalho num processo de trabalho, retém-se a circunstância de que esse próprio valor de uso já é uma combinação de matéria natural e trabalho –, então se conclui que o trabalho passado

concreto, objetivado em valores de uso, serve como meio para a realização de novo trabalho ou, o que é o mesmo, à formação de novos valores de uso. Porém, deve ficar bem claro em que sentido isso é verdade no processo de trabalho real. Por exemplo, *tear e fio de algodão servem na tecelagem somente pelas propriedades que possuem para esse processo como material e meio de tecelagem, ou seja, somente pelas propriedades materiais que possuem para esse processo de trabalho particular.* Que o algodão, madeira e ferro recebam essa forma, um como fio, os outros como tear – forma em que se prestam para esses serviços no processo de trabalho –, que por meio de trabalho anterior eles tenham obtido essa valorização de uso determinada – assim como depende de trabalho anterior a circunstância de que o trigo se preste para os determinados serviços, para a determinada valorização de uso, no processo de nutrição –, e que isso já represente uma combinação de trabalho e matéria natural, isso tudo é uma circunstância que, como tal, é indiferente para esse processo de trabalho determinado, na medida em que, de uma maneira determinada, eles servem como valor de uso, recebem uma aplicação útil particular.. Contudo, isso não poderia ocorrer se algodão, ferro e madeira não tivessem recebido – por meio de um trabalho passado, anterior – a forma e, com isso, as qualidades úteis particulares que eles possuem como fio e tear. Assim, Considerado de um ponto de vista puramente material, a partir do ponto de vista do próprio processo efetivo de trabalho, um determinado processo de trabalho passado aparece como

estágio preliminar e condição para o nascimento de um novo processo de trabalho. Mas esse próprio processo de trabalho é considerado, então, somente como condição para a produção de um determinado valor de uso, de modo que ele mesmo é considerado do ponto de vista do valor de uso. Assim como no consumo de um valor de uso em geral, em que o trabalho nele contido é indiferente e ele atua somente como valor de uso, ou satisfaz certas necessidades no processo de consumo de acordo com suas propriedades, de modo que interessam somente as propriedades que ele possui como este objeto e o serviço que ele presta como este objeto, assim, também no processo de trabalho, que é ele mesmo somente um processo de consumo determinado, particular de valores de uso, uma maneira particular, específica de sua utilização, interessam somente as propriedades que os produtos de trabalho anterior têm para esse processo, não sua existência como materialização de trabalho passado. As propriedades que uma matéria natural qualquer recebeu por meio do trabalho anterior são agora suas próprias qualidades materiais¹²⁹ com as quais ela atua ou presta serviço. De maneira que, se essas propriedades são mediadas por trabalho anterior, essa mediação mesma é suprimida, apagada no produto.

Aquilo que aparecia como modo particular, finalidade motriz, atividade do trabalho, aparece agora – em seu resultado, na modificação do objeto que ocorre no produto por meio do trabalho –

¹²⁹ *dinglichen.*

como um objeto com novas propriedades determinadas que ele possui para o uso, para a satisfação de necessidades. Se nos recordamos de que, no próprio processo de trabalho, que o material e o meio de trabalho são produto de trabalho anterior, isso só ocorre na medida em que eles não desenvolvem as propriedades necessárias, por exemplo, uma serra que não serra, uma faca que não corta etc. Isso nos lembra da imperfeição do trabalho, que forneceu um fator para o processo de trabalho atual. Na medida em que produtos de processos de trabalho anteriores entram num novo processo de trabalho como fatores, como material ou meio, interessa-nos somente a qualidade do trabalho passado, se seu produto realmente possui as propriedades de acordo com o fim que pretende possuir, se o trabalho foi *bom* ou *mau*. O que nos interessa é o trabalho em sua eficácia e realidade material. De resto, na medida em que meio de trabalho e material de trabalho – como valores de uso – servem no processo de trabalho real e possuem as propriedades conforme ao fim (porém, se eles possuem essas propriedades como valores de uso em grau alto ou baixo, se servem a seu fim de modo completo ou incompleto, depende do trabalho passado do qual são produtos), é completamente indiferente que eles sejam produtos de trabalho anterior. Se caíssem prontos do céu, eles prestariam o mesmo serviço. Na medida em que eles nos interessam como produtos, isto é, como resultados de trabalho passado, então eles nos interessam apenas como resultados de um trabalho *particular*, como a qualidade desse trabalho particular da qual depende sua

qualidade como valores de uso, isto é, o grau no qual eles realmente servem [como] valores de uso para esse processo de consumo particular. Do mesmo modo, em um dado processo de trabalho, o trabalho interessa somente na medida em que atua como essa determinada atividade conforme ao fim, mas em que consiste esse conteúdo material determinado e o grau em que o produto é bom ou ruim, e se ele realmente possui, recebe o valor de uso que deve receber no processo de trabalho, isso depende da maior ou menor qualidade do trabalho, de sua perfeição, de seu caráter correspondente ao fim.

Por outro lado, produtos que são destinados a entrar em um novo processo de trabalho como valores de uso, são, portanto, ou meios de trabalho ou produtos inacabados, ou seja, produtos que, para se tornarem valores de uso reais – para servirem ao consumo individual ou produtivo – precisam de uma elaboração ulterior – esses produtos que, portanto, ou são meios de trabalho, ou materiais de trabalho para um processo de trabalho posterior, realizam-se como tais somente na medida em que entram em contato com o trabalho vivo que suprime¹³⁰ sua objetividade morta, que a consome, que a transforma de valores de uso que apenas existem segundo a possibilidade em valores de uso efetivos e eficazes, usando-os e consumindo-os como fatores objetivos de seu próprio movimento vivo. Uma máquina que não serve no processo de trabalho é inútil, ferro e madeira mortos. Além disso, ela acaba por ser consumida por potências elementares – o metabolismo

¹³⁰ *aufhebt.*

universal: o ferro enferruja, a madeira apodrece. O algodão que nunca se tece ou tricota etc. é apenas algodão deteriorado, algodão que está deteriorado para qualquer outra aplicação que ele possuía como algodão, como matéria-prima. Como cada valor de uso pode ser utilizado diferentemente, cada coisa tendo diferentes propriedades por meio das quais pode servir às necessidades, então, por meio de um processo de trabalho anterior, no qual a coisa recebeu valor de uso em uma determinada direção, ela perde essas mesmas propriedades com as quais só pode ser usada em um ulterior processo de trabalho determinado; portanto, produtos que só podem servir como meios de trabalho e material de trabalho perdem não apenas sua propriedade enquanto produtos, enquanto esse valor de uso determinado que receberam por meio do trabalho anterior, mas também a matéria-prima da qual eles são constituídos apodreceu, deteriorou-se inutilmente e, com a forma útil que recebeu mediante o trabalho anterior, cai vítima do jogo dissolvente das forças naturais. No processo de trabalho, os produtos do processo de trabalho anterior, o material de trabalho e os meios de trabalho como que se levantam dos mortos. Eles só se tornam valores de uso *efetivos*, entrando como fatores no processo de trabalho, só atuam nele como valores de uso e só escapam por meio dele da dissolução no metabolismo universal a fim de reaparecer no produto como nova formação. A máquina também é destruída através do processo de trabalho, mas como máquina. Ela vive e atua como máquina, seu consumo é igualmente sua eficácia e na forma modificada

do material seu movimento é fixado, efetivado, como propriedade de um novo objeto. Do mesmo modo, é somente no próprio processo de trabalho que o material de trabalho desenvolve as propriedades de uso que ele possui como tal. Seu processo de consumo é processo de transformação, modificação, do qual ele sai como valor de uso aumentado. Portanto, por um lado, se produtos existentes, resultados de trabalho anterior mediam a realização do trabalho vivo como as suas condições objetivas, o trabalho vivo media a realização desses produtos como valores de uso, como produtos e os conserva e subtrai ao metabolismo universal da natureza na medida em que os anima como elementos de uma “nova formação”.

O trabalho real, na medida em que cria valores de uso e é apropriação do elemento natural para necessidades humanas, sejam essas necessidades as necessidades da produção ou do consumo individual, é condição geral do metabolismo entre natureza e homem e, como tal, condição natural da vida humana independente de todas as suas formas sociais determinadas e igualmente comum a todas elas. O mesmo vale para o processo de trabalho em suas formas gerais que, na verdade, é somente trabalho vivo decomposto em seus elementos particulares, cuja unidade é o próprio processo de trabalho, a ação do trabalho sobre o material de trabalho através dos meios de trabalho. O processo de trabalho ainda aparece segundo sua forma universal, portanto, em *nenhuma determinidade econômica* particular. Com isso, não está expressa qualquer *relação de produção* histórica (social)

determinada, na qual os homens entram na produção de sua vida social, mas, antes, a forma universal e os elementos universais nos quais o trabalho deve igualmente se decompor em todos os modos de produção social a fim de atuar como trabalho.

A forma do processo de trabalho que foi aqui considerada é apenas sua forma abstrata, isolada de todas as características históricas determinadas e que se ajusta igualmente a todos os tipos de processo de trabalho nos quais os homens podem estabelecer relações sociais enquanto dura esse processo. Assim como não se pode sentir pelo sabor do trigo se ele foi produzido por um servo russo ou um agricultor francês, também não se vê, do ponto de vista do processo de trabalho em sua forma universal, da forma universal desse processo de trabalho, se ele é efetuado sob o chicote do feitor de escravos, sob o olhar de um capitalista industrial ou se é um processo de um selvagem que abate a caça com seu arco.

O possuidor de dinheiro compra com seu dinheiro, em parte, disposição sobre capacidade de trabalho, em parte, material de trabalho e meios de trabalho para que ele possa utilizar, consumir essa capacidade de trabalho como tal, isto é, para poder fazê-la atuar como trabalho real, em suma, para fazer o trabalhador realmente trabalhar. As determinações gerais desse trabalho, que ele tem em comum com todo tipo de trabalho, não serão alteradas se esse trabalho aparecer como tal para o possuidor do dinheiro ou se aparecer como seu processo de

consumo da capacidade de trabalho. Ele subsumiu o processo de trabalho ao seu domínio, dele se apropriou, mas deixou com isso sua natureza inalterada. Em que medida o caráter do processo de trabalho se modifica por meio de sua subsunção ao próprio capital é uma questão que nada tem a ver com a sua forma geral e será discutida depois.

O trigo que eu como, se eu o comprei ou o produzi eu mesmo, atua num caso como noutro de acordo com sua determinidade natural no processo alimentar. Do mesmo modo, nada muda no processo de trabalho em sua forma geral, isto é, nos elementos conceituais do trabalho em geral, se eu trabalho para mim com meu próprio material e instrumento de trabalho ou se trabalho para o possuidor de dinheiro, para quem vendi temporalmente minha força de trabalho. O consumo dessa capacidade de trabalho, isto é, sua atividade real como força de trabalho, o trabalho real, *que é em si um processo em que uma atividade entra em certas relações com objetos, permanece o mesmo antes como depois* e se move sob as mesmas formas gerais. O processo de trabalho ou o trabalho real supõe precisamente que a separação – que se dá antes da venda de sua capacidade de trabalho – do trabalhador em relação às condições objetivas nas quais ele pode fazer atuar sua capacidade de trabalho, trabalhar, que essa separação seja suprimida, que ele possa, então, entrar como trabalhador no processo de trabalho na relação correspondente às condições objetivas de seu trabalho. Portanto, se considero os elementos gerais desse

processo, então considero apenas os momentos gerais do trabalho real em geral. {A aplicação prática disso é que, na apologia do capital, essa afirmação é confundida ou identificada com um elemento do simples processo de trabalho em geral, portanto, que um produto para a produção de outro produto seja certamente capital, que a matéria-prima ou o instrumento de trabalho, o instrumento de produção seja capital e, assim, que o capital seja um fator do processo de trabalho em geral, independente de todas as relações de distribuição e formas de produção sociais. Esse ponto só poderá ser mais bem desenvolvido depois de tratarmos do processo de valorização. O dinheiro, para se transformar em capital (capital produtivo), tem de se transformar em material de trabalho, instrumento de trabalho e capacidade de trabalho, que nada mais são do que produtos de trabalho passado, valores de uso mediados pelo trabalho, que são empregados na nova produção. Considerado por seu lado material, portanto, o capital aparece agora – na medida em que ele existe como valor de uso – como consistente, presente na forma de produtos que servem à nova produção, matéria-prima, instrumento (mas também como trabalho). Disso, porém, não decorre, de forma alguma, o contrário: que essas coisas como tais sejam capital. Elas se tornam capital somente sob certos pressupostos sociais. Poder-se-ia, ainda, dizer igualmente que trabalho é capital em si e para si, portanto, a partir da utilidade do trabalho poderia ser demonstrada ao trabalhador a utilidade do capital, já que o trabalho

tanto quanto o instrumento pertencem ao capitalista no processo de trabalho.}

Considerados em referência ao trabalho mesmo, os elementos do processo de trabalho são determinados como material de trabalho, meio de trabalho e como trabalho mesmo. Ao se considerar esses elementos em referência à finalidade de todo o processo, ao produto a ser fabricado, então eles podem ser designados como material de produção, meio de produção e trabalho produtivo. (talvez não essa última expressão.)

O produto é o resultado do processo de trabalho. Do mesmo modo, aparecem produtos como seu pressuposto, com os quais eles não termina, mas de cuja existência ele parte como condição. A capacidade de trabalho mesma é não somente um produto, mas os meios de subsistência que o trabalhador recebe como dinheiro do possuidor do dinheiro pela venda de sua capacidade de trabalho, são produtos já acabados, prontos para o consumo individual. Seu material de trabalho e meio de trabalho também já são, um ou outro, ou ambos, produtos. Portanto, os produtos já são pressupostos à produção; produtos tanto para o consumo individual, como para o produtivo. Originalmente, a natureza mesma é o depósito onde o homem, que igualmente é pressuposto como produto natural, encontra produtos naturais prontos para o consumo, assim como ele encontra, em parte, nos órgãos de seu próprio corpo, os primeiros meios de produção para a apropriação

desses produtos. O meio de trabalho, o meio de produção aparece como o primeiro produto produzido por ele, cujas primeiras formas, como pedra etc., ele também encontra na natureza.

O processo de trabalho como tal, conforme foi dito, nada tem a ver com o ato de compra da capacidade de trabalho por parte do capitalista. Ele comprou a capacidade de trabalho. Agora ele deve empregá-la como valor de uso. O valor de uso do trabalho é o trabalho mesmo, o processo de trabalho. A pergunta é, portanto, em que isso consiste segundo seus elementos gerais, logo, independentemente do futuro capitalista, tal como se disséssemos: ele compra trigo, ele quer usá-lo como meio de nutrição. Em que consiste o processo de nutrição por meio de cereais ou, antes, quais são os momentos gerais do processo de nutrição em geral?

Processo de valorização

O resultado do processo de trabalho é o *produto*, na medida em que o resultado ainda é considerado com referência ao próprio processo, como processo de trabalho cristalizado, cujos diferentes fatores são reunidos num objeto em repouso, numa união de sua atividade subjetiva com seu conteúdo material. Mas esse produto para si, considerado na autonomia em que ele aparece como resultado do processo de trabalho, é um *valor de uso* determinado. O material de trabalho recebeu a forma, as propriedades determinadas cuja produção

o processo de trabalho inteiro tem por finalidade e que, como finalidade motora, determina o modo particular do próprio trabalho. Esse produto é um *valor de uso* porquanto é, agora, resultado, logo, porquanto o processo de trabalho encontra-se atrás dele como passado, como história de sua criação. Aquilo que o dinheiro recebe por meio de sua troca com a capacidade de trabalho, ou aquilo que o possuidor de dinheiro recebe por meio do consumo da capacidade de trabalho por ele comprada – mas esse consumo, segundo a natureza da capacidade de trabalho, é consumo industrial, produtivo ou processo de trabalho – é um *valor de uso*. Esse valor de uso lhe pertence, ele o comprou ao dar um equivalente por ele, quer dizer, comprou o material de trabalho, o meio de trabalho; igualmente, porém, pertence-lhe o *trabalho mesmo*, pois ao comprar a capacidade de trabalho – *antes*, portanto, de haver realmente trabalhado –, passa a lhe pertencer o valor de uso dessa mercadoria que, é precisamente o trabalho mesmo. O produto lhe pertence totalmente tal como se ele consumisse sua própria capacidade de trabalho, isto é, tal como se tivesse trabalhado ele mesmo a matéria-prima. O processo de trabalho inteiro só ocorre depois que ele providenciou todos os seus elementos na base da troca de mercadorias e em correspondência às suas leis, isto é, pela compra das mercadorias a seu preço, que é seu valor expresso, estimado em dinheiro. Na medida em que seu dinheiro se converteu nos elementos do processo de trabalho e o próprio processo de trabalho inteiro aparece somente como o consumo da capacidade de trabalho comprada pelo dinheiro, o

processo de trabalho mesmo aparece como uma transformação que o dinheiro sofre, na qual ele foi trocado não por um valor de uso existente, mas por um processo que é o seu próprio processo. De certo modo, o processo de trabalho lhe é incorporado, subsumido a ele.

No entanto, aquilo que se buscava com a troca de dinheiro por capacidade de trabalho não era, em absoluto, valor de uso, mas a transformação do dinheiro em capital. O valor autonomizado em dinheiro conservou-se nessa troca, aumentou, assumiu a forma egoísta e o possuidor do dinheiro tornou-se capitalista justamente ao representar o valor que se propaga pela circulação, que nela se afirma como sujeito. A questão dizia respeito ao valor de troca, não ao valor de uso. O valor só se afirma como valor de troca na medida em que o valor de uso criado no processo de trabalho, o produto do trabalho real mesmo, é portador do valor de troca, ou seja, é *mercadoria*. Trata-se, por isso, para o dinheiro que se transformou em capital, da produção de uma mercadoria, não de um mero valor de uso, mas trata-se do valor de uso somente na medida em que ele é condição necessária, substrato material do valor de troca. Trata-se, de fato, de *produção* de valor de troca, de sua conservação e aumento. O que agora devemos fazer, portanto, é calcular o valor de troca conservado no produto, no novo valor de uso. (Trata-se de valorizar o valor. Portanto, não somente de um processo de trabalho, mas de um processo de valorização.)

Antes de proceder a esse cálculo, ainda uma observação. Todos os pressupostos do processo de trabalho, tudo que nele entra, não consiste apenas em valores de uso, mas antes, em mercadorias, valores de uso que tinham um preço, que expressavam seu valor de troca. Assim como as mercadorias se inseriram como elementos desse processo, elas devem dele novamente sair, o que não aparece quando observamos o mero processo de trabalho como produção material. Ele forma, por conseguinte, apenas um lado, o lado material do processo de produção. Assim como a mercadoria possui, por um lado, valor de uso, por outro lado, valor de troca, assim também a mercadoria deve, em seu processo de formação, ser naturalmente, *in actu*¹³¹, um processo bilateral: por um lado, sua produção como valor de uso, como produto de trabalho útil, por outro lado, sua produção como valor de troca, sendo que esses dois processos têm de aparecer somente como duas formas diferentes do mesmo processo, exatamente como a mercadoria é unidade de valor de uso e valor de troca. A mercadoria, da qual partimos como de um dado, será considerada aqui no processo de seu devir. O processo de produção é o processo de produção não de valor de uso, mas de mercadoria, portanto, da unidade de valor de uso e valor de troca. Todavia, isso ainda não faz do modo de produção o modo de produção capitalista. Ele requer apenas que o produto, o valor de uso, não seja destinado para consumo próprio, mas para

¹³¹ na realidade

alienação¹³², para venda. A produção capitalista, porém, requer não apenas que as mercadorias lançadas no processo sejam valorizadas, que por meio da adição de trabalho – o consumo industrial não é senão adição de trabalho novo – elas recebam um novo valor, mas que os valores nelas lançados – pois os valores de uso nelas lançados, na medida em que elas eram mercadorias, tinham todos valor – se valorizem como valor, produzam novo valor já que eram valores. Se se tratasse apenas do primeiro processo, não teríamos ido além da mercadoria simples.

Aceitamos que, para o possuidor do dinheiro, os elementos do processo de trabalho não são valores de uso que se encontram em sua posse, mas sim que foram originalmente adquiridos como mercadorias pela compra e que isso constitui o pressuposto do processo de trabalho inteiro. Vimos que isso não é necessário para todo tipo da indústria, que, além do meio de trabalho, também o material de trabalho é mercadoria, isto é, ele mesmo um produto já mediado pelo trabalho e, como trabalho objetivado, valor de troca – mercadoria. Porém, partimos aqui do pressuposto de que todos os elementos do processo são comprados, como é o caso na fabricação. Tomamos o fenômeno na forma em que ele aparece o mais completo. Isso não altera em nada quanto à exatidão da reflexão mesma, pois para outros casos basta que se estabeleça um fator = 0. Assim, por exemplo, na pesca, o material de trabalho mesmo já não é produto, portanto, não circula antes como

¹³²*Entäusserung.*

mercadoria, o que permite que um fator do processo de trabalho, na medida em que é considerado como valor de troca – como mercadoria – , possa ser posto como = 0, no caso em questão, o material de trabalho. Porém, é *essencial* o pressuposto de que o possuidor do dinheiro compra não apenas a capacidade de trabalho – ou de que o dinheiro não se troca apenas por capacidade de trabalho, mas igualmente por outras condições objetivas do processo de trabalho, material de trabalho, meio de trabalho, condições nas quais podem estar incluídas uma grande multiplicidade de coisas, mercadorias, conforme a natureza do processo de trabalho seja mais simples ou mais complexa. No primeiro degrau do desenvolvimento em que aqui nos encontramos, ele é metodologicamente necessário. Teremos de ver como o dinheiro se transforma em capital. Porém, esse processo é percorrido diariamente por todo possuidor de dinheiro que quer transformar seu dinheiro em capital industrial. Ele tem de comprar material e meios de trabalho para poder consumir trabalho alheio. – Necessário para a real compreensão da natureza da relação capitalista. Esta parte da circulação de mercadorias como seu fundamento. Supõe a superação do modo de produção em que o autoconsumo constitui o principal fim da produção, somente o excedente sendo vendido como mercadoria. Ela se desenvolve mais completamente quanto mais todos os elementos de que ela se apropria são, eles mesmos, mercadorias, portanto, elementos que só podem ser apropriados por meio da compra. Quanto mais a produção mesma obtém seus elementos da circulação, isto é,

como mercadorias, de tal forma que elas já entram na produção como valores de troca, tanto mais essa produção é produção capitalista. Se tomamos aqui, teoricamente, a circulação como pressuposto da formação do capital e, por isso, partimos do dinheiro, esse é igualmente o percurso histórico. O capital se desenvolve a partir do patrimônio monetário e pressupõe, para a sua formação, relações comerciais já muito desenvolvidas, estabelecidas em um estágio de produção que o antecede. Dinheiro e mercadoria são o pressuposto do qual temos de partir na consideração da economia burguesa. Será mostrado, na consideração posterior sobre o capital, que somente a produção capitalista é, de fato, aquela em cuja superfície a mercadoria aparece como a forma elementar da riqueza.

Vê-se, com isso, a absurdidade do hábito que J. B. Say introduziu com seu esquematismo francês – como no geral ele era somente um vulgarizador de A. Smith, ele pôde somente dar ao conteúdo, nem um pouco imponente, uma disposição agradável ou uniforme – mas que não foi seguido por nenhum economista clássico, de considerar primeiro a produção, depois a troca, então a distribuição e, finalmente, o consumo, ou também de dividir de algum outro modo essas 4 rubricas. O modo de produção específico que estamos a considerar pressupõe, desde o início, um modo determinado da troca como uma de suas formas, produz um modo determinado de distribuição e consumo, na medida em que a consideração sobre estes últimos recai plenamente no domínio da economia política. (Retornar a isso depois.)

Portanto, *now ad rem*¹³³.

O valor de troca do produto (do valor de uso), que se origina do processo de trabalho, consiste na soma total do tempo de trabalho que nele é materializado, na quantidade total de trabalho nele aplicado, objetivado.¹³⁴ Consiste, portanto, primeiramente, no valor da matéria-prima nele contida, ou no tempo de trabalho requerido para produzir esse material de trabalho. Consideremos 100 jornadas de trabalho. Esse valor, no entanto, já está expresso no preço pelo qual o material de trabalho foi comprado, seja, por exemplo, 100 táleres. O valor dessa parte do produto já entra nele determinado como preço. Em segundo lugar, no que se refere ao meio de trabalho, instrumento etc., o instrumento só precisa ser usado em parte e pode continuar novamente a funcionar como meio de trabalho em novos processos de trabalho. Por isso, somente pode entrar no cálculo a parte do instrumento que foi utilizada – porque somente ela entrou no produto. Sobre esse ponto, queremos pressupor que o meio de trabalho inteiro se consome num processo de trabalho – posteriormente se mostrará em detalhe como é calculada a depreciação do meio de trabalho. O pressuposto muda pouco a questão já que, de fato, somente instrumento entra no cálculo, na medida em que é consumido no processo de trabalho, portanto, na medida em que é transferido para o produto; portanto, somente o meio de trabalho utilizado entra no cálculo. E ele é igualmente comprado.

¹³³ agora ao ponto

¹³⁴ É sobre essa *adição* que Quesnay etc. sustenta sua demonstração da improdutividade de todos os trabalhos, salvo o trabalho agrícola. (Nota do autor)

Antes de prosseguirmos, devemos discutir aqui como no processo de trabalho se conserva o valor do material de trabalho e do meio de trabalho e, por conseguinte, como ele aparece novamente como componente de valor pronto, *pressuposto* do produto ou, o que é o mesmo, como, no processo de trabalho, o material e o meio de trabalho são consumidos, modificados, ou modificados ou completamente destruídos (como o meio de trabalho), ao passo que seu valor não é destruído, mas reaparece no produto como um componente, componente *pressuposto* de seu valor.

{O capital, segundo seu aspecto material, foi considerado como processo de produção simples, como processo de trabalho. Porém, segundo o aspecto da determinidade formal, esse processo é *processo de autovalorização*. A autovalorização inclui tanto a conservação do valor pressuposto como a sua multiplicação. O trabalho é atividade conforme a um fim e, assim, segundo o aspecto material, é pressuposto que no processo de produção o trabalho empregou, em conformidade ao fim (*zweckmässig*), o meio de trabalho para dar ao material de trabalho o novo valor de uso que se objetivava.}

{Como o processo de trabalho – pois o trabalho pertence ao capitalista – é processo de consumo da capacidade de trabalho pelo capitalista, ele tem no processo de trabalho seu material e meio de trabalho consumidos pelo trabalho e o trabalho consumido pelo seu material etc.}

Para o processo de trabalho como tal, ou no processo de trabalho como tal, a capacidade de trabalho ativa, o trabalhador efetivo se relaciona com o material de trabalho e o meio de trabalho somente como pressupostos objetivos da inquietude criadora que é o próprio trabalho; de fato, somente como meios objetivos de realização do trabalho. Eles são tais somente mediante suas propriedades objetivas, mediante as propriedades que eles possuem como o material e o meio desse trabalho determinado. O fato de que eles são produtos de trabalho anterior desaparece neles quando assumem a condição de coisas. A mesa que me serve para escrever possui como sua forma própria e suas próprias propriedades o que antes aparecia como qualidade formadora ou determinidade do trabalho de carpintaria. Tenho a ver com ela na medida em que eu a uso como meio para trabalho posterior, na medida em que ela serve como valor de uso, como mesa para uma aplicação determinada. Que o material no qual ela consiste tenha recebido essa forma por meio de trabalho anterior, por meio de trabalho de carpintaria, é algo que desapareceu, dissipou-se na sua existência de coisa. Ela serve como mesa no processo de trabalho, sem qualquer consideração ao trabalho que fez dela uma mesa.

No valor de troca, ao contrário, trata-se apenas da quantidade de trabalho da qual esse valor de uso determinado aparece como materialização, ou da quantidade de tempo de trabalho requerida para produzi-lo. Nesse trabalho, desapareceu sua própria qualidade, que ele seja, por exemplo, trabalho de carpintaria, pois ele é reduzido a uma

quantidade determinada de trabalho igual, geral, indiferenciado, social, abstrato. A determinidade material do trabalho, portanto, também do valor de uso em que ele se fixa, desapareceu nisso, dissipou-se, é agora indiferente. Pressupõe-se que era trabalho necessário, portanto, trabalho que resultou num valor de uso. Porém, qual era esse valor de uso, qual era, por conseguinte, a utilidade determinada do trabalho, é algo que desapareceu na existência da mercadoria como valor de troca, pois, como tal, ela é um equivalente, exprimível em qualquer outro valor de uso, portanto, em qualquer outra forma do trabalho útil, como idêntica quantidade de trabalho social. Daí que, em relação ao valor – isto é, considerado como quantidade de trabalho objetivada – o material de trabalho e os meios de trabalho consumidos possam sempre ser considerados como se fossem momentos do mesmo processo de trabalho, de tal forma que, para fabricar o produto, o novo valor de uso, sejam requeridos 1) o tempo de trabalho que se objetiva no material de trabalho, 2) o tempo de trabalho que se materializa no meio de trabalho. O material de trabalho, em sua forma original, é certamente variado, embora ele também reapareça conforme sua substância no novo valor de uso. O meio de trabalho desaparece completamente, embora ele reapareça como ação, resultado, na forma do novo valor de uso. A determinidade material determinada, a utilidade do trabalho, que existia no material de trabalho e no meio de trabalho, foi apagada igualmente, assim como os valores de uso em que eles resultaram se dissiparam ou se modificaram. Porém, como valores de troca, já antes de entrarem

nesse novo processo de trabalho, eles eram mera materialização do trabalho geral, nada mais que uma quantidade de tempo de trabalho em geral absorvida num objeto, para a qual era indiferente o caráter determinado do trabalho real, assim como a natureza determinada do valor de uso em que ela se realiza. Depois do novo processo de trabalho, tem-se a mesma relação que havia antes dele. A quantidade de tempo de trabalho necessária para produzir, por exemplo, algodão e fuso, é a necessária quantidade de tempo de trabalho requerida para produzir o fio, na medida em que algodão e fuso são consumidos no fio. É totalmente indiferente que essa quantidade de tempo de trabalho apareça agora como fio, já que ela aparece, como antes, num valor de uso para cuja produção ela é necessária. Se, por exemplo, troco algodão e fuso ao valor de 100 táleres por uma quantidade de fio que vale igualmente 100 táleres, então, também nesse caso, o tempo de trabalho contido no algodão e no fuso existe como tempo de trabalho contido no fio. Que algodão e fuso, em sua real transformação material em fio, também sofram modificações materiais, um recebendo outra forma, o outro desaparecendo completamente em sua forma material, é algo que nada muda aqui, *porque* isso lhes concerne tão somente como valores de uso e, portanto, sob uma forma face à qual eles, como valores de uso, são indiferentes em si e para si. Como eles são, como valores de troca, somente uma quantidade determinada de tempo de trabalho social materializado, sendo assim grandezas iguais, equivalentes para todo outro valor de uso, que é igual grandeza de

quantidade de tempo de trabalho social materializado, nada muda neles, então, que apareçam agora como fatores de um novo valor de uso. A única condição é que eles 1) apareçam como tempo de trabalho necessário para produzir o novo valor de uso; 2) resultem realmente num outro valor de uso – portanto, em valor de uso em geral.

Algodão e fuso são tempo de trabalho necessário para criar o novo valor de uso, porque os valores de uso nos quais originalmente se cristalizaram são fatores necessários para o novo processo de trabalho. Porém, em segundo lugar, de acordo com o pressuposto, os valores de uso tal como existiam antes do processo de trabalho – como algodão e fuso – de fato resultaram, por meio do novo processo de trabalho, num novo valor de uso, no produto, no fio. (Que no novo produto entrem somente quantidades de material e meio de trabalho necessárias à sua formação – portanto, somente o tempo de trabalho necessário requerido nessas quantidades determinadas –, que, em outras palavras, nem o material nem os meios de produção sejam desperdiçados, é uma condição que não concerne a eles como tais, mas à conformidade ao fim e à produtividade do novo trabalho, que no processo de trabalho os utiliza como material e meio seus; é, portanto, uma determinação que deve ser considerada nesse trabalho mesmo. Porém, aqui é suposto que eles entram no novo processo como meio de trabalho e material de trabalho somente naquelas quantidades que são realmente requeridas como tais para a realização do novo trabalho, que são efetivamente condições objetivas do novo processo de trabalho.)

Temos, portanto, dois resultados.

Em primeiro lugar: O tempo de trabalho requerido na produção do material de trabalho e do meio de trabalho consumidos no produto é tempo de trabalho requerido na produção do produto. Na medida em que o valor de troca é considerado, os tempos de trabalho materializados no material e no meio de trabalho podem ser considerados como se fossem elementos do mesmo processo de trabalho. Todo o tempo de trabalho contido no produto é passado; portanto, trabalho materializado. Que o tempo de trabalho que passou no material e no meio tenha passado anteriormente, pertença a um período anterior, como o tempo de trabalho que funciona imediatamente no último processo de trabalho mesmo, é aqui indiferente. Eles apenas constituem períodos anteriores nos quais o tempo de trabalho contido no produto foi executado, como a parte que representa o trabalho imediato que entra no produto. *Os valores do material e do meio de trabalho reaparecem, assim, no produto como componentes de seu valor.* Esse valor é um valor *pressuposto*, pois já estava expresso nos preços de material de trabalho e meio de trabalho, no tempo de trabalho neles contido em sua forma geral, como trabalho social; são esses os preços pelos quais o possuidor do dinheiro os comprou como mercadorias, antes de ele iniciar o processo de trabalho. Os valores de uso nos quais eles consistiam desapareceram, mas eles mesmos permaneceram inalterados e inalterados permanecem nos novos valores de uso. Deu-se apenas a modificação pela qual eles aparecem

como meros componentes, fatores de seu valor, fatores de um novo valor. Na medida em que a mercadoria em geral é valor de troca, o valor de uso determinado, a determinidade material determinada na qual ele existe, é, em geral, apenas um modo de manifestação determinado da mercadoria; de fato, ele é equivalente geral e, por isso, pode trocar essa encarnação por qualquer outra; por meio da circulação e, inicialmente, por sua transformação em dinheiro, ele é capaz de dar a si a substância de qualquer outro valor de uso.

Em segundo lugar: Os valores de meio de trabalho e material de trabalho se conservam, portanto, no valor do produto, entram como fatores no valor do produto. *Porém, eles reaparecem nele somente* porque a modificação real que os valores de uso neles sofreram não afetou em nada sua substância, mas somente as formas do valor de uso nas quais eles existiam antes e depois do processo; mas em nada foi afetada – em sua essência, em relação à natureza da coisa – a forma determinada do valor de uso sob a qual existe o valor do produto, ou também a utilidade determinada do trabalho que nele é reduzida a trabalho abstrato.

Todavia, para que o valor do material de trabalho e meio de trabalho reapareça no produto, é *conditio sine qua non*¹³⁵ que o processo de trabalho realmente continue até o seu fim, até o produto, que resulte realmente no produto. Quando, portanto, se trata do valor de uso cuja produção se estende por um período mais longo, então se vê o

¹³⁵ condição necessária

quanto o momento da *continuidade* do processo de trabalho é essencial para o processo de valorização em geral – mesmo que se trate apenas da conservação de valores de uso existentes. (Porém, isso presume, segundo o pressuposto, que o processo de trabalho se desenvolva sobre a base da apropriação da capacidade de trabalho por meio da sua compra por parte do dinheiro, por meio da contínua transformação do dinheiro em capital. Portanto, presume que a existência da *classe trabalhadora* seja uma constante. Também em estágios de produção anteriores pode-se encontrar esporadicamente uma classe trabalhadora anterior, mas não como pressuposto *geral* da produção. Nas *colônias* (vide *Wakefield*, retornar mais tarde a isso¹³⁶) mostra-se como essa relação mesma é um produto da produção capitalista.)

Ora, no que concerne à conservação dos valores de material de trabalho e meio de trabalho – portanto, pressupondo-se que o processo de trabalho continue até o produto -, essa conservação pode ser simplesmente alcançada por meio do consumo desses valores de uso como tais pelo trabalho vivo no processo de trabalho, por sua figuração como elementos reais do processo de trabalho – somente por meio de seu contato com o trabalho vivo e por meio de sua entrada neste último enquanto condições de sua atividade conforme um fim. *No processo de trabalho, o trabalho vivo acrescenta valor ao valor pressuposto no material e no meio de trabalho* somente na medida em que ele é para si uma nova quantidade de trabalho, não na medida em que é trabalho

¹³⁶

Cf. caderno XX, p. 1446. (N.E.A.)

real, útil, considerado segundo sua determinidade material. O fio tem um valor maior que a soma dos valores de algodão e fuso nele consumidos somente porque uma nova quantidade de trabalho foi acrescentada no processo de trabalho a fim de transformar aqueles valores de uso no novo valor de uso fio, com isso, porque o fio contém ainda uma nova quantidade de trabalho que se acrescenta àquela contida no algodão e no fuso. Porém, os valores de troca de algodão e fuso se *conservam* simplesmente pelo fato de que o trabalho real, o trabalho de fiação, transforma-os no novo valor de uso fio, portanto, os consome de modo conseqüente, faz deles *fatores vitais de seu próprio processo*. Os valores que entram no processo de trabalho são conservados simplesmente por meio da *qualidade* do trabalho vivo, por meio da natureza de sua exteriorização, em que aqueles objetos mortos – nos quais os valores pressupostos estão presentes como seus valores de uso – são então realmente apreendidos como valores de uso por esse novo trabalho útil, pela fiação, e se tornam elementos do novo trabalho. *Com isso, eles são conservados como valores pelo fato de entrarem no processo de trabalho como valores de uso*, portanto, por desempenharem seus papéis conceitualmente determinados de material de trabalho e meio de trabalho face ao trabalho real, útil. Permanecemos em nosso exemplo. Algodão e fuso são utilizados como valores de uso porque entram no trabalho determinado, a fiação, como material e meio, porque são postos no real processo de fiar um como o objeto, o outro como o órgão dessa atividade viva conforme ao fim.

Desse modo, portanto, são conservados como valores, pois são conservados como valores de uso para o trabalho. *São plenamente conservados como valores de troca porque são utilizados pelo trabalho como valores de uso.* No entanto, o trabalho que assim os utiliza como valores de uso é trabalho efetivo, o trabalho considerado [em] sua determinidade material, esse trabalho determinado, útil, que se refere a esses valores de uso particulares somente como material de trabalho e meio de trabalho, que se reporta a eles como tais em sua exteriorização viva. É esse trabalho útil, determinado, a fiação, que conserva os valores de uso algodão e fuso como valores de troca e, por isso, como parte-constitutiva-do-valor-de-troca no produto, e que os faz reaparecer no valor de uso fio porque se reporta a eles, no processo real, como seu material e seu meio, como os órgãos de sua realização, porque os anima como esses seus órgãos e os faz atuar como tais. E desse modo os valores de todas as mercadorias – que, conforme seu valor de uso, não entram no consumo individual imediato, mas são destinadas à nova produção – se conservam somente pelo fato de que, como material e meio de trabalho, os quais eles são apenas em possibilidade, eles se tornam material e meio de trabalho reais; pelo fato de que podem servir como tais ao trabalho determinado, podem ser utilizados como tais. Eles só são conservados como valores de troca na medida em que, conforme sua determinação conceitual, são consumidos pelo trabalho vivo como valores de uso. *Porém, eles são tais valores de uso – material e meio – apenas para o trabalho real, determinado.* Eu posso

utilizar algodão e fuso como valores de uso somente no ato de fiar, não no ato de moer ou de fabricar botas. – Todas as mercadorias são, em geral, valores de uso somente em potência. Elas se tornam valores de uso reais somente por meio de seu uso real, seu consumo, e esse seu consumo é aqui o próprio trabalho particular, determinado, o processo de trabalho determinado.

Assim, material de trabalho e meio de trabalho só são conservados como valores de troca na medida em que são consumidos como valores de uso no processo de trabalho, isto é, na medida em que o trabalho vivo se reporta a eles em ato como seus valores de uso, na medida em que ele os faz desempenhar o papel de seu meio e material, na medida em que, em sua inquietude viva, tanto os põe quanto os suprime como meio e material. Na medida em que faz isso, porém, o trabalho é trabalho *real*, atividade particular conforme ao fim, é o trabalho como atividade determinada, tal qual aparece como tipo particular de trabalho útil no processo de trabalho. Porém, não é o trabalho nessa determinidade – ou essa não é, porém, a determinidade em que o trabalho acrescenta *novo* valor de troca ao produto ou aos objetos (valores de uso) que entram no processo de trabalho. Por exemplo, a fiação. A fiação conserva no fio os valores de algodão e fuso nela consumidos, porque esse processo realmente fia algodão e fuso, utiliza-os como material e meio para a produção de um novo valor de uso, o fio, ou faz com que algodão e fuso realmente funcionem agora no processo de fiação como material e meio desse trabalho vivo, particular.

Entretanto, quando a fiação eleva o valor do produto, do fio, ou adiciona novo valor aos valores já pressupostos e que apenas reaparecem no fio, aos valores de fuso e algodão, isso só ocorre na medida em que, por meio da fiação, *novo tempo de trabalho é adicionado ao tempo de trabalho contido no algodão e no fuso*. Primeiramente, segundo sua substância, a fiação não cria valor na medida em que ela é esse trabalho concreto, particular, materialmente determinado – a fiação – mas na medida em que é trabalho em geral, abstrato, igual, social. Por isso, ela também não cria valor na medida em que se objetiva como fio, mas na medida em que esse fio é materialização do trabalho social em geral, portanto, na medida em que é objetivado num equivalente geral. Em segundo lugar, a grandeza do valor adicionado depende exclusivamente da quantidade de trabalho adicionado, do tempo de trabalho que é adicionado. Se o fiandeiro, por meio de uma invenção qualquer, pudesse transformar em fio uma determinada quantidade de algodão com certo número de fusos em meia jornada em lugar de uma jornada inteira, então seria *acrescentada ao fio apenas metade do valor*, em comparação com o primeiro caso. Porém, o *valor inteiro* de algodão e fuso seria conservado no produto fio, tanto num caso como no outro, seja requerido um dia, meio dia ou uma hora de tempo de trabalho para transformar algodão em fio. Esses valores são conservados pelo fato de que o algodão em geral foi transformado em fio, que algodão e fuso foram transformados em material e meio da fiação, entraram no processo de fiar de forma totalmente indiferente ao tempo de trabalho

que esse processo requer. Suponhamos que o fiandeiro adiciona ao algodão somente o tempo de trabalho necessário para produzir o seu próprio salário, portanto, tanto tempo de trabalho quanto foi despendido pelo capitalista no preço de seu trabalho. Nesse caso, o valor do produto seria exatamente igual ao valor do capital adiantado, quer dizer, igual ao preço do material, mais o preço do meio de trabalho, mais o preço do trabalho. No produto, não estaria contido mais tempo de trabalho do que o que existia na soma de dinheiro antes que esta se transformasse nos elementos do processo de produção. Nenhum valor novo seria adicionado, mas, tal como antes, estaria contido no fio o valor de algodão e fuso. A fiação adiciona valor ao algodão na medida em que é reduzida a igual trabalho social em geral, em que é reduzida a essa forma abstrata do trabalho e a grandeza do valor que ela adiciona não depende de seu conteúdo como fiação, mas do tempo que ela dura. *O fiandeiro não precisa, portanto, de dois tempos de trabalho, um para conservar o valor do algodão e do fuso, outro para lhes acrescentar novo valor.* Antes, na medida em que ele fia o algodão, nele faz a objetivação de novo tempo de trabalho, a ele acrescenta novo valor, o fiandeiro conserva o valor que eles tinham no fuso utilizado, antes que entrassem no processo de trabalho. *Por meio do mero acréscimo de valor novo, novo tempo de trabalho, ele conserva os valores anteriores, o tempo de trabalho que já estava contido no material e no meio de trabalho.* Porém, a fiação o conserva como fiação, não como trabalho em geral e não como tempo de trabalho, mas sim em sua determinidade

material, mediante sua qualidade como esse específico trabalho real, vivo, que no processo de trabalho, como atividade viva, destinada a um fim, arranca os valores de uso algodão e fuso de sua objetividade indiferente, não os abandona como objetos indiferentes ao metabolismo da natureza, mas, antes, faz deles elementos reais do processo de trabalho. No entanto, qualquer que seja também a determinidade específica do trabalho real, particular, todo tipo de trabalho tem isso em comum com os outros, a saber, que, por meio de seu processo – por meio do contato, da interação viva em que ele se encontra com suas condições objetivas – essas condições, que desempenham o papel de meio de trabalho e material conforme sua natureza e seu fim, o trabalho as transforma em elementos conceitualmente determinados do processo de trabalho mesmo e, assim, as *conserva* como *valores de troca ao utilizá-las como valores de uso reais*. Portanto, é por meio de sua qualidade como trabalho vivo – que transforma os produtos existentes no processo de trabalho em material e meio de sua atividade, de sua própria realização – que no novo produto e valor de uso ele conserva os valores de troca desses produtos e valores de uso. Ele conserva seu valor porque os consome como valores de uso. Mas ele os consome como valores de uso somente porque, enquanto esse trabalho específico, os ressuscita dos mortos e faz deles seu material de trabalho e meio de trabalho. O trabalho, na medida em que cria valor de troca, é somente a forma social, determinada do trabalho, o trabalho

real reduzido a uma fórmula social determinada; e nessa forma o tempo de trabalho é a única medida da grandeza de valor.

Portanto, porque a conservação dos valores de material e meio de trabalho é, por assim dizer, o dom natural do trabalho real, vivo, e, por isso, no mesmo processo em que o valor aumenta, o valor antigo é conservado – *valor novo não pode ser posto sem que o antigo valor seja conservado*, pois esse efeito decorre da essência do trabalho como valor de uso, como atividade útil, advém do valor de uso do próprio trabalho –, esta conservação não custa nada, nem ao trabalhador, nem ao capitalista. Portanto, o capitalista também recebe gratuitamente a conservação do valor pressuposto no novo produto. Mesmo que seu fim seja não a conservação, mas o aumento do valor pressuposto, esse dom gratuito do trabalho mostra sua importância decisiva, por exemplo, em crises industriais em que o processo de trabalho real é interrompido. A máquina enferruja, o material se deteriora. Eles perdem seus valores de troca, que não são conservados porque não entram como valores de troca no processo de trabalho, não entram em contato com o trabalho vivo; seus valores não se conservam porque não são aumentados. Eles só podem ser aumentados, novo tempo de trabalho só pode ser adicionado ao antigo na medida em que se dá continuidade ao processo de trabalho real.

Portanto, o trabalho, como trabalho vivo, real, conserva no processo de trabalho os valores somente enquanto – como trabalho,

como tempo de trabalho abstrato, social – adiciona novo valor aos valores.

O *consumo produtivo*, como aquele que aparece no processo de trabalho real, pode ser agora melhor determinado dizendo-se que os valores pressupostos dos produtos no processo de trabalho são conservados mediante a utilização, o consumo desses produtos como valores de uso – como material e meio de trabalho –, mediante sua transformação em valores de uso reais para a formação de um novo valor de uso.

{Mas os valores do material de trabalho e do meio de trabalho só reaparecem no produto do processo de trabalho na medida em que eram pressupostos como valores a esse último, na medida em que eram valores antes de entrarem nesse processo. Seu valor é igual ao tempo de trabalho social que neles está materializado; é igual ao tempo de trabalho necessário para produzi-lo sob dadas condições sociais gerais de produção. Se, por meio de uma mudança qualquer na produtividade do trabalho do qual são produtos, fosse requerido posteriormente mais ou menos tempo de trabalho para produzir esses valores de uso determinados, então seu valor aumentaria no primeiro caso, cairia no segundo; pois o tempo de trabalho nele contido determina seu valor somente na medida em que ele é tempo de trabalho geral, social e necessário. Por isso, embora entrem no processo de trabalho com um valor determinado, eles podem dele sair

com um valor maior ou menor, pois houve uma mudança geral no tempo de trabalho que a sociedade necessita para sua produção, deu-se uma revolução em seus custos de produção, isto é, na grandeza do tempo de trabalho necessário à sua produção. Nesse caso, necessita-se mais ou menos tempo de trabalho do que antes para reproduzi-los, para produzir um novo exemplar de mesmo tipo. Porém, essa mudança de valor do material de trabalho e do meio de trabalho não muda em absolutamente nada a circunstância de que eles, no processo de trabalho em que entram como material e meio, são sempre pressupostos como valores dados, como valores de uma dada grandeza. Pois nesse processo mesmo eles saem como valores somente na medida em que nele entraram como tais. Uma alteração em seu valor nunca provém desse processo de trabalho mesmo, mas, antes, das condições do processo de trabalho dos quais eles são ou eram produtos; processo no qual, por isso, eles não são pressupostos como produtos. Se suas condições gerais de produção se alteram, então neles ocorre uma reação. Eles são objetivação de mais ou menos tempo de trabalho – valores maiores ou menores do que eram originalmente, mas somente porque agora maior ou menor tempo de trabalho é requerido para sua produção do que era originalmente. A reação provém de que eles, como valores, são materialização do tempo de trabalho social, e somente do tempo de trabalho neles mesmos contido, na medida em que esse tempo é reduzido a tempo de trabalho social geral, em que é elevado à potência de igual tempo de trabalho

social. No entanto, essas mudanças em seu valor sempre se originam de uma variação na produtividade do trabalho do qual eles são produtos, não tendo relação, no entanto, com os processos de trabalho em que eles entram como produtos acabados com um valor dado. Se eles alteram esse valor antes de estar acabado o novo produto do qual eles são elementos, nem por isso eles se comportam em face desse produto como valores independentes, dados, a ele pressupostos. Sua variação de valor se origina de mudanças em suas próprias condições de produção, que se verificam fora e independentemente do processo de trabalho no qual eles entram como material e meio, não em decorrência de uma operação efetuada em seu interior. Para esse processo, eles são sempre grandezas de valor dadas, pressupostas, embora eles sejam agora – por meio de agentes externos, que atuam fora daquele processo – pressupostos a esse processo como grandezas de valor maiores ou menores do que era o caso originalmente.}

Se no processo de trabalho vemos que, assim como o produto é seu resultado, seus produtos são pressupostos para ele, igualmente deve ser dito agora que se a mercadoria é seu resultado, isto é, uma unidade de valor de uso e valor de troca, também as mercadorias são igualmente seus pressupostos. Os produtos saem do processo de valorização como mercadorias somente porque entraram nele como mercadorias – produtos de valor de troca determinado. A diferença é que os produtos foram modificados como valores de uso para formar um novo valor de uso. Seus valores de troca não foram afetados por

essa modificação material, razão pela qual reaparecem inalterados no novo produto. Se o produto do processo de trabalho é valor de uso, então o valor de troca tem de ser considerado como o produto do processo de valorização, e a mercadoria, a unidade de valor de troca e valor de uso, tem de ser considerada como o produto de ambos os processos, que são apenas duas formas do mesmo processo. Se quiséssemos ignorar que as mercadorias são pressupostas à produção como seus elementos, então no processo de produção se trataria apenas de usar produtos na formação de novos produtos, o que também pode ocorrer em condições sociais em que o produto não se desenvolveu em mercadoria e menos ainda a mercadoria em capital.

Conhecemos então dois componentes do valor do produto. 1) o valor do material nele consumido; 2) o valor do meio de produção nele consumido. Se eles são respectivamente iguais a A e B, então o valor do produto consiste primeiramente na soma dos valores de A e B, ou P (o produto), $P = A + B + x$. Com x indicamos a parte ainda não determinada do valor que se adiciona ao material A pelo trabalho no processo de trabalho. Chegamos agora ao momento de examinar esse terceiro componente.

Sabemos o que pagou o possuidor do dinheiro, isto é, que preço ou valor ele pagou para dispor da capacidade de trabalho ou pela aquisição temporária da capacidade de trabalho, mas não sabemos ainda qual equivalente ele recebeu em troca. Além disso, partimos do

pressuposto de que o trabalho que o trabalhador executa é trabalho médio normal, trabalho que dá forma à qualidade ou, antes, à falta de qualidade da substância do valor de troca. Veremos, no curso da exposição, que a potência do trabalho, seja ela trabalho simples mais ou menos potenciado, é completamente indiferente para a relação a ser desenvolvida. Por isso, partimos do pressuposto de que qualquer que seja a determinidade material particular do trabalho, pertença ele a qualquer ramo específico de trabalho, produza ele qualquer valor de uso particular, ele é somente a exteriorização, a atuação da capacidade de trabalho média, de tal forma que se essa capacidade se atualiza como fiação ou tecelagem etc. ou como agricultura, isso só diz respeito ao seu valor de uso, ao modo de sua utilização, não aos custos de produção desse valor de uso, portanto, não ao seu próprio valor de troca. Além disso, também mostraremos mais adiante que o salário diferente, mais alto ou mais baixo, para jornadas de trabalho diferentes – a desigual *distribuição do salário* entre os diferentes ramos de trabalho – não afeta a relação geral entre capital e trabalho assalariado.

Aquilo que o possuidor do dinheiro recebe em troca pela compra da capacidade de trabalho pode se mostrar somente no processo de trabalho real. O valor que o trabalho adiciona no processo de trabalho ao valor já existente do material é exatamente igual ao tempo que ele dura. É naturalmente pressuposto que, num determinado período de tempo, por exemplo, num dia, seja empregado no produto desse dia exatamente tanto trabalho quanto necessário para obtê-lo num dado

nível de produção geral do trabalho (sob dadas condições gerais de produção). Quer dizer, é pressuposto que o tempo de trabalho empregado para a produção do produto é o *tempo de trabalho necessário*, portanto, o tempo de trabalho requerido para dar a certa quantidade de material a forma do novo valor de uso. Se 6 *l.* de *cotton*¹³⁷ podem ser transformadas em *twist*¹³⁸ durante uma jornada de 12 horas – sob as condições gerais de produção pressupostas – então é considerado apenas o dia como jornada de trabalho de 12 horas que transforma as 6 *l.* de algodão em fio. Portanto, como, por um lado, é pressuposto tempo de trabalho *necessário* e, por outro lado, é pressuposto que o trabalho determinado que se realiza no processo de trabalho, tenha ele a forma particular de fiação, tecelagem, escavação etc., é *trabalho médio* normal (exatamente como o é também o trabalho empregado na produção dos metais preciosos), então a quantidade de valor ou a quantidade de tempo de trabalho geral objetivado que o trabalho adiciona ao valor já existente é exatamente igual à sua própria duração. O que, sob os pressupostos dados, significa apenas que é objetivado exatamente tanto trabalho quanto tempo dura o processo durante o qual o trabalho se objetiva. Digamos que 6 *l.* de algodão possam ser transformadas em, digamos, 5 *l.* de fio, numa jornada de 12 horas. Durante o processo de trabalho, o trabalho passa continuamente da forma da inquietação e do movimento à forma objetiva. (5 *l.* = 80 onças.) (Realizadas em 12 horas, tem-se exatamente $6\frac{2}{3}$ onças por

¹³⁷ algodão
¹³⁸ fio

hora.) A fiação se converte constantemente em fio. Se uma hora é requerida para transformar 8 onças de algodão em fio, digamos em $6\frac{2}{3}$ onças, então 12 horas seriam requeridas para transformar 6 l. de algodão em 5 l. de fio. Porém, o que nos interessa aqui não é que uma hora de trabalho de fiação transforme 8 onças e 12 horas transformem 6 l. de algodão em fio, mas que, no primeiro caso, ao valor do algodão seja adicionada 1 hora de trabalho, no segundo sejam adicionadas 12 horas, ou interessa-nos somente o produto considerado desse ponto de vista, na medida em que é materialização de novo tempo de trabalho e que isso depende naturalmente do tempo de trabalho mesmo. Interessa-nos somente a quantidade de trabalho que é adicionada a ele. Consideramos a fiação aqui não como fiação – na medida em que ela dá ao algodão uma forma determinada, um novo valor de uso, mas somente na medida em que ela é trabalho em geral, na medida em que aquele tempo de trabalho materializado que se encontra no fio é, em geral, materialização do tempo de trabalho geral. É completamente indiferente se o mesmo tempo de trabalho é empregado na forma de outro trabalho determinado qualquer ou na produção de um outro valor de troca determinado qualquer. Originalmente pudemos, de fato, medir a *capacidade de trabalho* com dinheiro – porque ela mesma já é trabalho objetivado –, e por isso o capitalista podia comprá-lo; porém, não imediatamente o *trabalho mesmo*, que, como mera atividade, foge à nossa medida. Agora, porém, na medida em que a capacidade de trabalho procede no processo de trabalho à sua exteriorização efetiva,

ao trabalho, este se efetiva, aparece ele mesmo no produto como tempo de trabalho objetivado. Agora, portanto, existe a possibilidade da comparação entre aquilo que o capitalista dá como salário e aquilo que, na troca, ele obtém em retorno pelo consumo da capacidade de trabalho. Ao final de certa medida de tempo de trabalho, por exemplo, horas, determinada quantidade de tempo de trabalho se objetivou num valor de uso, digamos, fio, e existe somente como seu valor de troca.

Suponhamos que o tempo de trabalho que é realizado na capacidade do fiandeiro some 10 horas. Referimo-nos, aqui, somente ao tempo de trabalho que é *diariamente* efetivado em sua capacidade de trabalho. No preço que o possuidor de dinheiro pagou já está expresso, *em trabalho médio*, o tempo de trabalho que é requerido para produzir ou reproduzir diariamente a capacidade de trabalho do fiandeiro. Por outro lado, suponhamos que o seu próprio trabalho é da mesma qualidade, quer dizer, que é *o mesmo trabalho médio* que constitui a substância do valor e no qual está estimada sua própria capacidade de trabalho. Em primeiro lugar, suponhamos, portanto, que o fiandeiro trabalha para o possuidor do dinheiro por 10 horas ou lhe cedeu, vendeu-lhe a disposição sobre 10 horas de sua capacidade de trabalho. Essa disposição sobre 10 horas da capacidade de trabalho do fiandeiro é consumida pelo possuidor do dinheiro no processo de trabalho, o que quer dizer, em outras palavras, simplesmente que ele faz o fiandeiro fiar por 10 horas, trabalhar em geral, já que, aqui, são indiferentes as formas determinadas sob as quais ele o faz agir. Na

fiação, no fio, portanto, o fiandeiro adicionou ao valor do algodão 10 horas de trabalho mediante o meio de trabalho. Portanto, se o valor do produto, da fiação, do fio, *excetuado* o trabalho novo adicionado era = A + B, então ele agora é = A + B + 10 horas de trabalho. Se o capitalista paga essas 10 horas de trabalho com 10 d., então sejam esses 10 d. C, de tal forma que o produto do fio seja = A + B + C, isto é, igual ao tempo de trabalho contido no algodão, no fuso (na medida em que ele é consumido) e, por fim, no novo tempo de trabalho adicionado.

Seja essa soma $A + B + C = D$. Então, D é igual à quantia de dinheiro que o possuidor do dinheiro aplicou em material de trabalho, meio de trabalho e capacidade de trabalho antes de iniciar o processo de trabalho. Quer dizer, o valor do produto – do fio – é igual ao valor dos elementos nos quais o fio consiste, isto é, igual ao valor de material de trabalho e meio de trabalho (que, segundo nossa suposição, é totalmente consumido no produto), mais o valor do novo trabalho adicionado que no processo de trabalho se combina com ambos no fio. Portanto, 100 táleres de algodão, 16 táleres de instrumentos, 16 táleres de capacidade de trabalho = 132 táleres. Nesse caso, os valores antecipados seriam, de certo, conservados, mas não aumentados. A única modificação, antes de o dinheiro se transformar em capital, seria uma modificação puramente formal. Esse valor era originalmente 132 táleres, uma quantidade determinada de tempo de trabalho objetivado. A mesma unidade reaparece no produto como 132 táleres, como a mesma grandeza de valor, apenas que ela é agora a soma dos

componentes do valor 100, 16 e 16, isto é, os valores dos fatores nos quais o dinheiro originalmente adiantado se decompõe no processo de trabalho, fatores que foram comprados um a um pelo dinheiro.

Em si e para si, esse resultado não continha absolutamente nenhum absurdo. Se eu compro fio por 132 táleres por meio de mera transformação de dinheiro em fio – isto é, pelo modo da circulação simples –, então eu pago material, meio e trabalho contidos no fio para obter esse valor de uso determinado e [para] consumi-lo de um ou de outro modo. Se o possuidor do dinheiro manda construir uma casa para nela morar, então ele paga um equivalente por isso. Em resumo, se ele percorre a circulação M-D-M, ele faz, de fato, exatamente isso. O dinheiro com o qual ele compra é igual ao valor da mercadoria que se encontra originalmente em sua posse. A nova mercadoria que ele compra é igual ao dinheiro no qual o valor da mercadoria originalmente em sua posse conservou a sua forma autônoma como valor de troca.

Porém, a finalidade com a qual o capitalista transforma dinheiro em mercadoria não é o valor de uso da mercadoria, mas o *aumento* do dinheiro ou valor antecipado na mercadoria – *autovalorização do valor*. Ele não compra para seu consumo, mas para extrair da circulação um valor de troca superior ao que nela lançou.

Se ele revendesse o fio, cujo valor é $A + B + C$, por exemplo, por $A + B + C + x$, então retornaríamos à mesma contradição. Ele não venderia sua mercadoria como equivalente, mas acima de seu

equivalente. Na circulação, porém, não pode ser gerado qualquer mais-valor, qualquer valor acima do equivalente sem que um dos lados participantes na troca receba um valor *abaixo* de seu equivalente.

A transformação do dinheiro nos elementos do processo de trabalho – ou, o que é o mesmo, o consumo real da capacidade de trabalho comprada – seria, portanto completamente sem finalidade se o possuidor do dinheiro fizesse o trabalhador trabalhar o mesmo tempo de trabalho que lhe foi pago como equivalente de sua capacidade de trabalho. Se ele compra fio por 132 táleres para revendê-lo por 132 táleres, ou se converte 132 táleres em 100 táleres de algodão, 16 táleres de fuso etc., 16 táleres de trabalho objetivado, isto é, se os converte no consumo da capacidade de trabalho pelo tempo de trabalho contido em 16 táleres a fim de revender o fio assim produzido pelo valor de 132 táleres, ele realiza, considerando-se o resultado, absolutamente o mesmo processo, com a única diferença de que, neste caso, a tautologia em que ele desemboca seria alcançada através de um caminho mais complicado do que no outro.

Evidentemente, um *mais-valor* – isto é, um valor que constitui um excedente sobre o valor que entrou originalmente no processo de trabalho – só pode ser gerado no processo de trabalho se o possuidor do dinheiro comprou uma disposição sobre uma utilização da capacidade de trabalho por um tempo maior que o montante de tempo de trabalho que a capacidade de trabalho necessita para sua própria

reprodução, isto é, como tempo de trabalho que nela mesma é empregado, que constitui seu próprio valor e é expresso como tal em seu preço. Por exemplo, no caso acima: se o algodão e o fuso pertencem ao fiandeiro, ele teria de adicionar a eles 10 horas de trabalho para viver, isto é, para reproduzir a si mesmo como fiandeiro para o dia seguinte. Se, então, ele fizesse o trabalhador trabalhar 11 horas em lugar de 10, seria produzido um mais-valor de 1 hora, porque no trabalho objetivado no processo de trabalho estaria contida uma hora de trabalho a mais do que o necessário para reproduzir a capacidade de trabalho mesma, isto é, para conservar vivo o trabalhador como trabalhador, o fiandeiro como fiandeiro, dia após dia. Cada quantidade de tempo de trabalho que, no processo de trabalho, o fiandeiro trabalha além das 10 horas, cada *mais-trabalho* acima da quantidade de trabalho que é empregada em sua própria capacidade de trabalho, constituiria um mais-valor, porquanto mais-trabalho, logo, mais fiação, mais trabalho objetivado como fio.

Se o trabalhador tem de trabalhar 10 horas para viver por um dia inteiro, que é constituído de 24 horas (em que, naturalmente, estão incluídas as horas que ele, como organismo, pode não trabalhar, descansar do trabalho, dormir etc.), então ele pode trabalhar o dia inteiro por 12, 14 horas, embora ele precise somente de 10 dessas 12, 14, horas para a reprodução de si mesmo como trabalhador, de si mesmo como capacidade de trabalho viva.

Admitamos, então, que esse processo corresponda à lei geral da troca de mercadorias, que apenas quantidades iguais de tempo de trabalho se troquem entre si, quer dizer, que o valor de troca da mercadoria seja igual à quantidade de todo outro valor de uso que expressa o mesmo valor de troca, isto é, a mesma quantidade de trabalho objetivado: então a forma geral do capital – D-M-D – teria perdido seu caráter absurdo e adquirido um conteúdo. Porque a mercadoria, aqui o fio, por cujos elementos o possuidor do dinheiro troca seu dinheiro antes do processo de trabalho, recebe no *produto* do processo do trabalho, no novo valor de uso, no fio, um acréscimo sobre a quantidade original de trabalho objetivado, o produto possuiria um valor maior do que a soma do valor pressuposto em seus elementos. Se ele era originalmente = 132 táleres, agora ele é = 143, se contivesse, em lugar dos 16 táleres (1 táler = 1 jornada de trabalho), mais x jornadas de trabalho. O valor seria, então, = 100 + 16 + 16 + 11, e se o capitalista revendesse o produto do processo de trabalho, o fio, por seu valor, então ele ganharia 11 táleres sobre 132 táleres. O valor original teria não apenas se conservado, mas aumentado.

Pergunta-se, então, se esse processo não contradiz a lei originalmente pressuposta de que as mercadorias se trocam como equivalentes, isto é, por seus valores de troca, portanto, a lei segundo a qual as mercadorias se trocam.

Ele não a contradiz, por dois motivos. Em primeiro lugar, porque o dinheiro encontra esse objeto específico, a capacidade de trabalho viva, como mercadoria no mercado, na circulação. Em segundo lugar, devido à natureza específica dessa mercadoria. Sua peculiaridade consiste em que, enquanto seu valor de troca, como em todas as outras mercadorias, é igual a tempo de trabalho empregado em sua própria existência real, em sua existência como capacidade de trabalho, ou seja, é o tempo de trabalho necessário para conservar essa capacidade de trabalho viva como tal ou, o que é o mesmo, para conservar o trabalhador vivo como trabalhador – seu *valor de uso* é o trabalho mesmo, isto é, precisamente a substância que põe o valor de troca, a atividade determinada, fluida que se fixa como valor de troca e o cria. Nas mercadorias, porém, somente seu valor de troca é pago. Não se paga pelo óleo, além do trabalho nele contido, sua qualidade como óleo, muito menos se paga pelo vinho, além do trabalho nele contido, o ato de bebê-lo ou o prazer que se tem ao bebê-lo. Do mesmo modo, pela capacidade de trabalho é pago seu próprio valor de troca, o tempo de trabalho nela mesma contido. Porém, já que seu próprio valor de uso é novamente o trabalho, a substância criadora de valor, não contradiz de nenhum modo a lei da troca de mercadorias que o consumo da capacidade de trabalho, o seu uso real como valor de uso ponha mais trabalho, se represente em mais trabalho objetivado do que existe nela mesma como valor de troca. A única condição que é requerida para que essa relação se realize é que a capacidade de trabalho mesma se

apresente como mercadoria em face do dinheiro ou do valor em geral. Porém, esse confronto é condicionado por um processo histórico determinado que limita o trabalhador à pura capacidade de trabalho, o que equivale a dizer que esse processo confronta a capacidade de trabalho com as condições de sua realização, portanto, confronta o trabalho real com seus elementos objetivos como potências estranhas, dele separadas, como mercadorias que se encontram na posse de outro possuidor de mercadorias. Sob esse pressuposto *histórico*, a capacidade de trabalho é *mercadoria* e, sob o pressuposto de que ela é mercadoria, não contradiz em absoluto, mas antes corresponde à lei da troca de mercadorias, o fato de que o tempo de trabalho objetivado na capacidade de trabalho ou seu valor de troca não determina seu *valor de uso*. Esse é, novamente, trabalho. No consumo real desse valor de uso, isto é, no processo de trabalho e por meio do processo de trabalho, o possuidor do dinheiro pode, portanto, receber mais tempo de trabalho objetivado do que pagou pelo valor de troca da capacidade de trabalho. *Desse modo, embora tenha pagado um equivalente por essa mercadoria específica*, em decorrência da sua natureza específica – dado que seu próprio valor de uso, pondo valor de troca, é a substância criadora do valor de troca – ele recebe um valor maior por meio de seu uso do que havia adiantado por sua compra – e na sua compra ele pagou apenas por seu valor de troca, conforme a lei da troca de mercadorias. Pressupondo-se, portanto, a relação em que a capacidade de trabalho existe como mera capacidade de trabalho e, assim, como

mercadoria – razão pela qual o dinheiro se encontra oposto a ela como forma de toda a riqueza objetiva –, o possuidor do dinheiro, a quem diz respeito somente o valor como tal, só comprará a capacidade de trabalho sob a condição de obter a disposição sobre a ela por um tempo mais longo, ou que, durante o processo de trabalho, o trabalhador se obrigue a trabalhar para ele por um tempo mais longo do que o tempo de trabalho que o trabalhador teria de trabalhar, se a ele pertencessem o material e o meio de trabalho, a fim de se manter como trabalhador, como capacidade de trabalho viva. Essa diferença entre o tempo de trabalho que mede o valor de troca da própria capacidade de trabalho e o tempo de trabalho enquanto ela é utilizada como valor de uso, é o tempo de trabalho que ela trabalha além do tempo de trabalho contido em seu valor de troca, portanto, além do valor que ela custava originalmente – e como tal é mais-trabalho: *mais-valor*.

Se o possuidor do dinheiro realiza essa troca de dinheiro com capacidade de trabalho e com as condições objetivas para o consumo dessa capacidade de trabalho – quer dizer, material de trabalho e meio de trabalho correspondentes à sua determinidade material, particular –, então ele transforma dinheiro em capital, isto é, em valor que se conserva e aumenta, se autovaloriza. Em nenhum momento ele infringe a lei da circulação simples, da troca de mercadorias, segundo a qual são trocados equivalentes ou mercadorias – em média – são vendidas por seus valores de troca, isto é, segundo a qual grandezas iguais de valores de troca se substituem por grandezas iguais, quaisquer que

sejam os valores de uso nos quais eles possam existir. Ao mesmo tempo, ele satisfaz a fórmula D-M-D, isto é, a troca de dinheiro por mercadoria para trocar mercadoria por mais dinheiro e, com isso, não transgride a lei da equivalência, mas antes age completamente de acordo com ela. *Em primeiro lugar*: digamos que uma jornada de trabalho normal seja = 1 táler, no qual se expressa a quantidade de prata designada. Ele gasta 100 táleres pela matéria-prima, 16 táleres pelo instrumento, 16 táleres pelas 16 capacidades de trabalho que ele emprega e que, segundo seu valor de troca, são = 16 táleres. Então, ele adianta 132 táleres, que *reaparecem* no produto (resultado) do processo de trabalho, isto é, no consumo da capacidade de trabalho por ele comprada, no processo de trabalho, no consumo produtivo. Porém, a mercadoria que ele comprou a seu valor de troca por 15 jornadas de trabalho rende, como valor de uso, digamos, 30 jornadas de trabalho, isto é, a jornada de 6 horas rende 12 horas por dia, objetiva-se em 12 jornadas de trabalho, isto é, põe como valor de uso o dobro do valor de troca que ela mesma possui como valor de troca. Mas o valor de uso de uma mercadoria é independente de seu valor de troca e não tem relação com o preço pelo qual é comprada – preço que é determinado pelo tempo de trabalho objetivado nela mesma. Assim, o produto é = A + B + C + 15 horas de tempo de trabalho, portanto, ele é 15 horas de trabalho maior que o valor pressuposto ao processo de trabalho. Se A era = 100, B = 16, C = 16, então o produto é = 143, isto é, contém 11 táleres a mais do que o capital adiantado. Se ele revende essa

mercadoria por seu valor, então ele ganha 11 táleres, embora em nenhum momento de toda a operação a lei da troca de mercadorias tenha sido transgredida, muito pelo contrário: em cada momento, as mercadorias foram trocadas por seu valores de troca e, por conseguinte, como equivalentes.

Esse processo é tão simples quanto foi pouco compreendido até agora. Os economistas nunca conseguiram conciliar o mais-valor com a lei da equivalência por eles mesmos estabelecida. Os socialistas sempre insistiram nessa contradição e se aferraram a ela, em lugar de compreender a natureza específica dessa mercadoria, a capacidade de trabalho, cujo próprio valor de uso é a atividade criadora de valor de troca.

Portanto, por meio desse processo, da troca de dinheiro por capacidade de trabalho e do consumo da capacidade de trabalho dela decorrente, o dinheiro é transformado em *capital*. Os economistas chamam isso de *a transformação do dinheiro em capital produtivo*, em referência, por um lado, às outras formas do capital nas quais esse processo fundamental certamente existe como pressuposto, mas desaparece na forma; por outro lado, em referência ao fato de que o dinheiro, na medida em que a capacidade de trabalho se opõe a ele como mercadoria, é a *possibilidade* dessa transformação em capital, portanto, é capital *em si*, mesmo que só seja transformado em capital

real por meio desse processo mesmo. Porém, segundo a possibilidade, ele pode ser transformado em *capital*.

Está claro que se mais-trabalho deve ser realizado, mais material de trabalho é necessário; mais instrumento de trabalho somente em casos excepcionais. Se 10.a l. de algodão são transformadas em fio em 10 horas, então em 12 horas 10.a + 2.a. Nesse caso, portanto, mais algodão é necessário ou tem-se de supor, do início ao fim, que o capitalista compra quantidade suficiente de algodão para *absorver* o mais-valor. Mas também é possível que, por exemplo, em meia jornada o mesmo material possa ser transformado na nova forma apenas pela metade, sendo trabalhado inteiramente numa jornada inteira. Nesse caso, porém, consome-se igualmente mais trabalho no material e o processo deve continuar dia após dia, deve ser processo de produção contínuo, de modo que, também nesse caso, mais material de trabalho é requerido do que se, no processo de trabalho, o trabalhador substituísse com seu trabalho o tempo de trabalho que é objetivado em seu próprio salário. Se mais meio de trabalho é requerido, e em que medida – e o meio de trabalho não é apenas aquilo que é o verdadeiro instrumento –, é algo que depende da natureza tecnológica do trabalho determinado, portanto, do meio por ele utilizado.

Em todos os casos, ao final do processo de trabalho, deve ser *absorvido* no material de trabalho e, com isso, deve ser objetivado mais trabalho novo do que o tempo de trabalho acumulado que se objetiva no

salário do trabalhador. Tomemos, simplesmente, o exemplo do fabricante. Essa *mais-absorção*¹³⁹ de trabalho se apresenta como elaboração de mais material, ou como elaboração do mesmo material para um estágio superior àquele que pode ser alcançado com menos tempo de trabalho.

Se compararmos o processo de valorização com o processo de trabalho, então se mostra conclusivamente a diferença entre o trabalho real, na medida em que produz valor de uso, e a forma desse trabalho, na medida em que aparece como elemento do valor de troca, como atividade criadora do valor de troca.

Aqui se mostra que o modo determinado do trabalho, sua determinidade material, não afeta sua relação com o capital, único aspecto de que aqui se trata. Porém, havíamos partido do pressuposto de que o trabalho dos trabalhadores era trabalho médio comum. O caso, no entanto, não é modificado se é pressuposto que seu trabalho seja trabalho de um peso específico superior, trabalho médio potenciado. Trabalho simples ou trabalho médio, o trabalho do fiandeiro ou do moleiro, do agricultor ou do construtor de máquinas, aquilo que o capitalista recebe objetivado no processo de trabalho, que se apropria por meio dele, é o trabalho determinado do trabalhador, fiação, moenda, agricultura, construção de máquinas. O mais valor que ele produz consiste sempre no excedente de trabalho, de tempo de trabalho que o trabalhador fia, mói, cultiva, constrói máquinas a mais do que seria

¹³⁹*Mehreinsaugung.*

necessário para produzir seu próprio salário. Portanto, consiste sempre num excedente de seu próprio trabalho que o capitalista recebe grátis, qualquer que seja sempre o caráter desse trabalho, seja ele simples ou potenciado. A relação na qual, por exemplo, o trabalho potenciado se reporta ao trabalho médio social nada muda na relação desse trabalho potenciado consigo mesmo, não altera em nada o fato de que uma hora desse trabalho crie apenas a metade do valor criado em duas horas ou que ele se efetive em relação com sua duração. Portanto, na medida em que se leva em consideração a relação de trabalho e mais-trabalho – ou trabalho criador de mais-valor –, trata-se sempre do mesmo tipo de trabalho e, aqui, está correto aquilo que não estaria correto em referência ao trabalho que põe valor de troca: “Quando a referência é feita ao trabalho como medida de valor, isso necessariamente implica *trabalho de um tipo particular e uma dada duração*; a proporção que os outros tipos mantêm com ele sendo facilmente determinada pela respectiva remuneração dada a cada um.” (p. 22-3. *Outlines of Political Economy. London, 1832*)¹⁴⁰

O produto que o capitalista assim obteve é um determinado valor de uso, cujo valor é igual ao valor do material, do meio de trabalho, da quantidade de trabalho adicionado = à quantidade de tempo de trabalho contida no salário + mais-trabalho que não é pago = $A + B + S + S'$. Portanto, se ele o vende ao seu valor, então ele ganha exatamente

¹⁴⁰ “When reference is made to labour as a measure of value, it necessarily implies *labour of one particular kind and a given duration*; the proportion which the other kinds bear to it being easily ascertained by the respective remuneration given to each.” (*Citatenheft*, p. 7, sublinhado por Marx.) (N.E.A.)

tanto quanto o mais-trabalho totaliza. Ele não ganha porque vende a nova mercadoria *acima de* seu valor, mas porque ele a vende *por* seu valor, converte todo o seu valor em dinheiro. Com isso, é paga a ele uma parte do valor, uma parte do trabalho contido no produto que ele não comprou, que nada lhe custou, e a parte não paga do valor de seu produto que ele vende constitui seu ganho. Portanto, na circulação, ele realiza somente o mais-valor que obteve no processo de trabalho. Mas isso não provém da circulação mesma, por conseguinte, não provém do fato de que ele tenha vendido sua mercadoria *acima de seu valor*.

{O valor do material de trabalho consumido no processo de trabalho e do meio de trabalho – o tempo de trabalho nele objetivado – reaparece no produto, no novo valor de uso. Ele se conserva, porém não pode ser dito, em sentido próprio, que ele é reproduzido, pois não o afeta a mudança de forma que ocorre com o valor de uso – que ele exista agora num valor de uso diferente de antes. Se uma jornada de trabalho se objetiva num valor de uso, nada muda nessa objetivação, na quantidade de trabalho nele fixada que, por exemplo, a 12^a hora de trabalho entre em sua composição somente 11 horas depois da primeira hora de trabalho. E, assim, o tempo de trabalho contido no material de trabalho e no meio de trabalho pode ser considerado como se tivesse entrado no produto num estágio anterior do processo de produção necessário à produção do produto inteiro, portanto, de todos os seus elementos. Com a capacidade de trabalho, ao contrário, na medida em que ela entra no processo de valorização, a relação é diferente. Ela

substitui o valor contido nela mesma e que, por isso, por ela mesma se paga, ou o tempo de trabalho objetivado que se paga em seu preço, no salário, enquanto ela adiciona uma igual quantidade de novo trabalho vivo ao material de trabalho. Portanto, ela reproduz o valor nela mesma pressuposto antes do processo de trabalho, abstraindo-se totalmente o fato de que ela ainda adicionou um excedente de mais-trabalho a essa quantidade. Os valores de material de trabalho e meio de trabalho reaparecem no produto somente porque o material de trabalho e o meio de trabalho possuíam esses valores *antes* do processo de trabalho e independentemente dele. Mas o valor e mais do que o valor da capacidade de trabalho reaparecem no produto porque esse valor é substituído, portanto reproduzido, por uma quantidade maior (porém, aqui, *nesta* diferença, a medida dessa quantidade a mais é indiferente) de novo trabalho vivo no processo de trabalho.}

Unidade do processo de trabalho e do processo de valorização.

(Processo de Produção Capitalista)

O processo de produção real, que se desenvolve tão logo o dinheiro tenha se transformado em capital por meio de sua troca pela capacidade de trabalho viva e, o que é o mesmo, pelas condições de realização dessa capacidade – material de trabalho e meio de trabalho –, esse processo de produção é unidade de processo de trabalho e

processo de valorização. Exatamente da mesma forma que seu resultado, a mercadoria, é unidade de valor de uso e valor de troca.

Inicialmente, o processo de produção do capital – considerado segundo o seu lado material, na medida em que valor de uso é produzido – é *processo de trabalho* em geral e, como tal, ele mostra os fatores gerais que pertencem a esse processo como tal, sob as diversas formas de produção sociais. Com efeito, esses fatores são determinados por meio da natureza do trabalho enquanto trabalho. De fato, é historicamente dado que o capital, no início de sua formação, não apenas tomou sob seu controle o processo de trabalho em geral (o subsumiu a si mesmo), mas também os particulares processos de trabalho reais, tal como os encontra tecnologicamente prontos, e tal como se desenvolveram sobre a base das relações de produção não capitalistas. O processo de produção real – o modo de produção determinado – o capital o encontra previamente e, no início, só o subsume a si mesmo *formalmente*, sem modificar qualquer coisa em sua determinidade tecnológica. Somente no curso de seu desenvolvimento o capital subsume o processo de trabalho a si não apenas formalmente, mas o transforma, reconfigura o modo de produção e, desse modo, cria para si o modo de produção que lhe é próprio. Porém, qualquer que seja sempre a sua figura modificada como processo de trabalho em geral, quer dizer, como processo de trabalho abstraído de sua determinidade histórica, essa figura sempre contém os momentos gerais do processo de trabalho em geral.

Essa subsunção *formal* do processo de trabalho sob si, a tomada dele sob seu controle, consiste em que o trabalhador como trabalhador cai sob a supervisão e, com isso, sob o comando do capital ou do capitalista. O capital se torna comando sobre o trabalho não no sentido em que, como diz A. Smith, a riqueza em geral é comando sobre trabalho, mas sim no sentido de que o trabalhador como trabalhador se encontra sob o comando do capitalista¹⁴¹. Pois, na medida em que ele vendeu ao capitalista sua capacidade de trabalho por tempo determinado, pelo salário, ele deve então entrar no processo de trabalho como um dos fatores com os quais o capital trabalha. Se o processo de trabalho real é consumo produtivo dos valores de uso que entram nele por meio do trabalho, portanto, por meio da atividade do trabalhador mesmo, por outro lado, ele é na mesma medida consumo da capacidade de trabalho pelo capital ou pelo capitalista. Ele emprega a capacidade de trabalho do trabalhador na medida em que o faz trabalhar. Todos os fatores do processo de trabalho, o material de trabalho, o meio de trabalho e o trabalho vivo mesmo pertencem a ele como atividade, utilização da capacidade de trabalho comprada por ele, e assim lhe pertence todo o processo de trabalho tal qual trabalhasse ele mesmo com seu próprio material e seu próprio meio de trabalho. Porém, já que o trabalho é ao mesmo tempo exteriorização de vida do próprio trabalhador, atividade de sua própria habilidade e capacidade – uma atividade que depende de sua vontade, que é ao mesmo tempo

¹⁴¹ A. Smith, *Recherches...* Paris, 1802, t. 1, p. 59 ss. Cf MEGA II/3.2, p. 368 ss. (N.E.A.)

sua manifestação de vontade – o capitalista supervisiona o trabalhador, controla a atividade da capacidade de trabalho como ação que lhe pertence. Ele fará com que o material de trabalho seja empregado adequadamente como tal; que seja consumido como material de trabalho. Se o material é desperdiçado, então ele não entra no processo de trabalho, não é consumido como material de trabalho. O mesmo vale para os meios de trabalho: se, digamos, o trabalhador gasta sua substância material de outro modo do que por meio do processo de trabalho mesmo. Finalmente, o capitalista fará com que o trabalhador realmente trabalhe, que trabalhe por todo o tempo e utilize *somente tempo de trabalho necessário*, isto é, que trabalhe a quantidade normal num tempo determinado. De acordo com todos esses aspectos, o processo de trabalho e, com isso, o trabalho e o próprio trabalhador aparecem sob o controle do capital, sob seu comando. A isso eu chamo *subsunção formal* do processo de trabalho ao capital.

Em toda a pesquisa que segue, o trabalho que o próprio capitalista eventualmente faça nunca será incluído nos componentes do valor do produto. Se ele é constituído de mero trabalho, nada tem ele a ver com a relação enquanto tal, e nesse caso o capitalista não atua como capitalista, como mera personificação, como capital encarnado. Se, porém, ele é um trabalho que se origina da função peculiar do capital como tal e, por conseguinte, do modo de produção capitalista enquanto

tal, então o submeteremos, mais adiante, a um exame mais preciso como *“labour of superintendence”*¹⁴².

Essa subsunção formal do processo de trabalho sob o capital, ou o comando do capitalista sobre o trabalhador, nada tem em comum com a relação que, por exemplo, na indústria medieval, corporativa, o mestre exercia sobre oficiais e aprendizes. Do fato de que o consumo produtivo ou o processo de produção é ao mesmo tempo processo de consumo da capacidade de trabalho pelo capital resulta claramente que o conteúdo desse consumo e seu fim determinado consistem somente em conservar e aumentar o valor do capital; mas essa conservação e esse aumento são alcançados somente por meio da mais exata atenção sobre o processo de trabalho real, que depende da vontade do trabalhador, sua diligência etc., um processo que, portanto, foi posto sob o controle e a supervisão da vontade capitalista.

{Com relação ao processo de produção, deve-se observar ainda: dinheiro, *para ser transformado em capital, deve ser transformado nos fatores do processo de trabalho – isto é, em mercadorias que podem figurar no processo como valores de uso, portanto, nos meios de consumo para a capacidade de trabalho – isto é, meios de subsistência do trabalhador – ou material de trabalho e meio de trabalho. Todas as mercadorias, portanto – ou todos os produtos que não são utilizáveis desse modo ou que não possuem a determinação de ser assim utilizados – pertencem ao fundo de consumo da sociedade, mas não ao*

¹⁴² trabalho de superintendência

capital. (Por capital se compreendem, aqui, os objetos nos quais o capital existe.) Esses produtos, no entanto, enquanto permanecem *mercadorias*, são eles mesmos um modo de existência do capital. Pressuposta a produção capitalista, o capital produz absolutamente todos os produtos e é completamente indiferente se esses produtos estão destinados ao consumo produtivo ou se eles não podem nele entrar, portanto, se não podem eles mesmos se tornar novamente o corpo do capital. Mas eles permanecem como capital enquanto permanecem como mercadorias, quer dizer, enquanto se encontram na circulação. Quando foram definitivamente vendidos, eles deixam de sê-lo nesse sentido. Enquanto o capital não se encontra no estágio do processo de trabalho, ele tem de existir exclusivamente na forma de mercadoria ou dinheiro (mesmo que na forma de simples título de crédito etc.) Porém, ele não pode entrar no processo de trabalho ou processo de produção como valor de uso.}

Na mesma medida em que o trabalhador atua como trabalhador, em que ele *exterioriza* sua capacidade de trabalho, ele a *aliena*, uma vez que, antes de o processo de trabalho começar, ela já está vendida ao possuidor de dinheiro. Como o trabalho se efetiva – de um lado, como forma da matéria-prima (como valor de uso e produto), de outro, como valor de troca, trabalho social *objetivado* em geral, o trabalho se transforma de trabalho em *capital*.

Caso se afirme que o capital é produto empregado como meio em nova produção, então as condições objetivas de todo processo de trabalho serão atribuídas à relação capitalista, conforme foi observado acima. Por outro lado, é bastante comum a confusão – que encontramos, em parte, até no próprio Ricardo¹⁴³ – de se chamar capital ao trabalho acumulado (*accumulated labour*) empregado na produção de mais trabalho acumulado. A expressão é ambígua, já que por trabalho acumulado só se pode entender produtos que são empregados na produção de novos valores de uso. A expressão, porém, pode [ser] compreendida no sentido de que o produto (como valor de troca) é somente uma quantidade determinada de trabalho *objetivado* em geral, despendido a fim de fazer essa quantidade crescer – portanto, é *processo de autovalorização*. Embora o segundo processo pressuponha o primeiro, o primeiro não supõe necessariamente o segundo. Na medida em que as *condições objetivas* do trabalho, material e meio de trabalho, servem imediatamente no processo de trabalho, elas são empregadas pelo trabalhador. Porém, *não é o trabalho que emprega o capital, é o capital que emprega o trabalho*¹⁴⁴. Essa posição específica que o valor em geral assume em face da capacidade de trabalho; que o trabalho passado, objetivado, assume em face do trabalho vivo, presente; que as condições do trabalho assumem em face do próprio trabalho: essa posição constitui precisamente a natureza específica do capital. Examinaremos mais de perto essa questão na conclusão desta

¹⁴³ Ricardo, *On the principles of political economy, and taxation*. 3ª ed., Londres, 1821, p. 499. Cf. também o caderno XII, p. 653. (N.E.A.)

¹⁴⁴ *it is not labour which employs capital, it is capital which employs labour.*

seção I. 1. (Transformação do dinheiro em capital) Para o momento, basta que, no processo de produção – na medida em que ele é processo de valorização e, com isso, processo de autovalorização do valor pressuposto ou do dinheiro –, o valor (isto é, trabalho social geral, objetivado), trabalho passado, por meio da troca, da apropriação relativa do trabalho vivo – uma troca mediada pela compra da capacidade de trabalho – se conserve e aumente, ponha mais-valor. Ele aparece, assim, como valor em processo e que se conserva e se confirma no processo. Portanto, como um *si* – a encarnação desse si é o capitalista – *ipseidade do valor*. O trabalho (vivo) aparece somente como meio, a *agency*¹⁴⁵ por meio da qual o capital (o valor) reproduz e aumenta a si mesmo. “Trabalho é a ação por meio da qual o capital se torna produtivo de salários, lucro ou renda.”¹⁴⁶ (p. 161. *John Wade. History of the Middle and Working classes etc.*, 3. ed. London, 1835) (Na parte econômica abstrata de seu escrito, Wade traz algo de original para seu tempo, por exemplo, sobre as crises comerciais etc. Já a parte histórica inteira, ao contrário, é um convincente exemplo do plágio desavergonhado que impera entre os economistas ingleses. Ela é, fundamentalmente, uma transcrição quase literal de *Sir F. Morton Eden: The State of the Poor etc.*, vol. 3, London, 1797.)

O valor, o trabalho objetivado, obtém essa relação com o trabalho vivo somente na medida em que a *capacidade* de trabalho como tal se opõe a ele, isto é, portanto, na medida em que as *condições objetivas*

¹⁴⁵ ação

¹⁴⁶ “Labour is the agency by which capital is made productive of wages, profit or revenue.”

do trabalho – e, com isso, as condições de realização da capacidade de trabalho – se opõem a ele em autonomia separada, sob o controle de uma vontade estranha. Assim, embora meio de trabalho e material como tal não sejam capital, eles mesmos aparecem como *capital* porque sua autonomia, sua existência autônoma frente ao trabalhador e, por isso, ao trabalho mesmo, tornaram-se sua existência. Exatamente do mesmo modo que o ouro e a prata, o dinheiro, quando surge, está na representação imediatamente ligado à relação social de produção da qual é portador.

No interior da produção capitalista, a relação do processo de trabalho com o processo de valorização se dá de forma que o último aparece como fim e o primeiro somente como meio. O primeiro é, portanto, *stopped*¹⁴⁷ onde o último não é mais possível ou ainda não é possível. Por outro lado, nos tempos de práticas especulativas, de especulações (ações etc.) e crises, torna-se claro que o processo de trabalho (a própria produção material) é apenas uma condição incômoda, e as nações capitalistas são tomadas de uma fúria universal para alcançar o fim (processo de valorização) sem os meios (processo de trabalho). O processo de trabalho como tal só poderia ser fim em si mesmo se o capitalista tivesse relação com o valor de uso do produto. Porém, trata-se para ele *tão-somente* da alienação desse produto como mercadoria, de sua reconversão em dinheiro, e já que ele era dinheiro originalmente, para o aumento dessa soma de dinheiro. Nesse sentido,

¹⁴⁷ interrompido

pode-se afirmar: “O valor faz o produto.”¹⁴⁸. (*Say, Cours Complet*, p. 510) (Isso vale, de fato, para toda a produção de *mercadorias*. Por outro lado, também é correto afirmar que somente a produção capitalista é *produção de mercadorias* no sentido mais amplo, quer dizer, que a produção para o próprio uso desaparece completamente e os elementos da produção, mesmo na agricultura, já entram cada vez mais como *mercadorias* no processo de produção.)

Aqui, na transformação de dinheiro em capital, a forma sob a qual o dinheiro aqui aparece deve ser tratada apenas em linhas gerais (pois voltaremos a esse ponto ao tratarmos da circulação). De resto, a questão central já foi considerada na seção I, 1, a) (*A Forma mais geral do capital.*)

Uma observação ulterior, com relação ao processo de valorização: o que a ele está pressuposto não é somente valor, mas uma soma de valor. Um valor de grandeza determinada, algo que será desenvolvido mais extensamente depois. Ele deve (mesmo como capitalista *in nuce*¹⁴⁹) ser capaz, ao menos, de comprar 1 trabalhador e o material e instrumento necessários para ele. Em resumo, a soma de valor tem aqui, desde o início, uma determinidade por meio dos valores de troca das mercadorias que entram imediatamente no processo de trabalho.

A isso chamamos, portanto, processo de produção capitalista sobre a base do capital. Não se trata de produzir um produto, mas uma

¹⁴⁸ “la valeur fait le produit.”
¹⁴⁹ em suma

mercadoria – um produto destinado à venda. E não se trata simplesmente de produzir mercadorias para, dessa maneira, por meio da sua venda, conseguir apoderar-se dos valores de uso existentes na circulação, mas de produzir mercadorias para conservar e aumentar o valor pressuposto.

{Se o processo de trabalho é considerado de maneira totalmente abstrata, então pode ser dito que, originalmente, somente dois fatores entram em jogo – o homem e a natureza. (Trabalho e matéria natural do trabalho.) Seus primeiros instrumentos são seus próprios membros, dos quais, no entanto, ele tem de se apropriar em primeiro lugar. Somente quando o primeiro produto é empregado em nova produção – seja ele apenas uma pedra lançada num animal para matá-lo – começa o real processo de produção. Um dos primeiros instrumentos dos quais o homem se apropria é o animal (animal doméstico). (Ver a respeito a passagem de Turgot¹⁵⁰.) Partindo do ponto de vista do trabalho, Franklin define corretamente o homem como “*a tool-making animal*” ou “*engineer*”¹⁵¹. Assim, terra e trabalho seriam os fatores originários da produção, enquanto os produtos destinados ao trabalho – material de

¹⁵⁰ Marx se refere ao caderno VII, Londres 1859-1862, p. 153-4. (N.E.A.)

¹⁵¹ “Um animal construtor-de-instrumentos” ou “engenheiro” Marx extrai essas expressões da obra “Letters on the utility and policy of employing machines to shorten labour; occasioned by the late disturbances in Lancashire...”, publicada anonimamente em Londres, em 1780. Seu autor era Thomas Bentley. Em seus excertos (Caderno VII, Londres, 1859-1862, p. 155), Marx transcreve as páginas 2 e 3 dessa obra: “Man has been defined many ways... a *tool-making animal*, or *engineer* (Franklin), has by some been adopted as the best and most characteristic definition of men.” [O homem foi definido de várias formas... como um *animal criador de instrumentos*, ou *engenhoso* (Franklin), foi adotada por muitos como a melhor e mais característica definição do homem”]. (N.E.A)

trabalho, meio de trabalho, meios de subsistência – seriam somente um fator derivado.

“A terra é *necessária*; o capital é *útil*. E o trabalho sobre a terra produz o capital.” (p. 288, t. III, Paris, 1857. *Colins, L'Économie Politique. Source des Révolutions et des Utopies prétendues Socialistes.*)¹⁵² (Colins acredita que essa autonomização do valor, ver VII, p. 153-4, que está contida no conceito de capital, foi descoberta pela economia.) A ambigüidade mencionada acima também aparece em *James Mill*. “Todo capital (aqui, capital no mero sentido material) tem de ser resultado de trabalho puro. As primeiras mercadorias não poderiam ter sido feitas de nenhuma mercadoria existente antes delas.”¹⁵³ (*James Mill, Elements of Pol. Ec.* London. 1821)¹⁵⁴ Essa decomposição da produção em fatores – homem como portador do trabalho – e terra (natureza propriamente) como objeto daquele é, no entanto, totalmente abstrata. Pois o homem não se confronta originalmente com a natureza como trabalhador, mas sim como proprietário, e não se trata do homem na condição de indivíduo singular, mas, tão logo se possa em alguma medida falar de existência humana desse homem, trata-se do homem da tribo, homem da horda, homem de família etc. {No mesmo Mill:

¹⁵² “Le sol est *nécessaire*; le capital est *utile*. Et le travail sur le sol, produit le capital.”

¹⁵³ “All capital consists really in commodities... The first commodities could not be made by any commodities existing before them.”

¹⁵⁴ As citações de James Mill foram retiradas do caderno VII, Londres 1859-1862, p. 156. (N.E.A.)

“Trabalho e capital... um trabalho *imediato*... o outro *trabalho acumulado*, que foi o resultado de trabalho anterior.” (*loc. cit.*)^{155}}

Se, por um lado, no processo de trabalho o capital é reduzido ao seu mero modo de existência material – decomposto em seus fatores – *para* obter de modo sub-reptício o capital em geral como elemento *necessário* de toda produção, então, por outro lado, admite-se que o capital é de natureza puramente ideal porque é valor. (*Say, Sismondi etc.*).

Se for dito que o capital é *produto em oposição à mercadoria* (Proudhon, Wayland etc.) ou que é instrumento de trabalho e material de trabalho, ou que consiste também nos produtos que o trabalhador recebe etc., então se esquece que, no processo de trabalho, o trabalho é sempre incorporado ao capital e pertence a ele tanto quanto lhe pertencem o meio de trabalho e o material de trabalho. “Quando os trabalhadores recebem salários por seu trabalho... o capitalista é o *prorietário* não apenas do capital,” (nesse sentido material) “*mas também do trabalho*. Se o que é pago como salários é incluído, como comumente o é, no termo capital, é absurdo falar de trabalho separadamente de capital. A palavra capital, assim empregada, inclui tanto trabalho quanto capital.”¹⁵⁶ (*James Mill, loc. cit.*, p. 70-1).

¹⁵⁵ “Labour and capital... the one *immediate* labour...the other, *hoarded labour*, that which has been the result of former labour.”

¹⁵⁶ “When the labourers receive wages for their labour... the capitalist is the owner, not of the capital only, but of *the labour also*. If what is paid as wages is included, as it commonly is, in the term capital, it is absurd to talk of labour separately from capital. The word capital, as thus employed, includes labour and capital both.”

Assim como à apologia do capital convém plenamente confundi-lo com o valor de uso no qual ele existe e chamar a este de capital – para representar o capital como fator eterno da produção, como independente de todas as formas sociais, como forma imanente a todo processo de trabalho, portanto, ao processo de trabalho em geral – do mesmo modo, ocorre aos senhores economistas, para se livrarem de alguns dos fenômenos pertencentes ao modo de produção capitalista em particular, esquecer o essencial no capital: que ele é valor que põe valor e, por isso, não apenas valor que se conserva, mas que se multiplica. Isso é conveniente, por exemplo, para demonstrar a impossibilidade de superprodução. O capitalista é concebido, aqui, como alguém a quem importa somente o consumo de certos produtos (sua apropriação por meio da venda de suas mercadorias), não o aumento do valor pressuposto, o poder de compra como tal, a riqueza abstrata como tal.

Por meio da transformação do dinheiro em capital (efetuada pela troca do dinheiro com o trabalho), a fórmula do capital, D-M-D, recebeu agora um conteúdo. O dinheiro é existência autônoma do valor de troca. Considerado segundo sua qualidade, ele é o representante material da riqueza abstrata, *a existência material da riqueza abstrata*. No entanto, o grau em que ele é essa riqueza, o âmbito em que ele [corr]esponde ao seu conceito, depende de sua própria quantidade ou massa. No aumento do dinheiro, esse aumento como fim em si mesmo corresponde ao aumento do valor como tal. Fazer dinheiro por meio de

dinheiro é o fim do processo de produção capitalista: o aumento da riqueza em sua forma geral, da quantidade de trabalho social objetivado que é expresso no dinheiro. Se o valor disponível figura meramente como dinheiro de conta no livro-mestre, ou em qualquer outra forma, como sinal de valor etc., é de início indiferente. O dinheiro aparece, aqui, somente como forma do valor autônomo que o capital toma em seu ponto de partida, assim como em seu ponto de retorno, a fim de abandoná-lo continuamente. Os detalhes sobre isso pertencem ao capítulo II) *O processo de circulação do capital*. O capital é, aqui, dinheiro em processo, para o qual suas próprias formas como dinheiro e mercadoria são apenas formas intercambiáveis. Ele é constantemente avaliado como dinheiro de conta – e vale somente como sua existência material, também quando ele existe como mercadoria; e mal existe ele na forma do dinheiro, ele só pode se valorizar na medida em que novamente a abandona. Que ao capitalista importe somente o dinheiro, significa somente que lhe importa o valor de troca, aumento do valor de troca, enriquecimento abstrato. Porém, isso só se expressa como tal no dinheiro. “O grande objeto do capitalista monetário, de fato, é incrementar o *montante nominal* de sua fortuna. Esse montante é tal que, se este ano é, por exemplo, expresso pecuniariamente por 20.000 *l.*, então no próximo ano ele deveria ser *expresso pecuniariamente* por 24.000 *l.* Adiantar seu capital, *estimado em dinheiro*, é a única maneira pela qual ele pode adiantar seus juros como mercador. A importância desses objetos para ele não é afetada pelas flutuações na moeda ou

por uma mudança no valor real do dinheiro. Por exemplo, em um ano, ele passa de 20 para 24.000 *l.* devido a uma queda no valor do dinheiro, caso ele não tenha aumentado seu controle sobre as comodidades etc. Porém, seu interesse seria o mesmo se o dinheiro não tivesse caído; pois, do contrário sua fortuna monetária teria permanecido estacionária e sua riqueza real teria declinado na proporção de 24 para 20... as mercadorias, portanto, não são o objeto último do capitalista mercantil, exceto no consumo de sua renda e nas compras para o consumo. *No desembolso de seu capital, e quando ele compra com o objetivo de produzir, dinheiro é seu objeto último.*¹⁵⁷ (165-166. *Thomas Chalmers, On Political Economy in Connection with the Moral State and Moral prospects of Society*, 2 ed. London, 1832.)

{Outro ponto em relação à fórmula D-M-D. O valor como capital, valor que se autovaloriza, é *valor à 2ª potência*. Ele não tem, porém, somente uma expressão autônoma, mas ele se compara consigo mesmo (ou é comparado pelo capitalista), mede a si mesmo num período (a grandeza de valor na qual ele estava pressuposto ao processo de produção) em relação a si mesmo em outra época, isto é,

¹⁵⁷ No original, Marx traduz algumas partes da citação para o alemão: "The great object of the monied capitalist, in fact, is to add the *nominal amount* of his fortune. It is that, if expressed pecuniarily this year by 20.000 *l.* por exemplo; it should be *expressed pecuniarily* next year by 24.000 *l.* To advance his capital, *as estimated in money*, is the only way in which he can advance his interest as a merchant. A importância desses objetos para ele não é afetada pelas fluctuations na currency ou by a change in the real value of money. Por exemplo, em um ano ele passa de 20 para 24.000 *l.* devido a uma queda no valor do dinheiro, caso ele não tenha increased his command sobre os comforts etc. Porém, seu interesse seria o mesmo se o valor do dinheiro não tivesse caído; pois, do contrário his monied fortune would have remained stationary e sua real wealth would have declined in the proportion of 24 to 20... commodities, portanto, não são o terminating object do trading capitalist, exceto o consumo de sua revenue e as compras para o consumption. *In the outlay of his capital, and when he purchases for the sake of production, money is his terminating object.*" (Citatenheft, p. 75.) (N.E.A.)

depois de seu retorno da circulação – depois de a mercadoria ser vendida e novamente transformada em dinheiro. Portanto, o valor aparece como o mesmo sujeito nos dos dois períodos distintos e, com efeito, é esse seu movimento, o movimento caracterizador do capital. Somente nele o valor aparece como capital. Conferir, contra isso, “*A Critical Dissertation on the Nature, Measures and Causes of Value; chiefly in reference to the writings of Mr. Ricardo and his followers. By the Author of Essays on the Formation and Publication of Opinions.*” (S. Bailey.) London 1825.} A principal artimanha de Bailey contra toda a determinação do valor pelo tempo de trabalho é esta: valor é somente *relação* em que diferentes mercadorias se trocam. Valor é somente relação entre duas mercadorias. *Value*¹⁵⁸ não é nada “intrínseco ou absoluto”. (p. 23, *loc. cit.*) “É impossível designar ou expressar o valor de uma mercadoria, exceto por uma quantidade de alguma outra mercadoria. (p. 26, *loc.cit.*) Em lugar de considerar o valor como uma relação entre 2 objetos, eles (os ricardianos) (e Ricardo mesmo)¹⁵⁹ o consideram como um resultado positivo produzido por uma quantidade definida de trabalho.”¹⁶⁰ (p. 30, *loc. cit.*) “Porque os valores de A e B, de acordo com sua doutrina, estão um para o outro como as quantidades de trabalho produtivo, ou... são determinados pelas quantidades de trabalho que os produz, eles parecem ter concluído que o valor de A apenas, sem referência a nada mais, seja igual à quantidade do

¹⁵⁸ valor

¹⁵⁹ As explicações entre parênteses são de Marx. (N.E.A)

¹⁶⁰ “It is impossible to designate, or express the value of a commodity, except by a quantity of some other commodity. Instead of regarding value as a relation between 2 objects, they (the Ricardians) consider it as a positive result produced by a definite quantity of labour.”

trabalho que o produziu. Certamente, não há qualquer significado na última proposição.”¹⁶¹ (p. 31. 32) Eles falam de “valor como uma espécie de propriedade geral e independente.”¹⁶² (p. 35, *loc. cit.*). “O valor da mercadoria deve ser seu valor em alguma coisa.”¹⁶³ (*loc. cit.*). Como objetivação do trabalho social, a mercadoria é expressa como algo relativo. Pois se o valor contido em A é nivelado com todos os outros, ele o é somente como existência determinada do trabalho social. Neste último, porém, a individualidade não é considerada isolada, mas antes, como quer B[ayley], seu trabalho é relativamente posto e a mercadoria mesma é posta como existência desse ser relativo.¹⁶⁴

O mesmo Bailey (*loc. cit.*, p. 72) diz: “Valor é a relação entre mercadorias *contemporâneas* porque elas só admitem ser trocadas uma pela outra; e se nós comparamos o valor de uma mercadoria num momento com seu valor em outro, é somente a comparação da relação na qual ela se encontrava, nesses diferentes momentos, com alguma outra mercadoria.”¹⁶⁵ (p. 72) Isso ele diz contra “comparing commodities at different periods”¹⁶⁶, como se, por exemplo, na rotação do capital, o

¹⁶¹ “Because the values of A and B, according to their doctrine, are to each other as the quantities of producing labour, or...are determined by the quantities of producing labour, they appear to have concluded, that the value of A alone, without reference to anything else, is as the quantity of its producing labour. There is no meaning certainly in the last proposition.”

¹⁶² “value as a sort of general and independent property”

¹⁶³ “The value of commodity must be its value in something.”

¹⁶⁴ Aqui termina o primeiro caderno do manuscrito. (N.T.)

¹⁶⁵ “Value is a relation between *contemporary* commodities, because such only admit of being exchanged for each other; and if we compare the value of a commodity at one time with its value at another, it is only a comparison of the relation in which it stood at these different times to some other commodity.”

¹⁶⁶ “comparando mercadorias em períodos diferentes”

capitalista não tivesse continuamente de comparar o valor de um período com o valor de outro período.¹⁶⁷

{Poder-se-ia perguntar, então, como a expressão monetária do capital se reporta ao próprio capital. Na medida em que o dinheiro existe na forma do dinheiro, a ele se contrapõem, como mercadorias, os componentes com os quais ele se troca em sua transformação em capital produtivo. Portanto, aqui valem as leis tal qual foram desenvolvidas na metamorfose da mercadoria ou na circulação simples do dinheiro. Se circulam sinais de valor, sirvam eles como meio de circulação ou meio de pagamento, então eles representam apenas o valor das mercadorias estimado em dinheiro ou diretamente o dinheiro que é igual à quantidade de dinheiro expressa nos preços da mercadoria. Eles não têm valor como tal. Portanto, também ainda não são capital no sentido de que ele é trabalho objetivado. Eles representam, antes, inteiramente o preço do capital, como anteriormente representavam o preço da mercadoria. Se circula dinheiro real, então, ele mesmo é trabalho objetivado – capital – (porque mercadoria). Se dividirmos a soma total do dinheiro circulante pelo número de suas rotações, então obtemos a quantidade real encontrada em circulação, e esta é um componente do capital, fixo ou circulante, seja qual for o aspecto segundo o qual se queira considerá-lo. Com os mesmos 6 táleres, se eles circulam 20 vezes num dia, então posso

¹⁶⁷ “... had not continuously to compare the value of one period to the value of another period”. Marx se refere aqui à polêmica de Bailey contra Ricardo. Conferir David Ricardo, *On the Principles...* 3. ed., p. 14. Ver também o caderno XIV, p. 831. (N.E.A.)

comprar uma mercadoria por 120 táleres, então eles representam o valor de 120 táleres num dia. Nisto se incluem os próprios 6 táleres. Então, a soma total de capital encontrado em circulação num dia é = 126 táleres. Se um capital é = 100 táleres e com esses 100 táleres ele compra mercadorias, então os mesmos 100 táleres representam agora um segundo capital de 100 táleres, e assim sucessivamente. Se circulam 6 vezes num dia, então eles representam alternadamente um capital de 600 táleres. Assim, se eles num dia representam mais ou menos capital é algo que depende de sua velocidade de circulação, que é igual à velocidade da metamorfose da mercadoria, que aparece aqui como metamorfose do capital, o qual alternadamente assume e abandona suas formas de dinheiro e mercadoria. Se o dinheiro funciona como meio de pagamento, então 600 táleres podem pagar qualquer grandeza de capital, na medida em que seus saldos positivo e negativo se equilibram num balanço de 600 táleres.

Enquanto originalmente, na circulação simples de mercadorias, o dinheiro aparece como ponto de transição, a mercadoria transformada em dinheiro aparece como ponto de partida e ponto final do movimento do capital. E a mercadoria, como metamorfose do dinheiro, aparece como mero ponto de transição.

O único aspecto pelo qual o dinheiro se diferencia, na medida em que aparece como forma do capital – como dinheiro, não como dinheiro de conta – é que: 1) ele retorna ao ponto de que partiu e retorna

aumentado. O dinheiro gasto no consumo não retorna ao seu ponto de partida; o capital – dinheiro antecipado na produção – retorna aumentado ao seu ponto de partida. 2) O dinheiro despendido permanece na circulação da qual retira a mercadoria; o capital lança de volta mais mercadoria na circulação do que dela retira e, por conseguinte, sempre retira novamente o dinheiro despendido por ele. Quanto mais rápido esse ciclo, isto é, quanto mais rápida a circulação ou metamorfose do capital, mais rápida a circulação do dinheiro e, como isso não ocorre em um, mas nos múltiplos movimentos do capital, tanto mais o dinheiro servirá como meio de pagamento e as dívidas e créditos se compensarão.}

O capital transformado em dinheiro no modo descrito se torna *capital produtivo* ao subsumir a si mesmo o processo de produção, ao funcionar como comprador e usuário de trabalho. O capital só existe como forma dominante, como forma específica de um período de produção, lá onde o capital submeteu a si a produção mesma, portanto, lá onde o capitalista produz. De maneira formal, ele pode ter se apresentado anteriormente em outras funções e pode também aparecer nessas mesmas funções em seu próprio período. Porém, essas são apenas formas ainda derivadas e secundárias do capital, tais como o capital como capital comercial e capital gerador de juros etc. Portanto, quando falamos de capital produtivo, essa relação inteira não deve ser compreendida como se uma das formas do valor de uso na qual ele

aparece no processo de trabalho fosse em si produtiva, como se a máquina produzisse valor ou o material de trabalho etc.

Do processo de valorização, cujo resultado são o valor adiantado e um *surplus*¹⁶⁸, um mais-valor (no próprio processo de trabalho aparece o capital como valor de uso real, isto é, como consumo real, pois somente no consumo o valor de uso se realiza como valor de uso; esse seu processo de consumo constitui ele mesmo uma relação econômica, tem uma forma econômica determinada e não é indiferente, exterior à forma, como no conceito de mercadoria simples; esses valores de uso no qual ele consiste são determinados, conforme o conceito, pela atividade da capacidade de trabalho que os consome), resulta que o produto propriamente específico do capital, na medida em que ele produz como capital, é o próprio *mais-valor* e *que nela*¹⁶⁹ o produto *específico* do trabalho, na medida em que este é nele incorporado, não é esse ou aquele produto, mas *capital*. O processo de trabalho mesmo aparece somente como meio do processo de valorização, inteiramente como aqui, em geral, o valor de uso aparece somente como portador do valor de troca. (...)

¹⁶⁸ excedente

¹⁶⁹ Pelo contexto, “*nela*” refere-se à “produção”. (N.T.)